

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE LETRAS E LINGUÍSTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGUÍSTICOS
CURSO DE DOUTORADO EM ESTUDOS LINGUÍSTICOS**

WALLESKA BERNARDINO SILVA

A referenciação em textos verbo-imagéticos

Uberlândia
2014

Walleska Bernardino Silva

A referenciação em textos verbo-imagéticos

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Curso de Doutorado em Estudos Linguísticos, do Instituto de Letras e Linguística da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência parcial para obtenção do título de Doutora em Linguística.

Área de concentração: Estudos em Linguística e Linguística Aplicada.

Linha de pesquisa: Linguagem, texto e discurso.

Tema: Estudos textuais/discursivos envolvidos no processo de construção do sentido do texto.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Luisa Helena Borges Finotti.

Uberlândia
2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

- S586r Silva, Walleska Bernardino, 1983-
2014 A referencião em textos verbo-imagéticos / Walleska Bernardino
Silva. - 2014.
 306 f. : il.
- Orientadora: Luisa Helena Borges Finotti.
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa
de Pós-Graduação em Linguística.
Inclui bibliografia.
1. Linguística - Teses. 2. Cavalcante, Mônica Magalhães, 1962-
- Teses. 3. Mondada, Lorenza - Teses. 4. Dubois, Danièle - Teses.
I. Finotti, Luisa Helena Borges. II. Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-Graduação em Linguística. III. Título.

CDU: 801

Walleska Bernardino Silva

A referenciação em textos verbo-imagéticos

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Curso de Doutorado em Estudos Linguísticos, do Instituto de Letras e Linguística da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência parcial para obtenção do título de Doutora em Linguística.

Área de concentração: Estudos em Linguística e Linguística Aplicada.

Uberlândia, 30 de maio de 2014

Prof^a. Dr^a. Luisa Helena Borges Finotti (Orientadora)
Universidade Federal de Uberlândia/MG

Prof^a. Dr^a. Mônica Magalhães Cavalcante
Universidade Federal do Ceará/CE

Prof^a. Dr^a. Marli Quadros Leite
Universidade de São Paulo/SP

Prof. Dr. Luiz Carlos Travaglia
Universidade Federal de Uberlândia/MG

Prof^a. Dr^a. Maria Aparecida Resende Ottoni
Universidade Federal de Uberlândia/MG

Dedico

*a todos que partilham da vocação da pesquisa,
especialmente, aos amantes da referência.*

*à minha família, que abraça comigo as
empreitadas científicas.*

*à Luisa Helena, minha orientadora, que
sempre acreditou em mim, desde a Iniciação
Científica.*

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela misericórdia e pelo amparo dispensado a mim, por intermédio dos amigos espirituais que me assistiram nos momentos mais difíceis dessa trajetória.

À minha família maravilhosa, porto seguro de minha vida, que jamais deixou de conceder o amparo e o carinho tão importantes para revigorar e seguir adiante. Em particular, à minha querida vozinha que, mesmo acometida pelo Alzheimer, não deixou de me ensinar, aliás, tornou-me mais sensível e humana.

Ao Jean... se existe alma gêmea, eis a minha! Obrigada por tornar minha vida especial! Obrigada: pela compreensão em todos os momentos; pela força na dor; pela ajuda cotidiana; pela crença no meu potencial; pelas palavras de incentivo, de coragem, de fé. Obrigada pelo amor incondicional!

À Luisa Helena, minha orientadora e amiga, que sempre acreditou no meu potencial e me oportunizou chegar a esse momento com maturidade acadêmica e pessoal, porque além das atribuições concernentes à função de docente e orientadora, ela me ensinou a ver a vida com olhos outros.

Aos professores que contribuíram, sobremaneira, para minha formação, especialmente ao prof. Dr. Luiz Carlos Travaglia, à prof^a. Dr^a. Maria Aparecida Resende Ottoni, à prof^a. Dr^a. Eliana Dias, à prof^a. Dr^a. Maria Cecília de Lima, ao prof. Dr. Evandro Silva Martins, à prof^a. Dr^a. Maura Alves de Freitas Rocha, ao prof. Dr. João Bosco Cabral dos Santos.

Aos professores que contribuíram teoricamente com esta pesquisa, quais sejam: prof. Dr. Luiz Carlos Travaglia, prof^a. Dr^a. Maria Aparecida Resende Ottoni, prof^a. Dr^a. Fernanda Mussalim, prof^a. Dr^a. Ana Lúcia Tinoco Cabral e, especialmente, à prof^a. Dr^a. Mônica Magalhães Cavalcante, que, mesmo a distância, mostrou-se acessível e generosa. Bendita oportunidade de participar da Enanpoll, em 2012!

Aos professores que aceitaram carinhosamente participar de minha banca: prof^a. Dr^a. Mônica Magalhães Cavalcante, prof^a. Dr^a. Maria Aparecida Resende Ottoni, prof. Dr. Luiz Carlos

Travaglia e prof^a. Dr^a. Marli Quadros Leite. Aos dois últimos, um agradecimento especial pelo aceite à participação na consumação de mais um grau de minha vida acadêmica.

À Escola de Educação Básica da UFU, pela compreensão quanto ao momento acadêmico vivido, particularmente, à Área de Língua Portuguesa, que acolheu minhas angústias, “suportando-me”! Um carinho especial aos professores: Giuliana Ribeiro Carvalho, Vilma Aparecida Gomes, Diogo Gomes Novaes, Rones Aureliano, que me acudiram em muitos momentos!

Aos meus alunos que acompanharam minha trajetória, não somente compreendendo a situação, mas, especialmente, torcendo e vibrando por mim.

À Dr^a. Mônica Pimenta Marques Andrade, pelo acolhimento e ajuda em momento conturbado.

À Giuliana Ribeiro Carvalho e à Lazuíta Goretti de Oliveira, pela leitura do trabalho.

Aos amigos da Casa Jorge de Humildade, por todas as boas vibrações.

Aos colegas da Pós-Graduação, com os quais dividi alegrias e angústias.

A todos que, de alguma forma, contribuíram ao longo do meu percurso acadêmico.

“A gente pensa uma coisa, acaba escrevendo outra e o leitor entende uma terceira coisa... e, enquanto se passa tudo isso, a coisa propriamente dita começa a desconfiar que não foi propriamente dita.”

Mário Quintana

RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo geral analisar o funcionamento referencial de objetos de discurso em textos verbo-imagéticos. Para tanto, a fundamentação teórica compete aos postulados da Linguística Textual de base sociocognitivo-discursiva, especialmente a referênciação (MONDADA; DUBOIS, 2003), por meio da abordagem referencial da não menção cotextual (CAVALCANTE, 2011). Os princípios e categorias de análise dessa abordagem são correlacionados à teoria de modelos de contexto de Van Dijk (2012), para a observação do funcionamento de objetos de discurso em 22 textos verbo-imagéticos presentes em dois gêneros distintos: a tira e o anúncio publicitário. O estudo mostra que é possível estender as categorias do processamento referencial utilizadas em textos verbais a textos que, em sua materialidade, comungam de palavra e imagem, de modo que os princípios que sustentam a referênciação, enquanto uma (re)construção negociada de objetos de discurso, mantêm-se assegurados. Evidencia ainda que todas as categorias analíticas da referênciação, por meio da abordagem da não menção, são contempladas em todos os textos verbo-imagéticos, preferencialmente a introdução referencial e a anáfora direta, realizadas por objetos de discurso nos modos verbal e imagético. A recategorização é confirmada como um fenômeno que perpassa todos os processamentos referenciais, mormente, identificada por objetos de discurso no modo imagético. Atrelada a essa constatação, é verificada a preferência pela orientação argumentativa dos processamentos referenciais, já que a análise demonstra que um mesmo objeto de discurso pode ser observado em mais de uma categoria referencial e assumindo mais de uma função, atestando tanto o princípio que versa sobre os papéis simultâneos dos processamentos referenciais quanto da acessibilidade referencial.

Palavras-chave: Linguística Textual. Referênciação. Objetos de discurso. Textos verbo-imagéticos.

ABSTRACT

This research has the main object to analyze the referential operation of objects of discourse in verb-imagery texts. Thereto, the theoretical validity is incumbent on the postulates of Textual Linguistics with social cognitive discourse basis, specially the referenciation (MONDADA; DUBOIS, 2003), by the referential approach and non-contextual mention (CAVALCANTE, 2011). The principles and categories of analysis of this approach are correlated to the model theory of context by Van Dijk (2012), for the observation of the operation of objects of discourse in 22 verb-imagery texts present in two different genres: the strip and the advertisement. The study shows that is possible to extend the categories of referential processing used in verbal texts into texts which commune, in its materiality, by word and image in a way that the principles which sustain the referenciation while a negotiated (re)building from objects of discourse keep itself assured. It still evinces that all the analytical categories of referenciation through the non-mention approach are contemplated in all the verb-imagery texts, preferably the referential introduction and direct anaphora, made by objects of discourse in verbal and imaging manner. The recategorization is confirmed as a phenomenon that surpasses all the referential processing, mainly performed by objects of discourse in the imaging manner. Linked by this finding, the preference by the argumentative orientation of referential processing is verified, since the analysis demonstrate that the same object of discourse can be observed in more than one reference category and assuming more than one role, stating the principle that deals with the simultaneous roles of referential processing as well as referential accessibility.

Keywords: Textual Linguistic. Referenciation. Objects of discourse. Verb-imagery texts.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1	Esquema do processamento do discurso, por Van Dijk (2012).	84
FIGURA 2	Esquema do processamento do discurso de um professor do ensino básico em uma aula de Literatura.	85
FIGURA 3	Classificações para o termo “advertising”.	101
FIGURA 4	Ambiguidade imagética.	113
FIGURA 5	Informativo.	114
FIGURA 6	Esquema da abordagem referencial atrelada à menção cotextual.	128
FIGURA 7	Esquema da abordagem referencial não atrelada à menção cotextual.	135
FIGURA 8	Quadro da categoria função das introduções referenciais.	142
FIGURA 9	A dêixis na abordagem referencial da não menção cotextual.	153
FIGURA 10	A recategorização na abordagem referencial da não menção cotextual.	155
FIGURA 11	Abordagens do objeto de discurso.	160
FIGURA 12	Menção ao nome do gênero no enunciado das atividades do livro didático.	163
FIGURA 13	Anúncio inteligível.	166
FIGURA 14	Abordagem referencial da não menção cotextual.	167
FIGURA 15	Corsário.	186
FIGURA 16	Quadro-síntese do funcionamento das IRs em cada gênero discursivo.	203
FIGURA 17	Quadro-síntese do funcionamento das ADs em cada gênero discursivo.	227
FIGURA 18	Quadro-síntese do funcionamento das AEs em cada gênero discursivo.	239
FIGURA 19	Quadro-síntese do funcionamento das AIs em cada gênero discursivo.	249

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD	Anáfora direta
AE	Anáfora encapsuladora
AI	Anáfora indireta
IR	Introdução referencial
LT	Linguística Textual
OD	Objeto de discurso

SUMÁRIO

Introdução.....	01
Capítulo 1: Da noção de referência à noção de objetos de discurso: a instituição da relação linguagem-mundo.....	07
1.1 A relação linguagem-mundo: da percepção grega ao Renascimento.....	07
1.2 A relação linguagem-mundo: século XIX.....	12
1.3 A relação linguagem-mundo no século XX: a primeira tendência linguística.....	14
1.3.1 A relação linguagem-mundo no século XX: a primeira tendência filosófica.....	18
1.4 A relação linguagem-mundo no século XX: a segunda tendência linguística.....	22
1.4.1 A relação linguagem-mundo no século XX: a segunda tendência filosófica.....	26
1.4.1.1 Wittgenstein II: o marco da revolução na relação linguagem-mundo.....	26
1.4.1.2 Strawson: a referência no uso da linguagem.....	28
1.4.1.3 Donnellan e a distinção dos usos referencial e atributivo.....	29
1.4.1.4 Austin e a Teoria dos Atos de Fala: “dizer é fazer”.....	30
1.4.1.5 Searle e a especificação dos atos de fala.....	34
1.5 A relação linguagem-mundo no século XX: a terceira tendência linguística.....	36
1.5.1 Breve consideração pragmática.....	37
1.5.2 A dimensão discursivo-pragmática da relação linguagem-mundo.....	40
Capítulo 2: A Linguística Textual e suas implicações à pesquisa.....	43
2.1 Das possibilidades contemporâneas investigativas da LT.....	43
2.2 Breve retrospecto da consolidação da LT.....	48
2.3 A perspectiva sociocognitivo-discursiva.....	54
2.3.1 O contexto.....	60
2.3.1.1 A teoria dos modelos contextuais de Van Dijk.....	62
2.3.1.1.1 A produção do discurso controlada pelo contexto.....	83
2.3.2 O gênero.....	87
2.3.2.1 Os gêneros do <i>corpus</i>	93
2.3.2.1.1 A tira.....	93
2.3.2.1.2 O anúncio publicitário.....	100
2.3.3 O texto.....	105
2.3.3.1 O texto verbo-imagético.....	109
Capítulo 3: A referenciação e a (re)construção de objetos de discurso: princípios e orientações.....	117
3.1 Estudos contemporâneos da referenciação na LT.....	117
3.2 A perspectiva sociocognitivo-discursiva da referência.....	122
3.2.1 Abordagem referencial atrelada à menção cotextual.....	127
3.2.2 Abordagem referencial não atrelada à menção cotextual.....	130

3.2.2.1 A primeira desestabilização.....	136
3.2.2.2 A segunda desestabilização.....	142
3.2.2.3 A terceira desestabilização.....	148
3.2.2.4 A quarta desestabilização.....	150
3.2.2.5 A quinta desestabilização.....	152
3.2.2.6 A sexta desestabilização.....	155
3.2.3 Uma síntese.....	159
Capítulo 4: Metodologia.....	161
4.1 Critérios de seleção dos textos do <i>corpus</i>	161
4.1.2 Seleção das tiras.....	163
4.1.3 Seleção dos anúncios publicitários.....	165
4.2 Procedimentos de análise.....	166
Capítulo 5: A referência no texto verbo-imagético: uma abordagem.....	171
5.1 Introdução referencial.....	171
5.1.1 Tiras.....	172
5.1.2 Anúncios publicitários.....	192
5.1.3 Síntese do funcionamento das introduções referenciais.....	203
5.2 Anáfora.....	208
5.2.1 Anáfora direta ou correferencial.....	208
5.2.1.1 Tiras.....	209
5.2.1.2 Anúncios publicitários.....	220
5.2.1.3 Síntese do funcionamento das anáforas diretas.....	227
5.2.2 Anáfora encapsuladora.....	230
5.2.2.1 Tiras.....	230
5.2.2.2 Anúncios publicitários.....	234
5.2.2.3 Síntese do funcionamento das anáforas encapsuladoras.....	239
5.2.3 Anáfora indireta.....	241
5.2.3.1 Tiras.....	242
5.2.3.2 Anúncios publicitários.....	244
5.2.3.3 Síntese do funcionamento das anáforas indiretas.....	249
Conclusão.....	251
Referências.....	257
Anexos.....	271
A. Tiras.....	271
B. Anúncios publicitários.....	275

Introdução

Para escrever, no passado, bastava debruçar-se sobre uma máquina de escrever. Hoje, as exigências aumentaram em grande medida. Os textos requerem, além de aparato tecnológico, cores variadas e sofisticados recursos visuais. Ao texto pós-moderno acresce a necessidade de utilizar mais do que uma articulada composição de frases e de períodos. Necessita-se de imagens, e até mesmo de sons e de movimentos (TV, cinema e Internet), que se entrelaçam para construir os novos sentidos exigidos pelos textos contemporâneos (VIEIRA, 2007, p. 9).

Considerando a imagem como a “forma de comunicação mais eloquente da pós-modernidade”, conforme afirma Vieira (2007, p. 10), parto do pressuposto de que as transformações tecnológicas operadas no mundo nas últimas décadas ressignificaram o modo como se dá a interação, especialmente a que contempla a linguagem verbal e a imagética¹. Por isso, concordo com Kress (2006, p. 184) quando afirma que “devemos repensar a linguagem como um fenômeno multimodal”².

Sempre coexistiram múltiplas semioses³, mas tomá-las como objeto de estudo é algo muito novo. A representação social, histórica, cultural e ideológica que a imagem tem enquanto referência que se atualiza na interação ganha cada vez mais atenção nos estudos textuais-discursivos contemporâneos.

Essa atenção, todavia, não pode prescindir de uma consideração equilibrada dos modos de significação na e para a construção de sentidos. De acordo com Ferrara (2001, p. 15),

a variedade sínica que compõe o não verbal mescla todos os códigos, de modo que o próprio verbal pode compor o não verbal, mas não tem sobre ele qualquer força hegemônica e centralizante; ao contrário, a palavra nele se distribui, porém, não o determina.

Logo, os estudos que competem a uma análise textual-discursiva têm de considerar essa premissa equânime entre as semioses que compõem os textos, ou seja, às propostas de

¹ A escolha pelo termo “imagética” deu-se em função da necessidade de definir terminologicamente o que considero como não verbal no *corpus*. Opto por imagética ao invés de visual, porque, primeiro, entendo que a linguagem verbal, por exemplo, é também visual; por isso, a não adequação do termo visual; segundo, porque acredito que visual remete a um dos cinco sentidos humanos e não considero pertinente caracterizar a linguagem a partir desses sentidos. Por fim, a justificativa mais contundente para a opção pelo termo imagético dá-se em função de sua natureza, que, para mim, está associada à noção de representação, ou seja, a possibilidade que a imagem oferece de (re)construções discursivas do mundo por sujeitos inseridos em dada conjuntura sócio-histórica e ideológica. Essas justificativas serão pormenorizadas no capítulo 2, na seção “O texto verbo-imaginético”.

² Tradução minha de “We have to rethink language as a multimodal phenomenon”.

³ Semiose, neste trabalho, é equivalente a modos de significação.

abordagem da (re)construção do sentido, cabe a análise dos modos que figuram nos textos, sem privilegiar uns mais do que outros.

Nesse sentido, é preciso redimensionar a noção de texto para comportar a multimodalidade. Segundo Kress (1995), só se chega à noção de multimodalidade quando a noção de texto é ampliada: é preciso entender o texto como um conjunto de fios constituídos por modos semióticos, dentre eles, por exemplo, a palavra e a imagem – modos contemplados neste trabalho.

Conforme, então, essa nova demanda de leitura e os modos de interação na contemporaneidade, impõe-se, cada vez mais, a necessidade de pesquisas motivadas por essa ressignificação, que possibilitem a criação e consolidação de novas estratégias para abordagem do sentido, visando aos multiletramentos⁴ que, por sua vez, implicam a multimodalidade. Ao modificar o consumo e os costumes da sociedade, modificam-se, necessariamente, as práticas discursivas que a sociedade utiliza para ser/estar no mundo. Dessa forma, apenas limitar-se ao arranjo verbal para a compreensão dos enunciados não basta para os estudos que se afirmam contemporâneos.

Assim, com base em minha experiência em sala de aula, por meio do ensino de Língua Portuguesa para o nível fundamental, e considerando a atração que os textos multimodais exercem sobre esse público, senti-me ávida à investigação de um dos mecanismos utilizados para a produção de sentidos em textos que unem palavra e imagem. Esse desejo surgiu especialmente depois de buscar meios de trabalhar o desvelar da produção de sentidos, a partir da noção de referenciamento nos textos verbo-imagéticos, e verificar que podia, de alguma forma, colaborar com a literatura, visto que ainda são poucos os trabalhos que discutem, pontual e pormenorizadamente, a referenciamento por meio da junção palavra e imagem, na Linguística Textual.

Nesse sentido, fundamento-me em dois pressupostos. O primeiro é que a referenciamento é um mecanismo sociocognitivo-discursivo importante, dentro do domínio

⁴ Multiletramentos aqui é entendido conforme propõe o Grupo de Nova Londres: o letramento varia em grau (há diferentes graus de letramento) e apresenta multivariações. O argumento usado pelo Grupo é o de que nossa vida pessoal, pública e profissional vem mudando consideravelmente e que essas mudanças, consequentemente, transformam nossa cultura e nosso modo de comunicação. Então, o modo de entender e de explicar letramento também deve mudar, sofrer alterações. Dentre essas mudanças, Cope e Kalantzis (2006) enfatizam duas: i) o crescimento da relevância dada à diversidade linguística e cultural (cultura local e global) e ii) a influência das novas tecnologias (multiplicidade de semiozes). Por isso, a necessidade urgente de redimensionar práticas pedagógicas que se restringiam ao uso prioritário de uma modalidade. É preciso pensar na multimodalidade.

teórico da Linguística Textual, para a promoção da competência discursiva⁵ do sujeito, posto que colabora de forma decisiva não somente para a introdução referencial, retomada e (re)categorização de referentes, mas, sobretudo, para a progressão e organização textual. Outro pressuposto que cerca essa pesquisa é o princípio de complementaridade que subjaz aos modos de significação na materialidade textual; em outras palavras, verbal e imagético não se relacionam hierarquicamente, mas se sobrepõem. Não se pode priorizar um em detrimento do outro.

Orientada por esses pressupostos, a pesquisa propõe um olhar do campo da Linguística Textual de base sociocognitivo-discursiva para o tratamento do texto que abrange modos outros de significar. Interessa-me analisar o texto verbo-imagético, a partir, centralmente, de um mecanismo sociocognitivo-discursivo: a referenciação. Isso significa propor desvelar meios de produção do sentido que articulam palavra e imagem. Por isso, sigo norteada pelas indagações: Como a referenciação, mecanismo utilizado para análise do texto verbal, opera em textos verbo-imagéticos? Quais relações estabelece? Há mudanças significativas para o estudo da referenciação a partir dessa confluência entre palavra e imagem consideradas concomitantemente na materialidade textual?

Com base nesses questionamentos, objetivo, em linhas gerais, analisar o funcionamento de objetos de discurso em textos verbo-imagéticos, fundamentada por um mecanismo da Linguística Textual, a referenciação. Mais especificamente, objetivo: i) identificar, descrever e analisar o funcionamento de objetos de discurso em textos verbo-imagéticos, utilizando gêneros distintos, no caso do *corpus*, anúncio publicitário e tira; ii) estender categorias de análise referenciais do texto verbal ao texto verbo-imagético; iii) verificar se os princípios, ao se propor a extensão da referenciação para o texto verbo-imagético, serão os mesmos que os utilizados para a referenciação em textos verbais.

Para isso, o *corpus* escolhido é composto por 22 textos, sendo: 11 anúncios publicitários, com apenas um enquadre⁶, e 11 tiras, com mais de um enquadre. Nesse *corpus*, a proposta foi verificar como a referenciação, enquanto mecanismo sociocognitivo-discursivo que opera a favor da coerência dos e nos textos verbais, pode contribuir para a textualidade⁷

⁵ A competência discursiva diz respeito à adequação da comunicação às múltiplas situações de interação, ou seja, consiste na aptidão dos sujeitos em produzir e interpretar textos em geral, por meio do acionamento de estratégias de ordem sociocognitivo-discursiva.

⁶ Por enquadre, entendo as fronteiras de uma enunciação; equivalente à natureza conclusa de uma enunciação.

⁷ Entendo por textualidade o conjunto de fatores de ordem sociocognitivo-discursivo que propiciam um texto ser compreendido como um todo significativo em uma enunciação.

em textos multimodais. Proponho, ainda, verificar: i) se todas as categorias de análise referencial do texto verbal serão contempladas no texto verbo-imagético; ii) se o funcionamento dos objetos de discurso variam em conformidade com os enquadres nos quais se apresentam; iii) se há condições de propor regularidade para os processamentos referenciais, independentemente do gênero em que figuram os textos verbo-imagéticos.

A hipótese deste estudo é que, semelhantemente ao que ocorre no texto verbal, a referenciação funcionará como um mecanismo de produção e compreensão de textos verbo-imagéticos, podendo, portanto, as categorias referenciais do texto verbal serem estendidas ao texto verbo-imagético, sem alteração dos princípios que orientam a referenciação, haja vista a base epistemológica que sustenta essa noção. Nesse sentido, a mudança seria com relação não aos princípios ou categorias que subjazem à noção de referenciação, mas à maneira como essas relações referenciais nos textos verbo-imagéticos acontecem em um e outro gênero, dadas as características composticionais, estilísticas e estruturais dos gêneros⁸. Ou seja, mesmo apresentando funcionamentos diversos com relação aos objetos de discurso, é possível estabelecer regularidades para o processamento referencial nos textos verbo-imagéticos, além das diferenças relativas ao gênero.

Para a apresentação desta pesquisa, divido-a em cinco capítulos. No primeiro, traço um breve panorama histórico da noção primária de referência até sua concepção contemporânea, que privilegia uma posição processual e situada de negociação de sentidos. No segundo capítulo, situo-me em relação ao arcabouço teórico que sustenta as escolhas e métodos de análise utilizados na pesquisa, a Linguística Textual de base sociocognitivo-discursiva, discorrendo sobre os conceitos dessa área que interessam ao estudo. Em seguida, no capítulo terceiro, não somente evidencio as principais tendências do estudo da referenciação na contemporaneidade, mas também apresento, em detalhes, a abordagem referencial que orienta e fundamenta a análise, detalhando as categorias analíticas utilizadas para a análise do *corpus*. No quarto capítulo, discorro sobre a metodologia da pesquisa e, por fim, no último capítulo, mostro o funcionamento dos objetos de discurso nos textos verbo-imagéticos.

Ao pensar na demanda contemporânea de leitura e, por conseguinte, nos multiletramentos, acredito ser profícuo um estudo que se dedique a estender a referenciação

⁸ Isso significa que o espaço material de ocorrência do gênero, sua formatação em enquadres e sua função social determinarão, em medida, o funcionamento das relações entre os objetos de discurso nos gêneros analisados.

ao texto que contempla modos outros de significação, possibilitando o estabelecimento de um *devir* no campo teórico da Linguística Textual, a partir de posturas outras para o gesto referencial.

Capítulo 1

Da noção de referência à noção de objetos de discurso: a instituição da relação linguagem-mundo

A linguagem é provavelmente a marca mais notória da cultura. As trocas simbólicas permitem a comunicação, geram relações sociais, mantêm ou interrompem essas relações, possibilitam o pensamento abstrato e os conceitos (ARAÚJO, 2004, p. 9).

A epígrafe supracitada remonta à noção de linguagem enquanto fenômeno social, ancorada em práticas sociais situadas por sujeitos constituídos por uma história, por uma memória, por uma ideologia, por uma cultura. Assim, nada mais natural do que observar o que essa linguagem diz e como o faz a partir de situações específicas de comunicação.

Nesta proposta de observar e explicar o jogo de linguagem envolvido entre as pontes referenciais do verbal e do não verbal, o primeiro capítulo da tese será dedicado à discussão da noção central do estudo: a referência. Tratarei de alguns dados do percurso histórico dessa noção, tentando esboçar um breve panorama da relação linguagem-mundo⁹, do classicismo aos dias atuais. Não tenho a pretensão de abranger todos os pormenores nem todos os nomes que fizeram parte da complexa história da referência, mas pretendo elucidar, em épocas importantes nos estudos da linguagem, algumas abordagens e ou alguns nomes que considero cruciais para a compreensão dos vários momentos do fenômeno referencial. Esse panorama abrangerá desde a noção clássica de referência, como componente indispensável para qualquer consideração sobre a linguagem e sua relação direta com o mundo, até a noção da referência como processo, dentro de uma prática comunicativa situada, ou seja, como um dos mecanismos da linguagem que permite a interação, a comunicação, a ação entre pares.

1.1 A RELAÇÃO LINGUAGEM-MUNDO: DA PERCEPÇÃO GREGA AO RENASCIMENTO

Começo este capítulo afirmando que a relação linguagem-mundo, para os clássicos, era questão imprescindível quando se tratava do estudo da linguagem. Os gregos, conforme Robins (2004), foram os primeiros povos a darem grande contribuição para o terreno fértil da ciência linguística. Foram eles os responsáveis por delinear um alfabeto. A meu ver, esse

⁹ Estou compreendendo a expressão linguagem-mundo como sinônimo de referência e ou referente, a depender do contexto em que é usada.

grande feito contribuiu para o início da reflexão sobre o ato de referenciar, uma vez que para a constituição de tal alfabeto foi preciso relacionar sons vocálicos aos sinais da escrita hebraica. As letras seriam as representações dos sons da fala. A partir daí, os estudos linguísticos tiveram grande impulso e, com os estoicos¹⁰, ganharam *status* particular, ou seja, saíram do vasto campo da filosofia para se constituírem separadamente enquanto domínio.

Nesse ínterim, os estoicos foram responsáveis por distinguir os termos “significante” e “significado”, o que já sinaliza mudanças expressivas, remetendo, ao mesmo tempo, ao porvir dos estudos saussurianos do signo linguístico. Segundo Eco (1991), os estoicos sofisticadamente foram capazes de distinguir entre sons fisiológicos e sons articulados. Para eles, só era possível dizer algo se se tinha conteúdo de caráter não sensível; portanto, o que era “dizível” pertencia à ordem incorpórea, “ente da razão”.

Como é possível perceber, ao mesmo tempo em que começa a tomar proporções maiores a reflexão sobre a relação linguagem-mundo, algumas controvérsias em relação à linguagem são postas: de um lado, os partidários da natureza *versus* os defensores do princípio da convenção, e de outro lado, os analogistas *versus* os anomalistas¹¹. Essas oposições demonstram a preocupação do homem quanto à origem e ao funcionamento da linguagem, aventando sobre a necessidade de investigações mais detidas do componente linguístico.

Se, por um lado, havia aqueles que defendiam que a linguagem era fruto da capacidade natural humana, por outro, havia aqueles que defendiam que os significados não existiam isoladamente, podiam variar de acordo com o contexto, prevalecendo a relação arbitrária entre forma e significado. Nessa disputa entre natureza-convenção, quem ganhou foram os estudos linguísticos, ao propiciarem ao homem maior reflexão sobre a linguagem, especialmente sobre a relação linguagem-mundo.

Nesse ínterim, quem ganhou destaque foi Santo Agostinho, ao conceber como inconfundíveis som e significado de uma palavra. Houve, nesse momento da história da

¹⁰ “Em decorrência direta das conquistas de Alexandre, o Grande (356-323 a.C.), que difundiram a cultura grega por todo o chamado mundo civilizado de sua época, a filosofia deixou de ser grega e tornou-se internacional. Nesse momento, surgiu uma **escola filosófica** que iria permanecer como uma linha organizada de pensamento durante nada menos que cinco séculos: o estoicismo. A escola estoica recebe esse nome do local onde foi fundada, a porta pintada (“Stoa Poikile”), em Atenas, por Zenão de Cílio, por volta de 300 a.C.. Zenão era fenício, como grande parte de seus colegas e discípulos.” (OLIVIERI, 2006, sem paginação).

¹¹ “Para os analogistas, a fala humana, e a nossa própria compreensão do seu funcionamento, estaria sob o domínio do princípio da regularidade ou analogia; para os anomalistas, sob o domínio do princípio da irregularidade ou anomalia” (ROBINS, 2004, p. 13).

relação linguagem-mundo, significativa contribuição, mesmo que indireta, para os estudos modernos sobre referência e nomeação.

Ainda sobre os anomalistas estoicos, que defendiam o princípio da irregularidade, cabe ressaltar que, segundo Robins (2004, p. 17), “ao rejeitarem a equação ‘uma palavra, um significado’, demonstraram notável compreensão da estrutura semântica da linguagem” e, por conseguinte, consideraram que os significados não existiam isoladamente, variando conforme o contexto. Com isso, houve mais um avanço para a reflexão sobre a relação linguagem-mundo, embora os responsáveis por esse avanço, os gregos, tenham se destacado mais nos estudos gramaticais, especialmente no que concerne ao entendimento sobre o bom e o mau uso da língua – regras prescritivas.

Em relação aos romanos, o nome de evidência foi o de Varrão, uma vez que propôs grandes avanços para a terminologia gramatical. Todavia, em linhas gerais, os romanos detiveram-se em seguir os gregos e em aplicar as teorias gregas ao latim, propondo apenas algumas modificações.

Na Idade Média, nos seis primeiros séculos, após a queda do Império Romano Ocidental, a gramática foi a base da erudição, assim como o latim. Já na segunda metade da Idade Média, no período da filosofia escolástica¹², os estudos linguísticos ganharam novo fôlego, ao apresentarem finalidades pedagógicas, tendo como destaque os manuais que normatizavam sobre o ensino do latim. Uma relevante distinção semântica feita nessa época foi entre *significatiō* e *suppositiō*.

A *significatiō*, que podemos traduzir por significação, foi definida como a relação entre o signo (palavra) e aquilo que ele significa. Em virtude dessa relação, o signo pode funcionar ou ser aceito como substituto de objetos, pessoas, eventos etc., tomados individualmente ou em conjunto; com referência aos nomes, este tipo de fenômeno é designado pelo termo *suppositiō* (suposição, suplêncio) (ROBINS, 2004, p. 60).

Como é possível notar, a percepção humana sobre a relação linguagem-mundo cada vez mais ganha contornos particulares, tanto que, pelos escolásticos, já se concebia que uma mesma palavra podia designar várias entidades, mas, ao mesmo tempo, ser delimitada por uma *suppositiō*. Um exemplo é a palavra “mulher”, que pode designar várias mulheres ou

¹² “A Escolástica foi um sistema filosófico que, fortalecido pela fé cristã e fortalecendo-a, procurou unificar todos os ramos e compartimentos do saber, harmonizando as exigências da razão e da revelação” (ROBINS, 2004, p. 59).

pode ser restringida ou especificada por meio de uma palavra caracterizadora, por exemplo, mulher branca.

É nessa linha de pensamento que a gramática especulativa instaura-se e torna-se possível o entendimento de que a linguagem reflete os traços fundamentais do nosso pensamento e do mundo. Para o sistema modístico, ou seja, o sistema dos gramáticos medievais, havia iconicidade entre as coisas do mundo e a estrutura da linguagem. Por isso, tentaram criar uma gramática universal, especulativa, para descrever o processo de verbalização, no qual distinguiam as dimensões: i) coisa (*res*); ii) entendimento (*intellectus*) e iii) voz (*vox*), que se associavam, respectivamente, ao: i) *modus essendi* (as coisas possuem várias propriedades ou modos de ser); e ao ii) *modus intelligendi* (modo de entender as coisas) e iii) *modus significandi* (modo de significar as coisas) – “a coisa e o conceito são designados sob a forma de palavras como resultado de um ato de imposição, a palavra é composta por um significante vocal – *vox* – que é associado a um referente – *significatum*” (BRANDÃO, 2006-2011). Essa associação, chamada de significação (*ratio significandi*), é que produzia o signo verbal (*dictio*).

Em linha oposta ao pensamento da gramática especulativa, um nominalista realiza um grande feito para o estudo da relação linguagem-mundo, rompendo com o proposto pelos modistas: Guilherme Occam nega a existência de relação intrínseca entre palavras e realidade. Começa, então, um novo e decisivo paradigma nos estudos da relação linguagem-mundo: a língua deixa de ser um espelho que reflete a realidade.

Esse pensamento que nasce no fim da Idade Média, guardadas as devidas dimensões, perdura até os dias atuais por meio perspectiva sociocognitivo-discursiva da referência, base na qual se assenta esta pesquisa e que será detalhada no capítulo 2. Ou seja, é mais um significativo passo na direção de desvincular a associação direta entre o real e a língua.

No conhecido período renascentista, famoso por ser o marco da Idade Moderna, a tradição clássica greco-romana é retomada. A centralidade pauta-se no descritivismo das línguas modernas e o foco é o estético, o belo. Nesse período, o latim já entrava em declínio para as línguas vernáculas assumirem lugar de prestígio, assim como suas respectivas gramáticas. O que importava em termos de língua era a precisão, a clareza, a língua realizada conforme prescrição. Ainda nessa época, século XVII, surge a gramática de Port-Royal, dos autores Arnauld e Lancelot, cuja noção de signo é entendida como o meio pelo qual os homens expressam seus pensamentos; “por detrás dos signos, há toda uma lógica das ideias e

dos juízos” (ARAÚJO, 2004, p. 24). Nesse sentido, o referente da linguagem é o pensamento. Para essa gramática, o que se tinha era a elaboração de teorias dadas por princípios gerais para se estenderem a todas as línguas. Logo, a meta da prescrição era atingir a língua universal e lógica, sem equívocos, porque a razão, sendo a mesma para toda a humanidade, pressupunha que a realidade exterior fosse concebida de forma única, universal.

Embora os adeptos da Gramática de Port-Royal admitissem que as línguas pudessem se diferir em relação à concepção das coisas e da categorização, estavam dispostos sempre a buscar o universal. A par da busca pela universalidade, há de se resguardar que, no Renascimento, alguns estudiosos, examinando os aspectos que diferiam uma língua da outra, “se apercebiam da complexidade e diversidade dos aspectos físicos da língua(gem) – o elemento em que o significado estava “encarnado” (WEEDWOOD, 2006, p. 70). A eles era atribuído o olhar direcionado ao aspecto semântico.

Nesse mesmo período, outro grande nome que ganha destaque sobre o *continuum* da referência é Locke, por meio do empirismo. Para ele, o conhecimento surge da experiência e forma-se pelas ideias. Nesse sentido, os empiristas acreditam que as palavras são essenciais para as ideias. Ao mesmo tempo, Michel Bréal marca também seu nome na história da relação linguagem-mundo, ao ser responsável por desvincular os estudos anteriores sobre sentido das preocupações filosóficas, literárias, lógicas, para tratá-lo a partir de uma perspectiva histórica, pensando a natureza da linguagem e as mudanças linguísticas enquanto submetidas ao desejo do homem. À Semântica, disciplina inaugurada por Bréal¹³, cabe, segundo o estudioso, o estudo da causa e a estrutura dos processos de mudança das significações das palavras. Assim, mais uma conquista para os estudos contemporâneos da significação: a necessidade de se considerar o homem na relação linguagem-mundo¹⁴.

Em síntese, essas considerações históricas do percurso linguagem-mundo desde os gregos ao Renascimento iniciaram-se, sob meu ponto de vista, pela instituição do alfabeto grego, uma vez que esse feito revelou a ligação estabelecida entre sons e traços convencionais, o que mostrou, necessariamente, uma necessidade de referenciar/dizer o mundo. Em seguida, os estoicos inauguraram a distinção entre significado, signo e coisa no

¹³ A primeira ocorrência da palavra Semântica deu-se por meio da publicação do artigo “As leis intelectuais da linguagem, fragmento da semântica”, em 1883.

¹⁴ Todavia, embora Bréal tenha proposto indissociar linguagem do componente humano, seu discípulo, Ferdinand de Saussure, o fará *a posteriori*, por meio da promulgação da Linguística enquanto ciência. É possível hipotetizar que, de alguma forma, Saussure sofreu algum tipo de influência de seu mestre Bréal, mesmo que essa influência possa ser considerada apenas como um incômodo.

mundo. Na mesma linha, Agostinho distinguiu os sinais das coisas do mundo das próprias coisas, ou seja, propôs não existir significado se não houvesse referente. Já na Idade Média, a busca pelo universal foi empreendida ao mesmo tempo em que houve um olhar para o particular, no caso, o elemento semântico. No século XVII, a gramática de Port-Royal foi publicada e sua crença foi de que a língua é um sistema de signos, cujas palavras são envoltórios para as ideias. Nesse tempo, a lógica era o nível privilegiado e buscava-se mostrar como as ideias eram significadas; como a linguagem expressava o pensamento. Com a corrente empirista, houve grande impulso aos estudos da referência, posto que os empiristas promulgaram uma noção “sofisticada de significado: as palavras significam as ideias na mente de quem as usa, mesmo que as ideias representem imperfeitamente as coisas” (ARAÚJO, 2004, p. 25). Para eles, as palavras eram usadas no discurso para significar em âmbito geral e particular, sendo, dessa forma, essenciais para as ideias. Foi através dos signos, como generalidades, que o homem pôde comunicar aquilo que se passava em seu interior. Por fim, há de se considerar o avanço dos estudos da relação linguagem-mundo com a proposta de Bréal, ao incluir a atividade humana como condição *sine qua non* para a existência da linguagem.

Passarei às considerações da relação linguagem-mundo a partir do século XIX.

1.2 A RELAÇÃO LINGUAGEM-MUNDO: SÉCULO XIX

Se até o século XVIII a noção que imperava sobre a linguagem era aquela que privilegiava o universal, em que a linguagem refletia o pensamento, no século XIX, a ideia perseguida foi a de que as línguas podiam ser sistematicamente comparadas e estudadas, conforme sua evolução histórica. Daí, o surgimento da linguística comparada, depois redefinida em linguística histórica. O objetivo dessa linguística era estabelecer um parentesco comum entre duas ou mais línguas. Esse objetivo foi impulsionado, primordialmente, pelo sânscrito e suas relações com as línguas clássicas e modernas da Europa. Nesse contexto, Humboldt destacou-se por suas ideias à frente de seu tempo; uma delas foi a de que a língua é dinâmica, constituindo-se em uma atividade discursiva e, não, em mero produto.

O mais precioso e o mais refinado [...] só pode ser percebido ou sentido no discurso conectado. É o discurso que é preciso pensar como o verdadeiro e o primário em todas as investigações que tentam penetrar na essência viva da linguagem. A fragmentação em palavras e regras não é senão o produto

morto da segmentação científica (HUMBOLDT, 1093-1936 apud ADAM, 2008, p. 31).

Nessa citação, o aspecto criativo da capacidade linguística do ser humano é posto em voga. Essa noção é muito cara aos estudos contemporâneos da referência, uma vez que privilegia a realização da língua como construção, atividade discursiva, a partir dos contextos de uso. Não é por acaso que Humboldt é sempre citado pelos teóricos que privilegiam o discurso como objeto de análise.

Depois da linguística comparativa, a linguística histórica marca os estudos da linguagem, quando, assumindo o pressuposto de que as línguas mudam no curso do tempo, detém-se na reconstituição das línguas, levando em consideração os estados de evolução.

Já a escola neogramática, também historicista, deu grande importância à fonética e à dialetologia, atribuindo as mudanças da língua a duas causas: uma mecânica (fisiológica) – quando há uma modificação e nenhuma palavra escapa a ela – e outra relativa à proximidade com a analogia (psicológica) – as palavras e as frases são agrupadas por elementos que se parecem pelo som e pelo sentido. Ou seja, a perspectiva do sentido dava-se em função de que a acepção de uma palavra mais recente acontecia em função de outras mais antigas. Uma importante consideração da neogramática foi admitir que a linguagem não existia independentemente dos falantes. Sua proposta era criar uma teoria da mudança que se operava no indivíduo falante, cuja propagação se dava por meio da ação recíproca dos indivíduos. Os neogramáticos não admitiam a analogia derivada de caráter histórico, por considerarem-na um fator desviante. Essa consideração é de grande valia, uma vez que o fator social, mesmo que timidamente, começa a ser levado em conta na e para a produção lingüística, por meio da introdução do falante na relação linguagem-mundo.

Tal consideração foi retomada por outra escola, a idealista, que destacou o falante como responsável na e para a produção e difusão da mudança linguística. Vossler, representante dessa escola, reafirmou a ideia de que “toda mudança linguística tem o seu ponto de partida em inovações que o indivíduo introduz em seus hábitos de fala” (ROBINS, 2004, p. 154). Outro representante idealista foi Croce, que propôs que a arte fosse entendida como expressão, o que, posteriormente, colaborou para que Vossler instituísse a Estilística, como uma das áreas de interesse dos estudos linguísticos. Tanto em Vossler como em Croce, o que se torna notável é a necessidade de se levar em consideração aspectos externos à língua enquanto sistema. Isso será essencial ao tratar da referência em moldes contemporâneos. A

referência necessita de ligações para além da materialidade textual, com o social, a cultura, a história, a cognição, a ideologia, dentre outros.

Em resumo, o que se tem de mais relevante e, ao mesmo tempo, propulsor aos estudos sobre a linguagem do século XIX é a perspectiva histórica para a abordagem das línguas. Nesse sentido, foram os neogramáticos que principiaram a introdução da função comunicativa da linguagem, relegando a segundo plano a visão tradicional e positivista da linguagem como expressão do pensamento, o que representou grande conquista para a relação linguagem-mundo. Ao lado disso, a identificação da linguística como ciência histórica prevaleceu ainda no século XIX, mudando com a chegada do século XX.

1.3 A RELAÇÃO LINGUAGEM-MUNDO NO SÉCULO XX: A PRIMEIRA TENDÊNCIA LINGUÍSTICA

No século XX, o genebrino Ferdinand de Saussure, por meio da publicação póstuma, em 1916, de seus escritos do “Curso de Linguística Geral” pelos seus discípulos, será o grande responsável por uma nova ordem estabelecida: a de que a significação não decorre de uma ligação obrigatória com as coisas. A isso chamo de primeira tendência.

Sob esse novo paradigma, o signo será entendido como convencional e arbitrário e, portanto, a relação linguagem-mundo não será mais necessária nem coincidente, sendo o referente, nessa abordagem, dispensável para a compreensão e funcionamento dos signos. Isso acontece, porque, conforme perspectiva saussuriana, o signo só ganha valor em relação a outro signo dentro do sistema, isto é, “quer se considere o significado, quer o significante, a língua não comporta nem ideias, nem sons preexistentes ao sistema linguístico, mas somente diferenças conceituais e diferenças fônicas resultantes deste sistema.” (SAUSSURE, 2002, p. 139). Portanto, o que se tem é uma visão abstrata, universalista, sistêmica e formal da língua, haja vista a necessidade de preservar o caráter científico e autônomo do objeto de estudo da própria ciência linguística: a língua.

A linguística estrutural, como ficou conhecida a abordagem de Saussure, não estava preocupada com aquilo que era externo à língua, ao sistema, embora há quem admita, com muita coerência, justamente o contrário, conforme evidencia Benveniste (1976), ao dizer que Saussure contraria o princípio por ele mesmo proposto, uma vez que introduz o terceiro elemento ao significado e significante: o próprio real. Benveniste faz tal afirmação com base,

por exemplo, na ideia de que o significado “cão”, na perspectiva de Saussure, tem como significantes [cão], [dog], [chien], que se referem, necessariamente, à mesma realidade, isto é, referem-se ao mesmo animal no mundo, uma realidade extralingüística. “O que é arbitrário é que um signo, mas não outro, se aplica a determinado elemento da realidade, mas não a outro” (BENVENISTE, 1976, p. 56). Em outras palavras, para Benveniste¹⁵, Saussure, ao definir língua como “uma convenção formada por signos arbitrários”, necessariamente leva em conta o extralingüístico, a realidade, posto que os signos são arbitrários em relação ao mundo, ao que é exterior ao próprio sistema/língua.

Na realidade Saussure pensa sempre, embora fale de ‘ideia’, na representação do *objeto real* e no caráter evidentemente não necessário, imotivado, do elo que une o signo à *coisa* significada. A prova dessa confusão encontra-se na seguinte frase cujo membro característico sublinho: “Se não fosse assim, a noção de valor perderia algo do seu caráter, pois *conteria um elemento imposto de fora*”. É bem “um elemento imposto de fora”, portanto, a realidade *objetiva* que esse raciocínio toma como eixo de referência (BENVENISTE, 1976, p. 35).

Embora a relação linguagem-mundo não fosse objeto de análise, porque Saussure entendeu que historicamente o momento contratual de nomeação das coisas do mundo já havia acontecido e, por isso, a língua estava pronta em relação ao conjunto de significações (contrato já realizado), o teórico instituiu autonomia aos estudos da linguagem, ao promulgar seu objeto de estudo, a língua, fazendo surgir a Linguística enquanto ciência. Para Saussure, outros estudiosos, como os filósofos, deveriam se ocupar da relação signo e realidade, ou o que chamo de linguagem-mundo, mas não os linguistas. Nesse sentido, o que se tem é o impedimento de “sair” dos limites da frase gramatical, o que, necessariamente, impede o trato da relação linguagem-mundo. Essa visão difere totalmente da proposta de Bréal, mestre de Saussure no século XIX, porque a semântica histórica prevê, necessariamente, a relação do homem com a linguagem. Contudo, mestre e discípulo alinharam-se, ao acreditarem que, no decorrer do tempo, uma dada forma sofria transformação de sentido.

Saussure rompeu com o pensamento anterior clássico de que o signo ou a palavra representa uma ideia. Ele propôs ser a realidade um aspecto à parte ao pensamento. Assim, o que se pode afirmar, paradoxalmente, é que ele rompeu com uma concepção de referência, cuja natureza era reflexiva, “reduz o que pensamos naquilo em que pensamos” (CARDOSO,

¹⁵ Tratarei adiante, de forma pormenorizada, das considerações benvenisteanas.

2003, p. 25). O que Saussure propôs foi uma relação associativa entre elementos dentro do sistema língua, o significante e o significado.

A doutrina *port-royalista* do signo se fundava na relação de representação. Essa relação é assimétrica: A representa B não implica que B represente A. Ora, é notável que Saussure não fale apenas de representação. O termo decisivo na doutrina saussuriana é aquele da associação. [...] Saussure constrói um modelo do signo que se separa de toda teoria da representação (MILNER, 2002 apud PAVEAU; SARFATI, 2006, p. 72).

Para Saussure, é na interseção entre os eixos paradigmático (eixo das possibilidades) e sintagmático (eixo das realizações) que o signo recebe significado. Dentre as várias possibilidades que o sistema oferece, o falante escolhe uma delas e a realiza. Logo, o significante e o significado são concebidos, nessa proposta, como dois lados da mesma moeda. Se o referente fosse considerado na proposta saussuriana, ele traria o que é da ordem do particular e colocaria em xeque a proposta do genebrino, conforme atesta Cardoso (2003):

O signo saussuriano, sem o referente, é o signo da sincronia, refletindo relações já estabelecidas, consagradas, que não dão conta da língua enquanto processo, história. O referente traria de volta o evento, a particularidade, o que poderia subverter a própria ordem do sistema, para a qual o tempo não é um valor (p. 26).

No intuito de considerar apenas o sistema para definir a língua como objeto de estudos, o estruturalismo saussuriano muito contribuiu com a Linguística, rompendo com os estudos clássicos que priorizavam a aplicação de uma lógica à teoria da linguagem. Todavia, a relação linguagem-mundo foi desconsiderada para os objetivos pretendidos, mesmo que de forma contestatória.

Outros estruturalistas, assim chamados, por entenderem que o estudo da linguagem dava-se por meio do estudo da estrutura da língua, ou seja, o que compete à ordem interna, seguiram, de forma mais ou menos próxima, os preceitos saussurianos. Dentre eles, os representantes da Escola de Praga que, assim como Saussure, não deram lugar para o estudo da referência, porque se preocupavam com as questões estruturais. Destaque para Jakobson que, em 1963, instituiu os elementos do ato de comunicação verbal que, até hoje, com muitas restrições, são utilizados por alguns linguistas, a saber: o remetente, o destinatário, a mensagem, o canal, o código e o contexto (referente) – o que culmina na noção de função referencial da linguagem. Nesse caso, o contexto (referente) era entendido apenas conceitualmente, não como uma relação linguagem-mundo.

A Escola de Copenhague, também adepta ao pensamento estrutural de Saussure, comparou a língua a um jogo, como o genebrino, e adotou a premissa de que o sistema predomina em relação aos elementos que o constituem. O nome de relevo foi o de Hjelmslev, cujo intento era criar “uma álgebra da linguagem”, uma “semântica científica” (CARDOSO, 2003, p. 37). Nesse propósito, a relação linguagem-mundo foi resolvida com a distinção entre o significado e o referente, sendo aquele restrito à língua, à imanência do sistema.

A Escola Americana, cujo principal expoente foi Leonard Bloomfield, também estruturalista, todavia em uma acepção diferenciada do estruturalismo saussuriano, deu privilégio à descrição das leis do sistema linguístico. Tal escola emergiu da necessidade de se descreverem as línguas indígenas americanas que eram ágrafas. Para isso, era necessário o desenvolvimento de procedimentos para se chegar, por meio dos dados de uma língua desconhecida, à estrutura dessa língua em questão, pois, assim, teriam uma série de operações controladas, desprezando, dessa forma, a intuição. Dentro dessa concepção, os níveis fonológico e morfológico foram os mais importantes para as descrições, visto que era por meio deles que as regularidades no *corpus* eram identificadas. Nesse sentido, nota-se a indiferença pela relação linguagem-mundo, tendo em vista que o predominante era uma concepção descritivista da linguagem, na qual o caráter positivista de racionalidade foi assumido por Bloomfield e seus seguidores.

A partir desse contexto estruturalista americano, no qual predominava o descritivismo a partir do estudo das línguas ágrafas indígenas, outra corrente linguística é criada, o gerativismo, devido à insatisfação de Noam Chomsky com esse contexto. Isso acontece por volta de 1957, quando Chomsky publica *Syntactic structures*, livro que reúne suas principais ideias a respeito da ciência da linguagem.

Chomsky estava interessado em fundamentar e propor a gramática gerativa, cuja finalidade era a elaboração de um modelo capaz de explicar todas as frases gramaticais de uma língua, ou seja, o intuito era chegar a uma teoria da linguagem, aos universais linguísticos. Para isso, Chomsky centrou-se na competência do falante e distinguiu-a do desempenho. O primeiro termo refere-se à capacidade que o falante de uma língua tem em entender e produzir um número infinito de combinações a partir de um número finito de estruturas, o que remete aos conhecimentos intuitivos que o falante tem de sua língua e de suas estruturas. O segundo termo diz respeito ao uso que o falante faz da língua.

Os gerativistas, conhecidos como partidários dos pensamentos de Chomsky, concebem a língua como força criadora e partem do princípio de que a faculdade da linguagem é inata ao homem e, para ser ativada, basta que haja condições necessárias. O axioma dessa proposta é o fato de a faculdade da linguagem, para eles, ser inata; acreditam que há uma gramática internalizada na mente do falante, portanto, a partir do número finito de estruturas, a criança, segundo os gerativistas, é capaz de produzir um número infinito de combinações. Ademais, creem que o cérebro tem uma parte específica para a linguagem.

Segundo essa corrente, a referência é concebida a partir de duas posições: a referência interna e a referência externa. Para Chomsky, a referência interna ou intralingüística é considerada como uma propriedade da linguagem internalizada, portanto, a única passível de ser descrita. Já a referência externa, relação da linguagem com a realidade, com o mundo, é um fenômeno que não pode ser descrito, porque foge ao sistema, às regras linguísticas, dependendo, assim, da vontade humana para se estabelecer. Portanto, Chomsky rejeita a referência. Ele não nega que existe uma relação entre linguagem e mundo, entretanto, não prevê a possibilidade de estudar essa relação sob uma perspectiva inatista¹⁶ e mentalista¹⁷.

1.3.1 A RELAÇÃO LINGUAGEM-MUNDO NO SÉCULO XX: A PRIMEIRA TENDÊNCIA FILOSÓFICA

Uma vez que a linguística de vertente estruturalista não se ocupava da relação linguagem-mundo e relegava aos filósofos tal tarefa, cumpre registrar como essa relação era concebida pelos filósofos da linguagem em época similar à fundação dos estudos da linguagem de ordem estrutural.

As primeiras abordagens filosóficas para a relação entre significado e referência (relação linguagem-mundo) são de cunho lógico-analíticas, a chamada filosofia analítica¹⁸,

¹⁶ “A idéia do inatismo fica mais evidente na concepção chomskiana de gramática universal (GU), que é aquilo que caracteriza a existência do homem como parte da natureza, uma vez que diz respeito a princípios naturais’. A analogia que o linguista comumente estabelece é: assim como todos os seres humanos possuem um sistema visual, passível de ser estudado, da mesma forma ocorre com a linguagem, enquanto um sistema.” (SEVERO, 2006, p. 107).

¹⁷ A abordagem mentalista “não opera apenas no nível abstrato (mental), mas visa ao estudo da mente na sua integração eventual com as ciências biológicas, uma vez que Chomsky propõe um estudo da linguagem como ‘fenômeno biológico’” (SEVERO, 2006, p. 107).

¹⁸ “O rigor metodológico que caracteriza a Filosofia Analítica serve para nos prevenir de cometermos erros ao raciocinar com palavras ou conceitos abstratos. A Filosofia Analítica resulta, pois, do fato de que a maioria dos filósofos contemporâneos, cientes do quanto as palavras podem nos confundir e do quanto elas efetivamente confundiram os filósofos no passado, concebe os problemas filosóficos primeiramente como problemas de esclarecimento do sentido de nossas expressões, de modo a assegurar que a investigação não se perca, logo no

posto que se parte do nível de sentenças com conteúdo proposicional. Rejeitando os princípios de uma organização global da língua a partir dos elementos que a compõem, a premissa de que o signo linguístico pode ser estudado por si e em si mesmo e dispensando a interferência de fatores externos ao sistema (o que se verifica na visão estruturalista para o sentido), essas propostas filosóficas surgem na tentativa de propor explicações para a questão do sentido, a partir da relação linguagem-mundo; por isso, são denominadas de semânticas.

Essa lógica inicia-se por Aristóteles, ao considerar o silogismo¹⁹ das premissas. Nesse caso, não importava o conteúdo das premissas, o que importava era a lógica entre elas. Em decorrência disso, a lógica formal preocupa-se apenas com a forma.

Na Semântica Formal, no começo do século XX, o foco das análises recaiu sobre a condição de verdade que se originou com o estudo das linguagens formais, construídas pelos lógicos, passando para o estudo das línguas naturais. O que norteava os estudiosos, então, era o estudo das condições de verdade das sentenças e a verificação dessas condições no mundo. O nome sempre lembrado é o de Frege, para quem pensar a referência era priorizar a relação da linguagem diretamente com o mundo. Isso implica dizer que o sentido era dado pela representação individual do objeto no mundo com o próprio objeto no mundo, mediado pela linguagem. Logo, a referência era o próprio objeto no mundo, que se configurava pela saturação do pressuposto de existência²⁰ e pela verificação da descrição posta pela predicação, condizendo com o objeto referido. Em outras palavras, saber o significado de uma sentença era saber que estado do mundo ela pretendia identificar; só se conhecia o significado ao se conhecer suas condições de verdade. A busca da verdade impulsionava o sentido para a configuração da referência.

Frege postulou, com isso, que o estudo subjetivo das sentenças era descartado pela Semântica, que se interessava, por sua vez, pelos estudos dos aspectos objetivos dos significados (a representação era individual, portanto, sem validade lógica; o sentido era coletivo. Nesse viés, muitas representações podiam estar associadas a um mesmo sentido, mas seriam desconsideradas no processo de determinação da referência). Os significados eram

início, em confusões conceituais, originadas de uma compreensão inadequada da maneira como a nossa linguagem funciona. [...] Em vez de se perguntar, por exemplo, o que é o conhecimento, a verdade, a existência, a liberdade, o bem, o filósofo analítico prefere começar perguntando o que significam ou de que modo são usadas tais palavras." (COSTA, 1991, p. 20, 14).

¹⁹ Premissa 1: Todo homem é mortal. Premissa 2: João é homem. Conclusão: João é mortal.

²⁰ A existência da linguagem pressupõe a existência do objeto no mundo e o valor de verdade equivalendo à referência da sentença, ou seja, o objeto no mundo. Quando não há saturação do pressuposto de existência, o valor de verdade passa a ser nulo e, com isso, essa sentença não mais interessará à teoria fregeana, simplesmente, por não ter uma referência no mundo e, consequentemente, não produzir, sob a ótica de Frege, conhecimento.

garantidos pela uniformidade de concordância entre os membros de uma comunidade. Assim, o sentido era o que permitia chegar a uma referência no mundo; seria o próprio objeto no mundo ou o valor de verdade da sentença. Caso contrário, se o sentido não permitisse conhecer algo, era porque ele não correspondia a uma referência²¹.

Depois de Frege, outros filósofos refletiram sobre a linguagem, dentre eles, nesta que chamo de primeira tendência filosófica, a de vertente lógico formal, destaco as contribuições de Russell²² e Wittgenstein I.

Na teoria referencial, adotada por Russell, o significado era a referência. A palavra poderia se referir a um objeto concreto, a uma coisa, a uma qualidade, a uma relação, dentre outros; a palavra era entendida como símbolo representativo de algo diverso dela própria. Daí ser impossível a fórmula $a = b$, conforme postulava Frege. “O erro categorial de confundir nomes próprios com descrições levou Frege a construir uma teoria da significação que admite sentidos sem referência e orações significativas sem valor de verdade.” (CARDOSO, 2003, p. 58). A teoria referencial defendia que uma frase poderia ser significativa mesmo que não houvesse nada no mundo que lhe correspondesse à descrição, como no exemplo clássico “O atual rei da França é careca”. Essa frase era significativa e tinha referência, pela teoria referencial russelliana, mas era falsa, porque na França o sistema não era monárquico. Para Frege, tal frase não teria referência, portanto, não seria nem verdadeira, nem falsa. Assim, Russell propôs a concepção de que as palavras serviam para designar coisas, mas nem todas

²¹ Eis algumas análises (letras a, b e c) para melhor compreender o que Frege postula:

a) **A sereia casou-se com o príncipe.** Nessa situação, embora o sentido da sentença seja estabelecido (sentido de que uma sereia casou-se com um príncipe), não há uma referência ou a referência é considerada nula, posto que o grande juiz das sentenças, o mundo, não prevê a existência do nome próprio sereia. Nessa frase, torna-se bastante clara a elucidação do problema da linguagem natural: ela consegue pressupor um objeto que não existe no mundo.

b) **O autor de Grande Sertão: Veredas é Guimarães Rosa.** Nessa sentença, há dois nomes próprios que são saturados no pressuposto de existência: *O autor de Grande Sertão: Veredas* e *Guimarães Rosa*. O sentido desses nomes próprios atualiza-se e estabelece-se graças a uma familiaridade com sua designação por uma comunidade linguística. Podemos fazer analogia com a expressão $a = b$, em que temos $a = O \ autor \ de \ Grande \ Sertão: \ Veredas$ e $b = Guimarães \ Rosa$, ambos referindo-se a um mesmo referente. Portanto, estando a predicção da sentença condizente com o objeto no mundo, o valor de verdade é verdadeiro e, portanto, há o estabelecimento de uma referência. O sentido da sentença é que existe um autor de *Grande Sertão: Veredas* e que esse autor é Guimarães Rosa.

c) **Florianópolis é a capital do Paraná.** Diferentemente da sentença anterior, aqui há um caso em que o valor de verdade é falso, posto que a descrição do predicado é *a capital do Paraná* não condiz com o objeto no mundo, embora os nomes próprios Florianópolis e capital do Paraná sejam saturados no pressuposto de existência. Logo, se a parte da sentença que descreve não condiz com a parte que refere, não há referência. Em outras palavras: o sentido da sentença não se estabelece, visto que Florianópolis não é a capital do Paraná.

²² É também atribuído a George Edward Moore a responsabilidade de cofundador, junto com Russell, do movimento analítico na filosofia. Ambos preocupavam-se com uma análise realista da linguagem.

as palavras referiam-se a coisas, assim como nem todas as coisas poderiam ser postas em palavras.

Russell considera assim que a estrutura gramatical da linguagem que usamos todos os dias não coincide normalmente com a sua estrutura lógica e que, assim sendo, é necessário proceder-se à análise lógica da linguagem a qual é suposta tornar manifesta a verdadeira, real e profunda estrutura da linguagem que usamos para falar acerca do mundo. A estrutura gramatical de uma frase é então encarada como sendo enganadora, aparente e superficial, ao contrário da sua estrutura lógica, que se encontra após análise, e que é então, como dizíamos, verdadeira, real e profunda (GRAÇA, 2001, sem paginação.).

Já o discípulo de Russell, Wittgenstein, agregou contribuições ao estudo da relação linguagem-mundo a partir da publicação do *Tractatus Logico-Philosophicus*, em 1921, que priorizava a essência da linguagem e do mundo. Estou me referindo ao primeiro Wittgenstein (doravante Wittgenstein I), visto que a história dos estudos da significação exibe o referido teórico em dois momentos distintos de ideias e concepções sobre a problemática: em um primeiro momento, a concepção wittgensteiniana era a tradicional concepção da linguagem designativa; em um segundo, Wittgenstein rompeu totalmente com a tradição linguística²³.

Wittgenstein I, influenciado por Frege, usou métodos inspirados na lógica para purificar e desambiguar a linguagem, crendo haver paralelismo entre linguagem e realidade, o que o fez aderir ao paradigma lógico-proposicional – paradigma que conferia primazia à frase, à proposição: as palavras só adquiriam significados quando inseridas em uma frase, porque só a frase poderia ser considerada verdadeira ou falsa, correspondendo à estrutura do mundo. Nesse viés, o teórico pretendeu mostrar que o limite do pensamento era o limite rígido das formas lógicas das proposições; “a proposição em sua projeção figurativa diz os fatos: só o que ocorre pode ser dito” (ARAÚJO, 2004, p. 81). Assim, a linguagem ficaria restrita às proposições que figuravam os fatos do mundo, o que tornou sua teoria conhecida como teoria da figuração; em outras palavras: é como se houvesse uma correspondência entre a figuração do mundo na linguagem e o próprio mundo afigurado. “Como as coisas são, a lógica pode dizê-lo: os limites de minha linguagem significam os limites de meu mundo” (WITTGENSTEIN, 1994 apud ARAÚJO, 2004, p. 76). A proposição nessa lógica precisaria ter sentido, ou seja, precisaria afigurar o mundo, corresponder a algo possível do mundo. Já atribuir os quesitos verdade ou falsidade seria um reconhecimento *a posteriori*, que não

²³ Tratarei, adiante, na segunda tendência filosófica no século XX (item 1.4.1.1), de Wittgenstein II .

invalidaria a possibilidade ontológica dos fatos. A noção de referência sob essa perspectiva corresponderia, então, a um fato localizável no mundo.

Contrariando a si próprio, em um segundo momento, que coincide com os novos rumos da linguística, Wittgenstein, por isso Wittgenstein II, revolucionou os estudos sobre a relação linguagem-mundo, ao considerar a linguagem em uso. Graças à incomparável contribuição de Wittgenstein II, os estudos sobre referência ganharam perspectiva dinâmica. Essa contribuição será tratada na segunda tendência linguística da relação linguagem-mundo.

Por isso, deixo o panorama da Filosofia da Linguagem e retorno aos estudos da relação linguagem-mundo no século XX, todavia em perspectiva diferente do que foi a primeira tendência linguística de cunho estruturalista, inspirada por Saussure. Se antes a primazia dos estudos invocava a estrutura, na segunda tendência, as condições de produção do enunciado é que serão privilegiadas na e para a relação linguagem-mundo.

1.4 A RELAÇÃO LINGUAGEM-MUNDO NO SÉCULO XX: A SEGUNDA TENDÊNCIA LINGUÍSTICA

Saussure, imprescindível à consolidação da Linguística enquanto ciência, não privilegiou, em seus estudos, o que era de ordem exterior ao sistema, à língua²⁴, porque sua pretensão era analisá-la enquanto sistema, independente da exterioridade²⁵. Por isso, a segunda tendência da relação linguagem-mundo será, então, caracterizada pela consideração do que Saussure, em momento anterior, havia desconsiderado.

Nesse sentido, Émile Benveniste é singular para a relação linguagem-mundo, especialmente, porque colocou a enunciação no seio das discussões linguísticas e a referência como sua condição. Esse estudioso propôs o foco no sentido:

²⁴ Neste trabalho, quando utilizei a expressão “exterioridade à língua” ou expressões correlatas, quero dizer que se trata da língua enquanto sistema de regras e combinações morfossintáticas **somada** às suas vinculações e imbricamentos com a história, com a cultura, com a sociedade, enfim, com os contextos nos quais a língua é produzida.

²⁵ É bom deixar claro que a exterioridade para Saussure é reconhecida e tem seu lugar de importância, como mostram as seguintes passagens do *Curso de Linguística Geral*: “Quando, numa conferência, ouvimos repetir diversas vezes a palavra Senhores! temos o sentimento de que se trata, toda vez, da mesma expressão, e, no entanto, as variações do volume de sopro e da entonação a apresentam, nas diversas passagens, com diferenças fônicas assaz apreciáveis quanto as que servem, aliás, para distinguir palavras diferentes [...] ademais, esse sentimento de identidade persists, se bem que do ponto de vista semântico não haja tampouco identidade absoluta entre um Senhores! e outro [...]” (SAUSSURE, 2002, p. 125-126). Todavia, ele precisava estabelecer regularidades a fim de promulgar científicidade aos estudos linguísticos.

O que não se tentou para evitar, ignorar ou expulsar o sentido? É inútil: essa cabeça de Medusa está sempre aí, no centro da língua, fascinando os que a contemplam (BENVENISTE, 1976, p. 135).

Normand (2006), em seu artigo “Saussure-Benveniste”, tece considerações sobre a posição de Benveniste como teórico pós-saussuriano. Afirma que não se trata, por parte dos estudos benvenisteanos, de filiação, de novidade ou de comparação aos estudos saussurianos – discursos já utilizados com frequência. Para Normand (2006, p.15), “Benveniste encontrou Saussure naquilo que ele pôde conhecer de seus escritos.”. Esse “encontro”, conforme afirma Normand, implica posicionar Benveniste sobre outra ótica: a consideração deste estudioso para com aquilo que foi relegado a segundo plano por Saussure: o sentido.

Segundo Normand, o que incomodava Benveniste nas postulações saussurianas era a contingência:

Ousemos lançar a hipótese (pois ele [Benveniste] nunca o declarou) de que o que o incomodava era a contingência. Da mesma forma que não se pode desconfiar que o Deus de Einstein jogue dados, o signo não pode e nem deve ser inteiramente desligado de seu fundamento. [...] Forma e sentido são intimamente ligados, um não fica sem o outro, mas essa ligação não pode ser inteiramente contingente. Quem se dedica a descrever atentamente as formas descobre que é o sentido que dá “a razão” de suas diferenças e até de suas anomalias. Sem dúvida, existe uma ordem dos signos, diferente daquela da natureza e da racionalidade, mas não sem relação com a substância, ingrediente inseparável do sujeito vivo e do mundo de sua experiência (seu *Umwelt*, certamente) (NORMAND, 2006, p. 18-19)

Em outras palavras, Benveniste pretendia analisar o que escapava ao formal, já proposto por Saussure; ele queria considerar o ato de comunicação, a enunciação²⁶. Com isso, Benveniste, tendo como foco o sentido (a semântica), passa a considerar o discurso, como manifestação da enunciação, e, por conseguinte, a subjetividade. Em linhas gerais, o que ele propôs foi o deslocamento do princípio de arbitrariedade saussuriano: ao invés de ser arbitrária a ligação entre o significante e o significado, para Benveniste, é arbitrária a ligação entre o signo e a coisa significada/ o objeto no mundo²⁷. Assim, o sujeito e a referência (esta última denominada, por mim, de relação linguagem-mundo), não considerados por Saussure, são pautados nos estudos linguísticos.

²⁶ Segundo Benveniste (2005, p. 82-83): “A enunciação é este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização. [...] A enunciação supõe a conversão individual da língua em discurso.”.

²⁷ A relação entre significante e significado, para Benveniste, deixa de ser arbitrária para tornar-se “necessária”.

A condição para se entender a relação linguagem-mundo, na perspectiva benvenisteana, é, necessariamente, não desvinculá-la da enunciação, isto é, considerar um locutor (eu), um interlocutor (tu), inseridos em um contexto, em uma situação de comunicação. O locutor, então, apropria-se da língua para referir o mundo pelo discurso e o interlocutor, que ora é locutor, passa a correferir.

Por fim, na enunciação, a língua se acha empregada para a expressão de uma certa relação com o mundo. A condição mesma dessa mobilização e dessa apropriação da língua é, para o locutor, a necessidade de referir pelo discurso, e, para o outro, a possibilidade de co-referir identicamente, no consenso pragmático que faz de cada locutor um co-locutor. A referência é parte integrante da enunciação (BENVENISTE, 2005, p. 84).

Assim, para Benveniste, a significação é tratada como um problema linguístico que exigirá, por sua vez, novas conceitualizações, novas formas de abordagem metodológica do novo objeto: o sentido. Por isso, a noção de referência opera-se a partir da dimensão semiótica e semântica, ou seja, forma e sentido devem ser articulados juntos na e para a relação linguagem-mundo, considerando a língua em funcionamento.

Para esse estudioso, a frase, e não a palavra (noção de signo saussuriano), é responsável por colocar o estudo da língua em uma nova dimensão, a língua como meio de comunicação, cuja forma de expressão é o discurso.

A frase realiza-se em palavras, mas as palavras não são simplesmente os seus segmentos. Uma frase constitui um todo, que não se reduz à soma das suas partes; o sentido inerente a esse todo é repartido entre o conjunto dos constituintes. A palavra é um constituinte da frase, efetua-lhe a significação; mas não aparece necessariamente na frase com o sentido que tem como unidade autônoma. A palavra pode assim definir-se como a menor unidade significante livre susceptível de efetuar uma frase, e de ser ela mesma efetuada por fonemas (BENVENISTE, 1976, p. 132).

A frase é assim entendida, porque propicia a articulação da dimensão semiótica (forma):

A *forma* de uma unidade linguística define-se como a sua capacidade de dissociar-se em constituintes de nível inferior – com a dimensão semântica (sentido). O *sentido* de uma unidade linguística define-se como a sua capacidade de integrar uma unidade de nível superior (BENVENISTE, 1976, p. 135-136).

Portanto, as frases, entendidas como “unidades do discurso”²⁸, formam-se em situações concretas e específicas de uso da língua, e a referência, então, só pode se dar nessas situações, sob determinadas convenções linguísticas, históricas, sociais, culturais. Portanto, com a noção de singularidade do e no discurso, a subjetividade emerge e, com ela, a noção de referência que, por consequência, dirá respeito “à situação cada vez única do locutor” (STUMPF, 2008, p. 5).

No que diz respeito à relação entre Saussure e Benveniste, pesquisadores, como Cardoso (2003), concebem a ideia de que Benveniste complementa a teoria saussuriana:

É possível dizer que, com a tese dos dois modos de significar, Benveniste pretendeu, ao mesmo tempo, manter o signo semiótico de Saussure e trazer de volta o signo semântico da tradição clássica, e unir duas teorias do signo, até então rivais, sem nenhuma relação uma com a outra, que de comum somente tinham o nome “signo” (CARDOSO, 2003, p. 74).

Apesar das contribuições dos estudos linguísticos propiciados por Benveniste, sobremaneira na legitimação do estudo da referência, há algumas “questões pendentes” (CARDOSO, 2003) imputadas à sua teoria, a saber: i) a efemeridade da enunciação do “aqui e agora do acontecimento discursivo” (p. 83) e ii) “a separação radical entre semiótico e semântico” (p. 83). Para a primeira crítica, o que se propõe é considerar o discurso sob um eixo histórico mais amplo do que o do acontecimento; para a segunda, a proposta é pensar as dimensões semiótica e semântica não como “complementares, mas [como] duas linhas que se misturam e se afastam.” (MAINGUENEAU, 2008, p. 161).

De todo o exposto, o que se registra é a importância de Benveniste para os estudos linguísticos, especialmente para a noção de referência; importância justificada pelo trato diferenciado que estabelece entre linguagem-mundo. Ele promulga o estudo linguístico voltado à língua em funcionamento, levando em consideração, para isso, os sujeitos participantes de um contexto de comunicação. Assim, a noção de referência ganha nova condição: deixa-se de pensar na referência isolada do signo ou da sentença para considerá-la na enunciação. Essa mudança é decisiva para os estudos sob uma perspectiva discursiva e para a configuração referencial, sob denominação de referenciação – tema de investigação desta pesquisa.

²⁸ “A frase é uma unidade, na medida em que é um segmento de discurso [...] uma unidade completa, que traz ao mesmo tempo sentido e referência: sentido porque é enformada de significação, e referência porque se refere a uma determinada situação.” (BENVENISTE, 1976, p. 139-140).

1.4.1 A RELAÇÃO LINGUAGEM-MUNDO NO SÉCULO XX: A SEGUNDA TENDÊNCIA FILOSÓFICA

Depois de tratar, neste capítulo, dos pensamentos filosóficos de Frege, Russell e Wittgenstein I²⁹, no item 1.3.1, reporto novamente à tendência filosófica para registrar o quanto o século XX foi importante para a mudança de paradigma na relação linguagem-mundo.

Início discorrendo sobre Wittgenstein II, responsável por redirecionar reflexões sobre a relação linguagem-mundo, considerando o papel dos aspectos pragmáticos³⁰, e a língua em uso. Depois discorro, respectivamente, sobre os pensamentos e teorizações referenciais de Strawson, Donnellam, Austin e Searle.

Todos esses filósofos muito contribuíram para pensar a referência em situações de comunicação, de uso – conhecida como linguagem ordinária, e ajudaram a compor nova cena para o trato referencial nos estudos linguísticos. Daí, a razão de referenciá-los e, por que não, em trocadilho, reverenciá-los neste breve percurso a que me propus traçar sobre o *continuum* da noção referencial.

1.4.1.1 WITTGENSTEIN II: O MARCO DA REVOLUÇÃO NA RELAÇÃO LINGUAGEM-MUNDO

[...] como se fosse preciso um lógico para mostrar finalmente aos homens que aparência deve ter uma frase correta (WITTGENSTEIN, 1999, p. 58, § 81).

O que pretendia Wittgenstein, nesse segundo momento, era abdicar-se da necessidade da lógica para a compreensão da linguagem cotidiana. Assim, tudo o que promulgou de ideias com base na proposição lógica foi superado por ele mesmo, que deixou de considerar a linguagem ideal para considerar a linguagem em uso. Essa ruptura foi importante para os estudos posteriores sobre referência, uma vez que foi difundida a ideia de que a linguagem não é etiqueta das coisas no mundo ou representa estado de coisas.

²⁹ Esses filósofos fazem parte da Escola Analítica de Cambridge que se diferenciará da Escola Analítica de Oxford. Enquanto a primeira escola constituiu-se por uma vertente da Filosofia da Linguagem tida como ideal, ou chamada de semântica clássica, cujo grande expoente foi o alemão Frege, que trouxe à discussão o problema do significado das sentenças, a segunda escola, de Oxford, preocupou-se com o estudo da linguagem ordinária, o que culminou no pragmatismo.

³⁰ Conforme classificação proposta por Armengaud (2006), Wittgenstein e Frege são considerados fundadores indiretos da pragmática. Os diretos seriam Peirce e Morris, e os intermediários seriam Carnap e Bar-Hillel.

Nessa perspectiva, para Wittgenstein II, a referência deixa de ser questão primeira da linguagem e cede lugar aos Jogos de Linguagem, ou seja, aos usos que se faz da linguagem. Essa nova configuração do pensamento wittgensteiniano encontra-se especialmente em sua obra póstuma *Investigações filosóficas*. Nessa obra, a linguagem é considerada como forma de ação e de comportamento humanos, como ferramenta. O referente é considerado em relação ao uso na linguagem, o que implica que as variações das situações de uso fazem com que um mesmo referente suporte diferentes significações. O que cabe na proposta de Wittgenstein II é, então, descrever o uso da língua, comparando-o aos jogos de linguagem. Ao se usar uma palavra, por exemplo, o que se deve ter claro é que não se pode “apreender a essência da coisa, deve-se perguntar: essa palavra é usada de fato desse modo na língua em que ela existe? Nós reconduzimos as palavras do seu emprego metafísico para seu emprego cotidiano.” (WITTGENSTEIN, 1999, p. 66, § 116).

Em resumo, o que está posto no pensamento wittgensteiniano II, prioritariamente, é a reflexão sobre o papel da linguagem e não sua significação, uma vez que “a significação de uma palavra é seu uso na linguagem” (WITTGENSTEIN, 1999, p. 43, § 43). Analogamente aos exemplos que propõe Wittgenstein II, sugiro a palavra “bola” para verificar o uso da linguagem em vários contextos. Quando uma professora solicita aos alunos “Pensem em uma bola”, a bola pensada com certeza não será a mesma para todos os aprendizes, pois a criação do referente perpassa por conhecimentos sócio-históricos culturais e vivências distintas que podem levar aos seguintes pensamentos, dentre outros: bola de vôlei, bola de basquete, bola de futebol. Essa não particularidade do significado, ou seja, a não coincidência do referente, é que torna a comunicação possível, pois, se fosse ao contrário, se se tivesse sempre que associar o significado de uma palavra a um referente específico, pré-determinado, comunicar seria impossível. Nesse sentido, uma mesma palavra assume diversos significados em função de seu uso em contextos variados: a. Foi uma partida com grandes bolas! b. Venceram por duas bolas a zero. c. Costumam jogar bola. d. Baixe a bola! Você está alterado! e. Você está uma bola! f. João está com a bola toda depois de ganhar o jogo! g. Cacá joga uma bola redonda para os pés de Ronaldo!

Embora “bola” seja palavra comum em todas as ocorrências acima, essa palavra assume sentidos diferentes em cada uma das frases, a saber: em a, bola refere-se a grandes jogadas; em b, refere-se a gols, ou a cestas, ou a pontos, dependendo do esporte; em c, remete

à prática de futebol; em d, bola significa uma alteração no humor; em e, refere-se à obesidade; em f, a um estado de espírito, entusiasmo; em g, significa uma boa jogada.

Disso, a importância de Wittgenstein II para os estudos da referência: sua consideração sobre a linguagem em uso. Dessa forma, torna-se possível afirmar que as diferentes culturas promovem diferentes significações para uma mesma palavra, em virtude dos diferentes contextos. Designar, nomear ou referir, para Wittgenstein II, depende apenas do uso linguístico ordinário dos nomes.

Wittgenstein muda o modo de observar e analisar a linguagem e esse paradigma é de crucial importância para esta pesquisa, uma vez que o trabalho considera a análise de textos que circulam sócio-histórico e culturalmente, ou seja, analisa a linguagem em uso, considerando não somente a materialidade textual, mas todo entorno discursivo.

1.4.1.2 STRAWSON: A REFERÊNCIA NO USO DA LINGUAGEM

Strawson, filósofo de Oxford³¹, no que diz respeito à relação linguagem-mundo, trouxe grande contribuição para a distinção entre referir e significar. Quanto ao termo significar, o teórico associa-o ao uso das normas linguísticas ou convenções sociais que fornecem “diretivas” para o uso da sentença. Já referir é ter o valor da sentença condicionado à enunciação. Assim é que, para esse filósofo, uma sentença, como a conhecida “O atual rei da França é calvo”, pode não ter referência, mas não deixa de significar; isso porque significar tem relação com as normas e convenções pré-estabelecidas e referir tem relação com o emprego em determinada situação³².

Conhecido por “atacar” as ideias de Russell, para quem o significado era a referência, conforme explicitado neste capítulo, na primeira tendência filosófica do século XX (1.3.1), Strawson deixa sua contribuição à Filosofia da Linguagem e, por que não dizer para os estudos linguísticos, quando insiste na ideia de três frentes distintas para a abordagem da referência, a saber: i) **formulação** de sentenças significativas – sentenças cujas “diretivas”, instruções, são realizadas; ii) **uso** de sentenças significativas e iii) **elocução** da sentença significativa. Para ele, é possível formular sentenças significativas sem referir; mas a

³¹ A escola de Oxford ficou bastante conhecida pelas contribuições de seus partidários: os da filosofia analítica (dito anteriormente) e os defensores da linguagem ordinária, dentre eles Strawson e Austin.

³² Conforme coloca Armengaud (2006), antes de Strawson, Bar-Hillel também já atribuía ao contexto o sentido da referência.

referência estará ligada diretamente ao uso que se faz dessas sentenças bem como à elocução delas. Quanto a essa ideia, Cardoso sintetiza-a bem:

Mencionar ou fazer referência não são coisas que uma expressão faz, mas algo que alguém faz ao usar uma expressão; “ser a respeito de algo” (uso predicativo) e “verdadeiro e falso” (uso referencial) são características de um uso que alguém faz de uma oração. **A referência é uma questão de uso e demanda o contexto** (o tempo, o lugar, a situação, a identidade do falante, os temas que constituem o foco imediato de interesses, as histórias pessoais do falante e do ouvinte etc.) (CARDOSO, 2003, p. 91, grifo meu).

Uma vez que a referência necessariamente deve levar em consideração o contexto enunciativo, Strawson, bem como e, especialmente, Wittgenstein³³, redirecionam, de maneira singular, os estudos da relação referencial, a relação linguagem-mundo, para uma perspectiva pragmática³⁴. Isso foi decisivo para as tendências contemporâneas do trato referencial que consideram, irrevogavelmente, o contexto como parte imprescindível em suas análises.

1.4.1.3 DONNELLAN E A DISTINÇÃO DOS USOS REFERENCIAL E ATRIBUTIVO

O filósofo Donellan ficou conhecido por posicionar-se contra as proposições de Russell e Strawson (CARDOSO, 2003), especialmente, defendendo a diferença entre os usos referencial e atributivo da expressão definida. Essa distinção influenciou a Teoria dos Atos de Fala (CAVALCANTE, 2011), porque nem sempre o significado literal de uma frase correspondia à intenção dos falantes com a língua em uso.

Para os filósofos questionados por Donellan, o uso de uma descrição definida pressupunha que algo devesse corresponder à descrição. Para Russell, seria uma correspondência lógica, dado seu enquadre em uma perspectiva lógico-formal; para Strawson, não lógica, haja vista o deslocamento que propõe: o estudo da referência na linguagem em uso. Em uma frase em que se afirma, por exemplo, que a fada está na floresta, pressupõe-se que há a existência de fada. Para Russell, se a pressuposição for falsa, a afirmação será falsa; para Strawson, a afirmação não será nem verdadeira nem falsa, caso a pressuposição seja negada. Dessa forma, segundo Donellan, Russell considera apenas o uso atributivo, e Strawson, embora admitindo tanto o uso atributivo quanto o referencial, não vê que o valor de verdade não será afetado da mesma maneira no caso de a pressuposição ser falha.

³³ Por meio da publicação de *Investigações filosóficas*.

³⁴ Há quem afirme que Strawson não conseguiu “tirar a referência dessa relação de confronto entre a linguagem e o mundo” (CARDOSO, 2003, p. 96).

Isso significa que Donnellan defendia a tese de que a descrição definida pudesse ter dois usos excludentes, o referencial e o atributivo. O primeiro deles teria por função identificar algo ou alguém, enquanto o segundo teria por função oferecer atributos a algo ou a alguém. Em ambos os usos, havia o pressuposto de um referente, mas a diferença entre eles não podia ser dada nem pela sentença nem pela crença dos falantes.

De acordo com Cardoso (2003), apesar da ousadia da defesa de Donnellan em favor dos usos atributivo e referencial, ele “não supera de fato os pontos nevrálgicos da Filosofia da Linguagem, conforme era sua pretensão” (p. 95). Isso porque “o sentido continua determinando a referência em se tratando do uso atributivo da linguagem” (p. 95), significando que o referente continua existindo independentemente da consideração do uso da língua.

1.4.1.4 AUSTIN E A TEORIA DOS ATOS DE FALA: “DIZER É FAZER”

Depois de Strawson, Austin, também pertencente à Escola de Oxford, propõe, durante a segunda metade do século XX, a teoria dos atos de fala. Assim como Wittgenstein II, que leva em conta a linguagem ordinária, ou seja, a linguagem em uso, Strawson, Austin e Searle concebem como necessária a análise da referência, a relação linguagem-mundo, em seu contexto de uso, por isso, são referenciados na literatura como pertencentes ao movimento que instaurou a pragmática.

Com a pretensão de solucionar problemas filosóficos, especificamente, o problema da relação língua e mundo, Austin, acreditando em uma realidade objetiva e passível de ser referenciada e, consequentemente, significada, objetivava classificar os atos de fala. Isso porque, contrariamente àquilo em que Wittgenstein concentrava-se – conhecer o mundo ou interpretar a realidade –, Austin acreditava que importava a transformação da realidade pela ação no mundo, ou seja, por meio da linguagem. Assim, para Austin, a linguagem será ação, atividade:

[...] íamos considerar alguns (apenas alguns, felizmente!) casos e sentidos em que *dizer* algo é *fazer* algo; ou em que *por* dizermos, ou *ao* dizermos algo, estamos fazendo algo. Este tópico é um desenvolvimento, entre outros, de uma tendência recente de questionar um antigo pressuposto filosófico: a ideia de que dizer algo, pelo menos nos casos dignos de consideração, isto é, em todos os casos considerados, é sempre declarar algo. Esta é uma ideia inconsciente e, sem dúvida, errônea, mas, ao que parece, perfeitamente natural em Filosofia. Temos de aprender a correr antes

de sabermos andar. Se nunca cometêssemos erros, como poderíamos corrigi-los? (AUSTIN, 1990, p. 29, grifo meu).

Para além da relação da referência, entendida, por estudos filosóficos anteriores, como uma relação direta, a teoria dos atos de fala dispensa tal posição para assumir uma noção de referência subordinada à noção de ação discursiva, o que culmina em uma tentativa de fuga da teoria do significado para a teoria da ação. Nessa vertente, referir significa, necessariamente, utilizar-se de uma ferramenta para operar transformações de ordem individual e/ou social. O que se espera é que não se desvincule a noção referencial da necessária condição de sua realização: a enunciação. Isso significa dizer que é preciso considerar os interlocutores da enunciação bem como as condições de produção³⁵ que cercam a referência.

Nessa proposta, o que Austin busca não é mais a verdade das proposições; ele está interessado em verificar a eficácia dos atos de fala, porque, para ele, dizer é fazer. Assim, o teórico discorre sobre as condições que possibilitam um ato de fala ser considerado bem sucedido e concebe conceitos importantes à linguística, à noção referencial, tais como “ilocucionário”, “performativo” e “ato de fala” (OTTONI, 2002, p. 120).

No livro organizado pelas 12 conferências ministradas na Universidade de Harvard, “Quando dizer é fazer – Palavras e ação”³⁶, Austin, na primeira conferência, apresenta a oposição entre o que ele chama de enunciados performativos e enunciados constatativos e, consequentemente, questiona as noções de verdade e falsidade dos enunciados, visto que os performativos não podem admitir tal classificação. Esses enunciados, os performativos, embora se aparentem como declarações, têm por função executar uma ação e, por isso, não podem ser classificados em verdadeiros ou falsos, conforme coloca Austin (1990, p. 25): “este nome é derivado do verbo inglês *to perform*, verbo correlato do substantivo ‘ação’, e indica que ao se emitir o proferimento está-se realizando uma ação, não sendo, consequentemente, considerado um mero equivalente a dizer algo.”. Exemplificando: em um batismo, quando o padre fala “Eu te batizo”, ele não descreve um acontecimento; na verdade, ele realiza a ação de batizar.

³⁵ As condições de produção referem-se o conjunto de respostas que compõem as perguntas: o quê? Quando? Onde? Como? Para quê? Por quê? Para quem?

³⁶ Esse livro foi composto pelas anotações de Austin e de participantes de seus seminários e conferências, tendo sido organizado por M. Sbisà e J. O. Urmsom.

Já os enunciados constatativos recebem essa denominação por que “Nem todas as declarações verdadeiras ou falsas são descrições, razão pela qual prefiro usar a palavra ‘constatativa’” (AUSTIN, 1990, p. 23). Os enunciados constatativos têm por característica declarar algo, por isso, o valor de verdade, diferentemente dos performativos, pode ser a eles atribuído.

Segundo Ottoni (2002), a relação linguagem-mundo, nessa proposição inicial de Austin, marcaria presença “filosófica” no que se refere aos constatativos, a cujas declarações podem ser atribuídas verdade ou falsidade, o que não acontece com os performativos, que são primariamente ações. Isso induz a pensar em outro modo de referência que não a verificação no mundo.

Na segunda, terceira e quarta conferências, Austin demonstra que o performativo pode ser bem ou mal sucedido, dependendo das “circunstâncias adequadas” (OTTONI, 2002, p. 30). Quando bem sucedido, recebe a denominação “condições de felicidade”; quando mal sucedido, “condições de infelicidade”. No exemplo anteriormente citado, do batismo, tem-se a felicidade ou não da ação realizada. Para obter-se a felicidade da ação realizada, no caso do batismo, é necessário que sejam satisfeitas algumas condições, como: o locutor do enunciado deve ser instituído de autoridade para realizar a ação, o local precisa ser adequado à realização da ação, a pessoa não pode já ter sido batizada, dentre outras. Isso é denominado de “condições de felicidade”, diferindo radicalmente da concepção formalista de condições de verdade.

A partir da quinta conferência, Austin reorganiza seu pensamento de modo que a distinção entre constatativos e performativos já não mais se sustenta, porque uma mesma sentença pode ser concebida, dependendo da cena enunciativa, como um e ou outro enunciado. Na oitava conferência, o teórico dá primazia aos atos de fala em oposição à dicotomia performativo *versus* constatativo.

Ao iniciarmos o programa de encontrar uma lista de verbos performativos explícitos, pareceu-nos que nem sempre seria fácil distinguir proferimentos performativos de proferimentos constatativos, e, portanto, achamos conveniente recuar por um instante às questões fundamentais, ou seja, considerar desde a base em quantos sentidos se pode entender que dizer algo é fazer algo, ou que *ao* dizer algo estamos fazendo algo, ou mesmo os casos em que *por* dizer algo fazemos algo. (AUSTIN, 1990, p. 85).

Nessa nova configuração, os atos de fala recebem a classificação de atos locucionários, ilocucionários e perlocucionários, atuando concomitantemente na enunciação e

relacionando-se à reflexão sobre a noção referencial. O primeiro deles, o ato locucionário, diz respeito à significação, em sentido tradicional do termo, ou seja, à produção formal que organiza a sentença (fonética - ato fonético; sintaxe - ato fático; semântica - ato rético) e a faz dotada de sentido e referência. Segundo Austin (1990, p. 85),

[...] começamos distinguindo todo um grupo de sentidos de ‘fazer algo’ que ‘dizer algo’ é, em sentido normal e completo, fazer algo - o que inclui o proferir certos ruídos, certas palavras em determinada construção, e com um certo ‘significado’ no sentido filosófico favorito da palavra, isto é, com um sentido e uma referência determinados [...] A esse ato de ‘dizer algo’ nesta acepção normal e completa chamo de realização de um ato locucionário, e ao estudo dos proferimentos desse tipo e alcance chamo de estudo de locuções, ou de unidades completas do discurso.

O segundo ato, o ilocucionário, Austin (1990, p. 89) refere-se como “a realização de um ato *ao* dizer algo, em oposição à realização de um ato *de* dizer algo”. Em outras palavras, é o estabelecimento da convenção que o ato locucionário carrega em si. Ao dizer algo, a pessoa que o fez agiu com alguma intenção, seja ela avisar, responder, implicar, perguntar, dentre outras. Ilocucionário, dessa forma, é a ação do ato de dizer algo, seria a força, o valor convencional que o enunciado carrega. “Assim, a realização de um ato ilocucionário envolve assegurar sua apreensão [*uptake*.]” (AUSTIN, 1990, p. 100). O último ato, o perlocucionário, é entendido como o efeito provocado no interlocutor, no auditório acerca dos atos locucionário e ilocucionário – “consiste em se obter certos *efeitos* pelo fato de se dizer algo.” (AUSTIN, 1990, p. 103).

A grande contribuição austiniana para a relação linguagem-mundo é justamente entender e discernir sobre os sentidos que os enunciados ganham em função de uma enunciação e, por conseguinte, uma referência “móvel”, que depende de um sujeito e seu enunciado em um dado momento; a referência não se dá mais em nível do enunciado constatativo. “A referência depende do conhecimento que se tem ao emitir o proferimento” (AUSTIN, 1990, p. 119). Nisso, há um redimensionamento da relação sujeito-objeto, nos estudos da linguagem. Uma homenagem, por exemplo, pode ser entendida de outra maneira, com outros sentidos; pode ser entendida como uma ameaça, ou uma ironia, ou uma difamação, dependendo das condições da enunciação. No *corpus* desta pesquisa três anúncios publicitários fazem homenagem: um a uma escritora falecida, outro à parceria entre uma empresa de aviação e uma empresa de combustível, e, por fim, uma marca de automóveis homenageia os motoristas caminhoneiros. Conforme análise da enunciação nesses anúncios

publicitários, a intenção dos enunciadores não finda na homenagem, vai além. Mais do que homenagear, os enunciadores aspiram à venda, respectivamente: dos livros da autora, do combustível e de automóveis. Quer dizer que o que está em pauta, na perspectiva austiniana, é a força do discurso – ilocução, sendo os referentes negociáveis; “referir é um ato de fala” (ARAÚJO, 2004, p. 196).

1.4.1.5 SEARLE E A ESPECIFICAÇÃO DOS ATOS DE FALA

Outro teórico relevante, cujas contribuições ajudam a pensar sobre a relação linguagem-mundo, é Searle (filósofo norte-americano), considerado como sucessor de Austin, por ter desenvolvido a teoria dos atos de fala. Enquanto Austin entendia os atos de fala como uma totalidade, Searle buscou analisar os atos de maneira separada, por meio dos componentes da força ilocucionária³⁷.

Acredito que não seja possível começar a compreender o que é a linguagem ou como ela funciona sem ver que a unidade fundamental do significado é o que o falante quer dizer ao produzir um enunciado e que a unidade fundamental de enunciados significativos é o ato de fala, especificamente, o ato ilocucionário, como referido originalmente nos primeiros trabalhos de Austin (SEARLE, 2007, p. 3).

Embora essa condição de sucessor seja imputada a Searle, muitos indicam um conflito entre as ideias dele e as de Austin, como é o caso de Ottoni (2002, p. 135), que afirma:

Ele [Searle] produz uma descrição lógica do ato de fala criando a fórmula $F(p)$, que representa as tradicionais noções de verdade e falsidade, sendo que “F” representa a força ilocucionária e “p” o conteúdo proposicional. Searle deixa de lado assim, o que considero a contribuição mais importante de Austin que foi abrir um campo de reflexão não centrado apenas numa abordagem formalista ou positiva da linguagem. Com a noção de *uptake* [assegurar a apreensão de um ato ilocucionário], se estabelece entre os dois uma distância e uma discordância bastante significativa. **Searle, de certo modo, pretende ser “fiel” a Austin, mas não percebe o efeito corrosivo que a noção de *uptake* provocou nas reflexões austinianas sobre os atos de fala. O papel de Searle é ambíguo: se, por um lado, ele tem o mérito de ter introduzido as ideias de Austin no interior das discussões da ciência linguística, por outro, podemos dizer que ele descaracterizou demasiadamente estas ideias, desvirtuando-as de maneira definitiva** (grifo meu).

³⁷ Há quem defenda que os atos de fala não poderiam ser estudados separadamente, haja vista que sua realização não acontece de maneira isolada. Assim, Wunderlich e Jacques (apud Armengaud, 2006) vão defender a sequencialização dos atos de fala.

Também é o caso de Rajagopalan (1996 e 2010) que, por meio de seu artigo “O Austin do qual a Linguística não tomou conhecimento e a linguística com a qual Austin sonhou” e de seu livro *Nova Pragmática: fases e feições de um fazer*, convida o leitor a fazer nova leitura de Austin, diferentemente da difundida releitura feita por Searle.

Para além do que os estudiosos consideram acerca da relação Austin-Searle, a teoria de Searle sustenta que a parte central dos atos de fala deve ser um “conteúdo proposicional”. Ele buscava especificar os atos de fala realizados pelos falantes; logo, ele reelaborou os componentes da força ilocucionária, apresentando cinco categorias: a) assertivos ou representativos; b) diretivos; c) compromissivos ou comissivos; d) expressivos e e) declarativos (SEARLE, 1987). Além disso, propôs sete condições para identificar o tipo de ato na força ilocucionária, a saber: 1. propósito ou objetivo; 2. grau da força do objetivo ilocucionário; 3. modo de realização; 4. condição relativa ao conteúdo proposicional; 5. condição preparatória; 6. condição de sinceridade; 7. grau de força da condição de sinceridade.

Para Searle, mesmo em casos em que não se use o verbo performativo, a força ilocucionária está presente; por exemplo, não é preciso um padre dizer “Eu os declaro casados”, para que o ato se consuma. O verbo, mesmo elidido, não interrompe a força ilocucionária de alguém que tenha “poder” para enunciar: “Estão casados.”. Outro exemplo seria uma fala de um locutor que, embora aparentemente neutra, denotasse ironia, devido ao contexto de uso. Quando um pai se dirige ao filho que foi reprovado na escola e diz “Como você estudou direitinho！”, a ironia fica evidente.

Com isso, o teórico fundou a noção de atos de fala indiretos, nos quais não mais o ato de fala será o responsável maior pela força ilocucionária, mas o contexto (contexto social, contexto situacional, as relações sociais, de poder, mantidas pelos pares na situação de comunicação). Assim, uma mesma frase pode ter mais de uma interpretação, como é o caso de “Passe-me o sal.”. Essa frase terá diferentes interpretações, quais sejam: i) literalmente passar o sal no solicitante (caso o contexto fosse de um banho de sal grosso, por exemplo); ii) entregar o saleiro ao solicitante (caso o contexto fosse um jantar em que o saleiro estivesse longe do locutor e próximo do interlocutor). Essa é considerada uma grande e decisiva mudança na teoria dos atos de fala de Austin.

1.5 A RELAÇÃO LINGUAGEM-MUNDO NO SÉCULO XX: A TERCEIRA TENDÊNCIA LINGUÍSTICA

Como se pode observar, o século XX, em relação à tendência filosófica para a problemática da significação da linguagem, foi responsável, sobremaneira, pela mudança de pensamento referente às questões linguageiras, especialmente a relação linguagem-mundo³⁸. Acabou por transpor as doutrinas filosóficas sobre a racionalidade humana e pôde ser encarado, filosoficamente, como o século da linguagem, uma vez que esta foi colocada no centro da reflexão filosófica.

Strawson, Donnellan, Austin e Searle contribuíram, por meio de sua filosofia analítica, para uma perspectiva pragmática de uso da linguagem, embora não utilizassem essa denominação, rompendo com uma tradição descritivista, em que a linguagem representava o pensamento ou a realidade. Isso aconteceu no campo da Filosofia da Linguagem, mas gerou influências nos trabalhos dos linguistas. Como diria Searle em relação à Filosofia da Linguagem e à Linguística:

Não há uma linha divisória bem delimitada entre a Filosofia da Linguagem e a Linguística, mas em geral pode-se dizer que a Linguística lida com fatos reais empíricos sobre as línguas humanas. A Filosofia da Linguagem também lida com fatos empíricos, mas geralmente a proposta é atingir certas características universais subjacentes do significado e da comunicação e, especialmente, analisar a estrutura lógica da referência, da necessidade da verdade, dos atos de fala, etc. E essas análises não são dadas simplesmente analisando fatos sobre esta ou aquela língua particular (SEARLE, 2007, p. 2).

Prova dessa influência da Filosofia da Linguagem na Linguística é a terceira tendência linguística sobre a relação linguagem-mundo, predominante atualmente, que tem como cerne uma perspectiva discursiva, em que os referentes são construídos em interação, por meio de negociações de sentido. Embora essa consideração do contexto para a determinação de sentidos tivesse sido contemplada filosoficamente por Strawson, Donnellan, Austin, Searle e o próprio Wittgenstein II, eis a configuração de uma nova dimensão para se pensar a relação linguagem-mundo: a dimensão discursivo-pragmática. Essa dimensão abrange aspectos além do fônico, do sintático e do semântico.

³⁸ Inclusive, foi no século XX, em meados dos anos 1960, que a Linguística Textual, disciplina que orienta teoricamente esta pesquisa, foi constituída.

Sem a pretensão de discorrer sobre a complexa constituição e existência da disciplina Pragmática, faço breves colocações a respeito desse campo de pesquisa que, a meu ver, são imprescindíveis para a compreensão do percurso que traço sobre a relação linguagem-mundo e que chamo de terceira tendência.

1.5.1 BREVE CONSIDERAÇÃO PRAGMÁTICA³⁹

Embora não seja consenso que a Pragmática constitua um campo bem definido de estudos⁴⁰, a ela foi atribuída a responsabilidade de redirecionar os estudos da língua, no domínio da Linguística, para o que é de ordem exterior ao sistema, de modo a propor explicações sobre interpretações das falas dos interlocutores (sua intenção com seu plano de dizer) em um determinado contexto de uso da língua. Morris (1976) foi quem utilizou pela primeira vez a definição: “Por ‘pragmática’ designa-se a ciência da relação dos signos aos seus intérpretes.” (p. 15). Devido ao fato de ele ter usado “pragmática” especificamente como um termo semiótico, acrescenta:

Deve-se distinguir 'pragmática' de 'pragmatismo', e 'pragmático' (*pragmatical*) de 'pragmatista' (*pragmatic*). Visto que a maior parte dos signos, se não todos, têm como intérpretes organismos vivos, é uma caracterização suficientemente cuidadosa de pragmática dizer que ela trata os aspectos bióticos da semiose, isto é, todos os fenômenos psicológicos, biológicos e sociológicos que ocorrem no funcionamento dos signos. (MORRIS, 1976, p. 32).

³⁹ O termo pragmática, de acordo com Marcondes (2000), remete ao campo de estudos da linguagem em contraste com o termo pragmatismo, que se refere a uma corrente filosófica: “Enquanto corrente filosófica, o pragmatismo originou-se no final do século XIX e desenvolveu-se, sobretudo, ao longo do século XX, principalmente nos Estados Unidos. Charles Sanders Peirce (1839-1914), William James (1842-1910) e, posteriormente, John Dewey (1859-1952) são os principais representantes desse pensamento em suas várias vertentes. Contemporaneamente, Richard Rorty (1931-) destaca-se como defensor do que tem sido caracterizado como *neopragmatismo*. O filósofo de Harvard, Stanley Cavell (1926-), também pode ser incluído dentre os representantes do pragmatismo contemporâneo.” (p. 39).

⁴⁰ Conforme nos coloca Armengaud (2006, p. 9), a Pragmática “é uma disciplina jovem, farta, de fronteiras fluidas...”; ou como atesta Dascal (1985/2011 apud BORGES NETO, 2012, p. 1) “[O] termo ‘pragmática’ designa um conjunto de problemas – uma ‘problemática’ – em vez de uma disciplina bem estabelecida.”; ou como diz Rajagopalan (1996 apud RAJAGOPALAN, 1999, p. 323), “A pragmática ainda é vista por muitos estudiosos, não sem razão, como um verdadeiro ‘saco de gatos’ [...]. O interesse da pragmática, para mim, sempre foi a inexistência da disciplina propriamente dita – na verdade, parece muito mais sensato falar em pragmáticas, no plural”; ou conforme revela o próprio Borges Neto (2012, p. 1) “No caso da pragmática, eu diria que a indefinição vai além do estabelecimento de limites – do seu *objeto observacional* (os fenômenos que, de forma particular, cabe à pragmática tratar) – a indefinição paira também sobre o arcabouço teórico que eventualmente a levaria à condição de disciplina e sobre os objetivos que levariam alguém a fazer pragmática (uma das ‘pragmáticas’ possíveis).”

Carnap (1938 apud MARCONDES, 2000), seguidamente a Morris, definiu a Pragmática como “o estudo da linguagem em relação aos seus falantes, ou usuários.” (p. 39). Tanto Morris quanto Carnap ficaram conhecidos como os primeiros a proporem definições para a Pragmática.

Sírio Possenti (1996), em um texto que objetiva refletir sobre a relação da Pragmática com a Análise do Discurso, resume a postura pragmática de trabalho com a língua⁴¹:

[...] para a pragmática, a relação do falante com a língua é postulada de forma não só a permitir, mas a exigir que o falante individual (falante ou ouvinte) seja concebido como detentor de um certo *conhecimento* em relação à língua e às circunstâncias de utilização da língua, sendo, por isso mesmo, capaz de realizar, na posição de ouvinte/leitor, cálculos relativamente sofisticados (e relativamente conscientes) a partir dos quais, por exemplo, seleciona, dentre os fatores do contexto, aqueles que são relevantes para interpretar adequadamente uma certa sequência linguística e, simetricamente, na função de falante/autor, sendo capaz de realizar um cálculo semelhante, para escolher as formas mais adequadas para obter os efeitos que deseja da forma mais eficaz possível, em função de suas *intenções*. Em resumo: o falante *sabe* o que está acontecendo quando participa de um evento discursivo e tem, ao participar dele, *intenções* que busca tornar conhecidas e *objetivos* que busca concretizar. A pragmática (neste sentido, talvez, na esteira da gramática gerativa) invoca um certo saber do falante, e deve tomar esse saber como um ingrediente relevante para a análise de textos (muito frequentemente, conversações). Para tanto, deve basear-se em determinadas psicologias que expliquem como é que o falante sabe o que sabe, e estabelece, entre tipos de saber distintos, relações instantâneas de relevância capazes de produzir os efeitos intencionados (ver, por exemplo, Grice (1967) e Sperber & Wilson (1986)) (POSSENTI, 1996, p. 76).

Em outro texto, cujo objetivo foi fazer uma exposição da concepção de discurso sobre a ótica da ruptura, Possenti (2004) define a Pragmática como “verdadeiro outro da Análise do Discurso”, uma vez que aquela disputa com esta o mesmo espaço, que ele chama de o sentido não literal. Ele ainda propõe que “a pragmática se vê reduzida a uma teoria do sentido que se resolve pela intenção do falante, considerada sua fonte (redução na qual os pragmaticistas não se reconhecem)”. Essa é uma definição muito simplista a meu ver e que

⁴¹ Possenti sustenta a posição de que a pragmática é também imprescindível nas análises que se pretendem discursivas. “Finalmente, não se podem dispensar os fatores pragmáticos, porque são eles que explicam porque, numa determinada circunstância, alguém conta uma piada adequadamente e outro é capaz de entendê-la. Se alguém contar mal uma piada ou se alguém não entender uma piada, pode-se com relativa facilidade determinar exatamente o problema ocorrido com o falante, com o texto ou com ambos e, eventualmente, com um por causa do outro.” (POSSENTI, 1996, p. 80).

acaba contrariando algumas colocações do texto de 1996, mas que não entrarão no mérito da discussão deste trabalho.

Em uma perspectiva linguística mais contemporânea, compartilho com Rajagopalan (2002, p. 28) a função que ele imputa à Pragmática: “À Pragmática cabe explicitar como a forma é usada para funções diferentes e por que certas funções nos parecem mais acessíveis que outras.”.

Para Moura (2007), a Pragmática pode ter três linhas de investigação, a saber: i) a neogriceana, que relega a segundo plano a Pragmática em contrapartida à Semântica – a proposição tem um papel fundamental⁴²; ii) a contextualista, que se baseia em um sistema informal de inferências e em que não se distingue, com nitidez, a Semântica da Pragmática – não há significado de uma proposição fora de um contexto e, nesse sentido, os dêiticos ganham destaque⁴³; iii) a social-discursiva ou macropragmática – ultrapassa o âmbito da análise linguística e apresenta abordagem interdisciplinar para os estudos da linguagem⁴⁴. Como todas as linhas de investigação delineadas por Moura (2007), de uma forma ou de outra, apontam para a relação entre o nível semântico e o pragmático, apresento, à guisa de esclarecimento, o termo “porta” sob esses dois níveis: no sentido semântico, porta refere-se a um vão/abertura que existe nas paredes e serve de entrada para um recinto; no sentido pragmático, é preciso a ocorrência do termo em um contexto, qual seja: um aluno pergunta ao professor se pode entrar para a sala de aula. O professor responde: “A porta está aberta.”. Nesse diálogo, o termo “porta” e seu complemento (predicação) referem-se à autorização do professor para que o aluno entre na sala. Assim, no nível pragmático, o sentido do termo “porta” está na intenção de quem fala, no caso, o professor, e na sua relação com a situação: autorização para o aluno entrar para a sala de aula.

⁴² “A representação semântica dá um retrato esquemático do estado de coisas, os detalhes do retrato devem ser fornecidos pelas implicações pragmáticas, que são extremamente variadas e ricas, embora regidas por poucos princípios (as máximas da conversação).” (MOURA, 2007, p. 7).

⁴³ “Nem tudo o que pensamos vem expresso nas palavras que dizemos, mas isso não implica que elas não tenham sentido por si mesmas. Os contextualistas, ao contrário, argumentam que retirar da sentença o seu contexto comunicativo pode simplesmente esvaziar a sentença de qualquer sentido plausível.” (MOURA, 2007, p. 8).

⁴⁴ “O que passa a ser importante, nessa abordagem, é a definição de um cenário de uso mais amplo (por exemplo, linguagem médico-paciente, linguagem do ambiente de trabalho, linguagem da mídia, da sala de aula, etc.), e a forma como tais cenários interagem com os usos linguísticos. Portanto, há um distanciamento dos tópicos de interesse mais tradicionais da pragmática, como a dêixis, a referência, a anáfora e os atos de fala, que estabeleciam um recorte de análise muito mais estrito, no âmbito da sentença e de seu contexto imediato.” (MOURA, 2007, p. 10).

O que se pode verificar, em linhas gerais, é que uma análise linguística de cunho pragmático envolve considerar a relação entre a linguagem e seus usuários em dado contexto de uso da língua, ou, em outras palavras, dar primazia às situações concretas de uso da língua. Como se observa, essa abordagem, de maneira inquestionável, contribuiu, na esteira da Linguística, para repensar a interlocução, trazendo, necessariamente, à cena, os estudos sobre contexto e sujeito e as relações da ordem do linguístico, do subjetivo e do social ao mesmo tempo. Essas considerações, decisoriamente, reorganizaram a instituição da referência como um processo de construção de sentidos na enunciação. Conforme Cavalcante (2011, p. 33), eis o movimento de “pragmatização da referência”.

1.5.2 A DIMENSÃO DISCURSIVO-PRAGMÁTICA DA RELAÇÃO LINGUAGEM-MUNDO

Considerar a língua em uso, a intenção dos falantes e sua realização por meio da interlocução não bastam a uma análise que se pretenda discursiva. É preciso considerar que os sujeitos participantes de um evento comunicativo detêm, além de um plano de dizer, considerado em um contexto de uso (visão pragmática), uma carga subjetiva que o permeia e, por conseguinte, permeia suas relações interpessoais. Essa carga advém de seu ser/estar cognitivo, social, histórico, cultural e ideológico no mundo. Essa é uma visão discursiva: a consideração do histórico, do cognitivo, do social, do cultural, do ideológico nas análises das produções languageiras.

Para a exposição da dimensão discursivo-pragmática, apresento um exemplo retirado de Marcuschi (2001, p. 49), de um diálogo, entre uma moça de 27 anos (N) que chega com seu carro em um posto de gasolina e um frentista de 29 anos (F).

- 1 N: quer verificar água da bateria por favor
- 2 F: um momentinho moça (...) está baixa (...) vai pegar uma meia garrafa
- 3 N: quanto é a garrafa?
- 4 F: é vinte e cinco (...) o resto você guarda que serve para outra vez
- 5 N: o senhor quer verificar o óleo também? (...)
- 6 F: o óleo tá bom (...) tá um bocado sujo mas ainda aguenta uns dias
- 7 N: se tiver muito sujo, melhor mudar logo
- 8 F: olhe aqui (...) está preto já mas ele ainda tem visgo
- 9 N: visgo como?
- 10 F: ainda tá grosso assim (...) quando ele tá ralo não presta mais
- 11 N: então deixa (...) na semana que vem eu troco (...) dá uma limpadinha no vidro por favor (MARCUSCHI, 2001, p. 49).

Esse exemplo ilustra bem o quanto se faz necessário não apenas levar em consideração o uso concreto da língua e sua relação com os falantes, mas, especialmente, as condições cognitiva, social, histórica, cultural e ideológica dos sujeitos participantes da interação. A palavra “visgo”, pronunciada pelo frentista, em um primeiro momento, não foi cognitiva, social e culturalmente compreendida pela moça. Prova disso é o questionamento de N: “visgo como?”. A partir da indicação da não compreensão, o frentista, F, elaborou uma explicação, de modo a possibilitar a instalação de um campo referencial para N. Basicamente, utilizou, para isso, a oposição entre “grosso” e “ralo” (consistência atribuída a óleos de motores), atribuindo predicação ao adjetivo ralo.

Assim, o processamento da referência levou em consideração a construção colaborativa do referente “visgo”. Nessa perspectiva, a referência foi, então, entendida como ato do discurso, o que, contemporaneamente, é entendido como a construção de objetos de discurso⁴⁵, razão do nome deste capítulo. Essa é uma perspectiva que envolverá a terceira tendência linguística para o estudo da relação linguagem-mundo: uma perspectiva pragmático-discursiva, que teve propulsão a partir dos anos 1960/70, quando do surgimento da Análise da Conversação, da Linguística do Texto, da Análise do Discurso – disciplinas da Linguística preocupadas com a análise da língua a partir de abordagens mais abrangentes em relação ao entendimento do evento comunicativo como um todo.

Essa tendência leva em consideração a terceira linha de investigação da Pragmática, a social-discursiva ou macropragmática, que ultrapassa o âmbito da análise linguística e apresenta abordagem interdisciplinar para os estudos da linguagem, conforme apontado anteriormente por Moura (2007). Algumas disciplinas utilizadas para abordar a língua concomitantemente à Linguística são: Antropologia, Sociologia, Psicologia, Psicanálise, Arqueologia, Etnometodologia, dentre outras, especialmente, as relativas às ciências humanas.

Como minha pretensão, neste capítulo, foi apresentar um breve panorama da relação linguagem-mundo, estabelecendo um *continuum* desde a noção inicial de referência – representação de algo no mundo, à instituição da noção de objetos de discurso – entidades discursivas (re)construídas na interação, não trataréi das várias perspectivas que essa abordagem, a discursivo-pragmática, abarca acerca do gesto referencial⁴⁶. Deter-me-ei, no

⁴⁵ Sobre o termo “objetos de discurso”, deter-me-ei sobre sua origem e sentido no capítulo que trata especificamente da referenciação, o capítulo 3, em que o considerarei sob perspectiva sociocognitivo-discursiva.

⁴⁶ Sobre as várias abordagens, ver Araújo (2004); Cardoso (2003).

capítulo seguinte, ao campo teórico que me filio para, em seguida, tratar especificamente da noção de objetos de discurso no processo chamado referência.

Esclareço, em relação ao *continuum* que tracei, que não há desmerecimento dos outros patamares analisáveis da língua, conforme se verificou ao longo do estabelecimento da noção relação linguagem-mundo, em épocas variadas. Mas preciso marcar minha posição: ao se tratar da relação linguagem-mundo, ou seja ao se tratar do estudo da referência, é preciso considerar, pelo menos como possibilidade, a análise de todos os fatores e dimensões que compõem o gesto referencial. Por isso, o enquadre deste trabalho em uma perspectiva sociocognitivo-discursiva, que considera, para além da materialidade textual, a cena enunciativa, com todos os contornos que a envolvem.

Capítulo 2

A Linguística Textual e suas implicações à pesquisa

Analisar o texto verbo-imagético, a partir da referenciação, pressupõe revisitar conceitos e teorias para a eles somar. Todavia, é imprescindível escolher um arcabouço teórico que sustente as escolhas e métodos de análise adequados à pesquisa. Dessa maneira, apresento a perspectiva teórica de onde partem minhas reflexões acerca da proposta desta tese, que é analisar o funcionamento de objetos de discurso em textos verbo-imagéticos. Isso posto, apresento o panorama teórico da disciplina que conduzirá meu intento, a Linguística Textual (LT), bem como reflexões acerca de pontos teóricos que interessam particularmente à pesquisa.

2.1 DAS POSSIBILIDADES CONTEMPORÂNEAS INVESTIGATIVAS DA LT

Um dos objetivos específicos que este trabalho persegue é: estender teoricamente a noção de referenciação, de forma a abranger a imagem, o que, consequentemente, implica o repensar da noção de texto em LT, de modo a considerar o texto verbo-imagético. Isso porque é preciso considerar as linguagenS⁴⁷ que compõem as variadas interações humanas na contemporaneidade bem como as estratégias que permeiam essas linguagenS. Nesse sentido, começo discorrendo sobre a disciplina LT, a partir de algumas prospecções sobre seu futuro, ou perspectivas contemporâneas, traçadas por alguns estudiosos da área.

Uma ponderação que merece detida atenção é a de Koch (2004), quando a autora questionou sobre o posicionamento da LT, em relação às novas perspectivas que surgem frente aos novos meios de representação do conhecimento. Em especial, ela se referia às Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) que “invadiram” as relações humanas, mudando sua forma de interação:

(...) com relação ao hipertexto (...) caracterizado fundamentalmente pela ausência de linearidade, traço inerente aos textos tradicionais. **Que consequências terá isto para a delimitação de seu domínio? Que novos**

⁴⁷ O “S” maiúsculo [em analogia a Rojo (2009) –“letramentoS”] foi utilizado no sentido de contemplar como linguagem qualquer modo de significar.

procedimentos metodológicos deverá ela desenvolver? (KOCH, 2004, p. 169-170, grifo meu).

Nessa mesma perspectiva sobre a necessidade de reformulação da LT para atender a uma demanda de textos, frutos de interações virtuais e midiáticas, Blühdorn (2009, p. 16) completa: “Na realidade atual, caracterizada pela *internet* e pela onipresença da mídia, talvez se torne necessária uma reformulação do programa de pesquisa para os estudos do texto, desta vez como um ramo da ciência universal da mídia”.

Partindo da ideia de que a LT, “basicamente trata dos processos e regularidades gerais e específicos segundo os quais se produz, constitui, comprehende e descreve o fenômeno texto” (MARCUSCHI [1946 (2012)], p. 17), o questionamento de Koch (2004) assim como o posicionamento de Blühdorn (2009) remetem a uma necessidade de considerar textos que emergem de uma demanda contemporânea de leitura por meio da imbricação de semioses – multissemiose⁴⁸ – relacionadas às TICs, o que culmina na noção de multimodalidade⁴⁹. Não que essa imbricação de semioses não existisse ao longo do tempo⁵⁰, mas com o advento das TICs e dos meios para utilizá-las, as semioses foram potencializadas na e para a produção de sentidos. Navegar pela rede mundial de computadores, por exemplo, requer o reconhecimento e compreensão dos vários modos de significar que vão além do linguístico. E essas semioses conjuntas otimizadas pelas TICs trazem à tona a necessidade de repensar a textualidade, conforme moldes contemporâneos de significação, inclusive nos textos impressos que, desde sempre, congregaram diferentes modos de significar.

Tendo em vista que a LT se configura como uma disciplina que busca investigar a constituição, funcionamento, produção e recepção de textos, é imprescindível, então,

⁴⁸ Multissemiose: conjunto de signos de outras modalidades de linguagem que cercam os textos; seria a multiplicidade dos modos de significar (ROJO, 2009).

⁴⁹ Segundo Kress (1995, p.7.11), o texto é: “Um ‘tecer’ junto, um objeto fabricado que é formado por fios ‘tecidos juntos’ – fios constituídos de modos semióticos. Esses modos podem ser entendidos como formas sistemáticas e convencionais de comunicação. Um texto pode ser formado por vários modos semióticos (palavras e imagens, por exemplo) e, portanto, podemos chegar à noção de **multimodalidade**. Com o advento de materiais computadorizados, multimídia e interacional, **esta forma de conceituar a semiose** se torna cada vez mais pertinente (grifos meus)”. Marcuschi (2008) entende que se se considera um texto um evento comunicativo em que atuam ações linguísticas, cognitivas e sociais, há de se considerar que o conceito de evento comunicativo trata de um sistema de conexões entre distintos elementos, de modo que o texto seria construído “numa orientação de multissistemas, ou seja, envolve tanto aspectos linguísticos como não linguísticos no seu processamento (imagem, música) e o texto se torna em geral multimodal” (2008, p. 80).

⁵⁰ Prova disso são os gêneros que essa pesquisa contempla. As histórias em quadrinhos (classificação maior que contempla a tira), por exemplo, tiveram sua origem oficialmente datada em 1895, quando da criação “The Yellow Kid”, por Richard Felton Outcault, e publicada no jornal New York World (MARNY apud NICOLAU, 2010). Anúncios publicitários publicados em revistas e ou jornais contendo imagens coloridas datam do início do século XX, conforme informa Fernando Rebouças pelo sítio <<http://www.infoescola.com/comunicacao/historia-da-publicidade-no-brasil/>>. Acesso em 20 out. 2013.

redimensionar as análises textual-discursivas para outro patamar; no caso específico desta pesquisa, é preciso redimensionar a análise da referênciação, um construto da LT tão bem proposto e orientado para os textos verbais, para incluir as imagens que se aliam ao verbal em diversos gêneros discursivos, dentre eles, os que compõem o *corpus* desta pesquisa: as tiras e os anúncios publicitários. É preciso entender em que medida e de que maneira imagem e palavra se ajustam para propiciarem sentidos; em que medida se integram ou se distanciam para instaurarem princípios de textualidade.

Muitos estudos recentes que se enquadram no arcabouço teórico da LT, como é o caso de Ramos (2007), defendem a ideia da necessidade de a LT não se limitar à abordagem apenas de signos linguísticos, mas englobar os signos visuais, o que denomino como imagens. Cavalcante e Custódio Filho (2010) também afirmam enfaticamente sobre a necessidade de revisão do conceito de texto que a LT assume, para abarcar outras semioses:

[...] atualmente, há um grande esforço para desenvolver a teorização sobre a constituição multimodal de alguns gêneros textuais. Dessa forma, estabelecem-se, com maior ou menor profundidade, as relações entre parte verbal e imagens, por exemplo, do anúncio publicitário. Além disso, tecem-se considerações sobre como até mesmo os gêneros pensados como exclusivamente verbais são atravessados por outras semioses (veja-se, por exemplo, a recorrente utilização de fotografias em notícias), que interferem na produção/interpretação [...] assumindo o objetivo de delinear as próximas tendências dos estudos do texto, **destacamos a necessidade de se investigar o caráter multimodal a que podem se submeter as estratégias textual-discursivas** (CALVACANTE; CUSTÓDIO FILHO, 2010, p. 65, grifo meu).

Em linha semelhante, Bentes et al. (2010, p.390) propõem três objetos, qualificados como desafiadores, para os quais a LT deve direcionar atenção, quais sejam: “as relações entre texto e contexto; a emergência da autoria no curso dos processos de produção textual; a natureza multimodal dos textos escritos”. Quanto ao terceiro objeto desafiador, eis a defesa da consideração de outras modalidades, para além da verbal, nas análises da LT. É preciso, segundo os autores, “construir uma resposta teórico-metodológica própria sobre o assunto, **assumindo os elementos não verbais como fundamentais e inescapavelmente constitutivos de textos de várias esferas sociais e comunicativas**” (BENTES et al., 2010, p. 402, grifo meu). Os autores ainda entreveem as implicações para a consideração de outros modos de significação nas análises da LT:

[...] a inserção da multimodalidade no escopo de assuntos pertinentes à Linguística Textual implica: i) um necessário alargamento do conceito de texto, **de modo a incorporar nele elementos não verbais** (imagem, cor

etc.); ii) o emprego de dispositivos analíticos oriundos do campo de estudos do texto, que permita trabalhar com tais signos (BENTES et al., 2010, p. 398; grifo meu).

Beaugrande (2002), em seu artigo “Linguística Textual: para novas margens?”, discorre sobre a necessidade de resposta a muitas questões da linguagem que não são apenas de ordem linguística e propõe, então, a redefinição da disciplina LT em “Ciências de Texto”. Ele ainda completa:

No futuro, os pesquisadores com formação na linguística textual, por princípio, deverão compreender se antes como peritos de texto e colaboradores numa ampla “ciência transdisciplinar” onde tais perguntas são analisadas e respondidas multidimensionalmente e onde a divisão de trabalho não é definida antecipadamente pelas ideias e delimitações convencionais sobre a questão do que é “linguístico” ou não. Em vez disso, a partir daqui, o problema deverá ser decidido empiricamente: em que medida uma certa questão ou um fenômeno, em proporções objetivas, deve ser interpretado como linguístico, cognitivo ou social. **Nas descrições e explicações dessa linguística textual, sempre deverão aparecer três fatores relevantes, isto é, um ponto de vista linguístico, um ponto de vista cognitivo e um ponto de vista social;** e esses não se equipararão, necessariamente, com o ponto de vista tradicional das respectivas linguística, psicologia e sociologia. Ao contrário, passarão por uma coevolução enquanto a linguística textual continuará a desenvolver-se, especialmente, pela dialética renovada entre a teoria e a prática. Desse modo, não nascerá apenas uma interdisciplinaridade articulada por diferentes disciplinas, mas uma transdisciplinaridade que, por princípio, desde o início, será conceituada por um ponto de vista integrado de diversas ciências (BEAUGRANDE, 2002, p. 57; grifo meu).

O que Beaugrande apresenta é a urgência de a LT dialogar e trabalhar juntamente com outros campos de conhecimento frente à tentativa de explicar o texto em funcionamento, considerando não apenas o ponto de vista linguístico, mas pontos de vista de ordem cognitiva e social; o que já tem sido empreendido no escopo das pesquisas atuais, como fez Mondada (2005), ao analisar a expressão “You see”, em interações entre cirurgiões durante seu trabalho na sala de operações, concluindo que as práticas empíricas diversas obrigam a Linguística

[...] a não se limitar a dar conta de atividade dos interlocutores que seriam exclusivamente verbais e, assim, relegar os outros processos ao domínio da cognição. Elas obrigam, ao contrário, a levar em consideração as situações – numerosas – em que a palavra está imbricada na ação não-verbal, na materialidade do contexto e na manipulação de objetos. Isto nos parece fundamental para uma reflexão sobre a produção da referência – que se faz por meio de *práticas sociais multimodais* e não somente linguísticas (MONDADA, 2005, p. 15-16, grifo da autora).

Depois dessas considerações sobre o futuro da LT e as necessidades atreladas a esse futuro, na visão de alguns autores e a qual partilho, o que se acentua é a necessidade de contemplar e analisar os textos em suas diversas formas de manifestação, principalmente não se restringindo a análises puramente linguísticas. À LT cabe descrever e explicar as formas de interação dos sujeitos, suas ações comunicativas. Portanto, é preciso propor encaminhamentos teóricos que considerem o texto, a partir de outros códigos, outras semioses, outras modalidades, além de propor análises que dialoguem com outras áreas do saber, privilegiando a condição “plástica” da disciplina, conforme a define Marcuschi (1998 apud MUSSALIM; BENTES, 2004, p. 252): “uma disciplina de caráter multidisciplinar, dinâmica, funcional e processual, considerando a língua como não-autônoma nem sob seu aspecto formal”.

Em parte, é isso que essa pesquisa apresenta: possibilidades para o trato teórico da referenciação em textos multimodais, porque se torna urgente considerar o todo potencialmente significativo na materialidade textual para explicar a constituição, o funcionamento e a produção de textos verbo-imagéticos, utilizados como formas sociocognitivo-discursivas de comunicação.

Custódio Filho (2011, p. 15) salienta, em sua pesquisa de doutorado, o espaço cada vez maior que a noção de texto como não exclusivamente verbal tem ganhado nos estudos sobre a linguagem. Afirma ainda que, apesar de esse conceito ter ganhado notoriedade, ele “ainda não foi levado para o estudo da referenciação. Há, então, a necessidade de uma investigação que relate práticas multimodais e processos referenciais”. No caso do referido autor, em sua pesquisa, ele investigou a participação de múltiplos fatores, linguísticos e extralingüísticos, na elaboração cognitivo-discursiva dos objetos de discurso, utilizando-se, para tanto, da descrição de um conto e quatro episódios de um seriado de televisão. Dentre outras contribuições da pesquisa, o resultado obtido é o reconhecimento de que a construção referencial é resultante da integração entre recursos de diversas naturezas, o que reitera o caráter essencialmente discursivo da recategorização.

Do exposto, urge considerar, nas pesquisas em LT, o conceito de texto como não exclusivamente verbal. É isso o que almejai ao escolher como mote da pesquisa a análise do funcionamento referencial em textos verbo-imagéticos.

2.2 BREVE RETROSPECTO DA CONSOLIDAÇÃO DA LT

Aproveitando o *continuum* da relação linguagem-mundo, apresentado no capítulo 1, retomo sucintamente as reflexões e posicionamentos acerca dessa relação no século XX para situar a instauração da disciplina LT, no escopo da Linguística.

Saussure foi o grande nome do século XX para a Linguística, porque instituiu esta área do conhecimento como ciência, haja vista a promulgação de seu objeto de estudo: a língua. A grande conquista do genebrino foi conseguir separar a língua (ou o que é linguístico) dos demais fatos da linguagem. Na visão saussuriana, a língua, produto de uma coletividade, é um sistema de valores advindos de uma convenção social, e sobre a qual um indivíduo apenas não tem nenhum poder de mudança. Esse sistema de valores, formado pelo conjunto de signos linguísticos, baseia-se, por sua vez, na relação associativa e arbitrária que cada signo linguístico imprime entre ideia (conceito) e som (matéria), ou significado e significante. Na visão do genebrino, só se concebe um signo em relação a outro signo dentro do sistema.

Depois de Saussure ter conferido científicidade aos estudos linguísticos, no início do século XX, várias foram as investidas de abordar no estudo da língua aquilo que Saussure, naquele momento, não considerou em sua teoria estruturalista: a exterioridade e o que demanda dela para análise da língua. Segundo Salomão (1999), a precisão alcançada pelo estruturalismo no que tange às organizações fônicas, morfológicas e sintáticas custou a exclusão do sujeito. Sujeito que, *a posteriori*, tenta ser recuperado por Noam Chomsky, mas acaba sendo limitado: o programa cognitivista entendia que a produção da linguagem seria tratada como capacidade do sujeito, e a linguagem passaria a ser concebida como faculdade mental inata. Logo, a concepção de um sujeito cognitivo que, por sua vez, ainda não conseguira impulsionar os estudos da linguagem para a consideração do que chamo de exterioridade: o sujeito inserido em sociedade, o sujeito que produz discursos, que significa e que utiliza a língua em contexto. Mesmo assim, o gerativismo foi importante para o início da agenda de estudos cognitivos, inclusive, para as tendências atuais, como a sociocognição.

A tentativa dos estudos pós-saussurianos era justamente não restringir-se ao sistema abstrato: a língua. O interesse era ir além do que os eixos sintagmático (ordenação) e paradigmático (escolhas), em combinação, propunham como estrutura de língua, ou ainda ir além da mente do indivíduo, como propunha o gerativismo, para estudar a linguagem. Tal

intento iniciou-se, na tendência filosófica, por meio da Escola de Oxford que passou a considerar a análise da linguagem cotidiana (ou seja, a linguagem ordinária – a linguagem em uso), o que culminou no pragmatismo, movimento filosófico marcado pelo repúdio à imanência das coisas, à imanência da língua. Na Linguística, esse intento de ir além do linguístico foi marcadamente evidenciado com o surgimento da Pragmática, disciplina que além do linguístico leva em conta para o cálculo do sentido o cognitivo e a intencionalidade. Esse momento em que a Pragmática se consolida como mote do deslocamento considerável da língua do ponto de vista do sistema para atividade comunicativa ficou conhecido como “virada pragmática”⁵¹.

Com isso, a Pragmática marca fortemente a decisão de ir além dos limites das questões puramente de ordem linguística. Considera a intenção dos falantes marcada pelo uso da língua em determinados contextos. O que se tem é um falante que age pela língua. Seus principais representantes foram Austin, com a teoria dos atos de fala, e Grice, com as máximas conversacionais. É importante lembrar que a filosofia analítica, especialmente com as contribuições de Wittgenstein II, conforme arrolado no capítulo 1, foi igualmente importante para a consolidação dos estudos envolvendo a língua com foco no uso e não nas formas.

Concomitantemente, outras disciplinas surgiram com necessidades, **em parte**, semelhantes às da Pragmática (analisar a língua em uso), todavia com arranjos epistemológicos e teórico-metodológicos diferentes. Como afirma Marcuschi (2008), disciplinas de caráter eminentemente interdisciplinar. Refiro-me à Sociolinguística, à Análise da Conversação, à Psicolinguística, à Etnometodologia, à Enunciação, à Análise do Discurso⁵² e à Linguística Textual (LT) – arcabouço teórico em que se assenta esta pesquisa. Em cada uma dessas áreas, o que denomino como relação linguagem-mundo ganhou um *status* particular de análise, tendo, inclusive, em algumas disciplinas e suas abordagens, suplantado a vertente pragmática ou ainda introduzido novas formas de considerar o objeto de

⁵¹ Nos currículos de Língua Portuguesa, a “virada pragmática” alterou, inclusive, o nome da disciplina que passou a se chamar “Comunicação e Expressão”, pela Lei de Diretrizes e Bases 5692/71, que estabeleceu a Língua Portuguesa como “instrumento de comunicação e expressão da cultura brasileira” (ROJO, 2008).

⁵² Na Análise do Discurso, há várias filiações, dentre elas, às escolas francesa e anglo-saxã. Alguns representantes são: Michel Pêcheux (tido como precursor da Análise do Discurso), Patrick Charaudeau, Dominique Maingueneau, Michel Foucault, Norman Fairclough, dentre outros. No Brasil, destacam-se as contribuições de Eni Orlandi e Sírio Possenti. Para ler mais sobre as “escolas” da Análise do Discurso, consultar Orlandi (2003). É importante a nota sobre a Análise do Discurso, porque no escopo das pesquisas dessa disciplina, no século XXI, há uma proposta de imbricação da Análise do Discurso e da Linguística Textual. O responsável por essa proposta é Jean-Michel Adam (2008) por meio da proposição de uma teoria, a análise textual dos discursos, cujo programa de pesquisa relaciona a Linguística Textual à Análise do Discurso.

estudo, como o caso da LT, cujas análises contemporâneas voltam-se, sobretudo, para abordagens de natureza sociocognitivo-discursiva.

O que foi e continua sendo partilhado por todas as disciplinas que, de alguma forma, mantêm uma relação com a Pragmática é a necessidade de considerar a referência a partir de uma perspectiva de uso da língua, superando os patamares sobre os quais a relação linguagem-mundo repousou prévia e respectivamente: a palavra, a proposição e o ato de fala. Em outras palavras, a relação linguagem-mundo, na perspectiva pragmático-discursiva e em outras perspectivas dela derivadas ou a ela aproximadas, como a histórica – para os analistas do discurso, ou a sociocognitivo-discursiva – para os linguistas textuais, deve ser abordada considerando-se a realização da língua por sujeitos que se apropriam dessa língua para nela se referirem e serem referidos e, ao mesmo tempo, construídos e constituídos pelo e no discurso.

Sobre a LT, a influência da Pragmática bem como da Escola Filosófica de Oxford aconteceram, decisivamente, no terceiro momento da LT – metade da década de 1970, fazendo com que o texto passasse a ser entendido como processo. Para melhor compreensão desse panorama, apresento breve retrospecto dos momentos dessa disciplina.

A quase “cinquentona” LT teve em Coseriu a responsabilidade pela primeira aparição da expressão, em 1955, conforme atesta Koch (1997). Entretanto, a expressão LT só foi utilizada, conforme se entende hoje por Harald Weinrich, em 1966/1967, por isso, tem seu início considerado a partir da segunda metade da década de 1960, na Alemanha. Segundo Bernárdez (1982), a LT se desenvolveu por duas causas, sendo uma interna – necessidade de considerar o contexto, o que não era feito pelos gerativistas, e outra externa – necessidade de mostrar que as traduções não podiam ser feitas com base apenas nas frases em detrimento da análise do contexto e da intenção comunicativa.

Considerando a disposição de estender análises linguísticas a níveis maiores do que a frase, a LT viveu seu primeiro momento, a *análise transfrástica*, que perdurou até, aproximadamente, meados da década de 1970. Esse período foi caracterizado pelo impulso de explicar fenômenos gramaticais que não podiam ser explicados em nível de frase ou de oração, como a própria referência⁵³, haja vista, por exemplo, as ambiguidades criadas com os pronomes pessoais de terceira pessoa. Construções como “O vizinho de João é um incômodo.

⁵³ Conforme Koch (2004, p. 3), outros fenômenos também colaboraram para o primeiro momento vivido pela LT, dentre eles: “a correferência, a pronominalização, a seleção do artigo, a ordem das palavras, a relação tema/tópico – rema/comentário, a concordância dos tempos verbais, as relações entre enunciados não ligados por conectores explícitos, diversos fenômenos de ordem prosódica, dentre outros”.

Ele não cansa de escutar música alta.” não podiam ser explicadas em nível da frase, tendo em vista a presença de um pronome pessoal de terceira pessoa, na segunda oração do período composto, usado para retomar ou projetar um referente discursivo atualizado no contexto. “Ele”, no exemplo acima, pode sintaticamente ser ligado a dois referentes: I) João; e II) o vizinho de João. Entretanto, mesmo tendo duas possibilidades sintáticas referenciais, o contexto situacional e o conhecimento de mundo revelam que o pronome “Ele” retoma “O vizinho de João”, pois graças à predicação da segunda oração, “não cansa de escutar música alta”, é possível estabelecer a referenciação que se opera a partir da compreensão sócio-histórica cultural de que música escutada frequentemente em volume alto causa incômodo a vizinhos. Assim, a predicação, que está na segunda oração do período, ultrapassando o nível frástico, permite o estabelecimento cognitivo de que “ele” é “o vizinho de João” e não o próprio “João”.

Exemplos como esse demonstraram que o conhecimento do contexto imediato e as vivências deveriam adquirir importância nas investigações, que já não se sustentavam pela análise simplista de frases isoladas, como nos atesta Fuchs (1985 apud PAVEAU; SARFATI, 2006, p. 192) “muitas ambiguidades potenciais da frase isolada não subsistem a um contexto mais amplo e, inversamente, outras ambiguidades são engendradas pela trama progressiva das significações no fio do texto”. O texto, então, nesse primeiro momento da LT, era concebido, conforme descreve Koch, (2004, p. 3) como: “[...] frase complexa (Hartman, 1968); cadeia de pronominalizações ininterruptas (Harweg, 1968); cadeia de pressuposições (Bellert, 1970)”.

Sob forte influência do gerativismo, cujos adeptos acreditavam em um modelo capaz de explicar todas as frases gramaticais de uma língua, os estudiosos da LT, no segundo momento da disciplina, assim como os gerativistas - empenhados na elaboração da Gramática Gerativa, acreditavam que os usuários de uma língua detinham capacidades textuais básicas, a chamada competência textual, que, para Charroles (2002), resumia-se em três capacidades: a capacidade formativa (compreensão e produção de um número ilimitado de textos bem como avaliação sobre a boa ou má formação de um texto); a transformativa (adequação e transformação de textos à situação comunicativa e respectiva avaliação sobre adequação dos textos) e a qualificativa (nomeação e produção de um texto a partir de seu tipo: descrição, narração etc). Tais competências podiam, assim, ser explicadas, a partir de uma Gramática de Texto, cujo objeto de análise - o texto - era visto como a unidade linguística hierarquicamente mais elevada. Foi nesse momento que Hartmann e Weinrich (apud WIESER; KOCH, 2009)

consideraram que a unidade básica da estrutura da língua seria o texto e não a oração. A análise era do texto para seus constituintes, a fim de determinar as estruturas textuais, por meio de regras: as de uma gramática textual. Esse tipo de gramática teria a função de: “[...] i) verificar o que faz com que um texto seja um texto; ii) levantar critérios para a delimitação dos textos; iii) diferenciar as várias espécies de texto” (KOCH, 2004, p. 5). Outros estudiosos como Weinrich, Petôfi e Van Dijk também se empenharam na elaboração de gramáticas de texto, conforme nos apresenta Koch (2004), e foi, durante esse período, que surgiram as noções: macrossintaxe do discurso (Weinrich); macro e microestrutura (Charroles e Van Dijk); metarregras de coerência (Charroles); mundo comentado e mundo narrado (Weinrich); significado global (Dressler). A noção de texto, nesse segundo momento da LT, dá continuidade à noção apresentada no primeiro momento, particularmente, representado pela definição de Isenberg (1970 apud KOCH, 2004, p. 9): “sequência coerente de enunciados”; ou seja, a perspectiva continua sendo a de texto como produto. Essa coerência de que trata essa definição ainda remete os estudos a uma coerência sintático-semântica, porque tanto no primeiro quanto no segundo momento da LT, o foco dos estudos recaía sobre a coesão⁵⁴.

O terceiro momento da LT, que se iniciou na metade da década de 1970, firmou-se, a partir da necessidade de ir além dos aspectos sintático-semânticos do que até então se considerava na e para as análises do texto. Abandonou-se a ideia da elaboração de uma gramática textual, capaz de descrever a competência textual de um falante, para analisar o texto dentro de seu contexto de produção e entendido como um processo e não mais como um produto – perspectiva pragmático-discursiva. Isso implicava considerar não apenas a competência linguística (diz respeito às normas da língua em níveis de pronúncia, gramática e vocabulário) ou a competência textual do falante (diz respeito à estrutura e composição de textos), mas, sobretudo, considerar sua competência comunicativa⁵⁵, hoje também entendida

⁵⁴ À guisa de esclarecimento, é comum entender os momentos da LT não a partir de uma cronologia, mas de forma simultânea, como pensa Conte (1977 apud KOCH; TRAVAGLIA, 2002). Todavia, é possível pensar em uma ordem cronológica quando se opõe a LT, no primeiro e segundo momentos, à LT, no terceiro momento.

⁵⁵ A expressão competência comunicativa, segundo Koch (2002), foi utilizada inicialmente por Campbell e Wales, em 1970, para se referirem aos fatores contextuais de ordem verbal e não verbal, envolvidos no processo de aquisição da competência linguística. Também, em 1968, a expressão foi utilizada por Wunderlich que a entende como “uma espécie de metacompetência”. Para além dessa competência, Canale (1995 apud HEINE, 2010, p. 8) elege: “a competência sociolíngüística (domínio de regras que comandam as significações sociais que as sentenças podem assumir), a competência discursiva (capacidade de organizar textos com coesão e coerência), a competência estratégica (domínio de estratégias para compensar situações difíceis como os colapsos na conversação, dentre outros)”.

como competência discursiva⁵⁶, cuja abrangência envolve diversos mecanismos que não somente os de ordem linguístico-textual; nesse momento, entrava em cena aspectos de ordem social.

Wunderlich (1976), Isenberg (1976), Schmidt (1973), Motsch (1986), todos citados por Koch (2004), foram alguns dos responsáveis por incorporar, de alguma maneira, a tendência pragmática ou considerar aspectos de ordem social às pesquisas sobre o texto.

Na década de 1980, a coerência, até então esquecida ou atrelada à coesão, tornou-se a tônica nos estudos textuais junto com as operações de ordem cognitiva. Beaugrande e Dressler (1981) foram em parte responsáveis por essa abordagem pragmático-cognitiva da LT, especialmente quando estabeleceram os sete critérios de textualidade, sendo a coerência um deles. Contrariamente a essa posição primeira dos autores supracitados⁵⁷, a coerência foi entendida, por pesquisadores brasileiros – Koch e Travaglia (2002, p.11) – como um fator decisivo para o alcance da textualidade, “um princípio de interpretabilidade do texto”. Outros nomes de relevo nessa abordagem, especialmente no tocante às questões de ordem cognitiva do processamento textual, foram os de Van Dijk e Kintsch (1983).

Fins da década de 1980 e ao longo da década de 1990, o foco das análises recaiu mais detidamente sobre o processamento cognitivo do texto aliado a uma consideração social e interativa do uso da língua. Desde essa última época à atualidade, a tendência sociocognitivista-discursiva, que será tratada adiante, passou a dominar o cenário das análises em LT. Alguns dos pesquisadores brasileiros muito têm contribuído com essa perspectiva, a saber: Marcuschi (2001, 2003, 2005, 2008, 2012); Koch (1997, 2001, 2002, 2003a, 2003b, 2004, 2005a, 2005b,); Koch e Cunha-Lima (2005); Koch e Travaglia (2001, 2002); Koch e Elias (2006, 2009); Fávero e Koch (2002); Bentes et al. (2010); Cavalcante (2000, 2003, 2004, 2005, 2011, 2012), Cavalcante e Custódio Filho (2010); Custódio Filho (2011); Cavalcante e Lima (2013), dentre outros.

⁵⁶ Sobre as noções de competência comunicativa e discursiva, Travaglia (2009) afirma que a competência comunicativa está diretamente relacionada à discursiva, por isso, na visão do autor, a qual partilha, essas competências podem ser correspondentes, já que a discursiva diz respeito à capacidade de o usuário da língua contextualizar sua interação, isto é, adequá-la ao contexto, seja ele imediato ou, no sentido amplo, contexto sócio-histórico ideológico. Assim, o autor defende: “Há, portanto, entre as três competências, **uma relação de constitutividade**, que faz admitir que as competências gramatical e textual têm uma natureza discursiva para poderem funcionar interacionalmente na comunicação.” (TRAVAGLIA, 2009, p. 98, grifo meu).

⁵⁷ Posição primeira, porque ao longo dos estudos, Beaugrande assumiu nova posição: o que chamou de critérios de textualidade passou a ser compreendido como um conjunto de condições que contribuem para satisfazer cognitiva e interacionalmente a comunicação.

A efeito de comparação do percurso histórico da LT na Alemanha e no Brasil, Blühdorn e Andrade (2009, p.21) afirmam que tanto em um quanto em outro país, as macrotendências da disciplina são as mesmas, a saber: i) da teoria para a aplicação; ii) do texto abstrato para o texto concreto; iii) do microtexto para o macrotexto e iv) das forças centrípetas para as forças centrífugas. Em outras palavras, é possível perceber que a LT avança nos dois países em relação à consideração dos textos empíricos de indivíduos como objeto de análise, tratando, então, dos textos “concretos, autênticos e não idealizados”. Nesse sentido, os textos canônicos são preteridos para dar lugar aos textos não canônicos. Por isso, a “força centrífuga” – “totalidade de fatores que enfraquecem a conexidade e delimitação do texto individual”, que impõe a nova tônica aos estudos da LT no Brasil e na Alemanha.

Há quem afirme, embora não seja consensual, que a LT está em seu quarto momento (HEINE, 2010). Essa perspectiva nasce da virada do século XX para o XXI e se caracteriza, em particular, pela substituição do sujeito pragmático pelo sujeito social. As reflexões que pertencem ao bojo desse quarto momento, segundo Heine (2010), seriam o conceito de sujeito social, a noção de referenciação e a consideração de aspectos da obra do filósofo Bakhtin, a exemplo do dialogismo, dos gêneros do discurso etc. Costa (2012) também aponta esse quarto momento, mas reconhece que a literatura não o admitiu como nova fase da LT.

Cumpre registrar que essa pesquisa insere-se no escopo do terceiro momento da LT, uma vez que parte de uma perspectiva sociocognitivo-discursiva para tratar da referenciação em textos verbo-imagéticos. À guisa de esclarecimento acerca dessa perspectiva que fundamenta o trabalho, menciono algumas noções imprescindíveis para sua compreensão.

2.3 A PERSPECTIVA SOCIOCognITIVO-DISCURSIVA

A produção textual, assim como um jogo coletivo, não é uma atividade unilateral. Envolve decisões conjuntas. Isso caracteriza de maneira bastante essencial a produção textual como uma atividade sociointerativa (MARCUSCHI, 2012, p. 95).

A escolha da epígrafe supracitada remonta de maneira bastante didática ao que apregoa a perspectiva sociocognitivo-discursiva⁵⁸. Volto à epígrafe ao final da seção. Antes, dissero sobre essa perspectiva.

⁵⁸ Essa expressão, por vezes, será tomada, despretensiosamente, como sinônima de “sociocognitiva(o)”, “sociocognitivismo” e de “sociocognitivo-interacional”.

Diferentemente do cognitivismo clássico cujo interesse estava em estudar “aspectos internos, mentais, individuais, inatos e universais” (KOCH; CUNHA-LIMA, 2005, p. 254), o interesse do sociocognitivismo baseia-se fundamentalmente na premissa de que **os processos cognitivos ligados à linguagem humana devem ser entendidos e estudados a partir da constituição de sujeitos inseridos em práticas sociais e culturais**. Em outras palavras, acreditar que o conhecimento pode ser armazenado na mente e representado por operações lógico-racionais, portanto, passível de ser modelado, é completamente inconcebível para o paradigma sociocognitivo, que se sustenta pelo rompimento com a concepção de mente do cognitivismo clássico. Este, por sua vez, surgiu para refutar o determinismo do meio sobre o comportamento humano, o behaviorismo. Segundo aponta Koch e Cunha-Lima (2005), o abalo à concepção de mente do cognitivismo clássico, que é concebida como separada do corpo e passível de ser simulada em máquinas, acontece em três pontos-base, nos quais essa linha cognitivista se apoia: i) a necessária simbologia atribuída à computação; ii) a consideração do corpo e da mente como estanques e dissociados; e iii) a desconsideração das interações do meio nas e para as atividades cognitivas. Disso, o que se tem é a formulação de novos entendimentos para o trato cognitivo, ou seja, a inauguração de outra tendência: a sociocognição⁵⁹.

Na abordagem sociocognitivo-discursiva, o sujeito, sua história, os processos culturais envolvidos na sua constituição são de suma importância para o processamento cognitivo, que deixa de ser algo puramente formal, reduzido a modelos de processamento do conhecimento, para tornar-se uma **cognição atrelada, necessariamente, à consideração de um contexto sócio-histórico cultural**. Trata-se de entender que o corpo e, por conseguinte, a mente pressupõem um sujeito que vive e age no mundo conforme os limites e orientações culturais de seu entorno.

No que concerne especificamente à relação entre linguagem, realidade e conhecimento, a perspectiva sociocognitiva adere ao que é de ordem externa ao sistema linguístico – o social, o cultural, o interacional – para propor que o conhecimento (a cognição) é mediado pelas relações que os sujeitos estabelecem, sobremaneira, com o mundo (social e histórico) em que vivem.

⁵⁹ Cabe a ressalva de que não foi somente o sociocognitivismo que se postou contrário ao cognitivismo clássico. Por exemplo, a Semântica Cognitiva também o fez, todavia, esta perspectiva, nos dizeres de Custódio Filho (2011, p. 27), não teve “uma preocupação suficientemente explícita com as relações entre pensamento e sociedade”, como tem o sociocognitivismo.

Na base da atividade linguística está a interação e o compartilhar de conhecimentos e de atenção: os eventos linguísticos não são a reunião de vários atos individuais e independentes. São, ao contrário, uma atividade que se faz com os outros, conjuntamente (KOCH, 2004, p. 31).

Koch e Cunha-Lima (2005) exemplificam essa natureza situada da cognição por meio da apresentação de uma situação esclarecedora: uma criança que vende balas na rua consegue realizar cálculos matemáticos relativamente complexos durante seu trabalho, mas não consegue realizar os mesmos cálculos na escola. Como explicar essa situação sem considerar o que é de ordem externa à mente?

Ainda é preciso dizer que nas abordagens sociocognitivo-discursivas a linguagem, por ser compartilhada, tem duplo sentido tanto no percurso quanto na função (KOCH, 2004). Sobre a função, são propostos movimentos intercognitivos e intracognitivos. Os primeiros configuram-se como movimentos em que o sujeito estabelece relação com o mundo; os segundos são movimentos estabelecidos entre a linguagem e outros processos cognitivos (outras formas de conhecimento)⁶⁰ do sujeito.

Sobre a consideração do sujeito e a conjuntura sócio-histórica que o cerca, não posso deixar de mencionar Bakhtin, filósofo russo referência para a compreensão da inserção do homem nos estudos sobre a linguagem. É por meio do princípio dialógico da linguagem que Bakhtin firma com brilhantismo a necessidade de se considerar o social, ou seja, considerar o outro na e para a construção de sentidos. Para ele, a língua é uma atividade social e historicamente manifestada, cuja interlocução necessária acontece entre indivíduos e ou entre discursos/enunciados, em diversas enunciações. Esses enunciados, por sua vez, estão inseridos em práticas de comunicação humana e dispõem de relativa estabilidade. Deter-me-ei mais especificamente sobre Bakhtin, ao discorrer adiante sobre a noção de gênero discursivo.

⁶⁰ É interessante como Koch (2004, p. 32) deixa clara a perspectiva do que chamo “existir no mundo”. Para ela, assim como entendo, “[...] não há possibilidades integrais de pensamento ou domínios cognitivos fora da linguagem, nem possibilidades de linguagem fora de processos interativos humanos”. Muitos outros estudiosos de outras áreas do saber compartilham dessa visão, como o neurobiólogo Maturana (2001) que propõe a compreensão do conhecer pela experiência de seres biológicos que convivem na linguagem: “Quem é observador? Qualquer um de nós. Um ser humano na linguagem. Por isso, eu digo, o ser humano é observador na experiência, ou no suceder do viver na linguagem. Porque se alguém não diz nada, não diz nada. A explicação se dá na linguagem. O discurso que explica algo dá-se na linguagem. Uma petição de obediência do outro, quando se faz uma afirmação cognitiva, dá-se na linguagem. Assim, espero poder lhes mostrar que nós, seres humanos, existimos na linguagem.” (p. 27); “Ou seja, afirmo que nós, seres humanos, existimos como tais na linguagem, e tudo o que fazemos como seres humanos fazemos como diferentes maneiras de funcionar na linguagem” (p. 130.131). Bakhtin; Volochínov (1986, p. 108), estudioso da linguagem, complementa: “Os indivíduos não recebem a língua pronta para ser usada; eles penetram na corrente da comunicação verbal; ou melhor, somente quando mergulham nessa corrente é que sua consciência desperta e começa a operar”.

Como é possível perceber, na perspectiva sociocognitivo-discursiva, o contexto sócio-histórico cultural tem papel relevante nas análises dos textos, porque permite a construção da coerência. Utilizo um exemplo para ilustrar:

(1)

_ Amor, como é mesmo que aquele vendedor falou desse carro aí que você comprou? Perguntou a esposa dele.

_ Ele disse que era um carro de mulher. Um carro de garagem.

_ É difícil ver um vendedor tão sincero como esse aí né, benhê...

_ Por que você está dizendo isso?

_ Porque o carro é de garagem mesmo. Quando ele não está parado aqui na nossa garagem, ele está lá na garagem do mecânico (SILVA, 2012, s/p)⁶¹.

O causo transscrito faz sentido, ao se acionarem elementos de ordem contextual. Primeiro, é preciso considerar o conhecimento partilhado sócio-histórico e culturalmente de que proprietárias de veículos do sexo feminino têm mais cuidado e zelo com seus automóveis do que os homens e, em geral, os carros de mulheres são mais conservados do que os dos homens porque circulam pouco – ideia referenciada no causo por “um carro de garagem”; por isso são carros bem valorizados no momento de compra e venda (argumento utilizado pelo vendedor para vender o carro). Segundo, é preciso inferir que a esposa do dono do carro foi irônica ao dizer que o vendedor foi sincero. Terceiro, é preciso identificar o humor pela relação que se faz entre a expressão “garagem mesmo” e a justificativa “Quando ele não está parado aqui na nossa garagem, ele está lá na garagem do mecânico”. Ou seja, é preciso mobilizar elementos que escapam à explicitação da materialidade textual para que, articulados cognitivamente pela interação entre autor do texto e leitor, eles possam fazer sentido. Caso o leitor, por exemplo, desconhecesse a ideia de que carros de mulheres geralmente têm mais valor de compra e venda por serem mais conservados do que os dos homens, o causo perderia a graça, em parte ou totalmente.

Essa explicação também se aplica aos textos verbo-imagéticos, como no gênero tira. Considerando a tira 4 do *corpus*, exemplo (2), a noção da coerência atrelada ao contexto é inevitável:

⁶¹ SILVA, Edilson Rodrigues. **O vendedor sincero**, out. 2012. Disponível em: <<http://recantodacronica.blogspot.com.br/2012/06/o-vendedor-sincero-texto-pequeno-e.html>>. Acesso em 11 nov. 2013.

(2)



Fonte: Cereja e Magalhães (2009, p. 109).

Nessa tira, duas senhoras (identificadas pela imagem – objeto discursivo imagético) conversam durante uma refeição sobre o esquecimento dos pertences pessoais de higiene de uma delas.

Como a imagem mostra o que parece ser um último pedaço de bolo em um prato maior e sobras desse mesmo bolo nos pratos das personagens (alcançados pelos objetos discursivos imagéticos), infere-se que a refeição esteja no final. Além disso, o fato de o esquecimento estar ligado a objetos pessoais de higiene bucal (pasta de dente e escova) colabora para o indício de que as senhoras acabaram de comer, posto que, culturalmente, há a prática de escovação de dentes após as refeições. Por outro lado, ao se considerar que se trata do início de uma refeição, é possível deduzir que comer, para a senhora que diz ter esquecido seus pertences será impossível, já que, além de não ter escova e pasta de dente para higienizar a boca pós-refeição, não tem a dentadura, o que comprometeria a ingestão alimentícia.

Quanto à temática da conversa, o esquecimento dos pertences de higiene, o conhecimento sócio-histórico cultural revela que ela é coerente com as personagens, haja vista que, na terceira idade, o organismo tende a ter perda cognitiva, de memória. Logo, não causa estranhamento o fato de senhoras esquecerem pertences pessoais de higiene.

Além desse contexto descrito pela presença de objetos discursivos verbais e imagéticos, é necessário que o leitor, para produzir sentido, perceba que uma das personagens tenta ser cortês com a outra, porque a cada esquecimento da colega, a personagem cortês oferece-lhe o pertence pessoal. O que quebra a expectativa e gera a graça da tira é justamente o conhecimento de que é impossível emprestar uma dentadura, porque não somente é um

objeto de higiene pessoal, mas, acima de tudo, é um objeto feito sob medida para cada pessoa. Não seria adequado pensar unicamente no argumento de pessoalidade para falar que a dentadura não poderia ser emprestada, porque, na tira, a senhora cortês oferece outro objeto tão pessoal quanto à dentadura: escova de dentes.

Nesses exemplos fica evidenciada o quanto a produção de sentidos ou a coerência (e, para seu estabelecimento, os objetos de discurso) depende da necessária relação entre a interação autor/leitor e o contexto sócio-histórico-cultural que o permeia. Essa relação com o contexto será discutida adiante, ao apresentar a teoria de Van Dijk (2012).

Retomando a epígrafe dessa seção, Marcuschi (2012), ao afirmar que a produção textual não é uma atividade unilateral, trata da concepção sociocognitivo-discursiva para o processamento da linguagem. Produzir textos requer a ativação de uma série de estratégias que não dependem apenas do produtor de texto. Pensando no *corpus* dessa pesquisa, tanto as tiras quanto os anúncios são produzidos, a partir de uma mobilização de recursos disponíveis na linguagem (como o aspecto social, partilhado por indivíduos de uma comunidade). Assim, a organização da materialidade pressupõe instâncias discursivas que atrelam a noção de texto à de discurso, a saber: i) uma definição pré-estabelecida quanto à função social da comunicação (objetivo da interação); ii) uma definição prévia da esfera de comunicação na qual o texto circulará (lugares sociais nos quais o texto transitará); iii) uma definição de possíveis coenunciadores (perfil sócio-histórico ideológico do público ao qual o texto será proposto; papéis sociais); iv) uma definição quanto à demanda social do texto (justificativa para sua produção); v) uma definição de conhecimentos textuais, discursivos, sociais e culturais partilhados pelo enunciador e coenunciador; vi) uma pré-organização textual conforme arranjos socialmente partilhados (estrutura do texto deve obedecer a padrões conhecidos socioculturalmente). Além dessas definições prévias para a organização da materialidade, é preciso considerar que elas só podem ser acessadas na interação, por (co)enunciadores e pela relação contextual que permeia a interação, por isso, a noção de contexto é tão cara a esse trabalho. Disso, o que se tem é uma atividade sociocognitivo-discursiva, pautada por princípios que consideram a língua como um processo em (re)construção por sujeitos, inseridos em dada conjuntura sócio-histórica cultural e ideológica, portanto, coparticipantes da produção de sentidos. Em suma, o sentido é sempre construído, não existe em si e por si.

Ao analisar o funcionamento dos objetos de discurso nos textos verbo-imagéticos, serão levados em consideração, conforme dito, modos de significação da linguagem que fogem ao puramente linguístico e ao puramente individual. Ou seja, considerar-se-á a relação linguagem-mundo em perspectiva dinâmica, processual, na qual o sentido é negociado por meio de uma cultura coletiva partilhada; mais especificamente, será considerada a relação em que as pontes referenciais não decalcam o mundo para criar sentido, mas estabelecem um elo relativizado sócio-historicamente, dentro de um contexto construído subjetivamente pelos participantes do evento comunicativo (VAN DIJK, 2012). O que se evidencia, então, é a consideração de uma premissa na qual se assenta a noção de objetos de discurso: a da instabilidade do mundo que, paradoxalmente, alude à necessidade de uma estabilidade. Essa discussão acontecerá *a posteriori*, quando trataréi da referenciiação, no capítulo 3.

Isso posto, é preciso considerar uma noção de contexto que explique o funcionamento de objetos de discurso em textos verbo-imagéticos. Discuto, a seguir, a noção de contexto utilizada por esta pesquisa, para depois adentrar na noção de gênero do discurso e, por fim, na noção de texto.

2.3.1 O CONTEXTO

(3) “Sou amante de Maria.”

O que pensar sobre esse enunciado? Quem seria Maria? Quem seria “eu”? “Amante” em qual sentido? Para quem se fala ou se escreve? Sob quais condições? Essas são algumas perguntas que cercam produções descontextualizadas, ou seja, não consideradas sob a ótica de um contexto.

O exemplo acima foi retirado de Travaglia (2009, p. 81) e permite vários tipos de compreensão, conforme as condições contextuais em que é enunciado. Citarei quatro possibilidades diferentes para assumir a posição de que o contexto é crucial para a compreensão e, especificamente, no caso da pesquisa, fundamental para a (re)construção de objetos discursivos, especialmente para a recategorização referencial, que subjaz à referenciiação nos textos verbo-imagéticos.

A primeira das possibilidades é considerar “Maria” como Mãe Santíssima⁶². Assim, o enunciado permite a compreensão de que o enunciador é devoto da Mãe Santíssima, independente de o “eu” ser do sexo feminino ou masculino. Nessa circunstância, apenas a noção de o objeto discursivo referindo-se à Mãe Santíssima permite uma restrição de contexto para a compreensão da palavra “amante” e para a orientação religiosa do enunciador. Não se entenderá amante com sentido pejorativo (pessoa que mantém relacionamentos com outra pessoa comprometida matrimonialmente), como algumas culturas assim admitem; ao contrário, “amante” será entendido como uma pessoa que tem amor, afeto, admiração. Quanto à orientação religiosa do enunciador, é possível descartar, por exemplo, que se trata de uma pessoa cristã de vertente protestante, porque o protestantismo e seus adeptos não consideram a veneração a Maria.

A segunda possibilidade é pensar em Maria como cônjuge do enunciador, seja esse enunciador do sexo feminino ou masculino. Nesse caso, a identificação do objeto discursivo como pessoa a quem o enunciador está matrimonialmente vinculado reforça um sentimento esperado sócio-históricamente por parte de casais ou de pessoas que têm relacionamento amoroso estável: amor. Todavia, se o enunciador – “eu” – for do sexo feminino, poderá haver uma restrição quanto à enunciação de “Sou amante de Maria”, porque há culturas em que a homossexualidade ainda sofre reprovação por parcela da população. Por isso, Travaglia (2009) diz que a determinação sócio-histórica ideológica (o que entendo como inerente ao conceito de contexto) afeta tanto o efeito de sentido quanto a produção do texto. Isso também é apontado por Van Dijk (2012), cuja abordagem será tratada adiante. Afetar a produção de um texto pode significar que o enunciado “Sou amante de Maria” não poderá ser pronunciado sem restrições (de lugar, de tempo, de interlocutor, de modo, de finalidade, de justificativa etc.) em uma cultura de cunho homofóbica, por exemplo. Junto a cristãos ortodoxos (que não aprovam a união homossexual), muito provavelmente, o enunciador devesse proferir o enunciado “Sou amante de Maria” em particular, com tom de voz baixo para evitar confusões e discussões maiores, a não ser que o enunciador tenha como propósito da interação justamente provocar discussão. Diferentemente, se “Maria”, no enunciado, fosse compreendida como Mãe Santíssima, o enunciador poderia, junto aos cristãos ortodoxos, proferi-lo em alto e bom tom.

⁶² Mãe Santíssima também pode ser compreendida pelos cristãos como Maria de Nazaré, Santa Maria, Mãe Maria, Virgem Maria, Nossa Senhora, Santíssima Virgem Maria, Mãe de Deus.

A terceira possibilidade é entender Maria como uma pessoa que se relaciona com o enunciador de forma extraconjugal. Logo, essa identificação do objeto discursivo restringe e permite depreender que o enunciador (nesse caso do sexo feminino ou masculino) tem um(a) amante, título pejorativo ao contexto sócio-histórico e culturalmente partilhado no Brasil, por exemplo. Nesse caso, não importaria se o enunciador – “eu” – fosse do sexo masculino ou feminino, porque sócio-histórica culturalmente, no Brasil, a reprovação está diretamente ligada a relacionamentos extraconjugaais, independentemente de se tratar de um casal hetero ou homossexual. Portanto, as condições de produção do enunciado sofreriam restrições determinadas, em boa parte, pelo condicionante sócio-histórico cultural, assim como o exemplo anterior, em que Maria é considerada cônjuge homossexual do enunciador.

A quarta possibilidade é identificar Maria como uma artista cujo trabalho é apreciado pelo enunciador. O que se tem, nesse contexto, é um apreço do enunciador pelo trabalho da artista; logo, “amante” ganha contornos de admiração pelo ofício e ou pelo produto desse ofício. Esse, talvez, seria o contexto considerado menos polêmico, dada a noção que a palavra “amante” cerca: é corrente, em geral, nas culturas, que existam pessoas que admirem o trabalho de outras. Esse é o contexto, por exemplo, da dedicatória desta tese, quando refiro-me aos amantes da referência.

Diante desses exemplos e da confirmação da condição imperiosa do contexto para a construção e funcionamento de objetos de discurso em textos verbo-imagéticos, disserto sobre a teoria de contexto, proposta por Van Dijk (2012), porque acredito que essa teoria vai ao encontro do que, nesse trabalho, admito como conceito de contexto, embasando e sustentando minha posição.

2.3.1.1 A TEORIA DOS MODELOS CONTEXTUAIS DE VAN DIJK

Na visão de Van Dijk (2012), embora a palavra contexto seja muito usual no campo de abordagens, teorias e disciplinas que o consideram, como a Pragmática, como a Teoria dos Atos de Fala, a Análise de Discurso Crítica, a Psicologia, a Inteligência Artificial, a Antropologia, a Etnografia, a Sociologia, a Sociolinguística e a LT, inclusive, não há uma teoria explícita sobre os contextos e como eles se relacionam com o discurso, a comunicação. Justamente, essa é a lacuna a qual Van Dijk (2012) se propõe a lançar luz. Segundo o próprio

autor, a teoria, “apenas fragmentária”, deve ser entendida sob a consideração de um estudo de “caráter exploratório”, portanto, sujeita a revisões e críticas.

A noção de contexto em Van Dijk (2012) pressupõe uma mediação cognitiva, que se realiza na interação, entre os interlocutores. Por isso, o autor idealiza uma teoria de contexto com base na perspectiva sociocognitivo-discursiva – adotada nesta pesquisa para tratar da referenciação nos textos verbo-imagéticos. Daí, julguei pertinente sua consideração nessa proposta.

Na perspectiva sociocognitivo-discursiva, a história, as ideologias, os processos culturais envolvidos na constituição do sujeito são de suma importância para o processamento cognitivo e, portanto, o que se tem é uma cognição atrelada, necessariamente, à consideração de um contexto sócio-histórico cultural ideológico, ou seja, o conhecimento (a cognição) é mediado pelas relações que os sujeitos estabelecem, sobremaneira, com o mundo (social e histórico) em que vivem. Na mesma linha, Van Dijk (2012), com a proposta teórica dos modelos de contexto, defende a tese de que

[...] não é a situação social que influencia o discurso (ou é influenciada por ele), mas a maneira como os participantes definem essa situação. Portanto, os contextos não são um tipo de condição objetiva ou de causa direta, mas antes construtos (inter)subjetivos concebidos passo a passo e atualizados na interação pelos participantes enquanto membros de grupos e comunidades. [...] os contextos são construtos dos participantes (VAN DIJK, 2012, p. 11).

Nesse sentido, os contextos são criados, modelados, negociados e interpretados (inter)subjetivamente, conforme a necessidade interativa dos participantes em uma dada comunicação assim como são os objetos de discurso. Não existe uma situação objetiva da mesma maneira que não existe uma referência direta/objetiva do mundo. Há sempre uma representação, uma construção, uma mediação que os sujeitos fazem não apenas da situação social como também dos objetos de discurso. Dessa forma, ao se considerar que os objetos de discurso são utilizados dentro de um contexto, há de se concluir que há uma relação estreita entre a construção subjetiva contextual dos interlocutores e a (re)construção dos objetos de discurso. **Nisso, os objetos de discurso não serão apenas constituintes dos contextos, mas constitutivos**, à medida que, para interagir, há, necessariamente, demanda referencial, por meio de um objeto de discurso. Em outras palavras, os objetos de discurso mantêm uma relação intrínseca, necessária com o contexto. Na tira 4, exemplo (2), entender que as senhoras terminam ou iniciam uma refeição dependerá da interpretação subjetiva do leitor quanto ao evento em curso, isto é, quanto ao contexto e o que considerará relevante;

especificamente, dependerá da relação que os interlocutores estabelecem entre o contexto (interpretado subjetivamente) e os objetos de discurso imagéticos e verbais do evento comunicativo.

Por agora, apresento os principais pressupostos (vinte, no total), que sustentam a teoria de contexto de Van Dijk (2012), porque eles, a meu ver, recobrem a teoria de maneira sucinta e relevante. Discorro brevemente sobre cada um deles e teço, à medida que julgo pertinente, algumas considerações para além das colocações van dijkinianas, inclusive, propondo aproximações e diferenciações com as considerações bakhtinianas sobre a linguagem. Isso permitirá uma concisa apresentação da teoria de contexto de Van Dijk: os modelos contextuais.

I - Os contextos são construtos subjetivos dos participantes: é incontestável afirmar que os indivíduos relacionam-se social, histórica e culturalmente em diversas situações “reais”. Todavia, essa “realidade” só existe à medida que ela perpassa a ótica subjetiva de um indivíduo. Em outras palavras, a “realidade” só existe, porque é mediada pela interpretação do sujeito. E ainda digo mais: a “realidade” só existe, porque é mediada pela interpretação do sujeito que, por sua vez, só existe na e pela linguagem. Assim é que os contextos são construtos subjetivos dos participantes, isto é, os contextos existem a partir da maneira como os participantes enxergam o evento de comunicação. Por isso, é possível que as pessoas que participam de um mesmo evento comunicativo tenham interpretações distintas de uma situação, conforme o que se vê na tira 11 do *corpus*, em que as diferenças de interpretação contextuais do Rei e do Bobo (o que o Rei esperava e o que o Bobo entendeu) levaram este à guilhotina. A análise mais complexa da tira será evidenciada no último capítulo.

Nesse ínterim, retomo um primeiro ponto de convergência com Bakhtin e Volochínov, quando afirmam: “Todo sistema de normas sociais [...] somente existe relacionado à consciência subjetiva dos indivíduos que participam da coletividade regida por essas normas.” (BAKHTIN; VOLOCHÍNOV, 1986, p. 91). Assim, é possível perceber que os autores consideravam o subjetivo na participação da construção do sentido, mais ainda: concebiam a relação entre o social e o subjetivo. Logo, tanto para Bakhtin e Volochínov quanto para Van Dijk o homem enquanto sujeito ativo é condição imprescindível para o funcionamento da linguagem.

II - Os contextos são experiências únicas: se se aceita que cada contexto é um construto subjetivo dos participantes da interação, por consequência, os contextos são exclusivos, porque parte-se da premissa de que cada participante detém um acervo de vivências e conhecimentos únicos, o que propicia a construção subjetiva e única do contexto. “os conhecimentos (e as opiniões e emoções) dos participantes, a cada momento, precisam ter diferenças, por menores que sejam, para que a própria interação faça sentido, para começo de conversa.” (VAN DIJK, 2012, p. 34). Nesse sentido, evoco Bakhtin (2003), para salientar a semelhança do caráter de exclusividade que ele imprime à noção de texto da mesma forma que Van Dijk propõe como pressuposto para sua teoria de contexto. Para Bakhtin, os textos (que se realizam nos enunciados) são únicos, uma vez que o momento sócio-histórico e cultural de cada evento comunicativo é também exclusivo, sendo impossível um enunciado ser repetido de forma idêntica, porque as condições contextuais do enunciado jamais serão as mesmas. Daí, metaforicamente, remeto a um ditado popular, guardadas as devidas limitações: “Quem conta um conto, aumenta um ponto”.

III - Os contextos são modelos mentais: Van Dijk (2012, p. 92) utiliza da Psicologia a noção de modelo mental para a teoria de contexto. Os modelos de contexto serão definidos como um tipo específico de modelo mental, “pessoalmente únicos e subjetivos”, localizados na memória episódica (conhecimento pessoal) dos participantes de um evento comunicativo. Por sua vez, a memória episódica junto com a memória semântica – preferencialmente identificada por Van Dijk como memória social que diz respeito ao conhecimento compartilhado socioculturalmente – constituem parte da Memória de Longo Término, por isso, estão relacionadas. Assim, as situações comunicativas são construídas e representadas como modelos mentais específicos na memória episódica, ou seja, “atuam como interface entre o discurso e o mundo” (VAN DIJK, 2012, p. 143). A experiência cotidiana dos sujeitos – pessoal e intransferível – constrói e molda os modelos mentais que participam dos modelos de contextos. Nesse sentido, é possível pensar em mal-entendidos, mesmo com o compartilhamento de conhecimentos sócio-históricos e culturais, haja vista ser a memória episódica única e subjetiva.

Os modelos mentais, portanto, “são representações cognitivas de nossas experiências [...] são as nossas experiências” (VAN DIJK, 2012, p. 94). E a coerência do discurso, segundo

o autor, dá-se pela capacidade de os usuários da língua construírem modelos mentais tanto dos eventos ou fatos (microcontexto) sobre os quais interagem imediatamente, quanto do conhecimento mais geral sobre as experiências no mundo (macrocontexto) e os relacionarem entre si; por isso, Van Dijk (2012, p. 91) considera os modelos mentais como proponentes de um “tratamento simples, elegante e poderoso da coerência local e global”. Também os considera “ponto de partida” para a produção do discurso, porque os modelos formam a base da construção de representações semânticas dos eventos cotidianos. São definidos por esquemas que se repetem frequentemente, e essa repetição permite a acumulação de experiências que levam, por sua vez, a modelos abstratos nos quais há categorias mais ou menos estáveis, como o ambiente, os participantes e as ações. “Embora cada modelo mental de um texto ou situação seja único, por causa de circunstâncias e contingências da situação presente, sua estrutura abstrata pode ser definida ‘objetivamente’ pelas percepções acumuladas das pessoas” (VAN DIJK, 2012, p. 94).

Na tira 9,

(4)



(Adolar. Folha de S. Paulo, 15/4/2005.)

Fonte: Cereja e Magalhães (2009, p. 233).

a experiência do que seja uma situação embaraçosa (modelo global macro; esquema de modelo mental) permite a compreensão da situação comunicativa da tira (modelo micro da experiência cotidiana; situação momentânea). A avó do menino deixa o avô em uma situação vexatória, ao contradizê-lo quanto à disposição que afirma ter. Essa interpretação é possível

dado o conhecimento mental, em nível macro, acumulado e arquivado, por meio de esquemas, na memória episódica do enunciador e também do coenunciador (que presumiu esse conhecimento por parte do leitor) do que seja uma situação vergonhosa por meio da contradição: o avô afirma ao neto ter disposição, mas é contradito pela avó.

IV - Os contextos são um tipo específico de modelo da experiência: as experiências e vivências cotidianas dos sujeitos são representadas como um tipo específico de modelo mental dessa experiência, os modelos da experiência. Considerando o exemplo (1), a compreensão de que é possível entender duas situações para o diálogo: ou as senhoras acabaram ou iniciaram uma refeição, advém do modelo de experiência cotidiana que presume as interpretações: i) é o início da refeição, se se considera como modelo de experiência que sem a dentadura será impossível comer e que o esquecimento dos pertences de higiene bucal impedirão a refeição, já que não se poderá proceder posteriormente à higienização bucal; ou ii) é o fim da refeição, se se considera como modelo de experiência que, após as refeições, o hábito é realizar higiene bucal.

Sobre os modelos de experiência, Van Dijk (2012) afirma que eles estruturam-se em categorias como: tempo, lugares, participantes, causalidades, nível, saliência, relevância dentre outras dimensões. Ainda ressalta que as experiências são contínuas, porém interpretadas de forma discreta, como acordar, ir ao dentista, voltar do trabalho etc. Essas experiências moldam-se no modelo mental e tornam-se, por isso, modelos de experiências que são representações dinâmicas de vivências. Ir ao dentista é representado por um modelo de experiência que atualiza um modelo global que representa, por exemplo, a ação de cuidar da saúde.

V - Os modelos de contexto são esquemáticos: a organização interna dos modelos mentais dá-se por esquemas e suas categorias. As categorias para um esquema de modelo de contexto, segundo Van Dijk (2012, p. 113), são:

- i) ambiente – tempo/período, espaço/lugar/entorno; ii) participantes; iii) eu-mesmo – papéis comunicativos, tipos de papéis sociais – ser membro de um grupo ou identidades, relações entre os participantes, crenças e conhecimentos compartilhados e sociais, intenções e objetivos; iv) ações/eventos comunicativos ou de outra natureza.

Os modelos mentais que dão origem ao contexto, na percepção van dijkiniana, enquadram-se em esquemas de categorias compartilhadas convencionalmente e compostas por uma base cultural, por isso não são arbitrários. Isso implica dizer que, durante a interação, os participantes são capazes de atualizar situações sociais de maneira bastante rápida, independentemente da complexidade da situação. Isso só é possível, porque há contextos esquematizados na memória episódica, como dito anteriormente, que se baseiam na norma social, enquanto esquema de categoria. No caso da memória em geral, “os modelos mentais são provavelmente organizados por um número limitado de categorias fixas, que compõem uma forma abstrata ou ‘esquema’, um *esquema de modelo*” (VAN DIJK, 2012, p. 99, grifo do autor). Dessa maneira, não é preciso que modelos mentais sejam sempre inteiramente novos, porque a comunicação parte, então, da ativação de esquemas de modelo anteriormente aprendidos.

Nisso, outro ponto de convergência com Bakhtin (2003), em relação ao que o filósofo russo discorre sobre a noção de gêneros discursivos: se para cada nova enunciação novos gêneros tivessem de ser concebidos, a comunicação tornar-se-ia quase impossível.

Para entender que é possível bradar (3) “Sou amante de Maria”, em meio a uma reunião religiosa, é preciso discernir ou ter conhecimento sobre as diferentes identidades ou papéis sociais dos participantes (categoria do esquema de modelo mental) bem como ter conhecimento acerca do dogma da religião. Nesse sentido, Van Dijk (2012, p. 155) afirma que “as categorias relevantes do contexto serão pistas melhores para a recuperação na memória do que outros aspectos dos eventos comunicativos”. Logo, caso seja uma reunião religiosa de vertente protestante (com papéis sociais determinados para os participantes do evento), o enunciado do exemplo (3) pode provocar reações desagradáveis, por conta da não veneração dessa vertente à Maria, Mãe Santíssima. Da mesma forma, compreender a graça da tira 9, exemplo (4), somente é possível, quando se mobiliza o esquema de categorias (tempo, lugar, participantes, ação, propósito e conhecimento) culturais mais ou menos estáveis e partilhadas representativamente nos modelos mentais dos interlocutores referentes à impossibilidade de se emprestar uma dentadura.

VI - Os contextos controlam a produção e compreensão do discurso: é sabido que os participantes de uma interação moldam seu discurso de maneira apropriada à situação comunicativa, especialmente moldam-no, em relação ao que consideram relevante na, da e

para a situação comunicativa. Assim, se o objetivo de uma das senhoras do exemplo (2) foi ser cortês com a outra senhora, aquela (obviamente por intermédio do enunciador da tira) buscou adaptar seu discurso ao que considerou relevante para a comunicação naquele momento: ser cordial. Talvez, a pergunta que o enunciador se fez para a projeção de cordialidade foi: “que traços contextuais permitem que meu coenunciador entenda minha cordialidade?”. Nesse sentido, Van Dijk (2012) é taxativo ao afirmar que as estruturas discursivas e as interpretações do discurso são controladas pelo contexto, afirmando que:

[...] embora o processamento cognitivo seja crucial, esses processos dos usuários da língua [adaptar seu discurso à situações comunicativas] estão inseridos em condições sociais e culturais amplas, compartilhadas pelos usuários da língua enquanto membros de grupos e comunidades (VAN DIJK, 2012, p. 36).

Em analogia, trago Bakhtin e Volochínov (1986):

A atividade mental do sujeito constitui, da mesma forma que a expressão exterior, um território social [...]. Quando a atividade mental se realiza sob a forma de uma enunciação, a orientação social à qual ela se submete adquire maior complexidade graças à exigência de adaptação ao contexto social imediato do ato de fala, e, acima de tudo, aos interlocutores concretos. (BAKHTIN; VOLOCHÍNOV, 1986, p. 117).

Para estes autores, em cada uma das esferas comunicativas, os participantes da comunicação ocupam determinados lugares sociais assim como Van Dijk também acredita que as estruturas sociais influenciam os usuários da língua em interação.

O mais plausível e fecundo dessa teoria van dijkiniana é justamente o fato de não considerar apenas a base cognitiva para o processamento do discurso. As bases sócio-históricas culturais também têm parcela importante para o trato cognitivo na e para os contextos. Esse será o próximo pressuposto.

VII - Os contextos têm bases sociais: esse pressuposto é de extrema importância para a consideração dos objetos discursivos nessa pesquisa. Dizer que os contextos têm bases sociais implica dizer que, para a atividade mental acontecer, é preciso que bases sociais de conhecimentos, atitudes, ideologias, normas, gramática e valores de uma determinada comunidade discursiva sejam partilhados pelos membros dessa comunidade e pelos participantes de uma dada interação. Assim, para eu inferir que a senhora do exemplo (2) foi cortês com a outra, é preciso que eu resgate o conhecimento sócio-histórico e culturalmente

partilhado, em relação à atitude de cortesia, que me remete ideologicamente à delicadeza de gesto, educação. Portanto, oferecer pertences pessoais a outra pessoa, quando do esquecimento desta, representa uma atitude cortês, gentil e educada. Aliás, nesse sentido, outro ponto de convergência com as ideias bakhtinianas pode ser resgatado.

Para Bakhtin e Volochínov, o signo é ideológico por natureza, o que significa considerar o social para a produção linguageira. E é o social fundamentado pelo dialogismo, princípio básico da comunicação humana, que determinará a atividade mental: “é certo que sem uma orientação social de caráter apreciativo não há atividade mental” (BAKHTIN; VOLOCHÍNOV 1986, p. 114), e, ainda, “A situação social mais imediata e o meio social mais amplo determinam completamente e, por assim dizer, a partir do seu próprio interior, a estrutura da enunciação” (p. 113). Van Dijk (2012) também fundamenta sua posição sobre os usos ideológicos do discurso, incluindo a ideologia como parte das propriedades cognitivas dos participantes de uma comunicação, afetando semântica e pragmaticamente o discurso⁶³.

Para concluir a exposição desse pressuposto, Van Dijk (2012) ressalta que os contextos são “ao mesmo tempo pessoais e sociais”, e as cognições sociais são base do contexto dos participantes. Em outra colocação define: “os contextos também têm uma importante dimensão intersubjetiva, que é **condição primeira** para a comunicação e a interação” (VAN DIJK, 2012, p. 36, grifo meu). Se se entende que intersubjetivo é a relação entre sujeitos e ou consciências individuais, a dimensão intersubjetiva da qual trata Van Dijk (2012), necessariamente, refere-se ao social como condição *sine qua non* para a comunicação, posto que, para haver relação entre sujeitos ou entre consciências individuais, é preciso que cognições sociais sejam partilhadas. Por isso, Van Dijk (2012) concebe a cognição social como uma construção social, intersubjetiva, local e historicamente situada.

À guisa de dirimir qualquer dúvida restante quanto ao papel do social na teoria van dijkiniana de contexto, o autor esclarece:

Uma definição de contextos em termos de modelos mentais não implica que precisemos reduzir as influências sociais a influências mentais, muito pelo contrário. Por meio dessa definição, *descrevemos e explicamos*, antes de mais nada, como certas estruturas sociais locais e globais conseguem influenciar o texto e a fala. Ou seja, **mesmo uma teoria do contexto de bases cognitivas é parte de uma teoria social mais ampla das relações entre sociedade e discurso** (VAN DIJK, 2012, p. 43, grifo meu).

⁶³ No livro de Van Dijk (2000), disponível virtualmente, “Ideology and discourse: a multidisciplinary introduction”, ele exponerá em detalhes a concepção de ideologia, sob sua visão: “Ideologies are the fundamental beliefs of a group and its members” (VAN DIJK, 2000, p. 7).

VIII - Os contextos são dinâmicos: dinamicidade, nesse caso, tem relação com a criação de contexto para cada nova situação comunicativa bem como sua atualização e adaptação. Tal pressuposto mantém estreita relação com a interação, haja vista que o discurso desenvolve-se, mediante a interação entre os participantes em uma situação comunicativa. Nesse sentido, é oportuno mencionar a noção de referenciação, elaborada por Mondada e Dubois (2003), considerada nesta pesquisa e tratada em detalhes no capítulo 3, justamente, porque essa concepção pressupõe objetos de discurso construídos e atualizados na interação. “As categorias e os objetos de discurso pelos quais os sujeitos compreendem o mundo não são nem preexistentes, nem dados, mas se elaboram no curso de suas atividades, transformando-se a partir dos contextos” (MONDADA; DUBOIS, 2003, p. 17).

IX - Os contextos, com frequência, são amplamente planejados: significa dizer que os contextos podem ser pensados com alguma antecedência, em relação ao evento comunicativo, porque esses eventos encontram-se sob ocorrência de eventos sociais mais abrangentes. Como as cognições sociais (esquemas e categorias gerais) são base para os contextos, o que se espera é a possibilidade de antecipação de situações, participantes dos eventos comunicativos (suas identidades e papéis sociais), propósitos, lugar, tempo e até a escolha pelos gêneros discursivos; seriam os modelos de experiência ativados previamente, por meio do dispositivo-K, especificado no subitem seguinte. Nessa perspectiva, assume-se que “existe uma série de estratégias muito difundidas que automatizam parte das representações” (VAN DIJK, 2012, p. 176).

Tudo porque, segundo o próprio Van Dijk (2012), não existem contextos construídos a partir do zero, o que vai ao encontro do afirmado por Bakhtin de que não há nada novo, inaugural. “O falante não é um Adão bíblico [...] todo enunciado sempre responde de uma forma ou de outra aos enunciados do outro que o antecederam” (BAKHTIN, 2003, p. 300); o que existe é a possibilidade de (re)formulação do discurso do outro (o mais próximo/imediato da situação ou o outro considerado representante social). É o princípio dialógico que perpassa a consideração de linguagem para Bakhtin.

E essa possibilidade de planejamento prévio acontece em qualquer situação comunicativa, desde a interação espontânea, aquela que se desenvolve ao curso da interação, até no caso em que os coenunciadores não se encontram face a face, como é o caso do *corpus* dessa pesquisa: tanto as tiras quanto os anúncios publicitários não propiciam que enunciador e

coenunciador estejam *online*. Assim, os produtores desses gêneros, para compô-los, precisam antecipar e planejar os contextos de ocorrência de sua produção, devem lançar mão de pressupostos, inferências e contextos partilhados socio-histórico e culturalmente pela maioria dos possíveis leitores.

Mais uma convergência com Bakhtin refere-se à possibilidade de antecipação da comunicação. O filósofo russo, ao considerar o enunciado como objeto de interação verbal, o faz, levando em consideração as atitudes responsivas ativas que marcam e fundamentam sua criação. Assim, é necessário planejamento prévio e antecipação dessa resposta ativa para o delineamento do enunciado.

Até que ponto ele [o destinatário] está a par da situação, dispõe de conhecimentos especiais de um dado campo cultural da comunicação; levo em conta as suas concepções e convicções, os seus preconceitos (do meu ponto de vista), as suas simpatias e antipatias (BAKHTIN, 2003, p. 302).

Tudo isso determina como se dará a atitude responsiva ativa do interlocutor frente ao enunciado e determina também a escolha do gênero, ou seja, a estrutura, a composição e o estilo da interação.

Nessa antecipação que, como salientei, também é considerada por Bakhtin, Van Dijk vai além, propondo o dispositivo-K para operar sobre a organização prévia da comunicação. Apresento-o, na sequência.

IX A - O dispositivo-K: é um dispositivo cognitivo de inferência que calcula, durante a interação, o que os interlocutores já sabem, o que permite ao produtor a organização de sua comunicação. Supor o que os outros já sabem requer uma representação pelo enunciador da identidade dos participantes da comunicação, portanto, a representação de um modelo de experiência desse coenunciador, ou seja, conhecimentos socioculturais que esse detém.

Não apenas esse conhecimento do modelo de experiência é considerado para o dispositivo-K. Os modelos mentais de eventos, que dizem respeito ao que se sabe sobre as situações, também são considerados. Assim, o dispositivo-K, que opera em todos os níveis do discurso, promove a representação do conhecimento sociocultural partilhado (o que se pode entender como conhecimento em nível macro, também conhecido como base comum – modelos mentais de experiência) e a representação do conhecimento sobre as situações, os eventos (conhecimento em nível micro – modelos mentais de eventos). Dessa feita, o grande

objetivo do dispositivo é coordenar a “ação (conjunta) e o discurso” (VAN DIJK, 2012, p. 137), calculando os conhecimentos (sócio-histórico e cultural das situações) pressupostos dos coenunciadores. Por isso, o dispositivo, em uma comunicação, é sempre atualizado à medida que a interação é estabelecida (*feedback* do próprio discurso que se torna parte do contexto); monitorando, de maneira permanente, a produção e a compreensão do discurso.

O dispositivo-K permite o acionamento de estratégias que pressupõem, por sua vez, a existência de diferentes tipos de conhecimento, com diferentes tipos de pressuposição no discurso. Eis as estratégias desse dispositivo separadas por tipo de conhecimento: pessoal (K1 e K2); social específico (K3); socioculturais gerais (K4 e K5).

K1: Assumir que os receptores sabem o que eu lhes disse antes; K2: Assuma que os receptores não sabem do conhecimento pessoal que eu adquiri desde minha última comunicação com eles; K3: Assuma que os receptores conhecem aquilo de que nós já o informamos antes; K4: Assuma que os leitores têm o mesmo conhecimento sociocultural que você; K5: Assuma que os receptores compartilham o conhecimento de todas as comunidades epistêmicas mais abrangentes de que fazem parte (VAN DIJK, 2012, p. 124-129).

Em outras palavras, na estratégia K1, o que se disse, numa situação comunicativa torna-se “discurso prévio”, por isso, condição para continuidade da comunicação; na K2, à medida que se comunica algum conhecimento, este passa automaticamente a fazer parte da base comum compartilhada entre os participantes da comunicação; na K3, é entender que os participantes já sabem do assunto a ser tratado; na K4 e na K5, o conhecimento social geral partilhado é associado a comunidades epistêmicas e, por isso, é entendido como comum ao enunciador e coenunciador.

Essas estratégias podem ser aferidas, do ponto de vista do produtor de texto, especialmente no *corpus* desta pesquisa. É o que acontece no exemplo (5), anúncio 8:

(5)



(Claudia, nº 500.)

Fonte: Cereja e Magalhães (2009, p. 85).

Texto: “Quando as mulheres chegaram aos escritórios de design, a vida melhorou também para as donas de casa.
Mudar facilita a vida.”

O enunciador parte de alguns pressupostos de ordem socioculturais, entendidos como nível macro ou base comum (que ele julga ser de conhecimento do leitor do anúncio), a saber: i) o espaço doméstico é, fundamentalmente, feminino; ii) reconhecimento de um passado histórico em que a mulher figurava apenas no espaço doméstico; iii) a luta da mulher para conquistar outros domínios e campos sociais (emancipação feminina), como o mercado de trabalho – campo profissional; iv) reconhecimento da atuação feminina em outros domínios e campos sociais.

Pressupostos acerca do conhecimento dos eventos e situações, entendidos como o nível micro ou específico, também são pensados pelo enunciador como partilhados pelos leitores do anúncio, quais sejam: i) para os afazeres domésticos que envolvem, dentre outras coisas, limpar a casa, é preciso produtos, como vassoura e balde, por exemplo; ii) o trabalho doméstico é exaustivo; iii) quanto mais produtos e tecnologias forem desenvolvidos para

ajudar os afazeres domésticos, menos exaustivo torna-se esse trabalho; iv) a vida das mulheres no espaço doméstico, em épocas remotas, era difícil, visto que não havia produtos e tecnologias que facilitassem o trabalho doméstico.

Cabe ressalvar que esses pressupostos, em nível micro e macro de que parte o enunciador do texto, são compreensíveis a partir, inclusive e especialmente, dos objetos de discurso imagéticos, como o contraste marcado pela composição do cenário por meio de objetos de discurso que denotam antiguidade (mulheres com vestimentas de épocas passadas, com penteados de estilo remoto e a nuance arquitetônica das construções) e outros que sugerem a modernidade, a inovação (os produtos da marca Bettanin: balde e esfregão).

Disso, o modelo de contexto intermedeia (filtra, seleciona e recontextualiza) a relação discurso, sociedade e mundo, operando entre aquilo que o enunciador julga que o coenunciador saiba e aquilo que quer comunicar: vender produtos de limpeza da marca Bettanin.

X - Os modelos de contextos têm funções pragmáticas: ao se pensar em função pragmática, considera-se a função de que, em uma interação, o que se almeja, obviamente, é interagir, comunicar. Para que essa interação seja produtiva, é preciso que a comunicação esteja adequada à situação, aos entornos sociais e culturais. Logo, a função essencial dos modelos de contextos, proposto por Van Dijk (2012, p. 37), é “garantir que os participantes possam produzir textos ou falas adequados à situação comunicativa presente e que possam compreender a adequação dos textos ou falas dos outros.”. Por isso, a teoria dos modelos de contexto deve explicar como esses modelos controlam a produção, a recepção e a compreensão do discurso e adaptam-no de forma estratégica e flexível às situações únicas, no decurso da interação.

XI - Contextos versus textos: essa distinção é fundamental para que se entenda que contexto não é texto. Este pode participar da dimensão daquele. Na proposta van dijkiniana, os textos não podem ser reduzidos a contextos, porque estes são modelos mentais que constituem os modelos de contextos que, por sua vez, influenciam “a fala e o texto” (VAN DIJK, 2012, p. 38). Cabe aqui uma ressalva em relação à terminologia um tanto confusa, usada por Van Dijk, quanto às noções contrapostas “fala” e “texto”. A impressão que se tem é que o autor mescla a modalidade (fala/oralidade) com a noção do que materializa a

comunicação: o texto. Essas duas noções, a meu entender, não podem ser contrapostas, aliás, são convergentes: um texto pode se realizar pela fala (modalidade oral). À parte essa confusão, o que deve ficar claro é o fato de que os contextos não são expressos completamente, sua natureza é, pois, implícita. O contexto lança mão, em grande medida, de inferências e pressupostos. Essa natureza implícita do contexto é bastante salientada pela constituição dos gêneros do *corpus* da pesquisa, porque tanto a tira quanto o anúncio publicitário demandam alto nível de inferências, mediante as estratégias utilizadas para a materialização do texto⁶⁴. Inclusive, a referenciação, nesses gêneros, promove a natureza implícita do contexto, colaborando para a relevância do que se quer comunicar.

O trecho de Van Dijk (2012, p. 38), “Embora a natureza dos contextos seja geralmente implícita, os contextos também podem ser discursivos”, referenda a noção de intertextualidade “como condição importante para que o discurso seja significativo e apropriado”. Nesse sentido, é possível nova convergência com as ideias bakhtinianas, em relação à noção de polifonia que implica, por sua vez, o princípio dialógico. A polifonia diz respeito às diferentes vozes (explícitas ou não) que se expressam no e pelo discurso, por isso, é parte de toda enunciação, um tipo de dialogismo. Por sua vez, o dialogismo refere-se à necessária condição de resgatar discursos que já existem para, a partir deles, criar outros discursos, ou seja, uma relação entre os enunciados. O enunciado, condição para a comunicação na visão bakhtiniana, é “[...] pleno de ecos e ressonâncias de outros enunciados com os quais está ligado pela identidade da esfera de comunicação discursiva. Cada enunciado deve ser visto antes de tudo como uma resposta aos enunciados precedentes de um determinado campo” (BAKHTIN, 2003, p. 289).

XII - Contextos e relevância: a relevância é uma propriedade importante dos modelos de contexto, já que estes representam aquilo que subjetivamente é relevante para os participantes. Assim, a relevância é definida pela noção de contexto, porque ela dar-se-á em função de um modelo de contexto, englobando estruturas, esquemas, categorias e conteúdos que definirão o que é ou não relevante para os participantes. Nesse sentido é possível propor um paralelo com a noção de acessibilidade referencial – um dos princípios da abordagem referencial da não menção cotextual.

⁶⁴ Sobre isso, Ramos (2011) afirma que a inferência é uma característica do gênero tira.

No exemplo (2), a cor da roupa das senhoras não é relevante para a comunicação, por exemplo. Diferentemente, a aparência física delas é relevante para explorar o tema esquecimento de pertences de higiene, e o fato de elas serem idosas colabora para o propósito da tira que é fazer rir. Além disso, a relevância da aparência se confirma pelo objeto de discurso verbal “dentadura”, que se torna gatilho para a graça. Caso as personagens da tira fossem jovens, muito provavelmente, o propósito da comunicação seria afetado. Isso não aconteceria, se fosse mudada a cor das roupas das personagens ou o gênero, por exemplo. Há outras situações em que o gênero/sexo pode ser relevante no contexto, como se se considerasse que o tema da conversa em (2) fosse, por exemplo, doenças relativas ao genital masculino ao invés de esquecimento de pertences pessoais de higiene. É por essa razão que Van Dijk (2012, p. 164) esclarece:

Cada situação comunicativa é, portanto, representada subjetivamente de uma forma complexa, na qual cada variedade das propriedades sociais pode ter saliência maior ou menor numa dada situação: ora a identidade de gênero é mais relevante do que as identidades de idade, classe social ou profissão, ora é menos relevante, dependendo da natureza da atividade em curso, dos propósitos dessa atividade ou de outros fatores da situação.

XIII - Macrocontextos e microcontextos: os modelos de contexto, tal qual concebe Van Dijk (2012), e como foi mostrado em outros pressupostos, são constituídos também pelos modelos de experiência (modelos embasados pela memória episódica/pessoal). Estes podem representar ações em níveis locais e níveis mais amplos; respectivamente, o micro e o macrocontexto. O autor elucida esse pressuposto com um exemplo didático: ao mesmo tempo em que um professor dá aula (microcontexto – ação em nível local, específico), ele também ativa o macrocontexto (conhecimento sociocultural, em nível geral) – o papel da profissão professor, o ambiente institucional escola e ou universidade, o domínio social da Educação. Isso tem a implicação de que o nível macro tende a limitar as ações no nível micro, uma vez que se dispõe de “macrorrepresentações”. Assim, a ação de dar aula, por exemplo, é constituinte do ambiente universidade ou constituinte do domínio social Educação. Van Dijk (2012) ainda afirma que o conhecimento geral socialmente partilhado é de mais fácil recuperação do que a maior parte do conhecimento episódico ou pessoal sobre os próprios modelos mentais. O exemplo que utiliza é ilustrativo: é mais fácil explicar o que são férias típicas do que lembrar onde as férias foram “curtidas” há dez anos.

Mais uma vez, tem-se o reforço do aspecto social como “cerceador” de ações comunicativas específicas. Cercear, nesse caso, não implica na perda da criatividade (ação e

representação) sobre a linguagem; o que se tem é uma criatividade que não pode fugir, de certa maneira, dos padrões compartilhados sócio-histórico e culturalmente. Claro que, ao afirmar isso, trago à cena Bakhtin (2003) e sua consideração eminentemente dialógica, social e histórica de linguagem.

Nas tiras e nos anúncios, a concepção material do texto dá-se pelo limite do que o enunciador acredita ser passível de compreensão pelo seu leitor (recobrar o dispositivo-K), dada a previsão com a qual o produtor de texto prevê, por meio de seu modelo mental de contexto, como o leitor poderá interpretar esse texto, considerando os conhecimentos e crenças desse leitor. O que se tem, então, é uma ação microcontextual dos gêneros atrelada, necessariamente, a uma concepção de contexto em nível macro. Por exemplo, no caso dos anúncios, é preciso pensar no auditório social que terá acesso a eles ou no público majoritário que consome ou consumirá o produto, o serviço ou a ideia, bem como é preciso pensar nas representações sociais, ideológicas e culturais desse público. O exemplo (5), apresentado anteriormente, elucida bem essa concepção.

Nesse exemplo, a ação em nível microcontextual, ou a ação em nível específico da comunicação, é vender os produtos de limpeza da marca Bettanin, por meio da valorização do *design* de seus produtos que objetivam facilitar a vida das donas de casa. Essa ideia, no anúncio, é referendada do ponto de vista do enunciador, por meio dos objetos de discurso imagéticos, por ele mobilizados no texto: balde e esfregão (que seriam os produtos de limpeza com novo e moderno *designer*) que contrastam com a ideia de um cenário antigo, evidenciado pelo anúncio. Assim, o papel crucial desses objetos de discurso, dentre outros, é referendar o objetivo do anúncio da Bettanin quanto à representação do modelo de contexto sobre inovação de produtos de limpeza.

Como o público alvo desse anúncio são as donas de casa, porque, em geral, são elas que utilizam produtos de limpeza, o macrocontexto é pensado, pelo enunciador, com base no conhecimento sociocultural e ideológico desse público. Assim, a “macrorrepresentação” sociocultural e ideológica que o enunciador elaborou é a de que as mulheres donas de casa têm dificuldades para o cumprimento dos afazeres domésticos em função da falta de praticidade e modernidade dos produtos que utilizam para tal tarefa. Para chegar nesse ponto, o enunciador também partiu de um conjunto de pressupostos de nível macro, conforme descrito anteriormente: i) o espaço doméstico é, fundamentalmente, feminino; ii) reconhecimento de um passado histórico em que a mulher figurava apenas no espaço

doméstico; iii) a luta da mulher para conquistar outros domínios e campos sociais (emancipação feminina), como o mercado de trabalho – campo profissional; iv) reconhecimento da atuação feminina em outros domínios e campos sociais. A partir dessa “macrorrepresentação”, o enunciador trabalha os objetos de discurso na cena, o que é perceptível pelo contraste evidente entre o que é antigo e o que é novo, salientando a marca anunciada.

Dessa breve análise, a sugestão de leitura pode ser a de um enunciador que tem como modelos contextuais, para a categoria mulher, uma concepção de dona de casa que carece de ajuda quanto à modernização dos produtos de limpeza. Não nesse momento, mas uma análise discursiva daria possibilidades de vislumbrar as ideologias subjacentes a essa representação de mulher na mente do enunciador: seria esse discurso preconceituoso ao dizer que mulheres ganham notoriedade e visibilidade no mercado de trabalho, por meio de uma invenção para donas de casa? Ou o discurso legitima os benefícios da mulher no e para o mercado de trabalho, quando de sua inserção, ressaltando sua capacidade inventiva para resolver situações-problema, especificamente, situações que as abarcam, como ser dona de casa?

XIV - Os contextos como o ‘centro do meu/nosso mundo’: na teoria dos modelos de contextos, há categorias ou estruturas que os constituem, tais como: ambiente, participantes (identidades e papéis sociais), ações ou eventos comunicativos de outra natureza, relevância, conhecimento, propósitos da comunicação, dentre outras. A categoria central, proposta por Van Dijk (2012, p. 105, 114), é o “Eu-mesmo” e, por isso, os modelos de contexto “são crucialmente egocêntricos”.

Essa categoria organiza as relações entre o “eu” e os participantes da comunicação, pois ela coloca o “eu” como “participante central das experiências representadas na memória episódica”, ou seja, essa categoria representa o modo como o participante vê e entende o entorno, a situação: onde e como interage, por que, para quê, com quem, com que conhecimento. Existe a opção de o “Eu-mesmo” ser instanciado ou “re-aplicado” em novas experiências. Nesse sentido, o eu-mesmo assume natureza dinâmica, visto que vai representando as situações em que o coenunciador participa e, ao mesmo tempo, tem natureza estável, porque, apesar de todas as experiências vividas, elas o são a partir de uma só pessoa.

Logo, a teoria de modelos de contexto é representada pelos modelos mentais (inter)subjetivos dos participantes de determinada comunicação, porque parte-se da noção do

“Eu-mesmo” que se representa e interage com o mundo e que representa e interage com os coparticipantes de uma comunicação.

XV - Semântica versus pragmática do contexto: o que Van Dijk salienta nesse pressuposto é a ideia de que há um aspecto semântico e um aspecto pragmático quanto às propriedades dos contextos, exemplificados por ele por meio das expressões dêiticas. Semanticamente, essas expressões referem-se a objetos de discurso situados no momento da interação, como “aqui”, “você”, “lá”, “naquele ponto” etc. Pragmaticamente, as expressões dêiticas não dizem respeito à referência propriamente dita, mas à adequação de seu uso durante a interação.

XVI - Adequação: consiste, sob perspectiva social, em ser um discurso mais ou menos aceitável. “O discurso e suas propriedades variáveis precisam coincidir com a definição normativa corrente da situação” (VAN DIJK, 2012, p. 41) e podem (o discurso e as propriedades) referir-se desde à entonação, por exemplo, até à sintaxe. Mas proponho além: podem referir-se à adequação da relação entre objetos de discurso imagéticos e verbais. Na tira 11 do *corpus*, há uma inadequação pragmática entre o conteúdo da canção que o Bobo canta e o que o Rei espera ouvir. Por isso, o Bobo aparece, no último enquadre, preso à guilhotina.

VXII - Tipos de contextos e gêneros: Van Dijk (2012) propõe uma diferença entre a noção de gêneros discursivos e contextuais. Os primeiros seriam aqueles que, mormente, são definidos em termos de estruturas discursivas específicas (semânticas, pragmáticas e interacionais), por isso, aproximam-se mais da noção de tipo de texto ou tipo de atividade. O autor recorre, como exemplo, à conversação, à argumentação, à história, à reunião, ao relatório, ao manual, para afirmar que esses podem ocorrer em muitos tipos de situações, sendo sua definição dada especialmente pelos componentes estruturais do texto, como tipos de tomada de turno, estruturas esquemáticas, atos de fala etc.

Já os gêneros contextuais, como o debate parlamentar, conforme cita o autor, são definidos pelas propriedades dos contextos, pelos traços contextuais, como o entorno, os participantes, o tipo de atividade social etc. Assim, para o teórico, um gênero pode ser definido predominantemente ou por termos de estruturas do texto ou por termos das

categorias de contexto. Para ele, “embora os gêneros tenham preferências por estruturas gramaticais e discursivas em vários níveis, suas características distintivas são mais contextuais do que ‘textuais’” (VAN DIJK, 2012, p. 306). Nesse sentido, o autor defende que uma teoria do contexto pode contribuir a um tratamento mais explícito da teoria dos gêneros discursivos.

O autor ainda afirma que os contextos podem ser classificados em tipos diferentes que habitualmente relacionam-se a distintos gêneros discursivos. Por isso, os gêneros, na visão van dijkiniana, podem ser classificados de muitas maneiras: por esferas, modos, domínios sociais, instituições ou organizações, papéis e relações dos participantes, objetivos ou interações, o que constituiriam categorias de esquemas de contextos formais. Ele ainda afirma sobre a possibilidade de mais classificações, como: i) a dos domínios sociais serem agrupados em campos, exemplo: o campo da produção em que se tem a fabricação de bens; e ii) os gêneros serem classificados por subtipos de ações, como controlar a ação das pessoas, o que seria dar ordens, os próprios manuais, instruções normativas etc.

Desse pressuposto, faço uma ressalva: discordo do autor quanto à noção que apresenta para gênero discursivo. Fico com as considerações bakhtinianas para tratar da dimensão do gênero nesta pesquisa.

XVIII - Os contextos são culturalmente variáveis: essa máxima pressupõe relação entre a variação cultural e a teoria de modelos de contexto, porque é preciso considerar, para além da categoria que abarca os universais culturais, como o produtor do texto, o interlocutor e o conhecimento, a categoria que marca a variação contextual cultural. Em outras palavras, é preciso considerar que as adequações contextuais vão variar conforme as culturas. Um exemplo: no Japão, fazer perguntas durante uma aula é considerado desrespeito ao professor, sugerindo uma atitude de afronta⁶⁵. Já no Brasil, em geral, os alunos são estimulados a participar da aula, fazendo perguntas, o que sugere interesse discente. Van Dijk (2012) ainda chama a atenção para a existência de categorias que podem ser mais circunscritas e outras que são, provavelmente, irrelevantes em qualquer lugar, como o comprimento do cabelo de uma pessoa.

⁶⁵ Afirmação retirada da reportagem de Cláudia Emi Izumi, “Diferenças culturais geram gafes no exterior; saiba como evitá-las”. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/noticias/2013/01/30/diferencias-culturais-criam-as-maiores-gafes-no-exterior.htm>>. Acesso em 25 nov. 2013.

No exemplo (2), conforme mencionei anteriormente, não é hábito cultural no Brasil, lugar de produção da tira, que dentaduras sejam emprestadas, porque se trata de um produto bastante pessoal, diretamente relacionado à higiene, tão pessoal a ponto de ser feito sob medida. Todavia, essa pode não ser a realidade em outras culturas.

O jornal Folha de São Paulo, de 26 de abril de 2007, publicou uma entrevista na seção “Equilíbrio e saúde”, cujo título era: “Época e cultura definem as noções de higiene”⁶⁶. No texto foi feita uma entrevista com o jornalista Eduardo Bueno, autor do livro "Passado a Limpo - História da Higiene Pessoal no Brasil", sobre as noções de higiene relacionadas às noções culturais ao longo dos séculos. À guisa de ilustração, na Índia, a higiene era associada, em épocas remotas, à divindade, à purificação; para o cristianismo, também em épocas passadas, pregou-se que não era preciso cuidar nem tratar do corpo, porque este era prisão da alma. Na verdade, como a lembrança que os cristãos tinham de Roma eram as casas de banho, onde tudo acontecia, o banho, em tempos remotos, teve de ser banido aos cristãos para evitar a libido. Hoje, no mundo ocidental, ser bem sucedido é estar “impecavelmente higienizado”. Inclusive, essa ideia é reafirma pelas publicidades de produtos de higiene que, em geral, incentivam o uso dos produtos não para a satisfação pessoal, mas para resguardar a imagem que os outros construirão sobre determinada pessoa.

XIX - Abordagens cognitivas e sociais do contexto: esse pressuposto é de suma relevância para a teoria, uma vez que em seu bojo está a compreensão da relação entre o social e o cognitivo na teoria dos modelos de contexto. As situações comunicativas, na proposta de Van Dijk (2012), não são consideradas como existindo no mundo tais quais são, assim como os objetos de discurso, na referenciação. Elas são representações subjetivas dos participantes da comunicação quanto aos aspectos relevantes da situação, o que coaduna novamente com a noção de acessibilidade referencial relacionada aos contextos enunciativos.

Essa perspectiva admite o aspecto cognitivo como elemento imprescindível para a definição de contexto, já que este é um tipo de modelo mental. Mas, ao mesmo tempo, essa teoria de bases cognitivas é “parte de uma teoria social mais ampla das relações entre sociedade e discurso” (VAN DIJK, 2012, p. 43), porque o que se quer descrever e explicar é “como certas estruturas sociais locais e globais conseguem influenciar o texto e a fala” (p. 43.).

⁶⁶Trechos da entrevista disponíveis em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/equilibrio/noticias/ult263u4454.shtml>>. Acesso em 25 nov. 2013.

É bastante profícuo uma abordagem cognitiva e social do contexto que explique, por exemplo, por que pessoas diferentes, na mesma situação social, ainda podem falar diferentemente ou por que pessoas que participam do mesmo contexto têm interpretações distintas de uma mesma situação social.

XX - Rumo a uma teoria das situações sociais: o que fica evidenciado, por meio desse pressuposto, é a necessidade que a teoria dos modelos de contexto tem de manter uma relação sistemática com outras teorias cognitivas, sociais e culturais, porque esses modelos são experiências vividas por grande parcela da humanidade em situações comunicativas. Logo, a necessidade da teoria dos modelos de contexto, específicos para a interação verbal, estar inserida em teorias mais gerais das situações e interpretação das situações, inclusive sustentando o funcionamento de objetos de discurso em textos verbo-imagéticos, conforme proponho.

2.3.1.1.1 A PRODUÇÃO DO DISCURSO CONTROLADA PELO CONTEXTO

Como o objetivo deste trabalho não é centrar-se pormenorizadamente nos aspectos que compõem e explicam uma teoria de contexto, escolhi apresentar os pressupostos da teoria de contexto van dijkiniana para somar ao objetivo desta pesquisa que visa analisar o funcionamento de objetos de discurso em textos verbo-imagéticos. Isso porque a relação entre os objetos de discurso e a materialidade textual demandará uma noção de contexto que considera não apenas aspectos de ordem cognitiva, mas, sobremaneira, aspectos de ordem sócio-históricos culturais. Entender como esses aspectos estão entrelaçados no contexto e como se (inter)relacionam é fundamental para a concepção que adoto de objetos de discurso – construídos na interação. Essa construção *online* desses objetos requer uma atenção especial do contexto em que os gêneros em análise ocorrem. Por essa razão, achei pertinente a abordagem sociocognitivo-discursiva que Van Dijk escolhe para tratar o contexto.

Basicamente, a teoria de contexto de Van Dijk (2012) defende a tese de que os contextos não se configuram como situação social ou comunicativa em si, mas construções subjetivas ou definições das dimensões relevantes de tais situações por parte dos participantes. Essas construções subjetivas foram definidas como modelos mentais, os modelos de contextos, armazenados na memória episódica dos participantes e relacionados ao conhecimento sociocultural geral. Para ele, o discurso é processado por meio dos modelos de

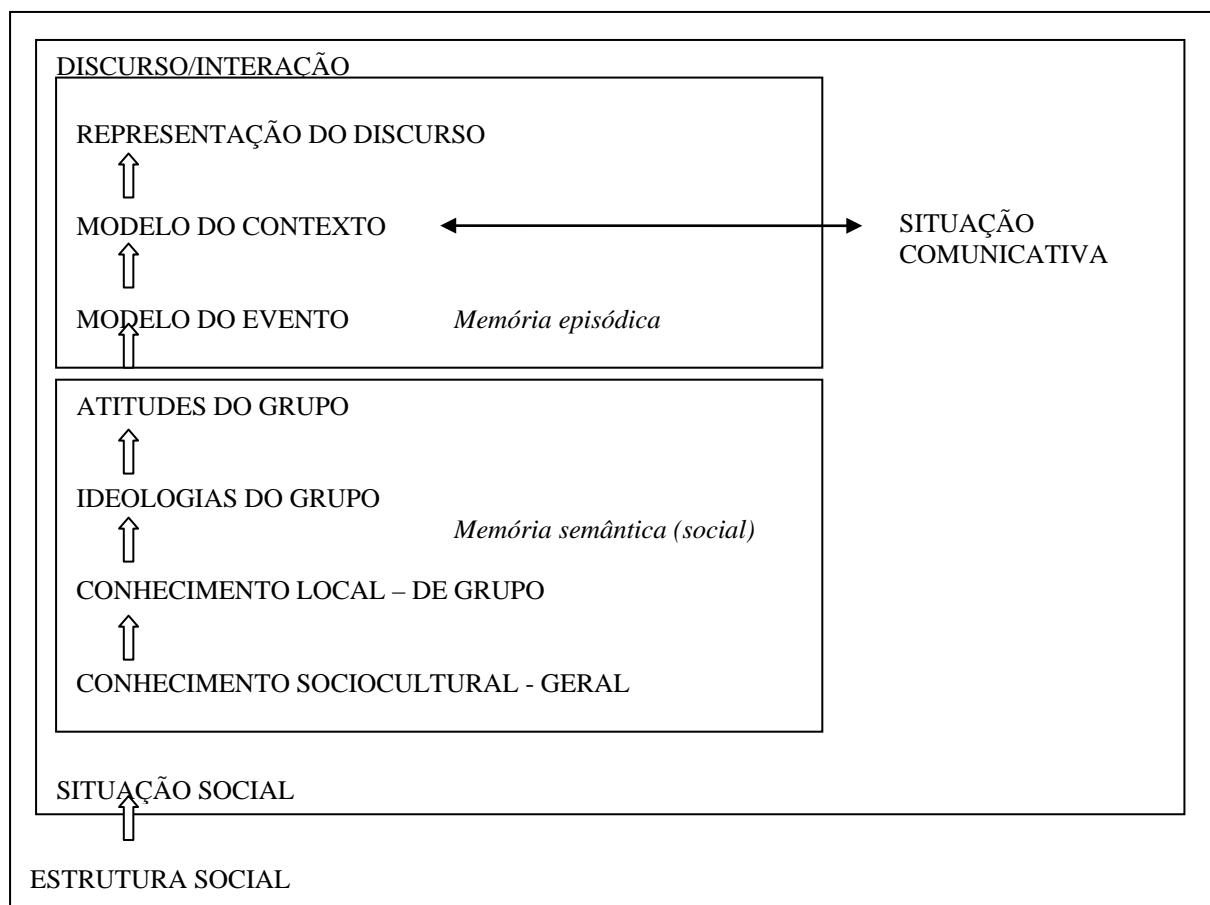
eventos (ou situações) dados, também representados na memória episódica, até a produção estratégica do próprio discurso, passando pelos modelos de contexto, que determinam como as coisas são ditas na situação em curso. Assim, os modelos de contexto põem o discurso em ação, isto é, por meio de sua função pragmática, os modelos de contextos permitem que os interlocutores (re)formulem sua comunicação adequadamente às situações discursivas.

O processamento do discurso é controlado, então, pelo contexto que contempla, inicialmente, uma categoria mais ampla, a interação e todo o conhecimento sociocultural geral dela decorrente, e, depois, categorias mais específicas, como a sintaxe, o léxico, o registro etc. Os modelos de contexto podem também sofrer influência do conteúdo do discurso, por isso,

[...] o discurso e sua interpretação (subjetiva) podem influenciar diretamente o modelo de contexto dos receptores: as pessoas e as relações sociais são avaliadas com base naquilo que fazem e dizem (VAN DIJK, 2012, p. 147).

Van Dijk apresenta o percurso desse processamento do discurso dependente do contexto, por meio do esquema:

FIGURA 1 – Esquema do processamento do discurso, por Van Dijk (2012).

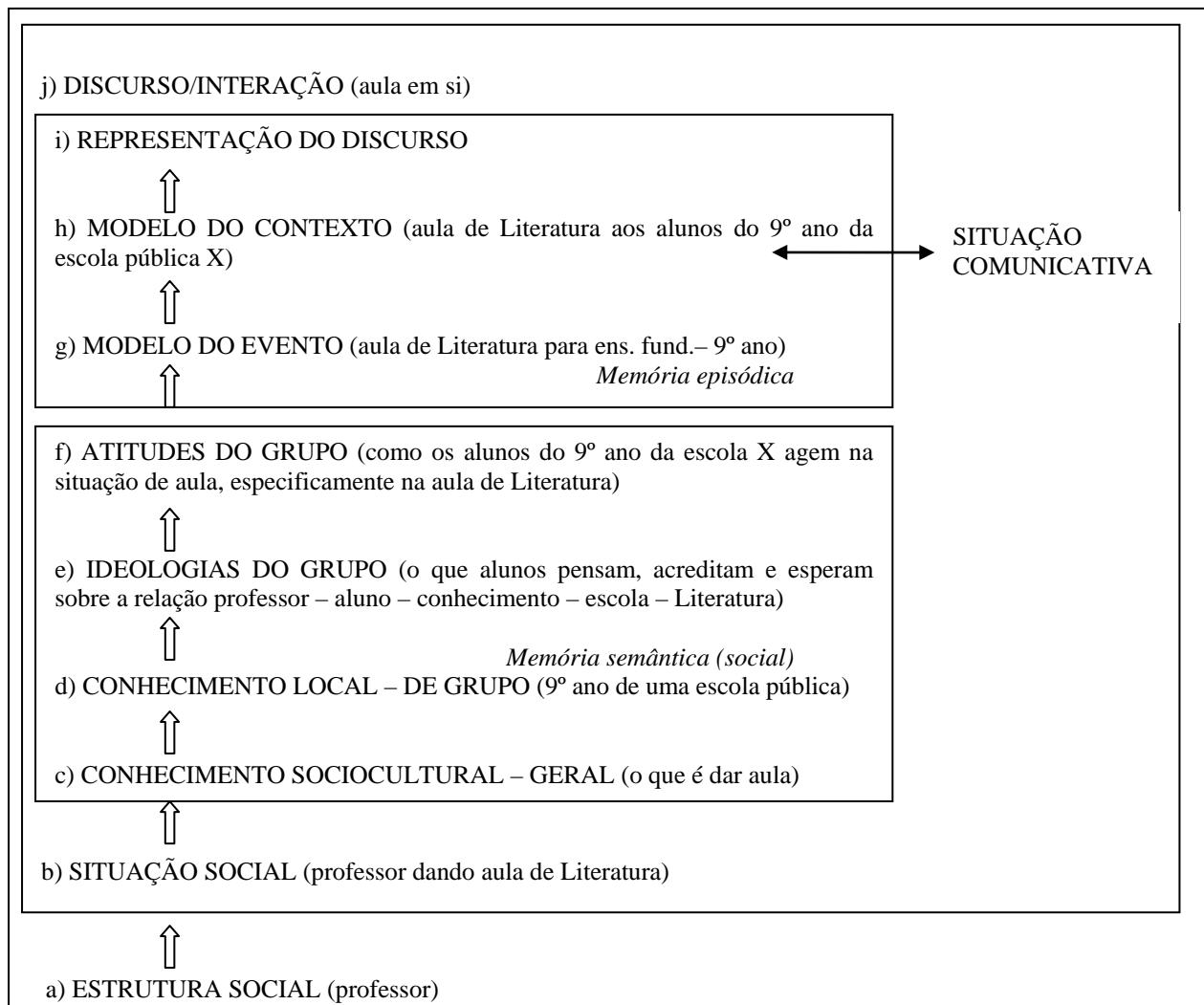


Fonte: Van Dijk (2012, p. 148).

Aproveito o esquema para exemplificar a produção do discurso de um professor controlada pelo contexto. As partes dos esquemas foram orientadas com letras para facilitar a exposição.

O ponto de vista considerado foi o do produtor da comunicação, um professor do ensino básico, e a comunicação considerada foi uma aula de Literatura.

FIGURA 2 – Esquema do processamento do discurso de um professor do ensino básico em uma aula de Literatura.



Fonte: Adaptação de Van Dijk (2012, p. 148).

Na letra *a* do esquema o que se tem é o conhecimento, por parte do enunciador, de uma estrutura social, em nível macro, do que seja ser professor. Quais as implicações e circunstâncias que envolvem a profissão, o que se espera de um professor, com quais campos

o professor pode se relacionar, quais as ideologias presentes nesses campos de domínio, como o professor é visto culturalmente, dentre outros. Em seguida, na letra *b*, a situação social restringe o conhecimento geral ativado previamente do “ser” professor, considerando uma ação específica, no caso, um professor dando aula. Na letra *c*, é preciso ativar o conhecimento sociocultural geral acerca do que é dar aula. Minimamente, espera-se que dar aula seja o resultado de uma ação que envolve relação hierárquica de conhecimento para ensinar e aprender. O produtor do discurso, o professor, precisa mobilizar todos os conhecimentos até agora detalhados (o que é ser professor; a situação social do professor dando aula; conhecimento do que seja dar aula) para níveis cada vez mais específicos, como: i) ter o conhecimento local (de grupo) para quem se dará aula, letra *d* – dar aulas de Literatura para uma turma de 9º ano de uma escola pública, por exemplo; ii) conhecer as ideologias do grupo para qual a aula será dada, letra *e* – o que os alunos do 9º ano da escola pública X pensam, acreditam e esperam sobre a relação professor/aluno/conhecimento/escola/ensino de literatura; iii) conhecer as atitudes desse grupo, letra *f* – como os alunos do 9º ano da escola X agem na situação de aula, especificamente na aula de Literatura.

Na letra *g*, o professor para comunicar terá que mobilizar o modelo de evento ou a representação da situação específica: dar aula de Literatura. Com isso, o modelo de contexto, letra *h*, é ativado para adequar/filtrar a comunicação desse professor, ministrando aula de Literatura aos alunos do 9º ano da escola pública X. São os modelos de contexto, que abarcam todas as etapas do esquema acima, conforme teoria exposta, que controlarão a comunicação desse professor. Também são esses modelos que culminarão na representação do discurso pelo professor, letra *i*, e na interação em curso.

Com base na apresentação desse esquema, quero evidenciar o quanto o contexto é importante para a produção de um texto. Nesse ínterim, a referenciamento, construto analisado nesta pesquisa, tem papel decisivo nas etapas da produção do discurso controlada pelo contexto, conforme evidenciam as análises que serão contempladas no último capítulo desta tese.

O que é preciso deixar claro é que a teoria van dijkiniana de contexto será base para a compreensão da produção dos gêneros nesta pesquisa assim como oferecerá respostas para as (re)construções dos objetos de discurso em textos verbo-imagéticos, apesar de Van Dijk (2012) não ter considerado demarcada e explicitamente a imagem em sua teoria de contexto,

haja vista que sempre remetia suas discussões para “a fala e o texto”, conforme elucidado previamente.

Nesse sentido, é também preciso esclarecer que resguardadas as diferenças, considerações van dijkinianas e bakhtinianas serão contempladas na análise, visto a possibilidade de convergências resumidas na apresentação dos pressupostos da teoria de contextos: i) relação necessária entre o social e o subjetivo para a produção de discurso; ii) contextos como experiências únicas; iii) variações de sentido em decorrência dos contextos – contexto controlando a produção do discurso; iv) inexistência de modelos de contextos fundamentalmente novos assim como qualquer enunciado - dialogismo; v) antecipação da comunicação (dispositivo-K e consideração da atitude responsiva ativa); vi) necessário inter e intracruzamento de discursos – intertextualidade e polifonia; vii) existência de normas sociais e culturais como condição e restrição para a produção de qualquer discurso; viii) consideração da ideologia como pertinente aos contextos e aos enunciados.

Para encerrar, reproduzo uma passagem do prefácio do livro “Estética da criação verbal”, edição francesa, escrito por Todorov, que vislumbra a possibilidade de convergência do ponto de vista bakhtiniano com o de Van Dijk:

Contra a psicologia ou a linguística subjetivas, que procedem como se o homem estivesse sozinho no mundo, mas também contra as teorias empiristas que se limitam ao conhecimento dos produtos observáveis da interação humana, **Bakhtin e seus amigos afirmam o caráter primordial do social: a linguagem e o pensamento, constitutivos do homem, são necessariamente inter-subjetivos** (TODOROV, 2003, p. 27, grifo meu).

Em suma, o que se tem de Bakhtin é a consideração do social, a partir do que é individual e, nessa vertente, Van Dijk propõe algo similar: entender o contexto como o social que se constrói subjetivamente, ou seja, tudo se dá a partir de um determinado ponto de vista social, que não deixa de ser subjetivo.

Passo à apresentação das noções de gênero e texto que a pesquisa contempla.

2.3.2 O GÊNERO

Achamos que em qualquer corrente especial de estudo faz-se necessária uma noção precisa da natureza do enunciado em geral e das particularidades dos diversos tipos de enunciados (primários e secundários), isto é, dos diversos gêneros do discurso. O desconhecimento da natureza do enunciado e a relação diferente com as peculiaridades das diversidades de gênero do discurso em qualquer campo da investigação linguística redundam em

formalismo e em uma abstração exagerada, deformam a historicidade da investigação, debilitam as relações da língua com a vida (BAKHTIN, 2003, p. 264-265).

Ao concordar com Bakhtin acerca da necessidade de uma noção precisa do enunciado para a investigação linguística, nesta seção, discorro sobre o que seja enunciado, a partir da visão bakhtiniana e sobre os enunciados que constituem o *corpus* desta pesquisa, as tiras e os anúncios publicitários. Essa consideração permitirá uma análise mais apurada e coerente da referenciação com relação aos usos concretos da linguagem na vida humana.

Mikhail Bakhtin, filósofo russo da linguagem, é o teórico comumente referido ao tratar da noção de gênero discursivo. E não seria para menos: esse estudioso é o precursor das orientações teóricas que ainda hoje são utilizadas nos estudos textuais-discursivos. Embora não se estivesse falando pela primeira vez em gêneros, já que essa noção foi utilizada, preliminarmente, no domínio da retórica e da literatura, Bakhtin propiciou uma nova abordagem a essa temática; daí sua singular contribuição aos estudos linguísticos.

Essa abordagem representada pela teoria bakhtiniana inclui o social e o histórico na análise da interação verbal e, como princípio básico da linguagem, o dialogismo. A inclusão do elemento social e do histórico fez com que o homem ganhasse nova dimensão nas análises textual-discursivas, sendo considerado não mais um simples locutor ou receptor textual passivo⁶⁷, mas um sujeito capaz de uma *atitude responsiva ativa* perante o outro na comunicação. Ou seja, o que se evidencia é um sujeito que participaativamente da interação, demandando resposta.

Ao tratar precisamente do problema do texto nas ciências humanas, Bakhtin (2003, p. 312, grifo meu) chega à conclusão de que “o homem em sua especificidade humana sempre exprime a si mesmo, isto é, **cria texto**”. Em outras palavras, Bakhtin discorre sobre a capacidade de o homem se revelar nos e pelos textos. Essa condição fará com que o texto bakhtiniano seja visto como: I) produto de uma significação; II) produto da criação, que envolve o contexto sócio-histórico e ideológico dos interlocutores; III) dialógico, uma vez que se desenvolve, a partir do diálogo entre interlocutores e com outros textos; e IV) único, já que não pode ser repetido igualmente por outrem, dado o complexo contexto que envolve sua criação. Com isso, o princípio dialógico, que permeia a concepção de linguagem de Bakhtin, considerará o outro como fundamental. “Eu não posso passar sem o outro, não posso me

⁶⁷ Bakhtin (2003), ironicamente, refere-se aos termos “ouvinte” e “entendedor” como “ficções”.

tornar eu mesmo sem o outro; eu devo encontrar a mim mesmo no outro, encontrar o outro em mim (no reflexo recíproco, na percepção recíproca)” (BAKHTIN, 2003, p. 342). Para completar: a vivência discursiva de qualquer pessoa desenvolve-se com base na coexistência dos enunciados individuais dos outros.

Por isso, Bakhtin foi responsável por uma *mudança de paradigma*⁶⁸, como nos elucida Faïta (1997), ao promover rupturas com a teoria estruturalista, que considerava apenas a função expressiva da linguagem e a homogeneidade do sistema da língua. Essa ruptura tem origem, como já dito, na inclusão do homem nas análises linguísticas e na evidência de que a interação humana é possível de sistematização, por meio do que Bakhtin denominou de gêneros discursivos, entendidos como “tipos relativamente estáveis de enunciados” (BAKHTIN, 2003, p. 262), produto de um conjunto regularizado de ações humanas, que sofrem, ao longo do tempo, estabilizações decorrentes da interatividade humana, refletindo, por isso, condições e finalidades específicas.

Para Bakhtin, o uso da linguagem estabelece uma estreita relação com a atividade social humana, ou seja, a ação de comunicar – responsável pela instituição da vida social humanamente organizada – está intimamente ligada a um gênero que norteará a ação linguística. Portanto, há um vínculo necessário entre o uso da língua e a atividade humana, realizado por meio dos **enunciados** que emergem da demanda interativa dos diversos campos da atividade humana, as esferas de comunicação.

Assim, os gêneros ordenam e estabilizam a comunicação ao mesmo tempo em que se apresentam dinamicamente, em virtude de sua condição plástica de atender às necessidades e atividades socioculturais estabelecidas pelo ser humano e às condições de enunciação que subjazem um projeto de dizer. Por isso, os gêneros são criados, perpetuados ou esquecidos e, mesmo com toda a variedade de gêneros, segundo Bakhtin, sua sistematização é possível graças ao enunciado. Daí, a conclusão de que “a língua passa a integrar a vida através de enunciados concretos (que a realizam); é igualmente através de enunciados concretos que a vida entra na língua” (BAKHTIN, 2003, p. 265).

Para melhor compreender o que seja gênero é imprescindível, então, buscar pela adequada interpretação do que Bakhtin chamou de enunciado.

Para ele, o enunciado foge à acepção tradicional que os formalistas cunharam para o termo, ou seja, um todo acabado que transmite uma ideia e que se aproxima do nível

⁶⁸ Essa expressão foi cunhada por Faïta (1997), no texto “‘Gênero Discursivo’ em Bakhtin: uma mudança de paradigma”.

oracional. Enunciado, para Bakhtin, comprehende não somente o significado, mas também e, prioritariamente, o tema, o contexto que envolve as atividades lingüísticas; seria, portanto, a “unidade *real* da comunicação discursiva” (BAKHTIN, 2003, p. 269, grifo meu). Real, porque é a comunicação concreta, é a interação sendo considerada como unidade de análise.

Para melhor compreensão do enunciado, é preciso ressaltar a distinção entre tema e significado, conforme propõe o russo, embora esses dois termos existam em relação. O significado diz respeito às formas linguísticas que entram na composição do enunciado: palavras, morfemas, sintaxe, sons, entonações – “elementos da enunciação que são *reiteráveis* e *idênticos* cada vez que são repetidos” (BAKHTIN; VOLOCHÍNOV, 1986, p. 129, grifo dos autores). Já o tema seria o sentido todo da enunciação, ou seja, para propor sentido às formas da língua, é preciso considerar elementos que estão além da língua enquanto sistema linguístico: o instante histórico, a ideologia, a cultura. “O tema é uma *reação da consciência em devir ao ser em devir*. A significação é um *aparato técnico para a realização do tema*” (BAKHTIN; VOLOCHÍNOV, 1986, p. 129, grifo dos autores).

Feita a ressalva entre tema e significação, passo à apresentação das peculiaridades do enunciado. Enquanto unidade da comunicação verbal, o enunciado tem por fronteira a alternância dos sujeitos falantes – **primeira peculiaridade do enunciado** –, por isso, ele constitui apenas um “elo na cadeia da comunicação discursiva” (BAKHTIN; VOLOCHÍNOV, 1986, p. 289). Mais uma vez a assertividade de Bakhtin, em parceria a Volochínov, em ter como princípio de sua reflexão sobre a linguagem o dialogismo. Esse princípio fundamenta inclusive o “limite” do enunciado.

A segunda peculiaridade do enunciado, a conclusibilidade, diz respeito ao sentido; à capacidade de comunicação dos enunciados; ao “tudo/todo” do que se quer dizer, respeitando a posição de atitude responsiva ativa. Essa atitude responsiva ativa é determinada pela: i) exauribilidade semântico-objetal do tema do enunciado; ii) pelo projeto do discurso do falante; e iii) pelas formas típicas composticionais do acabamento (BAKHTIN, 2003). Nesse sentido, ao pensar nos gêneros do *corpus*, a tira e o anúncio, o que fica mais ressaltado, quanto ao que determina a atitude responsiva ativa, é o projeto do discurso e as formas composticionais de acabamento, pois se se pensa no conteúdo semântico-objetal, o que se tem são temas diversos que variam em função do projeto de dizer e da forma compostional.

Na **tira**, o projeto discursivo visa ao humor, portanto, em geral, o último enquadre é decisivo para sua graça, o que marca o acabamento do projeto de dizer ou, conforme palavras

bakhtinianas, marca a “intenção discursiva”. Quanto à forma composicional, o que se tem é a vontade discursiva moldada de acordo com o que constitui a composição do gênero: enquadres sequenciados, geralmente em número reduzido: 3 ou 4 enquadres, compostos, em sua maioria, por linguagem verbal e imagética. Essa forma composicional permite ao coenunciador ter noção da conclusibilidade do enunciado.

Com relação ao **anúncio publicitário impresso**, o que se tem é a “intenção discursiva” de vender um produto, uma ideia ou um serviço. No que diz respeito à forma composicional, em linhas gerais, ele é apresentado em um enquadre, portando linguagem verbal e imagética, comumente com incitações para o que se quer vender: modo imperativo, imagens sugestivas etc.

Diante dessas considerações, é possível admitir que o *corpus* da pesquisa é composto por enunciados deliberadamente marcados pela atitude responsiva ativa, marcada pela ideia de limite dos enunciados, pela ideia de conclusibilidade, de acordo com a segunda peculiaridade do enunciado.

A terceira e última peculiaridade do enunciado é a relação deste com seu próprio produtor e com os interlocutores que participam da comunicação. É o elemento expressivo, isto é, “a relação subjetiva emocionalmente valorativa do falante com o conteúdo do objeto e do sentido do seu enunciado” (BAKHTIN, 2003, p. 289), que é considerado nessa relação. Para melhor compreender essa peculiaridade, é preciso resgatar a distinção entre tema e significado.

Se para o significado não há qualquer apreciação valorativa ou emotiva, porque se trata de “aparato técnico para a realização do tema”, é no tema que essa apreciação valorativa do produtor do texto evidencia-se. É na relação que envolve o produtor do enunciado (o enunciador), o seu enunciado e o enunciado dos outros que a expressão acontece. Nessa perspectiva, o significado, as palavras (a parte técnica) só saem de sua posição neutra, a partir do momento que são engajados no enunciado, porque somente por ele, os enunciadores podem consumar sua apreciação valorativa. É o que acontece nas tiras e nos anúncios publicitários, especialmente por meio dos matizes ideológicas que os objetos de discurso (verbais e imagéticos) são empregados em determinado enunciado ou moldados pelos modelos de contexto, conforme proposto por Van Dijk.

Em suma, o enunciado, na perspectiva bakhtiniana, tem por propriedades: i) ser delimitado pela alternância dos sujeitos falantes; ii) ter contato imediato com a realidade

extraverbal e com enunciados outros, por isso, só tem existência em um determinado momento histórico, considerando os enunciados alheios – natureza discursiva e polifônica do enunciado; iii) dispor de plenitude semântica, isto é, o valor semântico do enunciado é o sentido; é o “todo” da comunicação; iv) suscitar resposta, determinando a posição responsiva do outro; v) ter endereçamento, ou seja, prever e antecipar a quem o enunciado será dirigido e sob quais situações.

Evidenciada a complexa constituição do enunciado, Bakhtin extrapola a materialidade linguística para desvendar os entremesos da interação, que abrange diferentes esferas da atividade humana. Dessa forma, o enunciado, entidade concreta que se manifesta no discurso, reflete as condições específicas e as finalidades de cada uma das esferas de comunicação, sendo determinado pelo conteúdo temático (relacionado à esfera de circulação do gênero e aos projetos de dizer do falante e da comunidade discursiva a que pertence ou a que está inserido), pelo estilo verbal (referente à seleção dos recursos lexicais, fraseológicos, gramaticais) e pela construção composicional (diz respeito à forma de organização/estruturação dos textos que pertencem aos gêneros).

Ao considerar ainda a heterogeneidade dos gêneros do discurso, Bakhtin propôs a distinção entre os gêneros primários e os gêneros secundários. Essa diferenciação é feita com base na complexidade existente entre eles e colabora para o entendimento do enunciado. Os gêneros primários, menos complexos, aproximar-se-iam da oralidade, por manterem uma relação imediata com as situações nas quais são produzidos, e os secundários estariam mais ligados à escrita graças: i) ao grau de complexidade e organização que essa modalidade apresenta: configura-se como uma troca cultural mais complexa e relativamente mais evoluída; e ii) à capacidade de prover transformações nos primários. É preciso dizer ainda que tanto os gêneros primários quanto os secundários podem refletir a individualidade do enunciador, alguns mais, outros menos, dependendo da “flexibilidade” do estilo do gênero.

Nesta pesquisa, os gêneros anúncio publicitário e tira são enquadrados nos gêneros secundários. Analisando o *corpus*, a tira é menos propícia ao reflexo da individualidade do produtor **se comparada ao anúncio**, porque um traço bastante característico da tira é sua forma padronizada em poucos enquadres sequenciados, em geral, horizontalmente, com tipologia predominante narrativa, o que já não acontece com a mesma rigidez no anúncio impresso: forma não necessariamente padronizada (há anúncios na horizontal [nº.8], na vertical [nº.9], na diagonal [nº.11], com diversos tamanhos e arranjos compostionais mais

maleáveis). Essa questão será contemplada na discussão de cada um dos gêneros do *corpus* que se apresenta em seguida.

A opção por elucidar brevemente a noção de gênero discursivo bakhtiniano deve-se à necessidade de: i) considerar os textos verbo-imagéticos dessa pesquisa como “tipos relativamente estáveis de enunciado” (BAKHTIN, 2003) e ii) considerar as implicações advindas dessa inserção para o funcionamento dos objetos de discurso. Passo aos gêneros do *corpus*.

2.3.2.1 OS GÊNEROS DO CORPUS

Apresentada a noção de gênero discursivo, optei por discorrer sobre os gêneros do *corpus*, a tira e o anúncio publicitário, porque sua composição interfere na instauração das categorias dos objetos de discurso e consequentemente na instituição da referenciação nos textos verbo-imagéticos.

2.3.2.1.1 A TIRA

De acordo com McCloud (1995), as histórias em quadrinhos (HQs) popularizaram-se com a imprensa no final do século XIX e início do século XX, embora forma similar já existisse desde as pinturas das cavernas, feitas em sequência que formavam uma história. O autor menciona William Hogarth, que teve suas histórias mostradas pela primeira vez como uma série de pinturas vistas lado a lado em sequência, e Rodolphe Töpffer que, pela primeira vez na Europa, combinou de forma interdependente palavras e figuras em sequência. Esses e outros apontamentos Scott McCloud teceu no livro “Desvendando os quadrinhos”, para chegar à definição de HQs: “imagens pictóricas e outras justapostas em sequência deliberada destinadas a transmitir imagens, informações e ou a produzir uma resposta no espectador” (MCLOUD, 1995, p. 9).

Todavia, a definição de HQs não é consensual para os estudiosos da área e, muitas vezes, pode ser tomada como sinônimo de tira. Como meu objetivo não é discorrer exaustivamente sobre as causas e consequências de uma ou outra definição, optei por conceber as HQs como um hipergênero e as tiras como um gênero que compõe aquele, conforme o faz Ramos (2007, 2009a, 2009b, 2011). A justificativa que este autor utiliza para

tratar as HQs como hipergênero, um “rótulo que daria coordenadas para a formatação textual de vários gêneros que compartilhariam diversos elementos” (MAINGUENEAU, 2006 apud RAMOS, 2009a, p. 20), advém da compreensão de que as HQs constituem um campo maior, no qual gêneros quadrinísticos diferentes – tira, charge, cartum – comungam de elementos comuns, como linguagem própria, elementos visuais e verbais e predominância de sequências narrativas.

Portanto, entendo a tira como um gênero discursivo de acordo com a posição bakhtiniana e a partir também da consideração de Ramos quanto às noções hipergênero e gênero. Passo, agora, a algumas considerações acerca de sua estrutura, tema e estilo.

Sendo a tira um gênero quadrinístico, ou seja, pertencente ao hipergênero HQs, há de se considerar o formato, que inclusive dá nome ao gênero, como elemento relevante e determinante para sua definição, um elemento constituinte do gênero (RAMOS, 2011). O nome tira recobre, dessa forma, a percepção do espaço físico que ela utiliza, haja vista o suporte⁶⁹ onde, preferencialmente⁷⁰, aparece e se popularizara: jornais impressos.

Segundo Ramos (2009b), a consolidação da tira cômica ocorreu com A. Piker Clerk, e, principalmente, com Mr. A. Mutt, em 1907. O propósito era reproduzir o mesmo produto em diferentes periódicos norte-americanos. Por isso, era necessário padronizar o tamanho das narrativas. Assim, consolidou-se o formato de uma tira, ou *comic strip*, como foi designada nos Estados Unidos. “O mecanismo permitia que a mesma piada diária fosse lida por diferentes pessoas em todo o país. E garantia um bom negócio aos agentes e aos autores. Pela mesma história, ganhava-se mais de uma vez.” (RAMOS 2009b, p. 4). Essa é a descrição da necessidade de uma comunidade que participa de uma mesma esfera de comunicação. Ainda é bom informar que o fato de as tiras serem publicadas mormente no jornal, não impede que possam ser reunidas e ou reeditadas para serem publicadas em livros, álbuns, blogues, sítios ou afins.

A tira, em geral, tem por formato enquadres/vinhetas/cenas⁷¹ em número reduzido, em geral de dois a quatro⁷², colocados um ao lado do outro, sob forma retangular e orientação horizontal. Esses enquadres, segundo Eisner (2010, p. 39-40),

⁶⁹ O suporte diz respeito, conforme Marcuschi (2008, p. 174) a “um locus físico ou virtual com formato específico que serve de base ou ambiente de fixação do gênero materializado como texto. Pode-se dizer que suporte de um gênero é uma superfície física em formato específico que suporta, fixa e mostra um texto.”.

⁷⁰ Preferencialmente, porque hoje as tiras podem ser encontradas originalmente no suporte digital, por meio de sítios, blogues e afins.

⁷¹ Tomarei esses termos como sinônimos nesta pesquisa.

[...] capturam ou ‘congelam’ um segmento daquilo que é, na realidade, um fluxo ininterrupto de ação [...] A representação dos elementos dentro do quadrinho, a disposição das imagens dentro deles e a sua relação e associação com outras imagens da sequência são a ‘gramática’ básica a partir da qual se constrói a narrativa.

No *corpus*, das 11 tiras selecionadas, uma apresenta dois enquadres (tira 7), uma apresenta oito enquadres (tira 2), duas apresentam quatro enquadres (tiras 5 e 11) e sete apresentam três enquadres (tiras 1, 3, 4, 6, 8, 9 e 10). Ou seja, mais de 57% das tiras são compostas por 3 enquadres, o que confirma uma característica composicional do gênero.

A tira 8, exemplo (6), difere do que tradicionalmente o gênero tira apresenta no que tange ao formato: 2 a 4 enquadres sequenciados na horizontal.

(6)



Fonte: Cereja e Magalhães (2009, p. 31).

Ramos (2011) defende - e eu concordo com seu posicionamento – que, mesmo em molde maior, essa ocorrência ainda é considerada como tira, chamada de “tira dupla” ou “tira de dois andares”.

⁷² A tira pode apresentar apenas um enquadre, mas nessa pesquisa só foram consideradas tiras com mais de um enquadre justamente para contrapor o anúncio publicitário com um enquadre apenas. No livro didático de onde selecionei as tiras para estudo, das 40 tiras, apenas uma (2,5%) continha um enquadre.

Sobre a tendência de as tiras terem um número reduzido de enquadres, Patati e Braga (2006 apud NICOLAU, 2007, p. 2) argumentam: “o formato clássico das tiras com piadas desdobradas em três tempos ou três quadros surgiu graças à escassez de espaço nos jornais, bem como à popularidade dos personagens.”. Vergueiro (2006, p. 45) também explica: “As tiras de jornal, por exemplo, por sua própria característica, precisam trabalhar temas específicos em dois ou três quadrinhos, algumas vezes de forma isolada, em outras, interligadas com tiras anteriores e posteriores.”. Esse autor afirma, ainda, que cada modelo (tiras isoladas e tiras interligadas) demandará um tipo de leitura. Para as tiras isoladas, características de tiras de humor (o que Ramos [2011] chama de tiras cômicas), “a narrativa se inicia e termina em uma única tira”; para as tiras interligadas, características de histórias de aventura (o que Ramos chama de tira seriada), “as tiras diárias partem de um gancho ou momento de tensão anteriormente dado, um desenvolvimento desse momento e a geração de um segundo momento que criará elo com a tira do dia seguinte, garantindo o retorno do leitor”. Vergueiro ainda completa:

A partir de finais da década de 70, a diminuição de espaço para os quadrinhos nos jornais obrigou muitos editores a limitarem as tiras a dois quadrinhos, o que levou à diminuição do número de tiras de aventuras presentes na imprensa periódica, pois muitos autores encontraram dificuldade para atingir o mesmo clímax narrativo com apenas dois únicos quadrinhos (VERGUEIRO, 2006, p. 46).

É possível notar por meio da afirmação de Vergueiro (2006) que as condições físicas do contexto de determinada época afetaram de forma substancial o gênero. E isso está previsto na definição de Bakhtin (2003), quando o autor assevera que cada gênero "incide" as condições e a finalidade da esfera ao qual pertence. Também cada esfera conhece e "desenvolve" os seus próprios gêneros e esse desenvolvimento acompanha a função ideológica que cada domínio social da comunicação tem.

Dentro desse formato reduzido da tira, assim como o fez Vergueiro, Ramos (2007, 2009a, 2011, 2012) apresenta quatro distinções de tira que culminarão em quatro gêneros distintos: a tira cômica, a tira seriada, a tira cômica seriada e a tira livre.

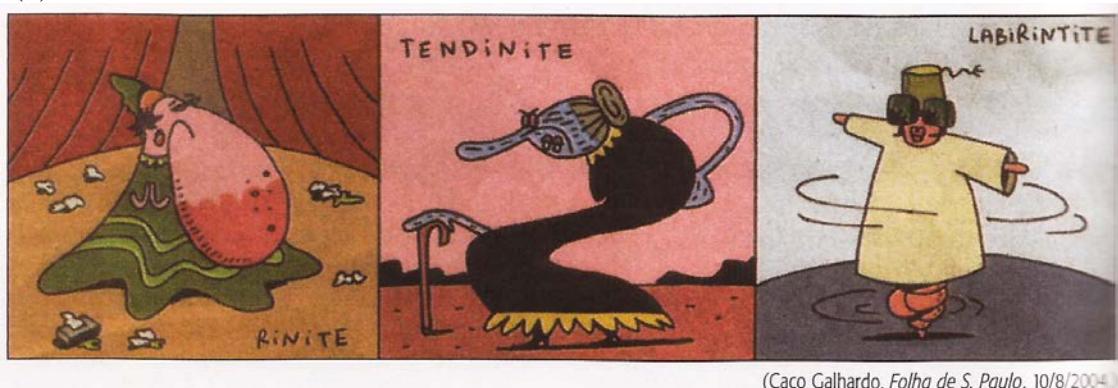
A tira cômica é tida como sinônimo de tira, por ser bastante difundida, especialmente em jornais, tanto no Brasil quanto na maioria de outros países, e tem como temática o humor. Os personagens podem ser fixos ou não e o desfecho da narrativa da tira cômica é inesperado. Ramos (2007) defende que o gênero tira cômica constitui um híbrido de piadas e quadrinhos e

que esse tipo de tira usa estratégias textuais parecidas com a de uma piada, para provocar o efeito de humor.

A tira seriada consiste em parte de uma narrativa maior; seria a narrativa por meio de capítulos. Outros autores, conforme aponta Vergueiro (2006), a denominam de tiras de aventuras. Essa tira é entendida como uma novela, porque, a cada período - dia a dia, semanal ou mensalmente - a tira tem continuidade, sendo retomada pelo último enquadre da tira anterior. Já as tiras cômicas seriadas são entendidas, a partir de sua temática de humor, apresentando desfecho inesperado e gancho para capítulo da próxima tira. Na narrativa seguinte, “a trama é recuperada e gera nova tirada cômica e novo suspense” (RAMOS, 2012, p. 748).

No *corpus* da pesquisa composto por 11 tiras, utilizando a distinção de Ramos (2011), depreende-se que: i) nenhuma se enquadraria como tira seriada, até porque as tiras não foram retiradas de seu suporte original (o que poderia permitir a continuidade), mas retiradas de um livro didático; ii) 10 (90,90%) seriam tiras cômicas; e iii) uma (9,09%) seria tira livre, a tira 6 apresentada abaixo:

(7)



Fonte: Cereja e Magalhães (2009, p. 148).

A tira livre, conforme propõe Ramos (2011), é assim considerada, porque tem por características a liberdade temática, a ausência de humor e a experimentação gráfica⁷³:

⁷³Um exemplo do que seria essa experimentação gráfica é dado em Ramos (2011, p. 9): “Mutarelli definiu sua tira, chamada ‘Ensaio sobre a Bobeira’, como um espaço de experimentação. ‘Nem eu sei o que quer dizer’, disse o desenhista, em entrevista ao jornal paulistano. ‘Não é pensado, não tem uma imagem, uma mensagem. É uma experimentação gráfica. Às vezes eu faço um desenho e, a partir do desenho, eu crio algum diálogo, algum texto não é pensado’.”.

O diferencial do gênero, que o tornaria autônomo e estável, seria uma maleabilidade estética e temática. Tal qual uma crônica, usa-se o espaço da tira para experimentação, construindo nele desde uma narrativa com leitura aberta até produções que dialoguem com outras sequências textuais, como a descritiva (RAMOS, 2012, p. 748).

No exemplo (7), o objetivo temático parece não ser o humor, embora há quem considere que o exagero pode ser traço de humor, conforme explicita o próprio livro didático onde a tira é veiculada⁷⁴. Nesse caso, é possível perceber que a definição de Bakhtin para gênero é procedente, dadas as especificidades e necessidades de comunicação que modelam as práticas comunicativas, em consequência, regulam os “tipos relativamente estáveis de enunciados” (2003, p. 262).

O que houve com o surgimento da tira livre, no início do século XXI, foi a mudança do tema do gênero, que, até então, privilegiava a temática de humor. Embora o formato continuasse o mesmo⁷⁵, o tema sofreu alterações e, por consequência, influenciou mudanças nas expectativas do leitor. Ramos (2011) relata com detalhe a influência de Laerte nessa mudança no Brasil, e como o público recebeu essa nova tendência de produção de tiras. Para ele, no Brasil, a tira é considerada necessariamente de temática humorística. Nesse sentido, embora (7) não tenha de maneira direta e objetiva o humor como temática, ela também é compreendida como tira, especialmente pelo formato e disposição física que ocupa no espaço, bem como pelos recursos verbais e não verbais de que se utiliza, ou seja, a linguagem das HQs.

Feitas essas pontuações, já é possível delinear como a tira, nesse trabalho, será considerada: **um gênero do hipergênero HQs**, de acordo com estudos de Ramos. Todavia, não optei por considerar a distinção da tira em gêneros distintos, como o faz Ramos: tira cômica, tira seriada, tira seriada cômica e tira livre. Preferi entender a tira, a partir especialmente de seu **formato, de sua linguagem e de seu objetivo ou função social**.

Ou seja, a tira é um gênero que detém um formato fixo com poucos enquadres retangulares, sequenciais e separados por espaços entre um quadrinho e outro, os hiatos ou

⁷⁴ A questão c, da atividade 1 que aborda a tira, pergunta: “Em que reside o humor da tira?”. A sugestão de resposta para o professor é “No exagero. No 1º quadrinho, a personagem está com um nariz enorme, inchado; no 2º quadrinho, a personagem está toda torta; no último, a personagem roda como um pião” (CEREJEA; MAGALHÃES, 2009, p. 148).

⁷⁵ Formatos fixos pressupõem expectativas de leitura.

elipses⁷⁶, mormente na horizontal, com estilo próprio: a linguagem das HQs – coexistência dos elementos verbais e não verbais (imagens, formato, *layout*, planos, cores, traços etc.). Tem por objetivo maior o entretenimento, cumprindo a função social de descontrair. Se se leva em consideração o suporte jornal e toda função sócio-histórico ideológico que recobre o jornal, a tira de fato promove momento de distração, se comparada às outras seções e aos outros gêneros que compõem esse suporte.

Segundo Ramos (2011, p. 91), “é comum as tiras serem publicadas nos cadernos de cultura [...] em páginas dedicadas a humor e passatempos”. Todavia é importante dizer que não é apenas no jornal que a tira tem essa função; nas coletâneas publicadas de tiras, por exemplo, elas não perdem o objetivo de entreter.

Em relação ao seu tema, ele é variável, por isso, é possível pensar a variabilidade temática como uma regularidade do gênero. Outra recorrência que independe do tema ao fim da narrativa quadrinística é o desfecho inesperado que leva ao riso. Há também **dominância** do tipo textual narrativo⁷⁷: das 11 tiras do *corpus*, apenas a tira 6, exemplo (7), não apresenta narrativa, pelo menos conforme moldes que considerem as partes da narrativa – introdução, desenvolvimento, clímax e desfecho. Isso não impede de o leitor propor narrativa à tira 6, dada a leitura aberta a interpretações variadas que a tira propicia.

Retomando Bakhtin (2003), o uso da linguagem estabelece uma estreita relação com a atividade social humana, daí a existência dos gêneros do discurso. Cada gênero do discurso, por sua vez, corresponde a interações típicas em uma dada esfera social que reflete os usos particulares historicamente situados da língua. No caso, as tiras foram popularizadas pelo jornal, seu suporte original, e tinham, como ainda têm, o objetivo de entreter. À medida que esses usos variam, os gêneros dentro das esferas se transformam e estas se “complexificam”, como foi o caso da tira livre (RAMOS, 2011), que apresenta liberdade temática, ausência de humor e experimentação gráfica. Também foi o caso da “tira dupla” ou “tira de dois andares”, cuja ousadia interferiu no formato, não chegando, entretanto, a descaracterizar o gênero.

⁷⁶ Responsáveis pela progressão da tira, porque, dentre outras coisas, pressupõem passagens temporais, mudanças de situação, de humor.

⁷⁷ A noção de tipo textual narrativo tem de levar em consideração a coexistência de dois códigos: o verbal e o não verbal para a produção de sentido.

2.3.2.1.2 O ANÚNCIO PUBLICITÁRIO

A palavra publicidade significa, genericamente, divulgar, tornar público, e propaganda compreende a ideia de implantar, de incluir uma ideia, uma crença na mente alheia. Comercialmente falando, anunciar visa promover vendas e para vender é necessário, na maior parte dos casos, implantar na mente da massa uma ideia sobre o produto. Todavia em virtude da origem eclesiástica da palavra, muitos preferem usar publicidade, ao invés de propaganda; contudo hoje ambas as palavras são usadas indistintamente (SANT'ANNA, 1998, p. 75).

A opção por começar esta seção com a citação acima se deve ao esclarecimento quanto à denominação publicidade e propaganda que comumente apresenta variações. Há os que as tomam como sinônimas e os que preferem distingui-las, como Carvalho (1996), que se baseia, para a distinção, no universo que os termos exploram: considera o termo propaganda mais abrangente do que publicidade, pois é voltado para mensagens de cunho político, religioso, institucional e comercial, ou seja, a propaganda estaria voltada para os valores éticos e sociais. Já a publicidade refere-se, segundo ela, apenas a mensagens comerciais e exploraria o universo dos desejos. Por isso, a autora salienta que a publicidade seria mais “leve” e sedutora do que a propaganda.

Outro autor que considera a distinção é Machado (2006), para quem a propaganda não visa especificamente vender ou fazer conhecer um determinado produto de uma marca, como seria o caso da publicidade. A propaganda tenta influenciar comportamentos de um grupo social, enquanto a publicidade possui fins comerciais.

Botelho (2002), em um estudo que objetivou mostrar os equívocos que ocorrem em casos de tradução em que não há um conhecimento de particularidades da palavra traduzida no campo explorado, explica que há confusão na tradução do termo “advertising” como “propaganda”. Segundo ela, deveria ser “anúncio”. Constatou que na origem do problema existem três palavras em inglês para divulgação de produtos ou de ideias:

FIGURA 3 – Classificações para o termo “advertising”.

INGLÊS	SIGNIFICADO E USO	TRADUÇÃO
“advertising”	Anúncio pago para produtos comerciais.	Brasil – traduzido para propaganda. Francês – annonce Italiano – annunzio Espanhol – anuncio
“publicity”	Inserção não paga de notícias em órgãos da mídia.	Traduzido, tanto em Portugal como no Brasil, para publicidade. Francês – publicité Italiano – pubblicità Espanhol – publicidad
“propaganda”	Ato de propagar ideias, filosofias políticas, crenças, etc.	De modo geral o mesmo significado de outras línguas, entretanto, a utilização desta palavra para os americanos sempre traz más conotações (ver Cutlip, Center e Broom, 1994, p. 476).

Fonte: Botelho (2002, p. 6-7).

Com o objetivo de esclarecer como ficaria, naquele momento, a prática quanto ao emprego dessas terminologias, a autora fez uma pesquisa em livros e revistas, procurando levantar dados sobre o uso de “advertising”, “publicity” e “propaganda” no Brasil, em Portugal e em países de língua inglesa. De acordo com o significado das palavras, a partir da seleção de trechos com citações, a autora chegou à conclusão:

Língua Inglesa – é clara a diferença entre advertising e publicity; propaganda tem o significado idêntico ao das línguas de origem latina servindo apenas para comunicações do governo ou de entidades do terceiro setor. **Português (exceto no Brasil)** – utiliza-se normalmente o termo publicidade para os anúncios comerciais e propaganda para o governo e outros órgãos. **Português no Brasil** – propaganda e publicidade são usadas como sinônimas mesmo em áreas especializadas como agências de propaganda ou de publicidade e órgãos da imprensa (BOTELHO, 2002, p. 8, grifo meu).

Diante de toda variação quanto ao uso dos termos, conforme verificado pelos apontamentos acima, prefiro optar pelo que comumente é utilizado no Brasil, segundo pesquisa de Botelho (2002): propaganda e publicidade como palavras sinônimas. Isso reforça a posição explicitada em Sant’Anna (1998), na primeira citação dessa seção.

Essa consideração serve, nesta pesquisa, para deixar clara a posição de que o anúncio publicitário, desconsiderando distinções entre os termos publicidade e propaganda, tem por objetivo seduzir o leitor sobre o que é anunciado por uma dada organização (comercial ou

não): no caso do *corpus*, os anúncios referem-se a um produto, a um serviço, a uma ideia. Essa sedução, em linhas gerais, visa a uma ação por parte do coenunciador: a de comprar um produto, um serviço, uma ideia. Comprar, pensando no produto ou no serviço, indica obter algo mediante pagamento, e, em geral, visa ao lucro da organização. Já comprar uma ideia não significa necessariamente pagar por ela, mas acreditar nela, incorporá-la, seria uma mudança de comportamento de ordem ético-cultural.

Em linhas gerais, tanto em anúncios que vendem produtos e serviços quanto em anúncios que vendem ideias, o objetivo do enunciador é seduzir o coenunciador e persuadi-lo. Sobre o termo persuadir, trago a distinção de Perelman; Olbrechts-Tyteca (2005), quanto ao convencimento e à persuasão.

Em seu *Tratado da Argumentação* e, tendo como base os objetivos do orador diante de seu auditório, os autores diferenciam os procedimentos argumentativos: se o objetivo do orador é obter um resultado, persuadir é mais do que convencer, “pois a convicção não passa da primeira fase que leva à ação” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 30). Todavia, se a preocupação do orador reside no caráter racional da adesão, convencer é mais que persuadir. Assim, o discurso que intenciona convencer é dirigido à razão, liga-se ao raciocínio lógico e utiliza-se de provas objetivas, para obter a adesão de todo ser racional, por isso, visa a um auditório universal. Já o discurso que objetiva persuadir tem caráter ideológico, liga-se às vontades, desejos e sentimentos do interlocutor, visa, assim, a um auditório particular. Nesse sentido, reitero: os anúncios publicitários objetivam persuadir o interlocutor, porque visam ao resultado não só da adesão, mas da ação: comprar. Além disso, a necessidade de o anúncio aproximar-se do coenunciador, por meio do estilo do gênero, propicia ao enunciador pensar em um auditório particular, e, por isso, na persuasão.

Em função desse objetivo sociocognitivo-discursivo de persuadir o interlocutor para a compra (de produtos, serviços ou ideias), o anúncio publicitário é produzido comumente na esfera de comunicação publicitária e organiza-se mediante arranjo próprio, moldando-se, conforme mídia em que se apresenta.

Antes de discorrer brevemente sobre sua estrutura composicional, cabe a ressalva de que os anúncios publicitários do *corpus* são anúncios impressos retirados de um livro didático, utilizado no ensino fundamental, 9º ano⁷⁸. Portanto, aparecem aos alunos como anúncios impressos e não são oferecidas maiores informações sobre o suporte em que

⁷⁸ Maiores informações serão dadas na seção que discorre sobre a metodologia, no capítulo 4.

apareceram originalmente ou sobre o meio de comunicação que os divulgaram. Apenas consta, conforme critérios para a seleção do *corpus* da pesquisa, a denominação anúncio.

Quanto à sua configuração, os anúncios publicitários eleitos apresentam-se em apenas um enquadre, o que é comum para os impressos. Esse enquadre pode aparecer delimitado ou não por algum tipo de tracejado e sob formas diversas. Dos 11 anúncios, 5 (45,45%) apresentam tracejados delimitando-os.

Quanto à forma, 6 (54,54%) apresentam forma retangular na horizontal e 5 (45,45%) apresentam forma retangular na vertical, considerando as medidas de orientação do tipo de folha A4. O gênero anúncio apresentado sob um enquadre requer uma atenção diferenciada quanto à sua leitura se comparado, por exemplo, à tira que se organiza, em geral, em mais de um enquadre. Não se espera uma leitura linear⁷⁹ e sequencial do anúncio, ao contrário, a leitura não tem um necessário ponto de início e fim. Ela é feita no todo, em bloco, sem um roteiro pré-determinado. E isso é o que mais importará para o estudo dos objetos de discurso nesse gênero. Se não há uma ordem prévia nem linear de leitura, a hipótese é de que os objetos de discurso terão, ao mesmo tempo, vários funcionamentos. Por isso, elejo um critério, ao analisar os objetos de discurso nos anúncios e nos intraenquadres das tiras. Análises sobre esse funcionamento estão contempladas no capítulo 5.

Sobre a estrutura do anúncio, alguns autores da Comunicação, como Gonzales (2003), afirmam ser a estrutura do gênero composta por título, imagem, texto, marca e *slogan*. Por não ser essa uma estrutura rígida e nem consensual entre os estudiosos da área, prefiro entender a estrutura do anúncio, por meio do corpo do texto (com ocorrências verbais e ou imagéticas) e a marca ou assinatura, como exemplificado:

⁷⁹ Ao mencionar leitura linear, estou sugerindo uma leitura sequenciada, ou seja, em ordem, conforme convenção de leitura ou arranjo de formas nas culturas oriental e ocidental. Todavia, é preciso ressaltar que do ponto de vista de quem lê, a compreensão não é linear, ela se dá na conjugação de uma série de questões que se implicam na e para a produção de sentidos.

(8)



Fonte: Cereja e Magalhães (2009, p. 231).

Quanto ao estilo, o anúncio publicitário utiliza linguagem verbal e imagética, sempre com o intuito de persuadir o interlocutor quanto ao que é anunciado. Para tanto, essas modalidades aparecem sob tratamento estilístico diferenciado que visa, em grande parte, surpreender o interlocutor, seduzindo e induzindo-o à ação de comprar. Na modalidade verbal, o que se tem é o uso de recursos expressivos, por meio de figuras de linguagem, variações linguísticas, articulações sintáticas, intertextualidades, dentre outros. Carvalho (1996, p. 95) afirma que o uso do verbal em anúncios, em grande parte, é bastante reduzido, porém “jamais banal”. Na modalidade imagética, as cores, formas, ângulos e planos ajudam a compor a materialidade textual.

Além disso, do ponto de vista estilístico, no gênero anúncio publicitário, o viés ideológico é evidenciado pelo meticoloso arranjo da palavra e da imagem conjugados na materialidade textual e intrinsecamente relacionados à noção de cultura enquanto sistema de normas sociais. Sobre esse arranjo cuidadoso, Carvalho considera: “Todo enunciado tende a intervir persuasivamente no destinatário, com o propósito de modificar suas crenças, suas atitudes e até sua identidade” (CARVALHO, 1996, p. 94).

Tendo em vista que tanto o gênero anúncio quanto o gênero tira são realizados por meio de textos, passo, então, à discussão dessa noção, problematizando-a de modo a propor uma releitura do conceito de texto que abarque, de fato, “a unidade real da comunicação da língua” (BAKHTIN, 2003, p. 269), que, no caso do *corpus*, se realiza por meio da junção de texto e imagem.

2.3.3 O TEXTO

[...] aceitar o alargamento dos limites do texto não pode ser encarado como uma concessão, mas, sim, como o compromisso de discutir seriamente os desafios que os usos impõem, mesmo que isso signifique reconhecer a falta (provisória) de aparato teórico para tratar algumas situações (CAVALCANTE; CUSTÓDIO FILHO, 2010, p. 65).

Assumir uma perspectiva sociocognitivo-discursiva para o estudo proposto requer uma noção de texto que contemple a interação e os diversos modos de significar. Não basta considerar o elemento verbal como meio de significação. É preciso atentar para as formas variadas de produção de sentido nos textos que contemplam mais de uma semiose, em específico, a imagem.

Pensando nisso, Cavalcante e Custódio Filho (2010) redimensionam, de maneira bastante oportuna, o conceito de texto, conforme apresentado em Koch (2004), acrescentando “não verbal” à linguagem e retirando o adjetivo “linguístico” da expressão “elementos linguísticos”:

A produção de linguagem [verbal e **não verbal**] constitui atividade interativa altamente complexa de produção de sentidos que se realiza, evidentemente, com base nos elementos [**linguísticos**] presentes na superfície textual e na sua forma de organização, mas que requer não apenas a mobilização de um vasto conjunto de saberes (enciclopédia), mas a sua reconstrução e a dos próprios sujeitos – no momento da interação verbal (CAVALCANTE; CUSTÓDIO FILHO, 2010, p. 64, grifo meu).

Mesmo essa definição, já bastante refinada, a meu ver, ainda, precisa ser reelaborada, porque dá primazia ao momento da interação verbal, conforme citação “mas a sua reconstrução e a dos próprios sujeitos – **no momento da interação verbal**”. Nesse caso, talvez⁸⁰, os autores não retiraram o “verbal”, por entenderem que

ainda que se configurem como não verbais, as diferentes manifestações semióticas ou os diferentes processos envolvidos em situações de interação sem o verbal passam por um tratamento linguístico quando da interpretação” (CAVALCANTE; CUSTÓDIO FILHO, 2010, p. 65).

Antes de tudo, é preciso compreender o que os autores denominam como “tratamento linguístico”, mas mesmo se fosse essa a justificativa, não acredito que assim o seja, pois como já afirmei, o verbal não pode ter primazia sobre qualquer outro modo de significação, é

⁸⁰ A dúvida deve-se justamente ao fato de que não há qualquer explicação formalizada em Cavalcante e Custódio Filho (2010) para o que chamo a atenção.

preciso analisar os textos verbo-imagéticos, a partir de um princípio de complementaridade, em que verbal e imagético não se relacionam hierarquicamente, mas se conjugam. Retomando: “a variedade sínica que compõe o não verbal mescla todos os códigos, de modo que o próprio verbal pode compor o não verbal, mas não tem sobre ele qualquer força hegemônica e centralizante” (FERRARA, 2001, p. 15).

Mesmo sabendo que a noção de texto nunca foi e talvez não se torne consensual, proponho, com uma dose de ousadia, ir mais além, considerando o texto como um **evento constitutivo da interação humana, nela e por ela materializado, portanto, um evento sócio-histórico cultural e ideológico, em que coexistem modos de significação diversos atrelados necessariamente a um co(n)texto e cujo sentido é uma (co)construção de natureza eminentemente dialógica**, na visão bakhtiniana do termo.

Nesse sentido, o texto é entendido como um fenômeno concreto, ou seja, saiu da esfera puramente cognitiva para materializar-se na interação, por isso, um evento identificável e necessariamente inerente às relações humanas. Como elementos constituintes, o texto pode ter vários modos de significação, como a forma linguística, a imagem, o movimento, o som. Nessa perspectiva, nenhum elemento de sua constituição tem primazia sobre os demais para determinar a noção de texto. O que pode ocorrer, assim como acontece com os tipos textuais, é a predominância de um modo sobre o outro, mas nenhum elemento por si só é capaz de definir a interação humana que é multissemiótica por natureza.

Dizer que esses modos de significação são atrelados a um contexto significa considerar um plano além dos limites do palpável, do visível, do audível; é considerar a cognição humana e, em consequência, o que é da ordem do subjetivo como elemento crucial para a corporificação de um projeto de dizer, orientado por uma atitude responsiva ativa e ideológica por natureza. Atrelar a (co)construção dos sentidos a um contexto permite a crença de que o outro é fundamental para a interação, por isso, a necessidade de moldá-la conforme conhecimentos dos coenunciadores. Essa escolha vai ao encontro da teoria de modelos de contexto, de Van Dijk (2012).

Ser um evento sócio-histórico cultural e ideológico reforça novamente a necessária relação com o outro e sua constituição ideológica. Daí, recorro a Bakhtin (2003) para lembrar o princípio que institui a linguagem sob seu ponto de vista: o dialogismo. É necessário que para a produção de um texto considere-se o produtor como um ser socialmente determinado.

Heine (2012, p. 9) traz para seu texto vozes de autores que bem ilustram esse ser socialmente determinado na visão bakhtiniana:

O eu desse sujeito [qualquer sujeito] só se torna eu entre outros eus (SOBRAL, 2007, p. 22), constituído por vários eus, várias vozes em que dialogam vários discursos. Assim, Bakhtin desloca o conceito de sujeito enquanto espaço de homogeneidades, dentre outros, que perde o papel de centro, ao ser substituído por diferentes vozes sociais que fazem dele um sujeito histórico e ideológico (BARROS, 2007, p. 27).

Todorov descreve a imprescindível “figura” do outro para o olhar bakhtiniano:

Logo, o outro é ao mesmo tempo constitutivo do ser e fundamentalmente assimétrico em relação a ele: a pluralidade dos homens encontra seu sentido não numa multiplicação quantitativa dos ‘eu’, mas naquilo em que cada um é o complemento necessário do outro (TODOROV, 2003, p. 27).

E Bakhtin e Volochinov (1986) confirmam:

[...] toda palavra comporta *duas faces*. Ela é determinada tanto pelo fato de que procede de alguém, como pelo fato de que se dirige para alguém. Ela constitui justamente o *produto da interação do locutor e do ouvinte*. Toda palavra serve de expressão a *um* em relação ao *outro*. Através da palavra, *defino-me em relação ao outro*, isto é, em última análise, em relação à coletividade. A palavra é uma espécie de ponte lançada entre mim e os outros (BAKHTIN; VOLOCHINOV, 1986, p. 113, grifos dos autores).

Como já dito, o outro para Bakhtin é peça fundamental para a linguagem, o que é reforçado, inclusive, pela definição de enunciado que, em essência, é criado a partir das atitudes responsivas ativas alheias.

Por fim, a noção de (co)construção de sentidos abomina a ideia de sentido imanente a qualquer modo de significação e confere supremacia à negociação de sentidos que se dá única e exclusivamente na interação de sujeitos dialógicos constituídos de conhecimentos e vivências sociais, históricas, culturais e ideológicas, em um dado momento de interação, ou seja, em um dado contexto. Assim é que se tem a consideração por sujeitos unos e, ao mesmo tempo, sociais, dialógicos; a ideia de singularidade é construída socialmente. E justamente nessa (co)construção que os homens “se constroem e são construídos” (KOCH, 2003a, p. 17). Essa posição pode ser vista em Bakhtin, segundo palavras de Barros (1997, p. 28, grifo da autora):

[...] as ciências humanas voltam-se para o **homem**, mas é o homem como produtor de textos que se apresenta aí. [...] o homem não é só conhecido através dos textos, como se constrói enquanto objeto de estudos nos ou por meio dos textos.

O fato de os sujeitos se constituírem a partir dos textos, como pontua Koch (2003a), como já afirmava Bakhtin (2003) e como considero na releitura que faço da noção de texto, permite analisar estratégias textual-discursivas capazes de revelar as intenções desses sujeitos e as particularidades dos textos produzidos por eles. Nesse sentido, a ideologia e a alteridade, constitutivas dos sujeitos e de seus projetos de dizer, podem ser vislumbradas por meio de sua interação, conforme ilustram as análises do *corpus* desta pesquisa.

Partilho ainda com Bakhtin (2003) a ideia quanto ao estatuto exclusivo ou não-reproduzível que ele confere ao texto, já que parte de uma noção de texto centrada na (co)construção dos sentidos e na dependência de um contexto. Assim, um texto jamais será repetido de modo idêntico, porque as condições contextuais sempre se diferirão.

Quanto ao discurso, prefiro entendê-lo de modo semelhante ao que postula Mondada (1994 apud MARCUSCHI, 2003, p. 15): “o lugar da observabilidade da língua em sua atualização num contexto empírico”. Semelhante, porque ao invés de deter-me à língua, prefiro a utilização do termo linguagem, por razões óbvias: contemplação dos vários modos de significação. Assim, o discurso é tudo o que está para a materialização da interação humana, o texto. Seria um amálgama de condições sociais, históricas, culturais e conhecimentos cognitivos que, organizados conforme um projeto de dizer e sob condições contextuais específicas, permitem uma elaboração coerente do evento interativo. Coerente aqui é entendido como a capacidade de o evento interativo produzir sentido a quem dele participa, seja na posição de enunciador, seja na posição de coenunciador.

Nesse viés, enquanto o texto está para a parte corporificada dos usos da linguagem, o discurso está para a parte imaterial, para o conjunto de circunstâncias que promovem o texto na e para a interação. Todavia, na concepção que adoto, é importante ressaltar que não há discurso sem texto e vice versa. Essas noções caminham juntas na interação; são indissociáveis. Semelhante posição é vista em Marcuschi (2003, p. 15), quando o autor diz: “o discurso diz respeito à própria materialização do texto em seu aspecto enunciativo e é o texto em seu funcionamento sócio-histórico; pode-se dizer que o discurso é muito mais o resultado de um ato de enunciação”.

De tudo isso, o que se tem é uma noção de textualidade voltada para a capacidade de os sujeitos, dotados de conhecimento e vivências sociais, históricas, culturais e ideológicas,

interagirem, utilizando-se da linguagem e, por conseguinte, dos meios de significação que ela disponibiliza, para realizarem seus projetos de dizer.

Para Antos e Wieser (2005, p. 98), “os textos são meios socioculturalmente eficientes para a evolução do conhecimento”, porque, por meio deles, o conhecimento é construído e distribuído. Assim como o texto, a meu ver, é constitutivo das interações humanas, a linguagem, segundo os autores supracitados, o é para o conhecimento. Os autores acrescentam: “é a tarefa da linguística de texto explicitar os aspectos da evolução do conhecimento que se referem aos padrões linguísticos, conceptuais e perceptivos e às formas do conhecimento e seu uso comunicativo” (ANTOS; WIESER, 2005, p. 110).

A partir dessa colocação, questiono: como uma disciplina que toma o texto como objeto de investigação, a LT, ignora os vários modos de significar, ao tratar de explicitar os aspectos da evolução do conhecimento que se dá por meio dos textos?

Por isso, cabe de fato à LT explicitar os aspectos da evolução do conhecimento, considerando que os textos, eventos interativos, portam e constroem o conhecimento, à medida que se utilizam da linguagem em seus vários modos.

Portanto, a partir do meu entendimento da noção de texto, é vital a importância da LT, como campo teórico que se propõe a descrever e analisar os textos em funcionamento, a considerar, necessariamente, “os aspectos da evolução do conhecimento que **não** se referem **somente** aos padrões linguísticos”, em adaptação à proposição de (ANTOS; WIESER, 2005). Os textos são materializados na interação por meio de vários modos de significação, por isso, insisto que essa pesquisa cumpre o esforço de tentar ir além do “verbocentrismo” (CAVALCANTE; CUSTÓDIO FILHO, 2010).

Após a consideração da noção de texto que redimensiono e utilizei para os fins desta pesquisa, cumpre justificar a escolha pelo termo texto verbo-imagético.

2.3.3.1 O texto verbo-imagético

Como já discorrido, a LT tem uma longa tradição na análise de textos verbais. O termo “verbal” tem origem no latim “verbum” e significa palavra, vocabulário (HOUAISS, 2009). Em outras palavras, a LT tem tradição na análise de textos que se utilizam de signos linguísticos, na acepção saussuriana, e podem apresentar-se sob modalidade oral ou escrita.

Todavia, analisar o texto sob perspectiva mais ampla, incluindo outros modos de significação, ainda é bastante novo para a LT, embora a existência desses textos seja muito antiga.

Na literatura da área, há uma profusão de termos também oriundos de diversas áreas de conhecimento que se são agregados e imbricados nos estudos da LT, como, correntemente, são utilizados os preceitos teóricos da Semiótica, que, em linhas gerais, se dedica ao estudo dos diferentes tipos de signo interpretados pelos humanos⁸¹. Essa profusão de termos ainda encontra-se em fase de ajuste e experimentação. Sendo assim, sinto-me à vontade para tentar cercar o termo “imagem” com o qual trabalho, evitando distorções à pesquisa, mesmo porque a proposta não é dissertar sobre o conceito de imagem, suas teorias e implicações, mas defini-la como parte dos textos que compõem os gêneros anúncio publicitário e tira.

Tendo em vista que nessa pesquisa o propósito é estudar o processamento da referenciação em textos que se constituem pela ocorrência concomitante da palavra escrita e da imagem, seria preciso eleger uma definição que suportasse, sem qualquer prejuízo, os dois modos de significação. Assim, a ideia de texto verbo-imagético ocorreu-me na tentativa de evidenciar pela expressão a **presença** e a **similar importância** de ambos os modos de significação (verbal e imagético) na e para a produção de sentido. A proposta é entender os dois modos como coexistentes e igualmente relevantes para as relações de sentido que podem ser empreendidas, a partir do texto que conjuga a palavra escrita e a imagem⁸².

A não opção pelo termo visual deve-se à justificativa de ele ser muito abrangente para a análise pontual que ora traço sobre a referenciação⁸³. “Visual”, a meu ver, tem por

⁸¹ Dentro desse campo de saber, destacam-se as contribuições de Kress e van Leeuwen (2001; 2006), que se inserem na denominada Semiótica Social, cuja investigação aborda a semióse humana, sob todos os modos e formas, como processo de significação, considerando os diferentes discursos, práticas sociais e relações de poder. Por isso, a base da Semiótica Social é uma abordagem historicizada e crítica, que leva em conta a cultura e a ideologia dos atores sociais na e para o processamento do significado. Kress e van Leeuwen (2001) puseram em voga a agenda da multimodalidade como um campo interessado em estudar as formas de significação modernas, por meio dos modos semióticos e suas inter e intrarrelações. Esses autores (2006) enfatizaram, ainda, a sistematização estrutural da imagem em uma proposta de sintaxe visual, a “Gramática do Design Visual”, por meio das metafunções ideacional, interpessoal e textual, apresentadas por Halliday na Gramática Sistêmico-Funcional.

⁸² Assim como tento cercar os textos com os quais trabalho, conforme os modos de significação que os compõem, Mitchell (apud ALMEIDA, 2011), de forma semelhante tenta superar o modelo dicotômico imagem e texto, propondo o conceito *imagetext*, englobando o verbal e o visual em um mesmo campo de práticas representacionais heterogêneas. Assim, as formas semióticas seriam sempre meios mistos; no caso da imagem e texto, seriam os dois modos processados simultaneamente.

⁸³ Como não é esse o foco da pesquisa, cabe uma indicação de leitura quanto às teorias da representação que focam a representação visual e a imagética sumarizadas por: Santaella (2005), no capítulo 5: “A matriz visual e suas modalidades” e Santaella; Nöth (2008), capítulo um: “Imagem como representação visual e mental. Para um percurso mais detalhado sobre as teorias da representação, ver HALL (1997), capítulo “The work of representation”. Sobre a especificidade da análise da imagem, ler Joly (1996) e Santaella; Nöth (2008).

característica remeter a tudo que é captado pela visão, enquanto um dos sentidos humanos. Conforme Houaiss (2009, sem paginação), as acepções de “visual”, em sua maioria⁸⁴, definem o termo pela presença do olho, órgão humano:

*adjetivo de dois gêneros: **1** relativo a, pertencente a, próprio de ou us. na visão. Exs.: *acuidade v.* / **2** obtido ou mantido através da visão. Exs.: *percepção v.* / *impressões v.* **3** realizado apenas com o sentido da visão ou tb. com sua ajuda. Ex.: *navegação v.* **4** que é efeito de imagens mentais expressivas. Ex.: *uma descrição muito v.* *adjetivo de dois gêneros e substantivo de dois gêneros. **5** que ou o que apreende ou retém melhor os conhecimentos através da visão do que pelo meio auditivo. Exs.: *os alunos mais v. preferem ler em voz baixa / este é um bom método para os v.* **6** que ou o que é muito sensível às impressões colhidas pelos olhos. Exs.: *a ópera atrai muito o público mais v. / por ser um v., resolveu tornar-se pintor.* **7** que ou o que pode fazer uso do sentido da vista; vidente. *substantivo masculino. Regionalismo: Brasil. Uso: informal. **8** aparência, aspecto exterior. Ex.: *a atriz pintou o cabelo e mudou completamente de v. para seu novo papel.* **9** aquilo que se estende à nossa vista; panorama, vista. Ex.: *do Corcovado temos o mais belo v. do Rio.*

Nesse sentido, a linguagem verbal na modalidade escrita é também visual, porque é captada pela visão, pelo olho humano; com diferenciação para o Braille, um sistema de leitura com o tato, criado para pessoas portadoras de deficiências visuais. Caso optasse pelo termo visual, o modo verbal na modalidade escrita seria contemplado pelo termo visual, haja vista que, para ler e ou escrever, primeiro, é preciso do olho enquanto sentido humano para visualizar os desenhos que cognitiva e convencionalmente formam as letras, e estas, combinadas no eixo sintagmático, formam palavras e, daí por diante, conforme níveis de combinação morfossintáticos. **Isso, a meu ver, não confere destaque necessário ao papel conceitual (cognitivo) e representativo que a imagem possui, independente da escrita.**

Logo, nos textos eleitos para análise, buscando conferir à imagem posição tão privilegiada quanto a do verbal e considerá-la representativa, optei pelo termo imagético que, para mim, está associado de modo considerável à noção de representação, ou seja, à possibilidade que a imagem oferece de (re)construções conceituais e representativas do mundo feitas por sujeitos responsivos ativos inseridos em dada conjuntura social, histórica, cultural e ideológica. Valho-me de um exemplo para tornar mais acessível minha posição: em uma interação entre duas pessoas, quando uma gesticula, levando seu dedo indicador

⁸⁴ A acepção que me obriga a utilizar a palavra maioria é a 4: “**4** que é efeito de imagens mentais expressivas. Ex.: *uma descrição muito v.*”. Essa acepção parece ser a única que pretere a visão – a partir da relação com o órgão humano olho – para utilizar a cognição, referindo-se a atividades psíquicas. Ver Joly (1996), seção “Imagem e psiquismo” e ou Santaella; Nöth (2008), seção “Imagem e representação mental”.

estendido à boca que se encontra cerrada, o que se tem são duas percepções: uma física, por meio dos gestos visuais que são captados pelo olho; e outra interpretativa, por meio da atribuição de um sentido, de uma representação ao que foi captado em primeiro momento pelo olho: gestos visuais tomados como um todo e não discretizados. Nesse caso, o gesto descrito refere-se a um pedido de silêncio, que é percebido fisicamente pelo olho, portanto, visual, mas interpretado por uma representação socioconceitual (cognitiva) do sujeito à imagem: pedido de silêncio. Obviamente, na e para a interpretação da imagem de pedido de silêncio, somam-se a essa representação convencionada o verbal e o ideológico. O verbal, porque existimos e pensamos por meio de uma cultura e, por conseguinte, por uma convenção que se elabora pelo linguístico; e ideológico, porque a (re)construção da representação conceitual é elaborada por sujeitos únicos no que tange às suas vivências, crenças, formações, atitudes etc.

É claro que as imagens dos anúncios publicitários e das tiras, gêneros do *corpus* da pesquisa, são captadas pela visão assim como o são as ocorrências verbais escritas desses gêneros. A diferença crucial que proponho entre eles é que a visualização do verbal na modalidade escrita, primeiramente, remete, mesmo que inconsciente, a uma noção sintagmática de combinações morfossintáticas que permitem a leitura visual dos desenhos codificados em letras e, por conseguinte, dos signos linguísticos, as palavras. Prova disso é que os analfabetos não conseguem ler, porque não ascendem ao nível sintagmático, eles não conseguem atribuir conceitos aos desenhos codificados, as letras, nem à junção e à ordenação deles, as palavras. Já a visualização da imagem não remete de pronto a essa cadeia sintagmática, ordenada, linear. A imagem não tem uma ordem pré-estabelecida de visualização e de leitura para sua compreensão; ela é lida, analisada, vista, percebida no todo e remete de pronto a (re)construções representativas conceituais variáveis, conforme os sujeitos que a utilizam, seja na produção e ou na interação com ela, e não necessariamente precisam ser mediadas pelos signos linguísticos da modalidade escrita.

Com isso, não afirmo que o verbal seja dispensável na cognição humana, mas sua dispensabilidade reside na necessidade de mobilização da modalidade escrita da língua para a interpretação imagética. Por exemplo, a visualização da imagem abaixo pode acontecer sob várias condições, sem a necessidade pré-estabelecida de um ponto comum de início, e pode ter várias interpretações e ou representações; tudo variará conforme o sujeito e o contexto em que a imagem estiver inserida. Mesmo o sujeito sendo analfabeto ou detentor de um grau mínimo de letramento, ele conseguirá propor representações conceituais à imagem, o que

prova a irredutibilidade da imagem à escrita e vice-versa e ampara minha opção pela presença conceitual de ambos os modos de significação na expressão que denomina os textos com os quais trabalho: verbo-imagéticos.

FIGURA 4 – Ambiguidade imagética.



Fonte: Imagem retirada da *internet*⁸⁵.

Nessa figura é possível visualizar uma moça que, de seu aparador de quarto ou penteadeira, se observa no espelho. Também é possível visualizar uma caveira, dentre outras possibilidades. Ou seja, a ordem com que as figuras aparecem na percepção do leitor são variáveis, respeita o modelo de contexto subjetivo (VAN DIJK, 2012).

Já o enunciado verbal: terá sua forma visual – pensando em níveis morfossintáticos: morfemas, letras, palavras – decodificada similarmente por todos os falantes alfabetizados na língua utilizada. Somente depois de visualizado e “lido” o linguístico é que representações e interpretações variadas serão criadas a depender dos sujeitos e da interação. Assim, na figura 5, somente após a ascendência ao nível sintagmático “Encontro regional de bibliotecas universitárias” é que as representações poderão ser construídas.

⁸⁵ Disponível em: <<http://lhvauladon.files.wordpress.com/2010/06/imagem111.jpg>>. Acesso em 20 nov. 2013.

FIGURA 5 – Informativo.



Fonte: Imagem retirada da *internet*⁸⁶.

Por isso, defendo que a noção do termo imagem tem natureza representativa, enquanto a noção do termo visual tende mais a ser de natureza física, porque exige o sentido humano da visão, resguardada a ressalva que acabei de constituir frente à visualização do verbal e da imagem.

Em analogia à Bakhtin (2003) quando o autor propõe a diferença entre tema e significação, paralelamente, o que se tem é o visual entendido como significação, ou seja, como a parte passível de discretização, como a parte técnica e repetível, e o imagético como o tema, como o todo significativo, como a parte do sentido, única e irrepetível. Obviamente que a representação da imagem é feita cognitivamente, por meios linguísticos que reconstroem o objeto na cognição humana, mas o que sobressai, quando da utilização da imagem, é a representação conceitual variada que ela otimiza, e não a parte linguística.

Além disso, é importante destacar que o aspecto visual também remete ao *design*, que estaria ligado às formas, aos traços, ao projeto gráfico do texto como um todo - cor, tom, contraste, equilíbrio, enquadramento, profundidade, tipografia, entre outros. Assim para a análise dos textos, o foco será na imagem e não no visual, porque, por meio dela, é que os objetos de discurso imagéticos funcionam. Cabe salientar que isso não elimina considerações, durante a análise, de aspectos relativos ao visual, como os que se referem ao *design*, porque, sem dúvida, esses aspectos muito contribuem para os efeitos de sentido.

Fecho este capítulo retomando minha leitura sobre o conceito de texto: **um evento constitutivo da interação humana, nela e por ela materializado, portanto, um evento sócio-histórico cultural e ideológico, em que coexistem modos de significação diversos**

⁸⁶ Disponível em: <<http://ufubibliotecas.blogspot.com.br/>>. Acesso em 20 nov. 2013.

atrelados necessariamente a um co(n)texto e cujo sentido é uma (co)construção de natureza eminentemente dialógica, na visão bakhtiniana do termo.

Acredito que, a partir dessa noção, os dois modos de significação do texto verbo-imagético estão contemplados bem como uma postura que adere à base sociocognitivo-discursiva. Portanto, esse conceito sustenta as análises empreendidas por este estudo.

Capítulo 3

A referenciação e a (re)construção de objetos de discurso: princípios e orientações

Neste capítulo, primeiro, apresento alguns estudos que tratam da referenciação em LT, a fim de retratar como esse construto tão caro à disciplina tem sido perscrutado contemporaneamente. Depois, discorro sobre a abordagem referencial que orienta e fundamenta a análise do funcionamento dos objetos de discurso nos textos verbo-imagéticos.

3.1 ESTUDOS CONTEMPORÂNEOS DA REFERENCIAÇÃO NA LT

A referenciação tem despertado o interesse de muitos pesquisadores, no Brasil e no exterior, instigados pelo funcionamento da referência na comunicação humana. Esses pesquisadores têm dado grande contribuição para o alargamento da compreensão desse mecanismo no campo da LT. Não poderei, obviamente, citar todos os pesquisadores, grupos e pesquisas relacionados ao tema, mas deter-me-ei na apresentação de alguns estudos que têm ganhado destaque e consolidação na área.

Começo discorrendo sobre o grupo de pesquisa “Cognição, Interação e Significação” – COGITES⁸⁷, filiado à Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, no Brasil, cuja coordenação é da professora e pesquisadora Edwiges Maria Morato e que tem por objetivo estudar as relações entre linguagem e cognição por meio de práticas linguístico-interacionais. Esse grupo filia-se a uma “perspectiva interacionista de filiação vygotskiniana com as contribuições atuais de Michael Tomasello” e entende a referenciação como um processo linguístico-cognitivo, sendo, por isso, estudada por um dos núcleos de investigação, a saber, o núcleo que trata da descrição e análise de processos linguístico-cognitivos de sujeitos com e sem comprometimento neurológico.

Dentre as várias pesquisas coletivas do grupo, duas delas revelam-se focadas na referenciação: “Significação, interação e cognição: a dimensão multimodal de práticas linguístico-interacionais, envolvendo afásicos e não-afásicos/MODALINTER” (2007-2009) e

⁸⁷Sítio do Grupo de Pesquisa COGITES: <<http://cogites.iel.unicamp.br/p/pesquisas-coletivas.html>>. Acesso em 31 ago. 2013.

“Processos referenciais implícitos na conversação entre sujeitos afásicos e não-afásicos” (2010-2012).

A primeira delas teve por objetivo analisar a dimensão multimodal da linguagem nas práticas conversacionais desenvolvidas no Centro de Convivência de Afásicos (CCA) e um dos fenômenos estudados foi o das práticas referenciais verbais e não-verbais. O artigo “Processos implícitos, contextuais e multimodais na construção referencial em conversações entre afásicos e não afásicos: relato de pesquisa”, fruto da primeira pesquisa, apresentou teses que colocaram em xeque uma visão formalista da referência. As teses defendidas levaram em conta variados processos na construção sociocognitiva da referência e a capacidade que a referenciação tem em “deixar entrever relações estreitas e solidárias entre processos de explicitação e implicitação do sentido textual” (MORATO et al., 2012, p.713). A contribuição desse estudo esteve voltada para o fato de que, apesar dos vários comprometimentos de ordem metalingüística no contexto da afasia, esse comprometimento não afeta a capacidade de indivíduos afásicos operarem elementos referenciais, demandando, para isso, outras semioses não verbais para configurar e interpretar referentes.

A segunda pesquisa coletiva do grupo objetivou “analisar processos de significação verbal e não verbal que atuam na construção da referência no contexto das interações entre afásicos e não afásicos que se desenvolvem no CCA”. O artigo recentemente publicado relativo a essa segunda pesquisa do grupo, “*Frames* em jogo na construção discursiva e interativa da referência”, apresentou, com base na interação de indivíduos afásicos e não afásicos, o “movimento solidário entre gestão do tópico e construção referencial, pautada pela conexão entre frames e pelas perspectivas assumidas intersubjetivamente pelos interactantes em relação ao referente em construção” (MORATO; BENTES, 2013, p. 125). Constatou-se que os interactantes constroem e evocam esquemas prototípicos do conhecimento e estruturas de expectativas relativas aos conhecimentos, por meio de vários processos referenciais verbais e não verbais.

Como é possível notar, as duas pesquisas aqui mencionadas têm por *corpora* as interações entre afásicos e não afásicos, envolvendo os processos que possibilitam a relação do verbal e do não verbal na construção referencial, tema oportuno do ponto de vista teórico e, especialmente, do ponto de vista social, uma vez que as pesquisas orientadas por esse tema propõem meios científicos de investigação de um acometimento na linguagem e em processos relacionados decorrentes de lesão cerebral adquirida. A minha opção por citar o grupo COGITES e algumas das pesquisas a ele vinculadas deveu-se ao fato de constituir-se uma

contribuição ímpar aos estudos referenciais, haja vista a necessidade de trazer para o estudo da referenciação implicações de ordem não verbal, assim como pretendo com esta tese: referendar a postura de que a referenciação nos textos verbo-imagéticos deve contemplar semioses não verbais, como a imagem, para sua interpretação.

Outro grupo de relevância aos estudos que envolvem a referenciação, no Brasil, é o Protexto, Grupo de Pesquisa em Linguística, sediado na Universidade Federal do Ceará (UFC)⁸⁸, cujo desenvolvimento articula-se em mais de um eixo, sendo um deles relativo à análise de processos referenciais e suas funções textual-discursivas, sob a linha de pesquisa “Práticas discursivas e estratégias de textualização”, tomando como base a LT. Neste eixo, a professora doutora e pesquisadora líder do grupo, Mônica Magalhães Cavalcante, é destaque pelas contribuições dadas à compreensão da referenciação como um fenômeno sociocognitivo-discursivo dinâmico e complexo. Dentre os trabalhos da referida autora, alguns são citados por essa pesquisa, inclusive em coautoria, a saber: Cavalcante (2011; 2012); Cavalcante e Lima (2013); Cavalcante e Custódio Filho (2010).

Além dos trabalhos da pesquisadora Mônica Cavalcante, o grupo Protexto tem importantes publicações relacionadas diretamente à referenciação, como o livro que, a meu ver, é divisor de águas para os pesquisadores brasileiros no que tange à consideração da referenciação sob perspectiva dinâmica e cuja organização pertence às integrantes do Protexto: Cavalcante, Rodrigues e Ciulla (2003), “Referenciação”. Esse livro traz a tradução de uma coletânea de textos com contribuições únicas de autores internacionais, como os postulados de Mondada e Dubois (2003), que trabalham a referência sob perspectiva dinâmica: a referenciação.

Outro livro organizado pelo Protexto e que reúne artigos resultantes de pesquisas dos membros é organizado por Cavalcante et al. (2007): “Texto e discurso sob múltiplos olhares – referenciação e outros domínios discursivos”. Nele, destacam-se as contribuições de Lima (2007) e Leite (2007b), que consideram a recategorização como resultante não apenas da materialidade textual.

Lima (2003; 2007) analisou as recategorizações metafóricas em textos humorísticos do gênero piada como gatilhos para o humor e demonstrou que essas recategorizações não se realizam apenas no nível da superfície textual. Para ela, há dois tipos de recategorização metafórica: as manifestadas lexicalmente e as não manifestadas lexicalmente, organizadas, no

⁸⁸ Sítio do grupo: <<http://www.protexto.ufc.br>>. Acesso em 12 dez. 2013.

total, em cinco processos. Nesse sentido, a metáfora não se constitui apenas como figura de linguagem, mas como parte do sistema conceitual humano e elemento fundamental do aparato cognitivo para compreensão do mundo; isso colocou em foco o papel crucial da cultura para a construção dos sentidos e a necessidade de se pensar em abordagens linguístico-cognitivas das (re)categorizações.

Já Leite (2007a e 2007b) discutiu a recategorização metafórica, entendendo que o caráter discursivo da metaforização não está na semelhança entre itens lexicais na materialidade do texto, mas na semelhança entre objetos do discurso, por meio de um contexto discursivo. Na visão do autor, é preciso apreender as propriedades conceituais dos objetos de discurso materializados no texto e não das formas linguísticas convencionais, para se construir e interpretar a metáfora. Ele ainda elegeu quatro dispositivos que, segundo ele, são indispensáveis para a interpretação de qualquer espécie de texto e que interligados e intercondicionados imprimem caráter sociocognitivo-discursivo à interpretação dos sentidos e da referência.

Outro livro de destaque é “Referenciação: teoria e prática”, organizado por Mônica Magalhães Cavalcante e Silvana Maria Calisto de Lima. Dentre os artigos de relevância, destaco o de Brito e Cavalcante (2013), que propuseram um estudo sobre a referenciação, tratando essa noção a partir de uma interface com a Psicanálise. Para elas, o signo psicanalítico “só pode ser pensado sem equívocos se tiver em conta a relação com o referente no momento mesmo da interação” (p. 106). As autoras pretendiam mostrar que as anáforas recategorizadoras têm outras finalidades que não apenas identificar referentes e argumentar. Ao se proceder a uma seleção de expressões linguísticas para comunicar, o interactante leva em consideração seus propósitos comunicativos e, ao mesmo tempo, essa escolha linguística deixa entrever “a manifestação de um desejo inconsciente que se infiltra na fala do sujeito” (BRITO e CAVALCANTE, 2013, p. 124), ao que denominaram de “recategorização de desejo”.

Também membro do Protexto, Costa (2007), ao analisar mensagens de uma lista de discussão (CVL), constatou que o encapsulamento anafórico ao invés de sumarizar proposições advindas do cotexto, como é descrito na literatura, poderia apontar para o conteúdo veiculado em outra mensagem que não aquela em que o encapsulamento aparecia. Ou seja, o que se observou quanto ao funcionamento dos encapsulamentos anafóricos foi a

possibilidade de uma expressão referencial retomar um objeto de discurso presente em outro cotexto, o que deixou entrever a existência de outro tipo de anáfora: a intertextual.

Cavalcante (2011) mostrou em detalhes que a introdução referencial não precisa ser necessariamente explicitada no cotexto assim como a recategorização, assumindo a mesma posição de Apothelóz (2001) sobre a proposição de que a referência não precisa estar ligada a marcadores linguísticos nem a expressões referenciais. Com isso, elucidou novo viés para tratamento da referenciação: a não necessidade de atrelar esse processo à menção referencial. Cavalcante afirmou que “o objeto de discurso é uma entidade que emerge da própria interação e nem sempre se explicita por uma expressão referencial” (2011, p. 122). Em suma, o que está em questão com relação a um uso referencial anafórico não é a forma de manifestação do referente, mas o fato de “a entidade poder ser retomada no texto posteriormente” (CAVALCANTE, 2011, p. 45).

Custódio Filho (2012), integrante do Protexo, confirmou a posição de Cavalcante ao discorrer sobre a possibilidade de recategorização sem menção anafórica. O autor defendeu a tese da não necessidade formal de haver referentes explicitados na materialidade textual por meio de sintagmas nominais para a existência da recategorização. A essa possibilidade, o autor nomeou de “recategorização sem menção referencial” e afirmou ser essa constitutiva do processo referencial: “mesmo quando um referente é manifesto no texto por uma expressão nominal, não é obrigatório que as transformações sofridas se restrinjam ao universo das relações internominais de que porventura ele venha a participar” (CUSTÓDIO FILHO, 2012, p. 848). Esse mesmo autor (2011) analisou também uma série de televisão (*Lost*) em que mapeou os elementos linguísticos e imagéticos responsáveis pelo estabelecimento de traços interpretativos de um dos protagonistas da narrativa, constatando que elementos multimodais também promovem a construção dos referentes.

Silva (2013), assim como Custódio Filho (2011), também considerou em sua análise elementos não verbais para a produção de sentidos: estava interessado em descrever as formas e funções das introduções referenciais. Quanto à forma, ele encontrou expressões referenciais aparentemente neutras; referentes manifestados por imagens; palavras e/ou imagens com marcas intertextuais; e expressões referenciais com marcas explicitamente avaliativas e, portanto, recategorizadoras. Em relação à função, encontrou: o de inauguração dos referentes no texto/discurso; o de orientação do ponto de vista desde o título e ao longo do texto; o de encapsulamento de porções textuais e o de “estranhamento” inicial sobre o referente.

Para além das pesquisas dos membros do Protexo, merecem destaque igualmente os trabalhos que abordam a referenciação e a multimodalidade, como o de Ramos (2012) e Pinheiro (2012), que entendem que elementos não verbais devem ser levados em conta nas análises sobre o funcionamento textual. Ramos (2012) mostrou que estratégias de referenciação, utilizadas em textos escritos, podem ser válidas também para produções multimodais, no caso específico, tiras cômicas. Constatou que os mecanismos de instauração, retomada e recategorização dos objetos de discurso apareceram tanto nas tiras com imagens apenas quanto nas tiras com imagens e palavras. Pinheiro (2012) propôs atividades para a sala de aula que explorassem os processos de referenciação, especificamente a construção de referentes, a função discursiva e o jogo polifônico, na construção do sentido do texto multimodal, haja vista que no entendimento dele, “os elementos não verbais são fundamentais e inevitavelmente constitutivos dos textos multimodais” (p. 7).

Essas são algumas das contribuições que pesquisadores têm promovido no âmbito da LT, especificamente sobre a referenciação. Disso, o que se estabelece na atual conjuntura é a necessidade de se considerar em LT análises textual-discursivas que não se prendam apenas a mecanismos capazes de explicitar o processamento verbal, mas, sobretudo, que proponham análises que considerem os textos como de fato são (re)criados e socializados nas diversas esferas de atividade humana: multimodais. Isso é o que objetivo ao tratar da referenciação em textos verbo-imagéticos.

A seção seguinte explicita a perspectiva referencial sobre a qual se assenta esta pesquisa: a perspectiva sociocognitiva-discursiva.

3.2 A PERSPECTIVA SOCIOCOGNITIVO-DISCURSIVA DA REFERÊNCIA

Conforme consideração do percurso da relação linguagem-mundo realizado no capítulo 1, a noção de referência passou por diferentes momentos na história dos estudos filosóficos e linguísticos até atingir a dimensão de sua consideração sob perspectiva discursiva, que leva em conta a interação e as atividades sociocognitivas dos sujeitos inseridos sócio-histórico e culturalmente no mundo. Nessa perspectiva, a noção de enunciação é ampliada, levando em consideração dimensões que extrapolam o nível linguístico e o entorno propriamente da interação para dar conta das condições sócio-históricas de produção, recepção e circulação de textos.

Para a dimensão discursiva contam aquele que fala, a quem fala, discute-se o papel do sujeito dos enunciados, ocupa-se com o modo como o falar é objeto de certo tipo de interesse, regulado por circunstâncias, quais sejam, os fatores culturais, sociais, éticos, políticos. De modo que o resultado não são apenas os signos, a significação, a referência, os atos de fala, mas um certo agir decorrente da linguagem, um “saber” discursivo, indutor e fruto de relações sociais, culturais e interpessoais, que dotam aqueles que os usam de um certo tipo de poder (ARAÚJO, 2004, p. 199).

Sob essa perspectiva, a referência nunca é acessada anteriormente à interação; dar-se-á mediante uma coconstrução referencial dos participantes em uma enunciação. Por isso, essa perspectiva nega a ligação direta entre linguagem e realidade, em que aquela funcionaria como um espelho desta, para defender a construção referencial como dependente de um momento enunciativo em que se encontram presentes, em um contexto específico, sujeitos constituídos sócio-histórico e culturalmente, por isso, sujeitos ideológicos. Logo, a linguagem é vislumbrada como fator constitutivo de uma relação entre indivíduos, por isso dialógica por natureza (BAKHTIN, 2003).

Na abordagem sociocognitivo-discursiva, a linguagem é definida a partir do uso e de todas as implicações decorrentes desse uso, o que culmina com uma noção de referência estabelecida no momento da interação, pela integração de múltiplos fatores que não apenas de ordem linguística e ou cotextual. O sujeito, o social, a história, a cultura, a ideologia, dentre outros fatores participam da construção do sentido e, por conseguinte, do estabelecimento da referência. Por esse motivo, a referência passa a ser concebida como um processo, a referenciação, em que os referentes, ou melhor, os objetos de discurso são atualizados, na medida em que se desenvolve a interação: “[a referenciação é] concebida como uma construção colaborativa de objetos de discurso” (MONDADA; DUBOIS, 2003, p. 35).

Cabe a ressalva de que o termo referenciação foi introduzido por Mondada (1994 apud MONDADA; DUBOIS, 2003) para atribuir perspectiva dinâmica à noção de referência, negando qualquer relação de correspondência entre nomes e entidades objetivas discretas no mundo. Com isso, o objetivo foi “buscar como as atividades humanas, cognitivas e linguísticas estruturam e dão um sentido ao mundo” (MONDADA; DUBOIS, 2003, p. 20). Essa consideração dinâmica da referência coaduna com a teoria dos modelos subjetivos de contexto de Van Dijk (2012) na medida em que ambas apregoam a construção discursivizada do mundo por meio de práticas subjetivas, sociais e cognitivas que são referendadas no curso da interação.

A questão da referência é um tema clássico da filosofia da linguagem, da lógica e da linguística: nestes quadros, ela foi historicamente posta como um problema de representação do mundo, de verbalização do referente, em que a forma linguística selecionada é avaliada em termos de verdade e de correspondência com ele (mundo). A questão da referenciação opera um deslizamento em relação a este primeiro quadro: **ela não privilegia a relação entre as palavras e as coisas, mas a relação intersubjetiva e social no seio da qual as versões do mundo são publicamente elaboradas, avaliadas em termos de adequação às finalidades práticas e às ações em curso dos enunciadores** (MONDADA, 2001 apud KOCH, 2005b, p. 34, grifo meu).

Quanto à noção de objeto de discurso, ela também foi introduzida por Mondada e

caracteriza-se pelo fato de construir progressivamente uma configuração, enriquecendo-se com novos aspectos e propriedades, suprimindo aspectos anteriores ou ignorando outros possíveis, que ele pode associar com outros objetos ao integrar-se em novas configurações, bem como pelo fato de articular-se em partes suscetíveis de se autonomizarem por sua vez em novos objetos. O objeto se completa discursivamente (MONDADA, 1994 apud KOCH 2003a, p. 81).

Para além das relações estabelecidas, os objetos de discurso, enquanto “produtos fundamentalmente culturais”, são capazes de não somente participar da coesão do texto, fazendo-o progredir tematicamente⁸⁹, mas permitindo a assunção de um ponto de vista. Nesse sentido, corroborando a proposição bakhtiniana de que o homem não só produz textos, mas se constrói por meio deles, os objetos de discurso e seu funcionamento são entendidos como um mecanismo sociocognitivo-discursivo capaz de revelar posições ideológicas e, ao mesmo tempo, direcionar a produção languageira. Com isso, a referenciação, como um processo discursivo, viabilizará o exame de concepções individuais e públicas sendo negociadas intersubjetivamente, posição que contempla e reforça a perspectiva bakhtiniana.

A palavra ‘benzinho’ – hypocorística tanto pelo significado do radical quanto pelo sufixo – em si mesma, como unidade da língua, é tão neutra quanto a palavra ‘longes’. Ela é apenas um recurso linguístico para uma possível expressão de relação emocionalmente valorativa com a realidade, no entanto não se refere a nenhuma realidade determinada; essa referência, isto é, esse real juízo de valor só pode ser realizado pelo falante em seu enunciado concreto. **As palavras não são de ninguém, em si mesmas nada valorizam, mas podem abastecer qualquer falante e os juízos de valor mais diversos e diametralmente opostos dos falantes** (BAKHTIN, 2003, p. 290, grifo meu).

⁸⁹ Posição semelhante a essa pode ser evidenciada em Koch (1997, 2003a e 2003b, 2004, 2005a e 2005b), Marcuschi (2001, 2008, 2012) e Cavalcante (2011, 2012).

Assim, a concepção de um mundo objetivo, “pronto”, proposta pelas abordagens estruturalista e lógico-semântica, torna-se “ficção”, nos moldes bakhtinianos, e têm-se, sob o prisma sociocognitivo da referência, as instabilidades geradas pelo próprio discurso e ligadas à dimensão constitutivamente intersubjetiva das atividades sociocognitivas.

Apothéloz (2001) também esclarece a noção de objeto de discurso, afirmando:

Il est important de voir que les référents qui sont l’aboutissement de ce processus sont, dans cette perspective, des fictions sémiotiques, et non bien sûr des *realia* qui préexisteraient à l’interaction (APOTHÉLOZ, 2001, p. 31).⁹⁰

A referência, sob esse ângulo, deve ser entendida como emergente de uma elaboração discursiva partilhada por sujeitos cognitivos imersos sócio-histórico e culturalmente no mundo, portanto, sujeitos que agem sociocognitiva e discursivamente por meio de atitudes responsivas ativas, operando seus desejos e projetos de dizer em função de uma crença particular e ou culturalmente partilhada – uma ideologia. Por isso, esse sujeito não acessa o mundo diretamente, ele passa por uma mediação, ou seja, o acessa indiretamente por meio da interação, do outro, dos discursos e das referências neles existentes. Em suma, os objetos de discurso são entidades construídas e reconstruídas em um discurso elaborado e reelaborado na interação; por isso, são categorias sociocognitivo-discursivas instáveis que só podem ser estabilizadas na e pela enunciação.

Assim, a concepção de um mundo objetivo, “pronto”, proposta pelas abordagens estruturalista e lógico-semântica, é revogado e têm-se, sob esse prisma, as instabilidades geradas pelo próprio discurso e ligadas à dimensão constitutivamente intersubjetiva das atividades cognitivas, postura que coaduna com a teoria de modelos subjetivos de contexto de Van Dijk (2012).

Mondada e Dubois (2003) exemplificam essa instabilidade dos objetos de discurso discorrendo sobre as (re)categorizações⁹¹ de um piano e de uma cenoura. O piano pode ser (re)categorizado como um instrumento musical no contexto de um concerto e pode ser (re)categorizado como um móvel pesado e incômodo no contexto de uma mudança. A cenoura pode passar de raiz ou legume para fruta, em dada situação, a fim de viabilizar

⁹⁰ Tradução de Cavalcante (2011, p. 43, grifo meu): “É importante notar que os referentes, que são consequência desse processo, são, nesta perspectiva, **ficções semióticas**, e não exatamente *realia* que preexistem à interação”.

⁹¹ Sustento com Ciulla e Silva (2007, p. 30) que “categorizar implica sempre numa nova categorização, se pensamos do ponto de vista de que a referência é um processo em constante mutação. Em outras palavras, categorizar é sempre recategorizar, o que torna redundante e esvazia, em parte, o sentido desse último termo.”.

objetivos político-econômicos, como ocorreu por decisão da Comunidade Europeia, em 1991, por exemplo, para beneficiar Portugal na exportação das compotas de cenoura. Isso ilustra bem como o objeto não pode ser acessado diretamente no mundo e como não existe referência *a priori* da interação e de tudo que ela abarca (sujeitos, história, cultura, ideologia etc.).

Mondada (2002) afirma ser a instabilidade inerente aos objetos de discurso e às práticas de linguagem. Dessa forma, a referenciação tem como princípio a instabilidade dos objetos de discurso que só se estabilizam no decurso da interação. Conforme Costa (2007, p. 14), “o referente é instável, porque é construído e reconstruído continuamente; [...] é, por outro lado, estável, porque se submete às convenções da língua, construída ao longo do tempo, nas interações sociais”.

Em outras palavras, existem

sistemas cognitivos humanos [que] parecem particularmente adaptados à construção de categorias flexíveis, *ad hoc* e úteis a todos os fins práticos, dependentes tanto mais da multiplicidade de pontos de vista que os sujeitos exercem sobre o mundo do que de restrições impostas pela materialidade do mundo (MONDADA; DUBOIS, 2003, p. 24).

Também argumentam no mesmo sentido Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995 apud KOCH, 2003b):

De maneira geral, argumentaremos [...] em favor de uma concepção construtivista da referência [...]; assumiremos plenamente o postulado segundo o qual os chamados ‘objetos de discurso’ não preexistem ‘naturalmente’ à atividade cognitiva e interativa dos sujeitos falantes, mas devem ser concebidos **como produtos fundamentalmente culturais**— desta atividade (grifo meu).

Nessa pesquisa, optei, conforme justificativas teóricas arroladas, pela utilização **preferencial**⁹² do termo objetos de discurso para nomear as entidades referenciais dos textos verbo-imagéticos, acreditando que a referência além de ser uma coconstrução discursiva ocorrida somente na e pela interação vai além do que está textualmente posto. Por isso, assumo com Cavalcante (2011) e Apothéloz (2001) a não necessidade de a expressão referencial ser explicitada no cotexto e, em consequência, a premissa de que a construção da referência depende da integração de múltiplos fatores, daí uma perspectiva sociocognitivo-discursiva. A partir dessa posição, essa pesquisa enquadra-se na segunda tendência de estudos

⁹² Sem desconsiderar a noção que persigo em relação à atividade negociada de construção referencial, em algumas ocorrências, utilizei como sinônimo de objetos de discurso as noções “referência” e “expressões referenciais”.

sobre a referenciação: a que considera a construção sociocognitivo-discursiva dos objetos de discurso independente de sua manifestação formal no cotexto. Antes de esboçá-la, apresento brevemente a abordagem atrelada à menção referencial.

3.2.1 ABORDAGEM REFERENCIAL ATRELADA À MENÇÃO COTEXTUAL

A abordagem que prioriza a manifestação das expressões referenciais no cotexto concebe como funções gerais das expressões referenciais a introdução formal de um referente (introdução referencial) e a continuidade referencial (manutenção e ou progressão referencial), cujas remissões podem ser feitas de forma prospectiva (remissão catafórica), retrospectiva (remissão anafórica) ou em ambas as direções.

A introdução referencial diz respeito a todas as expressões referenciais que foram preliminarmente introduzidas no cotexto sem que nenhuma outra expressão as tenha evocado anteriormente: seria a primeira aparição dessas expressões.

Já a anáfora, no que concerne à função de continuidade referencial, é o processo pelo qual se faz uma remissão ou retomada de algum termo explicitado no cotexto ou porção do texto e pode ser instaurada: i) pela manutenção do mesmo referente, que seriam as anáforas diretas ou correferenciais ou ii) pela não retomada do mesmo referente, que seriam as anáforas indiretas ou não correferenciais, que se apoiam em algum termo âncora no texto para promover a referenciação, levando em conta o processo inferencial. Dentro das anáforas indiretas, dois subtipos são delineados: as indiretas propriamente ditas e as anáforas indiretas encapsuladoras. A semelhança entre elas reside no fato de que ambas não são correferenciais, mas apoiam-se em algum elemento âncora no texto para processarem a referência. A diferença entre elas é que as encapsuladoras além de não remeterem a âncoras bem pontuais no cotexto, resumem, encapsulam as informações ou conteúdos proposicionais por inteiro.

A seguir, um esquema dessa abordagem com base na apresentação feita em Cavalcante (2011, p. 86):

FIGURA 6 - Esquema da abordagem referencial atrelada à menção cotextual.



Fonte: Cavalcante (2011, p. 86).

Optei por apresentar essas categorias do esquema da abordagem referencial atrelada à menção cotextual por meio de exemplos que ilustram, grosso modo, os processamentos anafóricos consumados por essa abordagem. O objetivo aqui não é ser exaustiva e não é aprofundar em discussões acerca dessa compreensão. Almejo, apenas, um panorama amplo sobre essa abordagem para contrastá-la com a que fundamenta este trabalho. Portanto, as discussões estão reservadas à apresentação da abordagem referencial da não menção cotextual.

a) Introdução referencial

(9)

O prefeito foi visitar o hospício da cidade. Chegando na biblioteca, percebe que tem um louco, de cabeça para baixo, pendurado no texto (...). (Coleção 50 piadas – loucos, de Donaldo Buchweitz. In: CAVALCANTE, 2011, p. 60.)

A expressão “o prefeito” configura-se como uma introdução referencial, porque se trata de um referente que é introduzido pela primeira vez no texto, sem que qualquer indício cotextual pudesse autorizá-lo. Ou seja, as expressões introduzidas no discurso, formalmente marcadas pelo cotexto, e sem qualquer tipo de remissão anterior a elas que possam autorizá-las são consideradas introduções referenciais.

b) Anáfora correferencial

(10)

A política, dependendo de como é exercida, pode ser desde a mais nobre das artes até a mais vil das profissões. E quem determina a forma como **ela** deve ser exercida? (NETO, J. M. A política como deve ser. In: SILVA, W. B., 2008, p. 160-161.)

Nesse trecho, o pronome pessoal do caso reto “ela”, uma expressão anafórica, retoma diretamente o antecedente explícito e introduzido no cotexto: “A política”, concordando com este em gênero e número. Daí a noção de correferencialidade postulada pela primeira abordagem (atrelada à menção referencial): a recuperação cotextual de um referente já introduzido de modo explícito, cujos aspectos formais (gramaticais e sintáticos) são equivalentes – uma noção bastante simplista e que não suporta a maior parte das ocorrências anafóricas.

c) Anáfora indireta propriamente dita

(11)

Depois da viagem, *o carro* foi para o conserto. **As rodas** estavam desalinhadas. (SILVA, W. B., 2008, p. 64.)

Fica evidente que, nesse exemplo, a expressão referencial anafórica “as rodas” não mantém uma relação de correferência com a expressão “*o carro*”, pois não satisfaz nenhuma condição formal com este antecedente e, especialmente, porque não retoma o mesmo antecedente.

Nesse caso, para o estabelecimento da referência, para seu cálculo inferencial, é preciso mobilizar o conhecimento sócio-histórico cultural dos participantes da interação de que carros são veículos que se locomovem sobre rodas, e mais: as rodas podem desgastar-se depois de uma viagem, precisando de reparos. Assim, para o estabelecimento da remissão anafórica indireta, há necessidade de um aparato sociocognitivo-discursivo capaz de organizar e processar a referência, indicando uma possível associação entre as duas expressões referenciais.

Nessa abordagem em que os objetos de discurso são considerados a partir da menção referencial, o sintagma “as rodas”, explicitado no cotexto, autoriza e atualiza a recuperação inferencial do objeto de discurso antecedente “*o carro*”. Em outras palavras, a anáfora indireta propriamente dita consiste na apresentação de um novo referente como se este já fosse conhecido – impressão possível pelo co(n)texto discursivo.

d) Anáfora indireta encapsuladora

(12)

Não se lembrava do momento em que começara a espancar a filha pré-adolescente. Mas ao ver os seus lábios arrebentados, o sangue escorrendo, o horror estampado

na fisionomia do filho pequeno mostrando à mãe a fera em que ela se transformara, a repulsa por si mesma surgiu insuportável. Como pudera cometer tamanha monstruosidade à pessoa que mais amava? (PORTES, Cristina. Pais agressores. In: SILVA, W. B., 2008, p. 183.)

Nesse excerto, a recuperação anafórica do antecedente pela expressão *tamanha monstruosidade* é possível a partir do consenso sócio-histórico cultural de que na vida civilizada espancar alguém é um ato horrendo, monstruoso; ainda mais se tal ato tiver como agente uma mãe e, como paciente, o próprio filho. Nessa ocorrência, a expressão *tamanha monstruosidade* não apenas recupera uma informação de parte do cotexto antecedente como a resume e a avalia a um só tempo, portanto, trata de uma anáfora encapsuladora. O que a diferencia da anáfora indireta propriamente dita é o fato de a encapsuladora não remeter a uma âncora pontual no cotexto (como foi o caso de “as rodas” que remeteu pontualmente a “o carro”, no exemplo anterior) e ter como propriedade resumir ou encapsular as informações ou conteúdos proposicionais por inteiro.

Apresentadas brevemente as categorias que compõem o esquema da abordagem referencial da menção cotextual, passo, agora, à apresentação da abordagem que não tem como critério precípua a explicitação das expressões referenciais no cotexto, ou seja, a abordagem que não está atrelada à menção referencial, mas à construção sociocognitivo-discursiva da referência.

3.2.2 ABORDAGEM REFERENCIAL NÃO ATRELADA À MENÇÃO COTEXTUAL

(...) un objet de discours peut être une instance référentiellement sous-déterminée et éphémère. Dans la perspective où je me place, la référence n'est donc nullement liée à des marqueurs linguistiques particuliers, et notamment à ce qu'il est convenu d'appeler des “expressions référentielles” (APOTHÉLOZ, 2001, p. 31).⁹³

Enquanto a primeira abordagem necessariamente leva em conta a aparição de um antecedente (pontual ou por meio de âncoras) na materialidade textual para marcar os processos referenciais, a segunda abordagem não descarta esse tipo de ocorrência referencial

⁹³ Tradução de Cavalcante (2011, p. 43): “[...] um objeto de discurso pode ser uma instância referencialmente subdeterminada e efêmera. Na perspectiva em que me situo, a referência não é, de modo algum, ligada a marcadores linguísticos particulares, nem notadamente àquilo que se convencionou chamar de ‘expressões referenciais’”.

explicitada no cotexto⁹⁴, mas não se limita a ela, como evidenciado pela posição de Apothéloz (2001), na citação acima. Nesse sentido, cabe a ressalva de que não é oportuno considerar essas duas abordagens como antagônicas, mas complementares, pois uma não invalida a outra; até porque muitos dos princípios e pressupostos das duas abordagens são coincidentes.

Para melhor compreensão dessa abordagem, que se insere na perspectiva sociocognitivo-discursiva, e orientada pela releitura de Cavalcante (2011), propus enumeração dos princípios gerais que embasam essa perspectiva, de acordo com o meu entendimento acerca dessa abordagem que ainda está em processo de elaboração. Os principais pesquisadores responsáveis por esta proposta integram o grupo Protexo, mencionado anteriormente. Embora os princípios que subjazem à abordagem referencial da não menção cotextual estejam todos imbricados, eles foram segmentados e pormenorizados abaixo, visando à melhor compreensão dessa abordagem.

- i. **A referência é essencialmente um processo de atenção e interação** (APOTHÉLOZ, 2001; CAVALCANTE, 2011). Atenção, porque os (co)enunciadores de um evento comunicativo voltam conjuntamente sua atenção para as entidades referenciais que focalizam na interação, independente da modalidade sob a qual ocorrem. Interação, porque a referência só se processa no decurso da interação.
- ii. Ao analisar como o objeto de discurso vai sendo configurado, **não apenas os indícios do cotexto são considerados, mas “todos os outros dados do entorno sociocultural e situacional dos enunciadores e coenunciadores”** (CAVALCANTE, 2011, p. 53, grifo meu). Com isso, vários são os fatores, para além do linguístico, que participam da homologação dos processos referenciais: cognitivos, sociais, históricos, culturais, ideológicos. Por isso, “Todas as estratégias de referenciação [são] um processo sociocognitivo-discursivo, para o qual convergem condições contextuais diversas” (CAVALCANTE, 2011, p. 125).
- iii. **O objeto de discurso nem sempre é explicitado por uma expressão referencial no cotexto**, mas não há desconsideração quando sua ocorrência é marcada no cotexto. Ou seja, “os processos referenciais não precisam, necessariamente, estar associados à menção de expressões referenciais para serem introduzidos no universo de discurso criado a partir do texto” (CAVALCANTE, 2011, p. 119).

⁹⁴ “[...] não se pode negligenciar o emprego da expressão referencial, quando ela ocorre efetivamente” (CAVALCANTE, 2011, p. 134).

- iv. A ação dos interlocutores na interação tem a capacidade de alterar ou transformar o objeto de discurso progressivamente à medida que os interlocutores a ele se referem (CAVALCANTE, 2011). Por isso, a construção da referência é **um processo contínuo (re)significado na e pela interação, não havendo dissociação, portanto, entre a referenciação e o processo cognitivo da (re)categorização** (CAVALCANTE, 2011; CIULLA e SILVA, 2008). “Categorizar é sempre recategorizar” (CIULLA e SILVA, 2008, p. 30).
- v. **Há um acordo tácito de cooperação do interlocutor⁹⁵** quando os referentes são introduzidos pelas expressões referenciais. “Por isso, toda entidade referida é construída sob a pressuposição de que de algum modo vai tornar-se acessível na interação” (CAVALCANTE, 2011, p. 119).
- vi. **“Não se pode, a priori, estabelecer uma relação fixa entre formas de expressão referencial e tipos de campos de onde se origina a informação que elas veiculam”** (CAVALCANTE, 2011, p. 49, grifo meu), por exemplo: os pronomes demonstrativos são mais apropriados para especificar objetos no ambiente físico. O fundamental é a acessibilidade como esse referente se apresenta, em dado momento, junto aos elementos que compõem a situação de uso da linguagem.
- vii. Não há nada que não possa ser desestabilizado ou “decategorizado”. **Os objetos de discurso têm por característica paradoxal a instabilidade e a estabilidade** que se dão na e pela interação.
- viii. Na literatura da área, os limites entre o que seja introdução referencial, anáfora direta, anáfora indireta e dêixis tornam-se fluidos em algumas situações, o que gera uma impossibilidade de separar de forma certeira e precisa o que é de ordem textual do que é extratextual ou ainda de dizer que um tipo de anáfora exige mais ou menos capacidade inferencial que outra (CAVALCANTE, 2011). **Os processos referenciais desempenham vários papéis simultaneamente** (CIULLA e SILVA, 2008, grifo meu).
- ix. **“Todos os atos referenciais envolvem algum tipo de inferência”** (CAVALCANTE, 2011, p. 142, grifo meu), inclusive as anáforas correferenciais. Por isso, todo processo

⁹⁵ Por isso, a escolha pelo termo coenunciador, porque, na busca pela compreensão, o interlocutor oferece uma resposta ao que lhe é solicitado. Há momentos, neste estudo, em que o termo leitor é utilizado como sinônimo de coenunciador.

referencial é “indireto” no sentido de pressupor demanda cognitiva, social, histórica, cultural e discursiva.

- x. **“Todo processo de referenciação exerce uma função argumentativa”** (CAVALCANTE, 2011, p. 157, grifo meu), o que evidencia que, em se tratando de linguagem, não há neutralidade.

Nessa abordagem, os princípios⁹⁶ foram evidenciados e discutidos em Cavalcante (2011) por meio de exemplos que primam pelo modo de significação verbal. Sendo um dos objetivos específicos desta pesquisa verificar se os princípios, ao se propor a extensão da referenciação para o texto verbo-imagético, serão os mesmos que os utilizados para a referenciação em textos verbais, trato de observar, durante a análise dos textos verbo-imagéticos, no capítulo 5, se a (re)construção dos objetos de discurso, nesses textos, referendarão os princípios da abordagem em que me situo para olhar a referenciação. Por isso, sigo discorrendo, neste capítulo, sobre como essa abordagem, que trata da referência sem necessariamente prender-se à menção cotextual, fundamenta-se, a partir dos princípios listados anteriormente.

Cavalcante (2011), ao longo da terceira parte de seu livro, cujo título é “O que poderia ser dito sobre a referência”, faz exame minucioso de processos referenciais, visando apresentar, em linhas gerais, como os referentes, mesmo sem ser designados pelo cotexto, já estão acessíveis no discurso. Uma ressalva: como o próprio título do capítulo sugere, a abordagem que por ora apresento não está de modo algum esgotada ou com conceitos e definições prontos. Ou seja, as pesquisas concluídas sobre processos referenciais diversos servem para questionar o que já existe teoricamente a fim de propor outra maneira de considerar o objeto de discurso que não atrelado às amarras cotextuais. Por isso, a abordagem é uma alternativa ainda em construção quanto ao que já foi apresentado teoricamente sobre os processos referenciais na LT, oferecendo nova perspectiva de estudo para a referenciação de modo a contemplar mais detidamente os processos que participam da construção referencial e que não estão evidenciados de modo explícito no texto. Isso, por sua vez, não invalida o que já foi feito.

⁹⁶ Faço questão de salientar que a reunião dos princípios dessa abordagem deu-se conforme minha leitura sobre a obra de Cavalcante (2011). Não houve de modo pontual, nessa obra, a reunião dos princípios conforme estou empreendendo.

Cavalcante mostra inicialmente, por meio de uma piada, como o referente “entrevista de emprego” já está disponível no discurso por meio de uma série de fatores interligados – “multiplicidade de intercondicionamentos”, mesmo sem estar lexicalmente posto no cotexto.

(13)

_ Antes de começarmos, por favor, me diga uma coisa, o que o senhor fazia no emprego anterior?

_ Eu era funcionário público!

_ Ok! O senhor pode contar até dez?

_ É claro! Dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, dez, valete, dama, rei e ás.

(Piada - 50 piadas, de Donaldo Buchweitz. In: CAVALCANTE, 2011, p. 120)

Os fatores interligados que ajudam na construção do referente “entrevista de emprego” não explicitados no cotexto, mas disponíveis no discurso são: i) expressão inicial de abertura da entrevista, “antes de começarmos”, que pressupõe o anúncio de uma ação; ii) o uso de expressão modalizadora, “por favor”, que culturalmente é compreendida como gesto de delicadeza e formalidade, especialmente entre pessoas desconhecidas; iii) o uso de “senhor”, para tratamento respeitoso e formal, que evidencia relação entre os coparticipantes da interação; iv) o uso da expressão “emprego anterior” que alude e permite inferências sobre a procura de um novo emprego por um dos coparticipantes; v) o conhecimento sócio-histórico cultural da prática social-discursiva entrevista de emprego (interação em que um sujeito apresenta a um representante de uma empresa suas condições e aptidões para o emprego pleiteado); vi) o próprio conhecimento do gênero entrevista (estruturação em perguntas e respostas); vii) a assunção de um *ethos* do entrevistador como representante da empresa que avaliará os candidatos e, por isso, o conhecimento de que as perguntas serão feitas por ele ao entrevistado, e a assunção de um *ethos* do entrevistado que necessariamente coloca-se pronto para responder às perguntas a ele endereçadas.

Somente pela reunião de todos esses fatores, e não apenas um ou outro, é possível dizer que mesmo sem ser explicitado no discurso, o objeto de discurso “entrevista de emprego” está posto na e pela interação, portanto, recuperável, mesmo que não se consiga precisar (e qual a pertinência de saber precisá-lo) o momento exato dessa introdução. Por isso, Cavalcante (2011, p. 122) define:

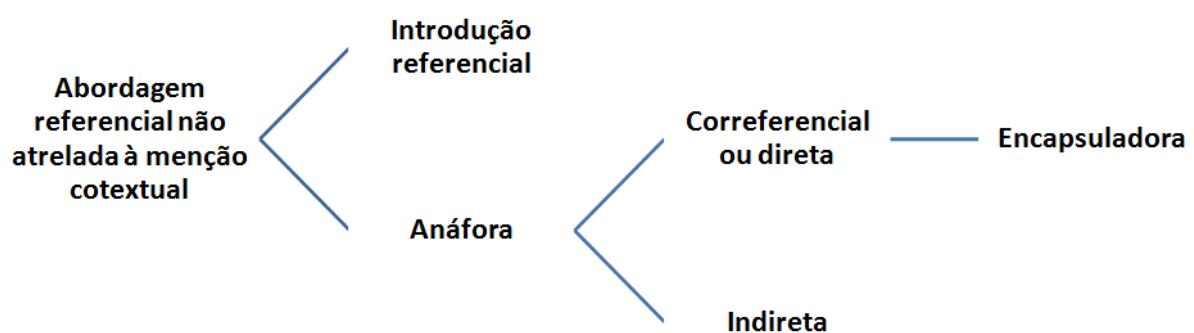
O referente, ou objeto de discurso, é uma entidade que emerge da própria interação e nem sempre se explicita por uma expressão referencial, quer se introduzindo no discurso, quer apenas se mantendo nele sem muitas alterações, ou quer se mantendo, mas se recategorizando.

Norteando a defesa dos princípios da abordagem referencial não atrelada à menção cotextual, Cavalcante (2011) retorna, no livro, a estudos prévios, muitos de integrantes do Protexto (COSTA, 2007; LEITE, 2007a e 2007b; CIULLA E SILVA, 2008; LIMA, 2009), também retomados nessa breve exposição, para construir o percurso argumentativo dessa abordagem. Nisso, a autora apresenta noções que são desestabilizadas⁹⁷ por essa perspectiva que não se atém ao limite do explicitado no texto para a análise dos processos referenciais.

Essas desestabilizações são propostas com base no próprio funcionamento dos objetos de discurso na interação, o que culmina em questionamentos sobre algumas noções e limites teóricos impostos aos processos referenciais. O que a autora propõe, então, é evidenciar como esses limites não são completamente definidos e como a natureza dinâmica e negociada dos processos referenciais acaba por desestabilizar fronteiras que isolam, ou pelo menos tentam isolar, os processos referenciais. Em outras palavras, “qualquer dado nos diversos níveis do universo textual/discursivo pode atuar em conjunto com outros para condicionar o falante a selecionar, entre as inúmeras formas possíveis, uma determinada expressão em lugar de outras” (COSTA, 2007, p. 167-168). Daí, **a necessidade de redimensionar esses processos referenciais de modo a fazê-los ganhar, paulatinamente, definições e contornos mais adequados ao seu funcionamento no discurso**. É isso o que as desestabilizações apresentadas objetivam.

Tais desestabilizações propostas são orientadas pela configuração do esquema geral da abordagem referencial não atrelada à menção cotextual, a saber:

FIGURA 7 - Esquema da abordagem referencial não atrelada à menção cotextual.



Fonte: adaptado de Cavalcante (2011).

⁹⁷ Termo utilizado por Cavalcante (2011).

Assumo com essa abordagem que a referenciação conta com dois grandes processos referenciais que são assim designados pelas suas funções gerais: i) a introdução referencial, responsável por introduzir formalmente um novo referente no discurso, e ii) a anáfora, responsável por promover continuidade referencial e progressão textual. A partir desses processos, as desestabilizações são geradas.

3.2.2.1 A PRIMEIRA DESESTABILIZAÇÃO

A primeira desestabilização ocorre com a noção de **introdução referencial**. Esse processo acontece quando o referente aparece pela primeira vez no texto, como mostrado pelo exemplo abaixo:

(14)

O sujeito chega para o padre e pergunta:

_ Padre, o senhor acha correto alguém lucrar com o erro dos outros?

_ É claro que não, meu filho!

_ Então me devolve a grana que eu te paguei para fazer meu casamento.

(Piada, As melhores piadas de Casseta e Planeta, v. 4. In: CAVALCANTE, 2011, p.54)

Nesse exemplo, os referentes “o sujeito” e “o padre” apareceram preliminar e formalmente no texto sem que houvesse qualquer tipo anterior de invocação a eles, por isso, são designados como introduções referenciais.

Cavalcante (2003), no seu artigo “Expressões referenciais: uma proposta classificatória”, propôs um subtipo para as introduções referenciais, denominando-as de introduções referenciais puras, ou seja, expressões referenciais introduzidas preliminarmente no discurso e que não têm por função a continuidade referencial⁹⁸. O excerto abaixo exemplifica esse tipo por meio das expressões “um homem”, “na mesa” e “uma mulher”.

(15)

Se **um homem** bate **na mesa** e grita, está impondo controle. Se **uma mulher** faz o mesmo, está perdendo o controle (Piadas da Internet. In: CAVALCANTE, 2003, p.106).

⁹⁸ Além disso, considerou-as também não-dêiticas por não pressuporem o tempo/espaço dos interlocutores. Em relação à dêixis, ela não é entendida nessa abordagem como um processo referencial à parte, mas como fenômeno intercambiável nos processos referenciais. Deter-me-ei a ela quando apresento a desestabilização em relação à dêixis discursiva.

A partir desse exemplo, Costa (2007) recuperou a visão de Ariel (que apresenta teoria sobre acessibilidade do referente) para discutir o *status* da introdução referencial pura. Segundo Ariel (apud COSTA, 2007), “as formas indefinidas funcionam realmente como introduções referenciais” (p. 170), conforme evidenciado pelos referentes “um homem” e “uma mulher”. Essas formas indefinidas são usadas para marcar a novidade do referente, conforme diz Costa, citando Brown e Yule (1983). Todavia, Costa (2007) discorda de Cavalcante (2003) quanto à designação de introdução referencial pura para a expressão “na mesa”. Segundo Costa, não é simples saber como determinar se o enunciador, ao optar pelo uso de uma forma, recorre ou não ao contexto discursivo da situação imediata. Assim, quando a introdução é tida como dada, como diferir claramente uma categoria da outra? Qual o limite entre as anáforas indiretas e as introduções puras?

Apoiada pela teoria de acessibilidade de Ariel, Costa assume: “fatores de todas as naturezas textual-discursivas atuam para aumentar ou diminuir o grau de acessibilidade dos referentes e, assim, influenciam a escolha das formas de designá-los” (COSTA, 2007, p. 171). Para essa posição, ela justifica:

há uma certa relação estereotipada entre o verbo “bater” e o argumento “na mesa”. Este é, como já vimos, um dos casos em que, segundo Ariel, o grau de acessibilidade do referente torna-se alto. É importante observar que essa estereotipia expressa-se no nível da sintaxe, mas não se reduz ao fato gramatical; constitui um fenômeno discursivo. No contexto discursivo da piada, que explora o machismo, o referente mesa seria facilmente inferido, como parte da ação de “bater na mesa”, atitude que seria “própria” do homem, isto é, daquele que se impõe (COSTA, 2007, p. 171).

Essa discordância leva Costa a afirmar que no exemplo citado, a expressão “na mesa” não seria uma introdução referencial, mas uma anáfora indireta, o que permite dizer que **os limites entre as introduções referenciais e as anáforas indiretas não são tão marcadamente definidos em todas as situações** (CAVALACANTE, 2011).

Para demonstrar a dificuldade de limitar esses processos referenciais, Cavalcante recorre a um exemplo de Costa (2007), em que a expressão “A professora de matemática”, na piada seguinte, apresenta funcionamento parecido ao de “na mesa”:

(16)

Joãozinho

A professora de matemática pergunta ao Joãozinho:

- _ Joãozinho, tem três passarinhos no galho de uma árvore. Você pega sua espingardinha e mata um. Quantos ficam no galho?
- _ Nenhum, professora - responde ele.

_ Como, Joãozinho? Pense bem...Você tem 3 passarinhos, mata um. Quantos sobram?

_ Nenhum, professora. Quando eu acertar o primeiro, os outros dois saem voando e não sobra nenhum no galho.

_ Bem, Joãozinho, a resposta não foi correta, mas eu gosto muito do seu jeito de pensar.

Assim, diz o Joãozinho:

_ Professora, eu também tenho uma pergunta. Ali no banco do jardim estão sentadas três moças. Uma está comendo um sorvete, a outra está chupando um sorvete e a outra está mordendo um sorvete. Qual delas é casada? A professora, muito constrangida e vermelha, pensa um pouco e responde:

_ Bem, acho que é a que está chupando o sorvete.

E o Joãozinho:

_ Errado, professora, é a que está com aliança no dedo, mas eu gosto muito da sua maneira de pensar...

(Piada veiculada pela *internet*. In: COSTA, 2007, p. 171.)

Segundo Costa, a expressão “A professora de matemática” não causa estranhamento no leitor a considerar que esse leitor ativa a memória compartilhada do frame “piada de Joãozinho”, além de ter o entendimento de que se trata de uma piada (noção de gênero discursivo). Por isso, a expressão “Joãozinho”, título da piada, indica uma narrativa, sinalizando ao leitor que a história tratará de mais uma “piada de Joãozinho”, em geral, “personagem que evoca a imagem do menino levado, safado, inteligente, que tem sempre uma resposta afiada para tudo” (COSTA, 2007, p. 172). Isso a leva ao questionamento seguinte:

em que medida podemos afirmar, em tais situações, que as expressões ‘n(a) mesa’ e ‘A professora de matemática’ constituem ocorrências de introdução referencial, não de anáfora indireta. Se o universo textual/discursivo vai muito além da materialidade textual, **como podemos determinar até onde vai o limite entre o que já estava presente nesse universo e que, por isso, constitui uma anáfora, e o que está entrando nele pela primeira vez e que, por essa razão, é classificado como introdução pura?** (COSTA, 2007, p. 172, grifo meu).

Em (16), “A professora de matemática” é apresentada pelo enunciador como dada no universo do discurso (o enunciador pressupõe o conhecimento por parte do coenunciador), posição reforçada inclusive pelo uso do artigo definido, assim como pelo diálogo próprio instaurado entre professora e aluno (Joãozinho) em contexto escolar. Por isso, **Cavalcante (2011)⁹⁹ coaduna com Costa (2007) quanto ao questionamento sobre a possibilidade de falar em introdução referencial e o momento da introdução**, “uma vez que o referente, na verdade, já começou a ser instituído a partir de outros caminhos, como o gênero discursivo em

⁹⁹ A denominação introdução pura já foi superada em Cavalcante (2011).

que se enquadra o texto, a pista fundamental do título e a cena de sala de aula, própria das ‘piadas de Joãozinho’” (CAVALCANTE, 2011, p. 135-136).

Esse argumento, contudo, não invalida a noção de introdução referencial para objetos de discurso (como é o caso de “os três passarinhos” em (16): objeto inteiramente novo que ainda não foi evocado no texto por nenhuma outra pista), mas propõe a discussão quanto à denominação desse tipo de processo referencial sem a consideração de outros fatores que participam da (re)construção dos objetos de discurso. Nisso, cabe o princípio já exposto de **que nem sempre as fronteiras entre os processos referenciais estão tão delimitados quanto se pensa.**

Ainda é importante dizer que mesmo quando os referentes são inaugurados no discurso, há o pressuposto do contrato tácito de coparticipação do coenunciador que aceita responder ao que lhe é solicitado. Cavalcante (2004) explica que:

[em não havendo uma indicação do que] o termo signifique, nem uma âncora anterior em que o referente se apoie. O que existe é a pressuposição pragmática de que o coenunciador sabe do que se trata, e de que, mesmo que não saiba exatamente, alguns indícios contextuais posteriores o levarão a reconstruir o objeto discursivo, ainda que vagamente (CAVALCANTE, 2004, p. 1).

Nesse sentido, retomo o princípio do dialogismo bakhtiniano na medida em que não há qualquer enunciado que não seja prenhe de resposta.

Também é imprescindível mencionar que o processo de introdução referencial não pode ser considerado apenas como a ação de introduzir no cotexto um objeto de discurso que será recategorizado no decorrer da interação. Conforme Custódio Filho (2011), **há casos em que uma introdução referencial já é recategorizada na inauguração do referente:**

uma introdução referencial pode, muitas vezes, não ter apenas a função de apresentar um objeto, supostamente ‘isento’ de cargas significativas para além da sua identificação. Conforme já vimos, **a primeira menção ao referente pode já vir marcadamente categorizada**” (CUSTÓDIO FILHO, 2011, 158, grifo meu).

O autor, inclusive, questiona se a recategorização da introdução referencial não seria constitutivo do processo de referenciação, dada sua alta frequência. Para sustentar esse posicionamento, ele acata as considerações de Silva (2004) que investigou os processos referenciais em notícias escritas para analisar a orientação do ponto de vista decorrente da seleção das introduções referenciais desde o título do texto. Para tanto, Silva utilizou de um mesmo episódio reportado em três jornais diferentes. Os títulos das notícias foram:

(17)

ASSALTANTE MORRE EM TIROTEIO COM A POLÍCIA

O assaltante Juscelino Xavier dos Santos, 32 anos, que residia na cidade de União, morreu em tiroteio com a Polícia Militar [...]

(Jornal *O Dia*, 19 de março de 2003. In: SILVA, 2004, p.66.)

PINTOR É ASSASSINADO PELA POLÍCIA

Policiais de Miguel Alves (cidade localizada a 110 quilômetros de Teresina) mataram na noite de anteontem, durante uma operação, o pintor Juscelino Xavier dos Santos [...]

(Jornal *Meio Norte*, 19 de março de 2003. In: SILVA, 2004, p.66.)

ARTESÃO EXECUTADO POR POLICIAIS EM BARREIRA

O artesão Juscelino Xavier dos Santos, 30 anos, foi executado anteontem com um tiro de arma de grosso calibre, na virilha, ao tentar passar em uma barreira formada por policiais civis e militares [...]

(Jornal *Diário do Povo*, 19 de março de 2003. In: SILVA, 2004, p.66.)

Nessa pesquisa, Silva verificou que a posição do enunciador quanto ao sujeito do fato noticiado era apontada já no título, como estratégia argumentativo-discursiva. Quanto à introdução de referentes, o autor salientou:

Diferentemente das expressões anafóricas, as quais remetem sempre a uma âncora do cotexto, o introdutor de referente apresenta-o pela primeira vez, fazendo uma antecipação que será essencial para que o leitor, “sozinho”, formule sua opinião e muitas vezes concorde com a do enunciador (SILVA, 2004, p. 66).

Custódio Filho (2011) acrescenta à pesquisa de Silva (2004) que essa função de introduzir um referente avaliativo não é exclusividade do gênero notícia, sendo possível identificá-la em outros gêneros, como no editorial. Custódio Filho utiliza o exemplo de um editorial cujo título é “Vamos enfrentar o monstro”. A primeira ocorrência de “o monstro” não apenas introduz como recategoriza ao mesmo tempo o referente que será recuperado e transformado diversas vezes no texto de forma não linear:

o enunciador discute a repercussão do uso do *crack* na sociedade e mobiliza os leitores a lutarem contra o uso das drogas. Para que essa mobilização seja efetivada, ele faz referências ao *crack* que sensibilizam os interlocutores (“droga devastadora”, “abismo de difícil volta”, “monstro”, “substância entorpecente”). Antes de entrelaçar os fios dessa cadeia textual, o emissor introduz o referente com a expressão avaliativa “o monstro”, que remete, no conhecimento enciclopédico do leitor, a uma figura terrível. O terror impregnado nesta figura é confirmado com as anáforas e com a descrição do cenário nacional devastado pelo consumo desta droga. **No editorial, gênero que tem por função expressar a opinião do veículo de comunicação sobre um tema atual, esta operação lexical é fundamental para**

inaugurar o referente “rebatizando-o” antes mesmo de ele ser expresso (CUSTÓDIO FILHO, 2011, p. 160, grifo meu).

Custódio Filho (2011) termina suas considerações acerca das introduções referenciais mostrando dois processos que “atestam” a natureza recategorizadora da introdução referencial: i) a primeira aparição da expressão referencial já é categorizada pelo enunciador e pode, no decorrer do texto, ser confirmada pelo leitor; ii) depois dessa perspectiva inicial do referente, o enunciador incita o leitor a confirmar a pertinência da expressão introdutória referencial posta, por meio de uma empreitada para reconhecer se, de fato, é o referente de que tratou o enunciador e por que esse referente recebeu “designação, em princípio, inusitada”. Assim, o que se tem é que “o objeto de discurso não é tão evidente a partir do modo como ele vem formalizado pela expressão referencial” (p. 161).

Outro alargamento proposto à noção de introdução referencial advém do trabalho de Silva (2013) quanto à investigação sobre as formas e funções desse processo referencial, por meio da análise de quatro gêneros distintos da esfera jornalística, envolvendo elementos verbais e ou não verbais. Quanto às formas das introduções referenciais, Silva encontrou: i) expressões referenciais aparentemente neutras, ou seja, sem quaisquer marcas com cargas avaliativas; ii) referentes manifestados por imagens; palavras e/ou imagens com marcas intertextuais; e iii) expressões referenciais com marcas explicitamente avaliativas e, portanto, recategorizadoras.

Em relação à função, o autor destacou: i) o papel já esperado de inauguração dos referentes no texto/discurso; ii) a orientação do ponto de vista desde o título e ao longo do texto; iii) o encapsulamento de porções textuais e iv) o “estranhamento” inicial sobre o referente, fazendo o leitor buscar, durante a leitura, a confirmação de quem é o objeto citado nas palavras e/ou imagens utilizadas no gênero textual. Silva ressaltou, ainda, a possibilidade da coexistência dessas funções especialmente em textos que envolvem não somente o modo verbal, o que também foi confirmado por esta pesquisa.

As categorias de análise utilizadas por Silva (2013) no que concerne às funções das introduções referenciais são contempladas neste estudo quando da análise desse processamento referencial nos textos verbo-imagéticos, conforme quadro abaixo:

FIGURA 8 – Quadro da categoria função das introduções referenciais.

Categorias relacionadas à função
<ul style="list-style-type: none">• Apresentação aparentemente neutra do referente.• Orientação de ponto de vista.• Recuperação na memória supostamente compartilhada.• Despertar a curiosidade e a necessidade de confirmação do referente.• Encapsulamento de informações.

Fonte: Silva (2013, p. 78).

Dentre outras contribuições de Silva (2013) para o redimensionamento da noção de introdução referencial, ressalto as que também foram atestadas pela análise do *corpus* desta pesquisa¹⁰⁰, quais sejam: i) a confirmação da recategorização como um fenômeno que não está atrelado às anáforas¹⁰¹; ii) a confirmação da função de encapsulamento das introduções referenciais, o que estende o processo de sumarização para além das ocorrências anafóricas; e iii) a confirmação da coexistência de funções para uma mesma introdução referencial.

3.2.2.2 A SEGUNDA DESESTABILIZAÇÃO

A segunda desestabilização ocorre com a noção de **anáfora correferencial**.

Na literatura da primeira abordagem, atrelada à menção referencial, esse tipo de anáfora, a correferencial ou anáfora direta, seria aquela que recuperaria diretamente e por completo um único antecedente introduzido de forma explícita no texto, como em (10), entre “A política” e “ela”, ou como em (18):

(18)

Quis sentar-se *num banco do jardim*, porque na verdade não sentia a chuva e não se importava com o frio. Só mesmo um pouco de medo, porque ainda não resolvera o caminho a tomar. **O banco** seria um ponto de repouso. (Clarice Lispector, Fuga. In: CIULLA e SILVA, 2008, p. 49).

A expressão “O banco” retoma diretamente e por completo o referente “*num banco de jardim*”. Esse é um exemplo clássico de correferência, inclusive, porque o núcleo do sintagma nominal de ambas as ocorrências referenciais é o mesmo, bem como a proposta do determinante ser primeiro um artigo indefinido, pressupondo que o referente ainda não é conhecido, e depois ser retomado com artigo definido, presumindo que o referente já foi apresentado no texto.

¹⁰⁰ Ver análises no capítulo 5.

¹⁰¹ Esse resultado corrobora com a desestabilização da abordagem referencial da não menção cotextual relativa ao fenômeno da recategorização.

Todavia, o que a presente abordagem defende é o fato de que **as anáforas diretas podem recuperar não apenas um único antecedente, dada a condição de que, em geral, há mais de uma âncora no texto e inúmeras outras pistas que contribuem para a construção referencial**: “Isso significa que a correferência não deve ater-se à recuperação de uma expressão do cotexto” (CAVALCANTE, 2011, p. 142).

Além disso, as anáforas correferenciais podem não apenas recuperar o mesmo referente, mas “reformular e homologar novos referentes ainda não explicitados no cotexto” (CAVALCANTE, 2011, p. 143), bem como podem **“acrescentar um novo viés ao referente retomado”**, recuperando o mesmo referente sob outro ponto de vista, porque o entorno discursivo é capaz de transformar esse referente.

Nas palavras de Ciulla e Silva, “Mesmo nas anáforas correferenciais, de um modo geral, há transformações do objeto e, por isso, dizer que elas recuperam diretamente o objeto nem sempre nos parece adequado” (2008, p. 50). Por isso insisto, junto com Lima, na consideração de que

as expressões anafóricas não são usadas somente para apontar um objeto de discurso, mas podem ser usadas, também, para modificá-lo. Em outros termos, essas expressões podem sofrer constantes recategorizações (LIMA, 2007, p.82).

Nesse sentido, **a correferencialidade legitima o princípio de que todas as anáforas envolvem algum tipo de inferência**. Em função disso, Ciulla e Silva (2008) apresentam-nas como “amálgamas cognitivos”.

A designação de anáfora direta é simplesmente uma alusão ao fato de que o referente é reiterado progressivamente no discurso, apresentando-se, a cada enunciação, recategorizado e não que o referente reflete o objeto no mundo ou tem algum tipo de ligação direta, como etiqueta, porque isso, como apresentei, é incompatível com os princípios que sustentam essa pesquisa¹⁰². O mais apropriado é pensar que mesmo sendo reiterados no discurso, os objetos de discurso são apresentados e reapresentados com alterações.

Por isso, Cavalcante (2011) considera que **a anáfora encapsuladora é um tipo peculiar de anáfora correferencial**, porque aquela comunga com esta i) a manutenção

¹⁰² O modificador “direta” em “anáfora direta” deve ser entendido não como a capacidade de referir-se diretamente ao objeto no mundo, entendendo a linguagem como algo que etiqueta coisas, porque já defendi que a referenciação é um processo sociocognitivo-discursivo em que não se tem acesso ao mundo tal qual ele se apresenta, mas se (re)constrói esse mundo discursivamente na negociação entre pares. Isso autoriza o princípio de que todos **os atos referenciais envolvem algum tipo de inferência**, portanto, todo processo referencial é “indireto” no sentido de pressupor demanda cognitiva, social, histórica, cultural e discursiva. Assim, o termo “direta” deve ser entendido como a estratégia de retornar a um referente já introduzido no e pelo discurso.

referencial, que **não** se dá necessariamente pela retomada pontual de um antecedente (no caso das encapsuladoras, retomam porções ou trechos do co(n)texto) e ii) a reformulação de referentes com acréscimo de um novo viés ao referente retomado. A anáfora encapsuladora é um subtipo da correferencial, já que além das características que apresenta a correferencial, tem por função discursiva a sumarização de conteúdo. Voltarei a essa questão quando tratar da desestabilização da anáfora encapsuladora.

Retornando ao exemplo (18), Ciulla e Silva (2008) utiliza-o para mostrar que se se atenta para a leitura da obra como um todo, a primeira expressão “‘um banco de jardim’ passa a ser ‘um ponto de repouso’ para a personagem em conflito.” (p. 50). Então, não se tem exatamente o mesmo objeto de discurso, embora haja correferencialidade: é um objeto de discurso reformulado no e pelo discurso, com denominação lexical coincidente dos referentes.

Outro exemplo de correferencialidade anafórica com transformação do objeto de discurso é retirado de Silva, W. B. (2008):

(19)

“Título: Educação e violência

Estranho país este que comemora o fato de 95% de nossas crianças estarem matriculadas nas escolas quando na verdade devia pedir desculpas pelo fato de as 5% restantes estarem nas ruas. País esquisito este que deixa de investir R\$ 1 mil na educação fundamental de cada aluno para gastar R\$ 4 mil com um menor infrator. Bizarro e melancólico país este que julga ser cara a educação e não leva em conta o custo da ignorância, verdadeiro quarto escuro de um país que não se leva a sério e nem se respeita. País infeliz que mantém 95% de suas crianças apenas matriculadas, uma vez que a maioria permanece ausente das salas de aulas e segue o curso mal dado sem interesse, alheia ao processo educacional. Na maioria das escolas fundamentais, os alunos continuam analfabetos funcionais, fazendo com que elas se transformem em fábricas de eleitores. Triste país que todos os dias se comove diante da violência praticada por menores, sem encontrar solução para o problema, sem considerar a história de disparidades enfrentadas pelas suas famílias, mantidas apartadas de quase todos os benefícios sociais. Menores violentos, armados, geralmente recrutados por traficantes, que se responsabilizam pelas necessidades de cada um – mostrando claramente a ausência do Estado -, não podem mesmo frequentar escolas, desconhecidas pelos seus pais e dolorosamente ignoradas por suas famílias, geralmente com os integrantes desempregados, carentes de atendimento médico, de cuidados sociais e de autoestima.

Lamentável país que convive com o indiferentismo social, com as pessoas vivendo processo de isolamento, temerosas das ruas, sem se comunicar com os diversos estratos sociais. País curioso, que não se comove quando a polícia invade barracos e usa de violência contra seus moradores, mas estranha quando agentes da polícia, munidos de mandado judicial, batem às portas de alguém da classe média. Nesse cenário que produz a violência juvenil, surge uma sociedade exacerbada no consumo e que nega, quase sempre, oportunidades aos jovens. O resultado, para ser

reconhecido como pessoa, é a violência, que lhe rende dinheiro e algum respeito entre seu grupo, até ser abatido ou preso.

O grande desafio brasileiro é a criação de políticas diferenciadas para atendimento dos menores infratores, já que o sistema penal não dá respostas a esses problemas gerados pela violência.

A sociedade está lentamente aprendendo a conviver com a violência, com a perplexidade, mas permanece anestesiada diante do painel dos horrores publicados todos os dias pela imprensa **país afora**. A desigualdade social, a indiferença, o preconceito, o racismo e a intolerância somente serão amenizados se **o país** entender que os caminhos da educação e do trabalho forem assegurados aos milhões de deserdados da sorte. De resto, não custa lembrar que os desimportantes pela ordem tornam-se dramaticamente importantes pela desordem". (PESSOA, Maurício. Educação e violência. In: SILVA, W. B., 2008, p. 184).

Neste texto, há uso de anáforas correferenciais em abundância, inclusive por meio do paralelismo de estrutura sintática (“País este que”), o que contribui para não somente marcar a “evolução” das instâncias do objeto de discurso a cada vez que é retomado no discurso, como colaborar com a progressão textual. Embora os nomes-núcleo das anáforas correferenciais sejam idênticos, “país”, este objeto de discurso nunca é exatamente o mesmo, porque sofre constantes atualizações à medida que o texto progride, evidenciando o objetivo do enunciador desse artigo de opinião que é fazer com que o leitor adote a mesma posição dele quanto à necessidade de **o país**, o Brasil, prover meios de minimizar a desigualdade social, a indiferença, o preconceito, o racismo e a intolerância, por meio da criação de políticas diferenciadas para atendimento dos menores infratores.

Para isso, o enunciador constrói um discurso questionador quanto às ações que o Brasil tem feito no que concerne aos menores infratores, depreciando-as. Ele utiliza como estratégia discursivo-argumentativa uma graduação em torno do objeto de discurso “país”, que evidencia um *crescendum* do tom de insatisfação das ações tomadas pela nação contra os menores infratores. Esse *crescendum* é evidenciado não apenas por vias formais, que seriam os determinantes e ou modificadores que acompanham o nome-núcleo das anáforas, como e especialmente pelo próprio discurso que vai delineando-se via predicações, ativando cadeias inferenciais¹⁰³ (o que é ser um país que valoriza a educação e quais as consequências de um país em que a educação é desvalorizada), e possibilitando que o objeto de discurso “país” vá sendo transformado paulatinamente, cumprindo o projeto argumentativo do enunciador.

Na última ocorrência do objeto de discurso, “o país”, no último parágrafo, o que se tem, apesar de não constar, formalmente, algum determinante ou modificador para o nome-

¹⁰³ Mais uma vez atesta o princípio de que todas as anáforas são inferenciais.

núcleo da expressão referencial, é um objeto completamente reconstruído no e pelo discurso: “o país” de que se trata é um país que carrega a somatória de todas as outras ocorrências formalmente explicitadas no cotexto mais as inferências geradas por todo entorno discursivo que vai ao encontro da tese defendida pelo enunciador. **Por isso, a anáfora correferencial não recupera diretamente o mesmo objeto de discurso**, o que levou Ciulla e Silva (2008, p. 51) a afirmar que “as anáforas diretas também podem ser configuradas como amálgamas cognitivos, pois propiciam, assim como as anáforas indiretas, que os referentes sejam modulados e novas referências sejam feitas”.

Até a própria introdução referencial, nesse texto, já é recategorizada e avaliativa (conforme exposto na subseção *primeira desestabilização*): iniciar um artigo opinativo cujo título é “Educação e violência” e seguidamente introduzir o objeto de discurso “estranho país” direciona os rumos do que será exposto – (re)ativa a construção de um modelo subjetivo de contexto em que o enunciador calcula que o coenunciador conceberá inferencialmente o tom depreciativo ou desfavorável criado pelas relações entre as ocorrências “educação”, “violência” e “estranho país”. Certamente, “estranho” nesse contexto não tem um tom de excentricidade ou algo incomum; mas de impertinência, de repulsão, de depreciação. Nisso consuma-se o princípio de que “todo processo de referenciação exerce uma função argumentativa” (CAVALCANTE, 2011, p. 157).

Quanto à noção de a anáfora correferencial retomar não apenas um único antecedente no cotexto e ou retomar mais de uma âncora no texto, Cavalcante (2011) apresentou um exemplo retirado de Ciulla e Silva (2008), no qual esta autora, ao analisar as anáforas em um conto macabro, percebeu como a expressão referencial “linha férrea” é ambígua, pois serve para se referir tanto à coluna do velho – personagem – quanto ao trem que percorre os trilhos, ou seja, passível de constituir mais de uma âncora textual.

(20)

(...) “É como **uma linha férrea desativada**” – o médico lhe mostrava o raio X, levantando a chapa contra a luz. Lá estava **a coluna vertebral**, na estrada completa, com todos os seus ossinhos aparentemente em perfeito estado. Mas agora não servia para mais nada, os membros paralisados (...) Agora observa outra vez a chapa contra a luz. **Uma linha férrea**, sim. Sem ligações nervosas, sem circuitos, o trenzinho parado não se sabe em que canto do corpo, enferrujando. (...) **O trem das onze** chega logo. Sente um arrepião: a luz do poste iluminou o rosto do homem, o mesmo que descia na estação, anos atrás. Não podia imaginar que um dia estaria deitado na **linha do trem**, com o menininho lhe ajeitando os membros (...) Afasta-se. Pensa em voltar rápido para casa; a cadeira de rodas leve, ágil. Mas não resiste a um impulso: o de

ver os vagões correndo, correndo, atravessando **a linha férrea** e correndo, correndo. (Tércia Montenegro, Linha Férrea. In: CIULLA e SILVA, 2008, p. 51).

Ciulla e Silva (2008) explica que tal ambiguidade quanto aos candidatos a referentes de uma expressão referencial “pode, na verdade, ser um **fenômeno em que um objeto é categorizado diversas vezes ao longo do texto, não designando sempre o mesmo referente ou sendo utilizado para categorizar mais de um referente ao mesmo tempo**” (p. 51, grifo meu).

Cavalcante (2011) utiliza outro exemplo de Ciulla e Silva (2008), por meio do conto de Moreira Campos, *O peregrino*, para mostrar que a anáfora correferencial poder retomar o referente sob outro ponto de vista, um ponto de vista redimensionado.

(21)

O ferro em brasa, que **a própria mulher do filho** trouxe da trempe de tijolos na cozinha. O gemido, contorções do corpo. A pele de fumo voltou a cobrir a ferida. Morreu três horas depois. Longe os vizinhos. Légua e meia o mais próximo. Belarmino teve de ir até lá (o cachorro enrolava-se no chão sob a tipoia do morto). Trouxe outros seres em molambos e grunhidos. E a marcha fúnebre – tipoia oscilante presa à estaca de sabiá – se fez em direção ao distante arruado, onde havia a capela e o telheiro abatido do mercado. No mais, a solidão da noite e dos seres. **A viúva-menina**, sem lágrimas. Duro mundo, carente de umidades. Muitas lições de renúncia. Tão trabalhados todos como a escarpa fendida e crestada pelo tempo, por onde subiam bodes e cabras. (Moreira Campos, *O peregrino*. In: CIULLA e SILVA, 2008, p. 34)

Nesse exemplo, o referente “a própria mulher do filho” é redimensionada pelo personagem Belarmino para “A viúva-menina”, a partir do momento em que o filho de Belarmino morre e este a vê como uma mulher disponível. Para além desse redimensionamento, “a carga dética do verbo ‘trouxe’ faz com que o leitor seja inserido na cena da narrativa, posicionando-se junto a Belarmino, contribuindo, assim, para a categorização e para a construção da referência” (CIULLA e SILVA, 2008, p. 35).

Por todo o exposto sobre a desestabilização das anáforas correferenciais, é possível concordar que ela não pode ser entendida apenas como a retomada direta e completa do mesmo objeto de discurso, porque o entorno discursivo modifica esse objeto de discurso, por mais que lexicalmente os nomes-núcleos das expressões referenciais coincidam, o que evidencia todo aparato sociocognitivo-discursivo que deve ser levado em conta para o processamento referencial. Além disso, não é mais pertinente, conforme exemplos arrolados,

considerar que toda anáfora correferencial deve referir-se a um antecedente explicitado pontualmente no cotexto.

3.2.2.3 A TERCEIRA DESESTABILIZAÇÃO

A terceira desestabilização ocorre com a noção de **anáfora encapsuladora**. Um exemplo para ilustrar esse tipo anafórico.

(22)

“O Ano Novo chinês lunar, o país já tendo 460 milhões de celulares, registrou 14 bilhões de mensagens de felicitações, no sistema de torpedos. O mundo fica estreito para tanto afeto”. (SARNEY, José. China, Kourou e as amazonas. In: SILVA, W. B., 2008, p. 150.)

Na ocorrência, a expressão “tanto afeto” não apenas refere-se a uma porção anterior do texto, resumindo-a, como anuncia novo objeto de discurso: a troca de mensagens de felicitações por torpedo no ano novo chinês lunar foi redimensionada pelo enunciador, a partir de seu modelo de contexto subjetivo, como ato de afetividade. Logo, a anáfora encapsuladora, conforme abordagem atrelada à menção referencial, tem por função referir-se a partes do cotexto, resumindo-as e inaugurando um novo referente.

A desestabilização proposta a essa noção pela abordagem referencial não atrelada à menção cotextual é justamente a discordância com a necessidade de a anáfora encapsuladora ter de: i) remeter a informações explicitadas no cotexto e ii) inaugurar um novo referente.

Se se parte da consideração do princípio de que não apenas os indícios do cotexto são considerados, mas “todos os outros dados do entorno sociocultural e situacional dos enunciadores e coenunciadores” (CAVALCANTE, 2011, p. 53), a **anáfora encapsuladora pode remeter a informações não explicitadas no cotexto, mas inferíveis a partir do entorno discursivo**. Isso é mostrado por Costa (2007), quando a autora analisa mensagens de uma lista de discussão virtual e percebe em algumas ocorrências que informações de e-mails precedentes eram recuperadas e encapsuladas em e por outros e-mails, ou seja, por cotextos diversos, como mostram os exemplos (23) e (24):

(23)

From: "A. S." <as@terra.com.br>
To: <CVL@yahooroups.com>
Sent: Tuesday, May 18, 2004 11:01 AM
Subject: [CVL] Re: o assunto das cotas!!!!!!!
Não se poderia dizê-lo melhor!

A. S.

(24)

From: "A. S." <a@terra.com.br>
To: <CVL@yahooGroups.com>
Sent: Tuesday, May 18, 2004 1:28 PM
Subject: [CVL] RE: Ainda o racismo
Concordo plenamente! Ø
Allons y!
A
(COSTA, 2007, p.158-159.)

No primeiro exemplo, a forma pronominal “lo” retoma e encapsula informações que não estão explícitas no cotexto (no limite da materialidade textual) onde esse pronome aparece; são informações de discursos precedentes. No segundo exemplo, a elipse é responsável pelo encapsulamento de um argumento que aparece em outro e-mail. Essas ocorrências autorizam a autora a sugerir a existência de “encapsulamentos intertextuais”, que, segundo ela, são caracterizados como “o fenômeno em que uma expressão referencial de um texto mais recente resume o discurso presente em unidade(s) textual(is) anterior(es)” (COSTA, 2007, p. 151-152).

A discordância em relação à inauguração de um novo referente pelas anáforas encapsuladoras, realocadas como um subtipo da anáfora correferencial, deve-se ao fato de que o encapsulamento é feito a partir de um conteúdo que está posto (por mais difuso que esteja) no co(n)texto. Isso implica dizer que **se há recuperação de um conteúdo, o que se tem é a manutenção referencial, e não a inauguração de um novo referente.** Todavia essa recuperação acontece de uma forma peculiar: a referência a conteúdos é feita de forma **sumarizada**. Assim, concordo com Cavalcante (2011, p. 82) que sustenta:

Por esse argumento [encapsulamento de conteúdos já postos e diluídos no contexto], poderíamos propor, dentro da perspectiva que estamos assumindo nesta obra, que as anáforas encapsuladoras podem perfeitamente constituir um tipo peculiar de correferencialidade.

Essa retomada encapsuladora pode se dar, segundo a abordagem não atrelada à menção referencial, tanto por meio de pronomes quanto por meio de nomes. **Por isso, tratar das anáforas encapsuladoras nessa visão é concebê-las especialmente pela sua função discursiva de resumir conteúdos proposicionais**, o que difere da visão precursora de Francis (2003), para quem o encapsulamento fora denominado por “rotulação”, apresentando

natureza lexical e semântico-textual, haja vista que os rótulos eram compostos apenas por sintagmas nominais referidos e precisados no e pelo discurso.

Os argumentos apresentados por Cavalcante (2011) para assumir a categoria das anáforas encapsuladoras especialmente pela sua função discursiva devem-se à consideração igualmente importante da função argumentativa dos encapsuladores pronominais no discurso e a recusa em entender que as formas dos rótulos determinam antecipadamente a interpretação da argumentação. Faz valer, nesse sentido, **o princípio de que não importa a forma como um dado referente se apresenta; o fundamental é a acessibilidade, em dado momento, junto aos elementos que compõem a situação de uso da linguagem. Isso, indubitavelmente, reforça a perspectiva discursiva da abordagem.**

Por isso, concordo com a desestabilização das anáforas encapsuladoras que, “com ou sem dêitico textual, remetem, em geral, a outras informações não presentes no cotexto, incluindo-se aí pressupostos, subentendidos e vários conteúdos presentes na memória discursiva dos participantes da enunciação” (CAVALCANTE, 2011, p. 145).

3.2.2.4 A QUARTA DESESTABILIZAÇÃO

A quarta desestabilização diz respeito à noção de **anáfora indireta**. “Os elementos anafóricos têm fontes no texto, mas não necessariamente antecedentes correferenciais” (CIULLA e SILVA, 2008, p. 46).

Sob essa perspectiva, a subdivisão anafórica se sustenta: pode ou não haver anáforas que mantêm o objeto de discurso. Quando não há, a retomada se dá por meio de “fontes no texto” ou também chamadas âncoras – “elemento de relação” (SCHWARZ, 2000), gatilho ou antecedentes, conforme coloca Cavalcante (2011). Daí, a classificação em anáforas indiretas.

Já foi salientado na primeira desestabilização que os limites entre anáforas indiretas e introdução referencial podem ser muito difíceis de serem precisados, porque não se pode determinar se o enunciador, ao optar pelo uso de uma forma – por exemplo, o uso de sintagmas indefinidos para a introdução referência –, recorreu ou não ao contexto discursivo da situação imediata. Ou quando a introdução é tida como dada, questiona Costa (2007): como distinguir se se trata de introdução referencial ou anáfora indireta?

No exemplo (25), poema de Adélia Prado citado por Cavalcante (2012):

(25)

Ensínamento

“Minha mãe achava estudo
a coisa mais fina do mundo.

Não é.

A coisa mais fina do mundo é o sentimento.

Aquele dia de noite, **o pai** fazendo serão,
ela falou comigo:

‘Coitado, até essa hora no serviço pesado’.

Arrumou pão e café, deixou tacho no fogo com água quente.

Não me falou em amor.

Essa palavra de luxo.”

(PRADO, Adélia. Ensínamento. In: CAVALCANTE, 2012, p. 124.)

a expressão “o pai” é classificado como anáfora indireta, pois o enunciador a apresenta como conhecida (inclusive pelo uso do definido), e, apesar de não ter aparecido antes no cotexto, ela é altamente inferível/previsível no e pelo discurso. Isso se deve ao modelo subjetivo de contexto do enunciador que é capaz de prever o que será processado sociocognitivamente pelo coenunciador. Nesse caso, a expressão “minha mãe” e a predicação sobre ela são capazes de gerar pontes inferenciais captáveis pelo coenunciador, dado o conhecimento sócio-histórico cultural de que os seres humanos têm mãe e pai.

Com isso, **verifica-se que a menção referencial não é critério precípua para a instauração da anáfora indireta**, porque além do cotexto outras dimensões (cognitiva, social, histórica, cultural, discursiva) contribuem para seu funcionamento.

Quanto às subdivisões entre anáforas indiretas e as indiretas propriamente ditas ou ainda entre anáforas associativas (“conceitualmente baseadas”) e anáforas inferenciais (“inferencialmente baseadas”) – como proposto por Schwarz (2000) ou anáfora associativa com restrições léxico-estereotípicas (subdivididas em meronímicas, locativas, actanciais e funcionais) – como apresentado por Kleiber (1994 apud ZAMPONI, 2003), ou anáforas indiretas e variedades relacionadas aos graus de inferência (vinculadas ao modelo de mundo textual ou ligadas a processos inferenciais gerais) – como sugere Marcuschi (2005), elas inexistem na abordagem não atrelada à menção cotextual, dada a convergência inferencial de relações que instauram.

Assim, **o que se considera para a denominação de anáfora indireta é “o mecanismo inferencial envolvido no processo”** (CAVALCANTE, 2011, p. 63) e não a origem da âncora (conceitual, ou mais ou menos inferencial, ou se marcada por um traço semântico ou outro) ou a forma (sintagma nominal definido; pronome pessoal etc) na qual ela

se realiza: “as anáforas indiretas em geral não estão subordinadas ao condicionamento formal das expressões nominais definidas, elas podem se manifestar também por outros sintagmas nominais e pronominais” (CAVALCANTE, 2011, p. 66).

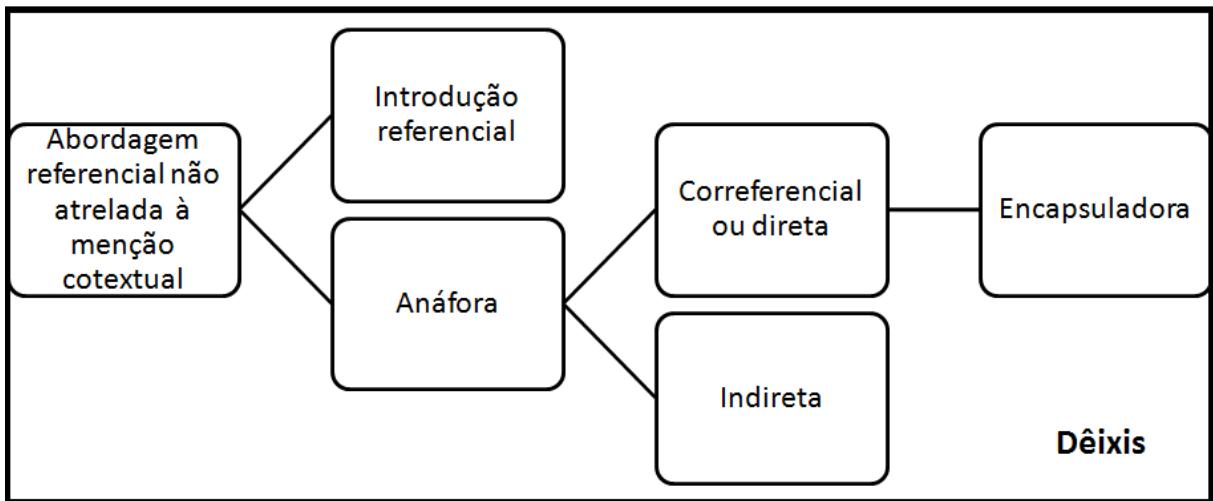
Nesse sentido, há uma negação de argumentos que se vinculam a qualquer tipo de estabilidade prévia e que estejam relacionados somente ao léxico (independente da situação discursiva) ou somente ao conhecimento culturalmente partilhado (independente dos acionamentos textuais). Nesse raciocínio, na abordagem não atrelada à menção, as anáforas indiretas são todas agrupadas sob mesma denominação.

Confirmam-se com essa posição os princípios da abordagem não atrelada à menção, **especialmente:** **i)** “Não se pode, *a priori*, estabelecer uma relação fixa entre formas de expressão referencial e tipos de campos de onde se origina a informação que elas veiculam” (CAVALCANTE, 2011, p. 49, grifo meu); **ii)** a impossibilidade de dizer que um tipo de anáfora exige mais ou menos capacidade inferencial que outra (CAVALCANTE, 2011); **iii)** “todas as estratégias de referenciação [são] um processo sociocognitivo-discursivo, para o qual convergem condições contextuais diversas” (CAVALCANTE, 2011, p. 125) e **iv)** não há nada que não possa ser desestabilizado ou “decategorizado”.

3.2.2.5 A QUINTA DESESTABILIZAÇÃO

A quinta desestabilização diz respeito à noção de **dêixis discursiva que não se atém apenas ao processo anafórico, antes perpassa o processamento referencial em todas as categorias, como mostrado pela figura:**

FIGURA 9 – A dêixis na abordagem referencial da não menção cotextual.



Fonte: Adaptado de Cavalcante (2011).

A proposição de que a dêixis não se atém a um processo anafórico pode ser vislumbrada pelas fronteiras imprecisas entre a noção anafórica e a noção dêitica¹⁰⁴.

Tendo em vista que a noção anafórica e a noção dêitica comungam da capacidade de retomar elementos do contexto, o embate entre essas designações, segundo Cavalcante (2000), ancora-se na perspectiva da função referencial que, no caso da dêixis discursiva, está vinculada a uma orientação intersubjetiva, dada a ligação da expressão referencial com a enunciação, e o fato de a dêixis não poder ser correferencial nem cossignificativa, como a anáfora o é. Considerando, então, as expressões indiciais¹⁰⁵, **a diferença que se imputa à anáfora e à dêixis fica cada vez mais comprometida**, como foi descrito no trabalho de Cavalcante (2000).

Alguns mitos da separação de dêixis e anáfora se destroem, com efeito, quando se deixa de reduzir os anafóricos ao pronome ele (ou zero) e às expressões definidas; bem como quando se deixa de pensar os dêiticos como elementos de remissão exclusivamente extralingüística. (CAVALCANTE, 2000, p. 50).

É, por essa razão, que a dêixis e a anáfora não têm limites precisos que as separam: “(...) o termo referência engloba não somente o fenômeno da anáfora, mas também o da introdução referencial, o que nos leva a ratificar que referência e anáfora não se superpõem completamente.” (CAVALCANTE, 2005, p. 127). Essa falta de limites precisos entre a dêixis

¹⁰⁴ Para saber mais sobre o assunto, ler Cavalcante (2000).

¹⁰⁵ Para Cavalcante (2000, p. 14), expressões indiciais são aquelas que contêm expressões referenciais com dêiticos.

e a anáfora pode ser vista na expressão negritada, no exemplo (26), retirado de Cavalcante (2011):

(26)

É PRECISO SALVAR VIDAS

A pesquisadora explica por que é urgente que o STF libere as pesquisas com células-tronco embrionárias

A bióloga Mayana Zatz é uma das maiores especialistas em células-tronco do país, com quase 300 trabalhos científicos publicados. Nascida em Israel, mora no Brasil desde os 7 anos. Atualmente, ela é pró-reitora de pesquisa e coordenadora do Centro de Estudos do Genoma Humano da Universidade de São Paulo. Mayana estuda há mais de trinta anos terapias para doenças neuromusculares, razão pela qual se tornou uma das maiores defensoras, no país, das pesquisas com células-tronco embrionárias, as únicas capazes de se converter em qualquer um dos 216 tipos de célula do corpo humano. Desde 2005, quando o Congresso aprovou a lei brasileira de biossegurança – que autoriza o uso em pesquisas de embriões congelados há mais de três anos –, Mayana luta para que a lei entre em vigor. Isso porque, **naquele mesmo ano**, a Procuradoria-Geral da República entrou com uma ação de constitucionalidade contra a lei. Desde então, os estudos com células-tronco embrionárias estão parados no Brasil. Na semana que vem, o Supremo Tribunal Federal dará sua palavra final sobre o uso dos embriões.

(Entrevista – Veja, 5/3/2008. In: CAVALCANTE, 2011, p. 99-100.)

Segundo a autora, a expressão é um caso híbrido de anafórico e dêitico, porque remete a um antecedente explícito no texto, “ano de 2005”, e, ao mesmo tempo, localiza temporalmente o enunciador (subjetivo) em relação ao momento da enunciação presente e à distância do ano de 2005. Essa última localização só se estabelece pelo pronome demonstrativo “naquele”, porque se se tratasse de ano comum à enunciação, não haveria necessidade de utilizar tal demonstrativo.

No caso das anáforas encapsuladoras com expressões dêiticas, na maior parte das ocorrências, de acordo com Cavalcante (2011), os dêiticos não retomam um objeto específico mencionado, “mas remetem a conteúdos inteiros diluídos no texto que vão configurando um referente na mente dos interlocutores” (p. 112). Já nas introduções referenciais, os dêiticos, em geral, podem remeter à pessoa, ao tempo, ao espaço ou à memória dos interlocutores (CAVALCANTE, 2004). Além dessas categorias, há ainda os dêiticos sociais e textuais (CAVALCANTE, 2011). Os primeiros têm função de representar níveis de formalidade, a depender da intimidade, dos propósitos enunciativos e outros aspectos que participam da interação. Os segundos têm como ponto de origem a própria enunciação, chamando a atenção do coenunciador para o que está sendo expresso no texto. Em linhas gerais, independente do

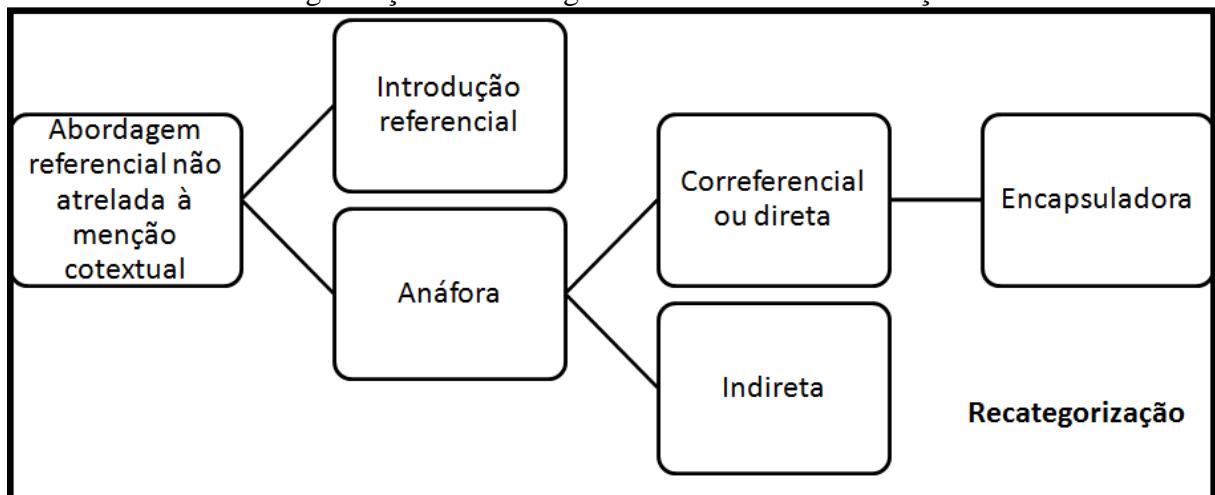
apontamento que se faça à enunciação, é preciso concordar com a afirmação de Ehlich apud Cavalcante (2011, p. 108) “Um dos principais meios de focalizar a atenção do ouvinte é o procedimento dêitico”.

Das considerações arroladas, o importante é entender que no contínuo dos processos de introdução referencial e de anáfora que a dêixis se estabelece (CAVALCANTE, 2005). Portanto, **a dêixis perpassa tanto as introduções referenciais quanto as anáforas, e o traço que a fundamenta é o necessário vínculo com a situação enunciativa**, por isso, é considerado como “o fenômeno subjetivo por excelência” (CAVALCANTE, 2005, p. 141).

3.2.2.6 A SEXTA DESESTABILIZAÇÃO

A sexta desestabilização diz respeito à noção de **recategorização que, assim como a dêixis, deixa de estar atrelada ao processo anafórico para pertencer ao processamento referencial**.

FIGURA 10 – A recategorização na abordagem referencial da não menção cotextual.



Fonte: Adaptado de Cavalcante (2011).

Essa noção extrapola a superfície do texto, não necessitando prender-se a uma âncora no cotexto: “O certo é que, a rigor, nenhuma âncora do processo de recategorização é rastreada somente na superfície” (LIMA, 2009, p. 59). Dessa forma, desestabiliza-se a noção de que para que um referente se recategorize é necessário que ele tenha sido introduzido no discurso, estando, portanto, a recategorização desatrelada dos processamentos anafóricos.

Nesse sentido, **a recategorização não é vinculada apenas à anáfora correferencial, porque pode ser recategorizado não apenas um referente anteriormente**

expresso no texto, mas todos os demais processos de referenciação: a anáfora indireta, as encapsuladoras e as introduções referenciais. Um exemplo de recategorização em uma introdução referencial foi retirado de Cavalcante (2005, p. 129):

(27)

A rosa de Hiroshima

Pensem nas crianças
Mudas telepáticas
Pensem nas meninas
Cegas inexatas
Pensem nas mulheres
Rotas alteradas
Pensem nas feridas
Como rosas cálidas
Mas oh não se esqueçam
Da rosa da rosa
Da rosa de Hiroshima
A rosa hereditária
A rosa radioativa
Estúpida e inválida
A rosa com cirrose
A antirrosa atômica
Sem cor sem perfume
Sem rosa sem nada.
(Vinícius de Moraes)

Pelo exemplo, Cavalcante afirma que o referente, que alude à bomba atômica lançada pelos Estados Unidos sobre o Japão, especificamente em Hiroshima e Nagasaki, mesmo sem estar cotextualmente posto, é transformado/recategorizado no título do poema, dado o acionamento sociocognitivo e histórico de que esse acontecimento foi uma tragédia sem precedentes. Esse entendimento é possível por meio das anáforas indiretas do texto, como “crianças mudas telepáticas”, “meninas cegas inexatas”, “mulheres rotas alteradas” e “feridas como rosas cálidas”. Em outras palavras, mesmo sem estar explícito no texto, o referente bomba atômica recategorizado por “A rosa de Hiroshima”, uma introdução referencial, é plenamente recuperável no instante enunciativo, inclusive, por meio das anáforas indiretas apresentadas cotextualmente.

A possibilidade de recategorização na introdução referencial, como mostrado em (27), se consuma, dentre outras coisas, porque “a recategorização é, por definição, uma alteração nas associações entre representações categoriais **parcialmente previsíveis**, portanto,

em nossa visão pública do mundo” (CAVALCANTE, 2005, p. 132, grifo meu). Em virtude disso, não é prudente a vinculação de anáfora ao fenômeno da recategorização.

(...) se pensarmos que a mudança no referente pode acontecer completamente em nível cognitivo, numa espécie de ordem inversa, em que primeiro a introdução recategorizadora é empregada e só a partir dela é que ativamos o objeto já transformado, então poderemos manter a afirmação de que o processo cognitivo-referencial da recategorização não é exclusividade das anáforas, pois também pode atingir as introduções referenciais puras (CAVALCANTE, 2007, p. 131-132).

Esse redimensionamento da recategorização, negando o fenômeno preliminarmente entendido como uma estratégia de designação de enfoque lexical (APOTHELÓZ e BÉGUELIN, 1995) já havia sido proposta por Marcuschi e Koch (2002 apud Lima, 2009), quando esses autores consideraram como fundamento da recategorização a remissão a um antecedente como uma palavra, uma ideia ou um contexto. Além disso, os autores avançaram seus estudos ao considerarem que a recategorização não necessariamente envolia a correferencialidade, aludindo às anáforas indiretas.

Essa noção também foi rediscutida nos trabalhos de Lima (2003) e Leite (2007), mas foi em Lima (2009), ao explorar uma interface com a Linguística Cognitiva, que Cavalcante (2011) recorreu para explorar a noção de recategorização, ao realçar a dimensão sociocognitivo-discursiva do fenômeno e “a possibilidade de ampliar-lhe a descrição, reconstruindo a rede conceitual/inferencial subjacente às expressões linguísticas recategorizadoras” (LIMA, 2009, p. 57). O pressuposto no qual se baseou Lima (2009) foi a natureza cognitivo-referencial do processo de recategorização, que deriva da categorização na atividade de referenciação. Os desdobramentos, segundo a autora, são:

- i) a recategorização nem sempre pode ser reconstruída diretamente no nível textual-discursivo, não se configurando apenas pela remissão ou retomada de itens lexicais; ii) em se admitindo (i), a recategorização deve, em alguns casos, ser (re)construída pela evocação de elementos radicados num nível cognitivo, mas sempre sinalizados por pistas linguísticas, para evitar-se extrações interpretativas; iii) em decorrência de (ii), a recategorização pode ter diferentes graus de explicitude e implicar, necessariamente, processos inferenciais (LIMA, 2009, p. 57).

Tal entendimento fez com que Lima postulasse **a recategorização como um fenômeno bastante complexo cuja materialização ultrapassa a superfície do texto**, como o mostra no exemplo abaixo:

(28)

“Como deve custar ao pobre morto
Ver as plagas da vida além perdidas,
Sem ver o branco fumo de seus lares
Levantar-se por entre as avenidas!..”
(FREIRE, Junqueira. Quando eu morrer. In: LIMA, 2009, p. 145.)

Nessa estrofe do poema “Quando eu morrer”, de Junqueira Freire, Lima a caracteriza como uma digressão, ao demonstrar que o enunciador se distancia da cena evidenciada pelo poema e especula acerca das lembranças dos mortos em geral, criando uma empatia com o morto – explicitado como “o pobre morto” – e discorrendo sobre as possíveis lembranças deste.

Um dos exemplos de recategorização que extrapolam a materialidade, e, portanto, **desestabiliza a ideia de que um referente só se recategoriza quando ele já foi introduzido no discurso¹⁰⁶**, é a expressão “o branco fumo” que recategoriza *chaminé* – palavra não explicitada na materialidade textual, assim como ocorre com “as avenidas”, que recategoriza *lugares da vida*. Somente é possível chegar a essa compreensão, ao se considerar a percepção cognitivo-discursiva da referência. Para tanto, a autora apresenta um *frame*, evidenciando como a interação entre os processos metonímicos e meronímicos colaboram para a recategorização, a partir da estruturação do conceito de lar que autoriza o fenômeno:

(29)

A) Elementos: CADÁVER [MORTO]
AVENIDAS (recategorização de lugares da vida)
LAR
BRANCO FUMO (recategorização de chaminé)

B) Modelos metafóricos/metonímicos:

Ver as plagas da vida além perdidas,
A MORTE É UMA VIAGEM SEM VOLTA (metáfora)
Sem ver o branco fumo de seus lares
Levantar-se por entre as avenidas!..
Os mortos estão perdidos e não podem ver o branco fumo dos seus lares. Sem ver significa sem poder voltar.
BRANCO FUMO POR CHAMINÉ (metonímia)
BRANCO FUMO (recategorização de chaminé)
BRANCO FUMO POR CALOR (metonímia)
CHAMINÉ POR LAR (metonímia)
LAR É CALOR (metáfora)

¹⁰⁶ Na abordagem atrelada à menção referencial, o fenômeno da recategorização só pode acontecer se um referente já tiver sido anteriormente categorizado, o que, nessa abordagem, segundo Cavalcante (2011, p. 86) “costuma estar associado à expressão referencial introduzida no texto”.

AFEIÇÃO É CALOR (metáfora)

Levantar-se: metáfora de subir: ir para o céu.

Avenidas referem lugares conhecidos.

AVENIDAS POR LUGARES CONHECIDOS (metonímia)

(LIMA, 2009, p. 159.)

Os referentes “branco fumo” e “avenida” só podem ser entendidos como recategorizações, se o coenunciador conseguir processar inferências, a partir do modelo cognitivo metonímico que ancora as referidas construções,

o que demonstra que a recategorização nem sempre pode ser totalmente explicitada na superfície do texto, pela retomada ou remissão de itens lexicais, sendo necessário rastrear as suas âncoras por processos inferenciais, no caso, via modelos cognitivos idealizados (LIMA, 2009, p. 163).

Diante do exposto, adoto o conceito de recategorização cunhado por Cavalcante, visto que abarca a dimensão cognitivo-discursiva do fenômeno, extrapolando a menção referencial e não se restringindo às anáforas correferenciais:

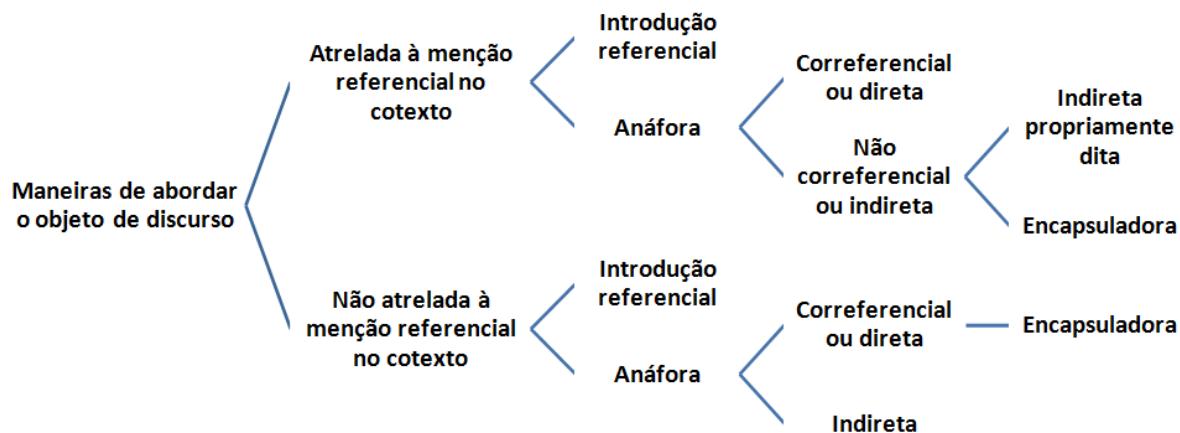
A “recategorização” é, por definição, uma alteração nas associações entre representações categoriais parcialmente previsíveis, portanto, em nossa visão pública do mundo. A menor ou maior desestabilização da categoria em mudança é o próprio traço, explícito ou implícito, que define a recategorização de um referente, **quer tenha ele já sido introduzido no discurso para ser transformado, quer não tenha sido e se recategorize apenas mentalmente, no próprio momento em que o anafórico remeta indiretamente à sua âncora** (CAVALCANTE, 2005, p. 132, grifo meu).

A recategorização é o fenômeno cognitivo-discursivo que corresponde à evolução natural que todo referente sofre ao longo do desenvolvimento do texto; **ele se dá abstratamente, na mente dos interlocutores, podendo ou não realizar-se no cotexto por meio de termos anafóricos**. Para essa evolução, concorrem não somente as expressões referenciais que manifestam explicitamente as transformações do objeto de discurso, mas também um conjunto de pistas contextuais que, acionando informações sócio-históricamente compartilhadas, ajudam os participantes da enunciação a (re)construírem a referência (CAVALCANTE, 2011, p. 90, grifo meu).

3.2.3 UMA SÍNTESE

Escolhi discorrer sobre a abordagem sociocognitivo-discursiva da referência, evidenciado duas abordagens referenciais, cujo critério de distinção satura-se na menção ou não das expressões referenciais no cotexto. A partir desse critério, elas organizaram-se, grosso modo, da seguinte forma:

FIGURA 11 – Abordagens do objeto de discurso.



Fonte: Adaptado de Cavalcante (2011).

A minha opção foi pela abordagem que não considera a necessidade precípua do aparecimento cotextual das expressões referenciais para a consumação da referenciação, o que, por sua vez, provoca desestabilizações de noções da literatura referencial, para propor uma perspectiva mais discursiva para a referenciação. O que está posto por essa abordagem não é “fechado” e não está pronto, sendo sua proposta a rediscussão do funcionamento dos processos referenciais, levando-se em conta, de fato, os condicionamentos sociais, históricos, culturais, ideológicos que perpassam e constituem os sujeitos discursivos e suas interações do, no e com o mundo. Não é possível entender, com isso, a desconsideração de tudo o que já foi feito em termos de pesquisa para a compreensão do funcionamento textual-discursivo, mesmo porque só há possibilidades de “seguir adiante” mediante o que já se tem.

Portanto, a minha escolha por alojar essa pesquisa nessa abordagem justifica-se pela tentativa semelhante de considerar o entorno discursivo de maneira mais efetiva nas análises dos processos referenciais, especialmente, porque elegi analisar o funcionamento referencial em um *corpus* que foge à tradição linguística, ao apresentar a coexistência e a interdependência de duas semiozes – a verbal e a imagética.

Com base no exposto até o momento, apresento, no próximo capítulo, o 4, a metodologia utilizada nesta pesquisa, para, depois, no capítulo 5, evidenciar a análise do funcionamento dos objetos de discurso em textos verbo-imagéticos.

Capítulo 4

Metodologia

Neste capítulo, apresento a metodologia da pesquisa, evidenciando os critérios de seleção do *corpus* e os procedimentos de análise utilizados para tratar da referenciação nos textos verbo-imagéticos.

4.1 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DOS TEXTOS DO CORPUS

Para tratar dos objetivos desta pesquisa, 22 textos verbo-imagéticos de dois gêneros distintos foram selecionados: a tira e o anúncio publicitário. Foram escolhidos, primeiro, em virtude de serem gêneros cuja materialidade, comumente, compõe-se pelo verbal e imagético, conforme discussão apresentada no capítulo 2. Segundo, porque, em predominância, a cena enunciativa desses gêneros apresenta-se em apenas um enquadre, no anúncio publicitário, e em mais de um enquadre¹⁰⁷, na tira – características também levantadas anteriormente e comprovadas pelo *corpus* do estudo, no capítulo 2. Terceiro, porque são gêneros contemplados sobremaneira no ensino contemporâneo¹⁰⁸ de Língua Portuguesa, por meio dos livros didáticos¹⁰⁹.

Analisar o funcionamento de objetos de discurso em textos verbo-imagéticos que compõem gêneros configurados em apenas um enquadre e em mais de um enquadre possibilita cotejar o funcionamento referencial, de modo a estabelecer paridades para a referenciação, e, por consequência, chegar a princípios comuns para o trato referencial, ou

¹⁰⁷ A palavra enquadre foi minha escolha **preferencial** para a delimitação física que encerra o formato físico dos gêneros tira e anúncio publicitário. Essa delimitação física pode receber outras denominações na tira, como vinheta (VERGUEIRO, 2006; RAMOS, 2007) ou quadrinhos (EISNER, 2010; VERGUEIRO, 2006; RAMOS, 2007). Nessa pesquisa, quando me referir ao limite físico tanto das tiras quanto dos anúncios, os termos enquadre e cena serão entendidos como sinônimos.

¹⁰⁸ Contemporâneo, porque as imagens só foram privilegiadas no livro didático por volta do final do anos 80, segundo conta Choppin (2004, p. 559): “Foi no final dos anos 1980, com os avanços da semiótica, o impulso da história das mentalidades e o interesse pelas questões de vulgarização das ciências, que recorreu a muitos esquemas e gráficos, que o livro didático deixou de ser considerado como um texto subsidiariamente “enfeitado” de ilustrações, e para que a iconografia didática — e a articulação semântica que une o texto e a imagem — tenha sido levada em conta.”

¹⁰⁹ No livro didático escolhido como suporte textual de onde foi recolhido o *corpus*, dentre os gêneros contemplados pelo livro para desenvolver a leitura, a tira aparece como indicação para todos os anos do ensino fundamental e o anúncio aparece como indicação do 7º ao 9º ano (PNLD, 2010).

estabelecer distanciamentos que podem se dar por várias razões, dentre elas, pela estrutura composicional, estilística e temática do gênero.

Os gêneros tira e anúncio publicitário foram selecionados de um volume da coleção *Português Linguagens*, de William Roberto Cereja e Thereza Cochard Magalhães (CEREJA; MAGALHÃES, 2009), aprovada pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD, 2010)¹¹⁰, no ano de 2011. O volume escolhido é o último da coleção para o ensino fundamental – anos finais, referente ao 9º ano. A opção por escolher esse suporte textual, o livro didático¹¹¹, e o volume relativo ao 9º ano se justifica, primeiro, pela consideração da minha experiência docente com a Língua Portuguesa nesse ano de ensino por meio dessa coleção didática. Também é preciso considerar que, dentre tantos recursos utilizados para o ensino da língua, um deles é o livro didático, oferecido gratuitamente pelo Governo aos alunos da rede pública de ensino, de acordo com a escolha da escola, orientada pelo PNLD, quanto à coleção didática a ser utilizada em ciclos trienais. Assim, o livro didático, em muitas cidades do país, constitui-se como uma das poucas opções disponíveis para o ensino de Língua Portuguesa.

Além disso, embora o livro de onde o *corpus* foi coletado contenha muitos textos verbo-imagéticos direcionados ao público do último ano do ensino fundamental e a maioria desses textos apresentem questões que levam o aluno a uma reflexão sobre os usos da língua, chamou-me a atenção o fato de que nenhuma atividade proposta a partir desses textos, no volume selecionado, tenha tido como objetivo pontual trabalhar com a referenciação, considerando o funcionamento dos objetos de discurso, conforme aparecem na materialidade textual: por meio de ocorrências verbais e imagéticas. Assim, refletir sobre o funcionamento

¹¹⁰ “O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) tem por principal objetivo subsidiar o trabalho pedagógico dos professores por meio da distribuição de coleções de livros didáticos aos alunos da educação básica. Após a avaliação das obras, o Ministério da Educação (MEC) publica o Guia de Livros Didáticos com resenhas das coleções aprovadas. O guia é encaminhado às escolas, que escolhem, entre os títulos disponíveis, aqueles que melhor atendem ao seu projeto político pedagógico.”. Texto disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=668&id=12391&option=com_content&view=article>. Acesso em 10 jan. 2014.

¹¹¹ Há pesquisadores que discordam dessa posição e concebem o livro didático como gênero. Ver Bunzen (2005); Bunzen e Rojo (2005) e Souza e Viana (2011). Todavia, assumo com Marcuschi (2003, p. 35-36, grifo do autor) a consideração do livro como suporte: “o livro didático tem interesses e objetivos específicos na escolha de certos gêneros (busca gêneros adequados a certos objetivos de ensino, visa a uma variação ampla, contempla os mais frequentes, exemplifica peculiaridades estruturais e funcionais), o que não atinge a estrutura dos gêneros, mas sua funcionalidade imediata no que tange ao interesse e não à função (...). Por isso, o livro didático é um suporte e os gêneros que ali figuram mantêm suas funções básicas e originais, embora não de forma direta, já que assumem o propósito de operarem **naquele contexto** como exemplos para produção e compreensão daquilo que aqueles gêneros fazem em seus *habitats* originais.”.

de objetos de discurso em textos verbo-imagéticos veiculados em material didático é também fomentar a discussão sobre estratégias de ensino para a compreensão do fenômeno referencial a partir de textos que comungam, ao mesmo tempo, dois modos: a palavra e a imagem.

No referido livro didático, são apresentadas 40 tiras e 29 anúncios publicitários. Os critérios de seleção para o *corpus* obedeceram algumas etapas, conforme o gênero selecionado. Em sequência, descrevo-as.

4.1.2 SELEÇÃO DAS TIRAS

Para a seleção das tiras, o primeiro passo constou do levantamento de todas que apresentavam materialidade textual composta por imagem e palavra e, em seguida, que se realizavam em mais de um enquadre. De 40 ocorrências, no que concerne à materialidade verbo-imagética, todas privilegiaram em sua composição a junção entre palavra e imagem.

O segundo passo constou do critério enquadres. Para participar da seleção, as tiras deveriam ter mais de um enquadre. Com exceção de uma tira de autoria de Caco Galhardo, todas as outras 39 se apresentaram com mais de um enquadre, confirmando, conforme apresentado no capítulo 2, a predileção das tiras pela estruturação composicional em mais de um enquadre.

Como era preciso ainda fazer o recorte, o terceiro passo foi contemplar as tiras cujo nome do gênero fosse evidenciado no enunciado das atividades ou na exposição de algum tópico de estudo, conforme ilustrado.

FIGURA 12 – Menção ao nome do gênero no enunciado das atividades do livro didático.

2. Leia a tira:

Observe, por exemplo, a posição do pronome pessoal oblíquo átono na tira abaixo, de Jim Davis, numa tradução portuguesa. Para o falante português é agradável ouvir ou ler “deem-me um laço, um fato catita...”, enquanto para o falante brasileiro seria mais natural “me deem um laço, um fato catita...”.

Fonte: Cereja e Magalhães (2009).

Tal atitude procura mostrar o que, formal e conceitualmente, é disponibilizado ao aluno como tira, reforçando a identificação e reconhecimento do gênero discursivo em foco.

Assim, das 39 tiras restantes, 6 não continham qualquer indicação do nome do gênero, restando apenas 33¹¹².

O quarto passo para a coleta do *corpus* foi a seleção das tiras conforme sua autoria. Essa decisão visou, exclusivamente, ao cuidado de as análises não sofrerem intervenções por questões estilísticas. Escolher um único autor poderia induzir a análise do fenômeno referencial pela via do estilo, que, nesse caso, não seria o estilo do gênero, mas o estilo do autor. Assim, as 33 tiras apresentadas no livro didático, com mais de um enquadre e que detinham indicação do nome do gênero, eram de autoria de 11 produtores diferentes, a saber¹¹³: Fernando Gonsales, com 13 tiras (39,39%); Laerte, com 5 tiras (15,15%); Orlandeli, com 2 tiras (6,06%); Jean Galvão, com 1 tira (3,03%); Bill Waterson, com 2 tiras (6,06%); Caco Galhardo, com 1 tira (3,03%)¹¹⁴; Chris Browne, com 1 tira (3,03%); Adão Iturrusgarai, com 5 tiras (15,15%); Adolar, Jim Davis e Ruis, com uma tira cada um (3,03% cada).

Como é possível constatar, autores nacionais e internacionais foram contemplados pelo livro que, a meu ver, muito bem se utilizou das possibilidades de diferentes autorias para apresentação do mesmo gênero. Ainda vale a ênfase de que as autorias escolhidas para constarem no livro didático têm seu trabalho reconhecido nacional e internacionalmente, dada a repercussão das tiras. Isso implica a utilização de exemplares do gênero tira que detêm circulação social e reconhecimento formal dos meios de comunicação que portam o gênero, prioritariamente, jornais e revistas, e outras mídias, como o meio virtual, por meio de blogues, redes sociais, sítios com diferentes interesses.

Dessas 33 tiras que contemplaram 11 autorias distintas, o quinto passo foi a seleção da ocorrência, no livro didático, da primeira tira de cada um dos autores. Assim, foi formado o *corpus* de 11 textos verbo-imagéticos do gênero tira, digitalizados para análise nesse trabalho.

¹¹² É importante fazer a ressalva de que o fato de algumas tiras não terem o nome do gênero indicado nos enunciados ou em outras passagens não desautoriza a configuração e nomeação do gênero tira, porque a própria materialidade textual, com recorrência à estrutura composicional, ao tema e ao estilo sinalizam o gênero em questão.

¹¹³ A ordem do nome dos autores obedece à ordem de aparecimento no livro didático.

¹¹⁴ Embora sejam duas as tiras de autoria de Caco Galhardo, apenas uma foi considerada, dado o segundo critério de seleção: tiras com mais de um enquadre.

4.1.3 SELEÇÃO DOS ANÚNCIOS PUBLICITÁRIOS

Para acompanhar o número de tiras, foram selecionados também 11 textos verbo-imagéticos do gênero anúncio publicitário. A justificativa para o número de anúncios ser o mesmo do número de tiras deve-se ao cuidado de não privilegiar um gênero em detrimento de outro, o que poderia, a meu ver, colocar em xeque a análise, uma vez que o interesse geral da pesquisa é analisar o funcionamento referencial de objetos de discurso em textos verbo-imagéticos. Em outras palavras, o que está em pauta é o funcionamento de um mecanismo sociocognitivo-discursivo, a referênciação, e não o gênero A ou B. Assim, mais uma vez, a tentativa foi a de minimizar possibilidades de interferência na análise da referênciação que a conduzissem por uma questão arbitrária.

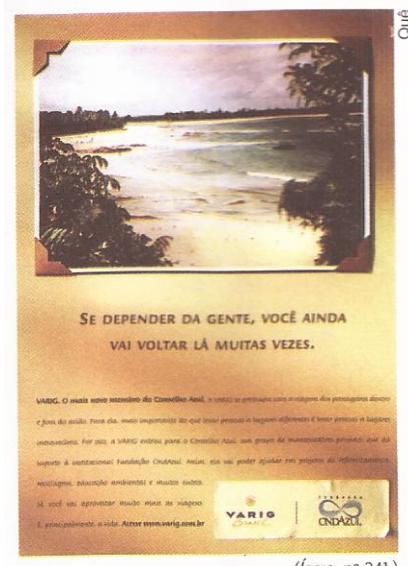
Assim como na escolha das tiras, a escolha dos anúncios publicitários também obedeceu a etapas de seleção. A primeira delas foi a escolha de textos que contemplassem palavra e imagem em um único enquadre. Mais uma vez, o *corpus* confirmou, de maneira totalizante, a preferência pela configuração do gênero em apenas um enquadre e também a realização do gênero por meio de textos que privilegiam palavra e imagem na composição textual. Todas as ocorrências apresentaram-se em um enquadre e todas continham imagem e palavra.

A segunda etapa constou da organização dos anúncios publicitários conforme o eixo de vendagem. Assim, três categorias foram contempladas: os anúncios que vendiam ideias, os que vendiam serviços e aqueles que vendiam produtos. Essa separação em categorias também buscou minimizar o funcionamento da referênciação atrelado a perfis de anúncios publicitários. De um total de 29 anúncios, 7 (24,13%) vendiam ideias, 9 (31,03%) vendiam serviços e 13 (44,82%) vendiam produtos. Foi feita uma proporção matemática com relação aos números apresentados nas categorias e o total de textos que deveriam ser escolhidos¹¹⁵. Por isso, da categoria venda de ideia, foram escolhidos 3 textos (proporção de 2,655); da categoria venda de serviço, foram escolhidos 3 textos (proporção de 3,413), e da categoria venda de produtos foram escolhidos 5 textos (proporção de 4,931), totalizando 11 ocorrências de textos verbo-imagéticos no gênero anúncio publicitário, que também foram digitalizados para as análises.

¹¹⁵ Ao fazer a proporção, privilegiei o arredondamento da casa decimal da seguinte maneira: quando a primeira casa decimal foi maior do que 5, o número foi arredondado para cima, e quando a primeira casa decimal foi menor ou igual a 5, o número foi arredondado para baixo.

A escolha, conforme proporção matemática realizada, obedeceu a três condições: primeiro, condição mínima de leitura do anúncio no próprio livro didático; segundo, condição mínima de inteligibilidade, após digitalização do *corpus*. Isso porque alguns anúncios no livro didático, dado o espaço em que se apresentavam, tornavam-se inteligíveis, pelo simples fato de não ser possível ler ou visualizar, minimamente, as imagens, como acontecido com o anúncio disponibilizado abaixo:

FIGURA 13 – Anúncio inteligível.



(ícaro, nº 241.)

Fonte: Cereja e Magalhães (2009, p. 87)

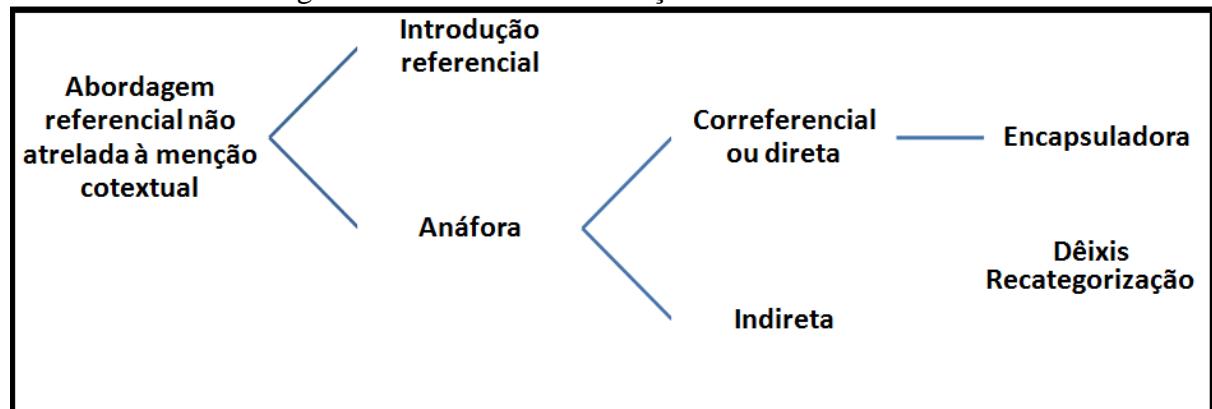
A última condição para a escolha do *corpus* foi orientada pela busca por anúncios cujas marcas e ou instituições promovedoras da vendagem nas categorias elencadas – ideia, serviço e produto – não coincidissem; ou seja, a opção foi a de não repetir a marca e ou a instituição, mas ideias, serviços ou produtos poderiam repetir-se, e foi o que aconteceu com dois anúncios que vendem a ideia da preservação da natureza (anúncios 1 e 3) e dois anúncios que vendem serviços de viagem (anúncios 4 e 5).

4.2 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE

Esta pesquisa visa à compreensão do fenômeno referencial em textos verbo-imagéticos. Para isso, as análises pautaram-se pelos movimentos referenciais apresentados

pela abordagem referencial da não menção cotextual, conforme explicitada no capítulo 3. Em linhas gerais, essa abordagem apresenta-se da seguinte maneira:

FIGURA 14 – Abordagem referencial da não menção cotextual.



Fonte: adaptado de Cavalcante (2011).

Embasados por essa abordagem, os objetos de discurso (doravante ODs¹¹⁶) foram analisados no processamento referencial a partir das categorias apresentadas, quais sejam: introdução referencial; anáfora direta; anáfora encapsuladora e anáfora indireta.

Para tratar dos ODs nos textos, foram consideradas ocorrências verbais em que figuraram sintagmas nominais¹¹⁷, ocorrências imagéticas e ocorrências em que o referente, OD, não esteve posto explicitamente no cotexto, mas pôde ser recuperado por diversos fatores atuantes no e para o processo referencial, inclusive e sobremaneira pela coexistência do verbal e do imagético, conforme abordagem em que me situo¹¹⁸.

À guisa de esclarecimento, faço a ressalva de que uma das grandes dificuldades na análise do texto verbo-imagético é justamente entendê-lo como um todo. Não se pode

¹¹⁶ O “s” ao final da abreviatura de objetos de discurso implica a expressão realizada no plural, conforme indica Bechara (2012, sem paginação): “Já está assentado que o plural de abreviatura ou sigla se faz mediante o acréscimo de um ‘s’ pluralizador, sem emprego do apóstrofo”.

¹¹⁷ Conforme Sousa e Silva e Koch (1998, p.14): “O sintagma consiste num conjunto de elementos que constituem uma unidade significativa dentro da oração e que mantêm entre si relações de dependência e de ordem”. Nesse sentido, entendo como sintagma nominal as unidades significativas que têm como núcleo, ou seja, que têm como elemento fundamental um nome ou um pronome substantivo (pessoal, demonstrativo, indefinido, interrogativo, possessivo ou relativo). Todos os sintagmas nominais serão considerados para efeito de análise, mesmo aqueles que se encontram alocados em sintagmas verbais e ou em sintagmas preposicionados, como no anúncio 2, em que a oração “Vamos acabar com esta espécie” conta com dois sintagmas nominais, a saber “Nós” (elidido) e “esta espécie”, cuja alocação encontra-se no sintagma preposicionado “com esta espécie”. É importante dizer ainda que a **consideração dos sintagmas nominais em relação à sua extensão será feita de modo a atender o critério unidade de sentido na materialidade em que se encontram**, como na tira 2, em que toda a expressão verbal é considerada, já que ela refere-se integralmente à imagem que apresenta a ação da menina Suria “Vou pendurar água com açúcar pra vir beija-flor!”.

¹¹⁸ Retomando Apotheloz (2001, p. 31) com tradução de Cavalcante (2011, p. 43): “(...) a referência não é, de modo algum, ligada a marcadores linguísticos particulares, nem notadamente àquilo que se convencionou chamar de ‘expressões referenciais’”.

entender que a imagem está a serviço do verbal ou vice-versa; ao contrário, a análise empreendida nesta pesquisa primou pelo entendimento de que tanto o verbal quanto o imagético são pares na construção dos sentidos, isto é, ambos se complementam – premissa de complementaridade assumida na introdução do estudo. Todavia, para melhor dimensionar o funcionamento dos ODs nas categorias de análise eleitas foi inevitável tratar cada modo distintamente. Isso foi realizado com fins metodológicos, posição também partilhada por Cagnin (1975) e Vergueiro (2006), para tratar dos elementos constitutivos das histórias em quadrinhos. Por isso, retomo Vergueiro, quando de sua consideração sobre essas histórias, entendidas, nesta pesquisa, como exemplo de texto verbo-imagético:

Em primeiro lugar, nota-se que as histórias em quadrinhos constituem um sistema narrativo composto por dois códigos que atuam em constante interação: o visual e o verbal. Cada um desses ocupa, dentro dos quadrinhos, um papel especial, reforçando um ao outro e garantindo que a mensagem seja entendida em plenitude (...). A grande maioria das mensagens dos quadrinhos, no entanto, é percebida pelos leitores por intermédio da interação entre os dois códigos. Assim, **a análise separada de cada um deles obedece a uma necessidade puramente didática, pois, dentro do ambiente das HQs, eles não podem ser pensados separadamente** (VERGUEIRO, 2006, p. 31, grifo meu).

Posto isso, reforço o esclarecimento de que as separações dos modos verbal e imagético em alguns momentos da análise para observação referencial justificaram-se pela necessidade de apresentação metodológica dos movimentos referenciais que um e outro modo exibiam. Contudo, a consideração da (re)construção de sentido do processo referencial somente foi analisada no bojo da enunciação, uma vez que sustento a referenciação como um fenômeno sociocognitivo discursivo. Nesse sentido assumo com Ciulla e Silva (2008, p. 17) que “a referência é um processo em que não se pode separar completamente o que é linguístico do que não é.”.

Outra ponderação a fazer é quanto à reapresentação das tiras e dos anúncios ao longo da análise. Essa foi uma escolha que buscou colaborar com o leitor desta pesquisa, para melhor compreensão dos movimentos referenciais, haja vista que todos os 22 textos foram contemplados na análise de cada uma das quatro categorias eleitas pela pesquisa. Assim, por exemplo, uma tira apresentada na análise da categoria introdução referencial foi também alvo de apresentação da categoria anáfora direta. Nesse sentido, nada melhor do que o retorno à visualização do texto.

Definidas as categorias analíticas e o *corpus*, seguem os passos para a análise propriamente dita. Para o tratamento do *corpus* selecionado, primeiro, procedi à identificação dos ODs nos textos, considerando não apenas o cotexto, mas o entorno discursivo. Depois, os ODs encontrados em cada texto verbo-imagético foram enquadrados nas categorias propostas, conforme seu movimento referencial, e seu funcionamento foi descrito. Nesse momento, cabe a observação de que como os textos selecionados para esta pesquisa propositalmente contêm apenas um enquadre, no caso dos anúncios, e mais de um enquadre, no caso das tiras, foi preciso estabelecer um critério para a análise dos ODs nos casos de apenas um enquadre, isto é, nos casos em que a análise priorizou ODs dentro de um mesmo enquadre (*intraenquadre*) nas tiras ou nos casos dos 11 textos dos anúncios publicitários, que apresentam um enquadre apenas.

Dessa necessidade, tanto nos anúncios publicitários quanto nas tiras, ao analisar ODs *intraenquadres*, um mesmo OD foi considerado ora individualmente perante todo o enquadre, ou seja, perante o co(n)texto de produção textual envolvendo ODs nos modos verbal e imagético, e ora posto em correlação direta¹¹⁹ a outro OD dentro do enquadre. Nesse sentido, um mesmo OD, dependendo de sua consideração neste critério, assumirá mais de um movimento referencial; por exemplo, quando determinado OD for analisado individualmente perante todo enquadre, pode assumir a classificação de introdução referencial e quando analisado em correlação direta a outros ODs pode se configurar em anáfora direta ou anáfora indireta.

Por fim, após analisar os ODs, verificando seu funcionamento em cada categoria e em cada gênero separadamente, com pelo menos um exemplo de cada ocorrência, elaborei um quadro síntese com o funcionamento referencial conforme categoria analítica e gênero. Em seguida, propus uma reflexão acerca desses usos, de maneira a cotejar o funcionamento de cada categoria e de cada gênero, evidenciando regularidades e desvios com relação ao funcionamento dos ODs, considerando a possível interferência que o gênero pôde ou não exercer sobre eles. Os resultados da análise foram apreciados à luz da teoria da referenciação de base sociocognitivo-discursiva a fim de propor distanciamentos e ou encontros com os princípios que a referenciação utiliza para o texto verbal.

¹¹⁹ A expressão “correlação direta” foi escolhida no intuito de contrapor a relação de um OD perante o todo co(n)texto. Assim, a escolha pelo termo corresponde à relação mútua empreendida especificamente entre dois ou mais ODs presentes no co(n)texto.

Isso posto, anuncio que as análises empreendidas neste estudo foram de natureza interpretativa e qualitativa para explicar o funcionamento da (re)construção de ODs, uma vez que, a pesquisa qualitativa, segundo Bradley (1993), tem seus dados segmentados em unidades menores e reorganizados em categorias que se relacionam de modo a ressaltar padrões, temas e conceitos, sendo o pesquisador, nesse ínterim, um interpretador da realidade.

Capítulo 5

A referenciação no texto verbo-imagético: uma abordagem

Classificar fenômenos é como colocar livros na estante: há muitos critérios possíveis e a escolha entre eles depende de nossos objetivos (BORGES NETO, 2012, p. 2).

Com base em Borges Neto, a análise que ora apresento neste capítulo é uma construção subjetiva¹²⁰, a partir de uma orientação teórica definida: os postulados da Linguística Textual de base sociocognitivo-discursiva e a referenciação sob abordagem não atrelada à menção cotextual. Dessa forma, a análise empreendida é uma possibilidade escolhida, dentre tantas outras, que se orienta pelo objetivo geral de explicar o funcionamento referencial de ODs em textos verbo-imagéticos.

Mais especificamente, objetivo i) identificar, descrever e analisar o funcionamento de ODs em textos verbo-imagéticos, utilizando gêneros distintos, no caso do *corpus*, anúncio publicitário e tira; ii) estender categorias de análise referenciais do texto verbal ao texto verbo-imagético; iii) verificar se os princípios, ao se propor a extensão da referenciação para o texto verbo-imagético, serão os mesmos que os utilizados para a referenciação em textos verbais.

A partir desses objetivos, pretendo contribuir para o alargamento do campo da LT no que se refere a novas propostas de análises textual-discursivas. Passo, então, à apresentação das categorias utilizadas para a análise dos ODs nos textos verbo-imagéticos. Para cada categoria, apresento e discuto os resultados nos gêneros tira e anúncio e proponho uma síntese das ocorrências nas categorias analisadas.

5.1 INTRODUÇÃO REFERENCIAL

Conforme dito anteriormente, a Introdução Referencial (IR) na abordagem da não menção cotextual é um dos movimentos em que o referente é introduzido no texto, considerado como primeira aparição. Como visto, essa introdução pode acontecer de forma

¹²⁰ Isso porque acredito que a realidade é uma construção subjetiva e, ao mesmo tempo, social. Portanto, impossível de ser acessada diretamente, impossível de ser decalcada.

não marcada no cotexto, por meio da consideração de outros fatores que participam da (re)construção dos ODs.

Além disso, a introdução pode ter outras funções que não apenas a de apresentar/introduzir o referente, como proposto por Silva (2013): i) apresentar de forma aparentemente neutra o referente; ii) orientar o ponto de vista; iii) recuperar informação na memória supostamente compartilhada; iv) despertar curiosidade e necessidade de confirmar o referente e v) encapsular informações.

5.1.1 TIRAS

A primeira recorrência do funcionamento da IR foi o aparecimento desse processo em todos os textos. Além dessa verificação, **a IR constou em todos os primeiros enquadres das tiras.** Essa segunda constatação parece um tanto óbvia, porque no primeiro enquadre é que, teoricamente, os ODs são apresentados, dada a sequencialidade cronológica e temporal da narrativa quadrinística. **Todavia, o primeiro enquadre não foi o único lugar em que se observou esse processo referencial: de 11 tiras, 7 (63,63%)¹²¹ apresentaram IR em enquadres diferentes do primeiro,** conforme evidencia os enquadres 2 a 6 da tira 2:



¹²¹ Com exceção das tiras 1, 4, 5 e 7.

Os ODs imagéticos abelhas, gato, gavião, urso e morcego não eram previsíveis por nenhuma âncora ou fonte textual. Ao contrário, o OD esperado para os enquadres posteriores ao primeiro era justamente o “beija-flor”, conforme aparição no primeiro enquadre.

Já no terceiro enquadre da tira 8, há uma IR não explicitada cotextualmente, mas recuperável pelo amálgama de aspectos envolvidos na compreensão desse enquadre: o OD “agência bancária”.



Esse processo se dá pela capacidade do coenunciador, por meio de seu modelo de contexto (VAN DIJK, 2012), (re)acionar cognitivamente conhecimentos sócio-histórico culturais capazes de remeterem o cenário do enquadre juntamente com a participação dos ODs ao estabelecimento comercial banco. Para esse entendimento, são cruciais os demais ODs verbais do terceiro enquadre, “sua conta”, “seu nome”, “no Serasa” e “gerente”. E esse processo de IR se consuma porque, conforme o primeiro e o segundo enquadres da tira, o OD “agência bancária” não tinha nenhuma referência anterior que o autorizasse, como mostra a narrativa na primeira e segunda cenas.



Ou seja, diante da ausência de uma âncora (explícita ou implícita) no texto, o OD “agência bancária” configura-se como primeira aparição referencial.

Considerando a aparição de IRs em outros enquadres que não o primeiro, o destaque fica para a aparição no último enquadre: **de 7 textos, 5 (71,42%)¹²² deles apresentaram IR no último enquadre**, como foi o caso da bruxa má como gerente de banco e a própria agência bancária.

Outra recorrência do funcionamento da IR que chamou a atenção revelou-se pelo **aparecimento intraenquadre de um mesmo OD via palavra e via imagem**, como apresentado na tira 9, especificamente no primeiro enquadre.



O OD avô é apresentado pelo modo verbal por meio de duas expressões referenciais: “vô” e “o senhor”, e pela imagem, o avô também é apresentado sentado em uma cadeira de balanço. O mesmo acontece na tira 2, no primeiro enquadre, quando toda a ocorrência verbal “Vou pendurar água com açúcar” é igualmente introduzida pela imagem da ação da menina Suriá¹²³, dependurando um bebedouro para os beija-flores com água e açúcar.

¹²² Com exceção das tiras 2 e 6.

¹²³ Suriá é o nome da personagem das tiras de Laerte, voltada ao público infantil. Ela tem 9 anos e é, dentre as personagens de histórias em quadrinhos, uma das poucas personagens negras.



Faço uma observação quanto à identificação da personagem mostrada como sendo Suriá. Essa identificação advém da relação entre o OD verbal “eu” (pronome pessoal elidido e recuperável pela desinência verbal de “vou”) e o OD imagético “menina” que, no enquadre, está falando – ação marcada pelo balão de fala e seu rabicho que aponta para a personagem, por isso sendo entendido como um recurso dêitico. Assim como esse exemplo, **o uso de pronomes pessoais dêiticos¹²⁴ configurando IRs aconteceu em 6 (54,54%)¹²⁵ das 11 tiras do corpus.** E dentro desse funcionamento, **5 tiras (83,33%) apresentaram o uso dos pronomes cuja função foi a de prover interação entre os personagens da própria tira.** Apenas na tira 1 é que o uso elidido do pronome dêitico pessoal “você”, em “Sabia que os ratos são exímios nadadores?” tem a função de localizar o leitor da tira, em uma relação que extrapola a materialidade cotextual, mas que não deixa de ter função dêitica.

Outra consideração importante para este estudo é que não há como prever a ordem de leitura do coenunciador dentro de cada enquadre no que tange aos modos de significação¹²⁶, ou seja, não há garantias quanto ao que será atualizado como primeira leitura: o modo verbal ou o modo imagético, especialmente porque se considera o todo da materialidade textual, o que reafirma a premissa da relação de complementaridade entre os modos. Além disso, não há condições de indicar, por exemplo, que os ODs verbais sejam introduções referenciais, porque em geral aparecem em posição superior no enquadre e, conforme tradição ocidental, a

¹²⁴ Cavalcante (2011, p. 95) tratará esse tipo de pronome como “dêitico pessoal” cuja função é identificar os interlocutores na situação de comunicação.

¹²⁵ Esse funcionamento pode ser observado nas tiras 1, 2, 4, 9, 10 e 11.

¹²⁶ Cabe a ressalva de que não se pode prever a ordem de leitura intraenquadre no que concerne aos modos de significação verbal e imagético **em correlação direta**. Contudo, essa ideia da não linearidade não se aplica totalmente quando se trata de analisar o modo verbal. Para esse modo deve ser levada em consideração a orientação de leitura que ele pressupõe, principalmente quando se trata de uma organização por meio de períodos, que é o caso das ocorrências no *corpus*. Assim, nesta pesquisa opto por considerar a linearidade do modo verbal quando não estou confrontando esse modo com o imagético.

convenção de leitura é de cima para baixo e da esquerda para a direita, e que, em contrapartida, os ODs imagéticos sejam anáforas, como no exemplo da tira 9 em que avô é apresentado tanto pela imagem quanto pela palavra. Esse funcionamento intraenquadre revela um movimento não linear que perpassa qualquer ato de leitura e não pode ser desconsiderado nesta análise, por isso o critério mencionado no capítulo da metodologia quando da análise de ODs intraenquadre. Portanto, dentro de cada enquadre, quando há ODs comuns realizados concomitantemente por ambos os modos (verbal e imagético), a análise seguirá o princípio de que não se pode determinar a ordem de leitura, **o que implicará a consideração desses ODs em ambos os modos e intraenquadres como processos de IR**. Considerando que houve **IR em todas as tiras, o aparecimento de um mesmo OD nos modos verbal e imagético configurando IR prevaleceu em 9 (81,8%)¹²⁷ das 11 tiras**.

Retornando ao primeiro enquadre da tira 9, além dos ODs que têm aparição por meio dos dois modos de significação, o avô e o menino Teté, há uma IR que não apresenta esse funcionamento, ou seja, essa **IR não tem ODs comuns apresentados nos modos verbal e imagético e que, ao mesmo tempo, sejam IRs**. Essa situação aplica-se ao OD “Super-vó” que, no primeiro enquadre, aparece apenas sob OD no modo verbal. O reaparecimento da avó no último enquadre já não se configura mais como IR, mas como anáfora direta recategorizada. **Tal funcionamento ocorreu em apenas 4 dos 11 textos (36,36%)¹²⁸**.



(Adolar. Folha de S. Paulo, 15/4/2005.)

¹²⁷ As tiras que não contemplam esse funcionamento são 5 e 7.

¹²⁸ Ocorreu nas tiras 5, 7, 8 e 9 (como mostrado pelo OD “Super-vó”).

O título da tira apresentado pelo OD verbal “Super-vó” é uma IR encapsuladora, porque esse OD tem a função de resumir porções de informação explícitas e implícitas do texto e reconfigurar o referente orientando um posicionamento discursivo-argumentativo. A partir da leitura de toda tira é possível pressupor duas interpretações para “super”: a avó trabalha muito enquanto o avô não e a avó é tão corajosa a ponto de desbancar argumentativamente o avô quando contradiz o que o idoso dizia ao neto: “Disposição é algo que não me falta”. Dessa forma, o OD verbal “Super-vó” encapsula a informação de que a avó do menino Teté é uma senhora bastante ativa e especialmente sem preguiça, se comparada ao seu esposo, o avô de Teté, que não atende há uma semana uma solicitação da avó e que não levanta da cadeira. Essa informação encapsulada pelo OD “Super-avó” já traz uma orientação do posicionamento do enunciador. Assim, essa IR tem também a função avaliativa. Além disso, essa é a única tira que apresenta título. Nesse caso, uma das possibilidades de explicação da função encapsuladora da IR é sumarizar e avaliar simultaneamente o que vai ser narrado; função essa coincidente com a função geral dos títulos: sintetizar o que vai ser desenvolvido nos textos e apontar um direcionamento discursivo.

Outra tira que apresenta IR, no primeiro enquadre, por meio de um OD em apenas um dos modos de significação é a tira 5, cuja IR dá-se apenas pela imagem: Calvin brincando com o ioiô.



No primeiro enquadre da tira 7,



também em contraste com o funcionamento que privilegia o mesmo OD apresentado via imagem e via palavra, a IR realiza-se por ODs diferentes: pelo modo verbal há “50% dos problemas de saúde” e “Hagar” – título da tira, e pela imagem há Dr. Zook, o médico druída encapuzado – personagem das tiras de Hagar, autoria de Chris Browne.

Outra tendência do funcionamento das IRs nas tiras relaciona-se à **recategorização intraenquadre, pelo modo imagético, do mesmo OD apresentado verbalmente**. Em todos os casos, ou seja, em 100% das 9 tiras¹²⁹ em que o OD comum foi introduzido intraenquadre via palavra e via imagem e classificado como IR, **a imagem foi responsável por recategorizar o OD verbal, resultando em uma IR recategorizada**, com base no que já foi apresentado quanto à noção de recategorização (CAVALCANTE, 2005, 2011; LIMA, 2009; CUSTÓDIO FILHO, 2011; SILVA, 2004, 2013). Dessas 9 tiras que apresentaram recategorização pelo modo imagético, **7 (77,77%) delas apresentaram tal recategorização no primeiro enquadre e apenas duas (22,22%)¹³⁰ apresentaram esse funcionamento em enquadre diferente do primeiro**. Antes de mostrar esses funcionamentos, me ative a uma reflexão sobre a recategorização pela imagem. Adiante volto à exemplificação tanto da recategorização no primeiro enquadre quanto à recategorização em enquadre diferente do primeiro.

O funcionamento do OD imagético recategorizando um OD verbal, conforme indicado previamente, encontra amparo também na afirmação do quadrinista americano Eisner (2010, p. 106):

Nas histórias em quadrinhos, a postura do corpo e o gesto têm primazia sobre o texto. **A maneira como são empregadas essas imagens modifica e define o significado que se pretende dar às palavras.** (grifo meu).

¹²⁹ Menos as tiras 5 e 7.

¹³⁰ Tiras 3 e 6.

Para ilustrar essa afirmação de Eisner, rapidamente apresento uma consideração sobre o primeiro enquadre da tira 11.

Nesse enquadre, o cenário contém os ODs imagéticos Bobo, Rei e violão. Se limitados a esses objetos, suas feições, sua posição corporal, conforme figura seguinte,



algumas inferências são possíveis: i) o Rei conversa com o Bobo (imagem da boca do Rei semiaberta e olhos na direção do interlocutor); ii) o rei pretende entregar o violão ao Bobo (posição do violão na cena – braço do Rei direcionado ao Bobo assim como o braço esquerdo do Bobo direcionado ao violão); iii) o Bobo não gosta do que escuta (olhos e boca do Bobo denotam desconforto, tristeza).

Todas as inferências possibilitadas pelos ODs no modo imagético podem ser confirmadas pelo balão de fala:



i) o rei conversa com o Bobo, ordenando (uso do modo imperativo – “cante”) uma ação: que ele cante; ii) o Rei entrega o violão ao Bobo, para que ele cante; iii) o Bobo, mesmo não verbalizando, não gosta do que escuta – observável por sua expressão fisionômica.

Essas confirmações inferenciais atestam não somente a importância dos ODs imagéticos na direção e compreensão de textos verbo-imagéticos como a utilização, por parte do enunciador, do dispositivo cognitivo de inferência (o dispositivo-K) que calcula, durante a interação, o que os interlocutores já sabem, o que lhe permite a organização da comunicação (VAN DIJK, 2012). Supor o que os outros já sabem é considerar a representação de um modelo de experiência do coenunciador, ou seja, o enunciador, ao desenhar os personagens com as expressões fisionômicas e corporais, parte do princípio de que esses desenhos já são socioculturalmente partilhados pelo coenunciador, capazes de ocasionar os efeitos esperados, por exemplo: semblantes de ira e de tristeza. Corroborando com a teoria do modelo de contexto vandijkianiana, Eisner escreve sobre expressões fisionômicas:

(...) quando uma imagem é habilidosamente retratada, ao ser apresentada, ela consegue deflagrar uma lembrança que evoca o reconhecimento e os efeitos colaterais sobre a emoção. **Trata-se, aqui, é evidente, da memória comum da experiência.** É precisamente por isso que a forma humana e a linguagem dos seus movimentos corporais tornam-se os ingredientes essenciais dos quadrinhos (EISNER, 2010, p. 103, grifo meu).

Ele ainda insiste:

o artista tem de sintetizar numa única postura uma centena de movimentos intermediários de que se compõe o gesto. Essa postura selecionada deve expressar nuances, servir de suporte ao diálogo, impulsionar a história e transmitir a mensagem (EISNER, 2010, p. 104).

Essa memória comum da experiência, da qual trata Eisner, é responsável por imprimir sentidos sobre não apenas às expressões fisionômicas, mas ao cenário da tira como um todo, pois “a figura suscita no leitor uma comparação com o seu código, acervo de imagens sensoriais” (CAGNIN, 1975, p. 48).

Voltando ao funcionamento relativo a um OD imagético recategorizando um OD verbal, apresento, à título de exemplificação, o primeiro enquadre da tira 1:

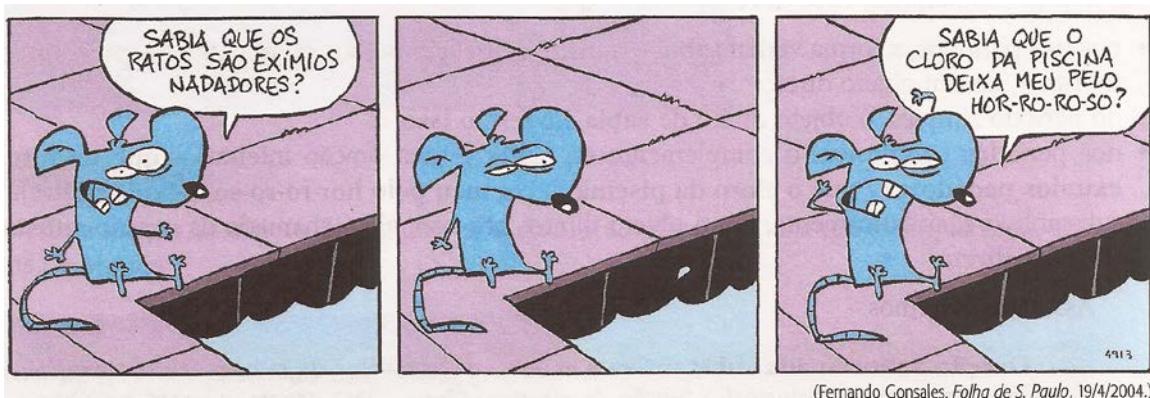


O OD verbal “os ratos” aparece recategorizado pela imagem de um rato azul, o Níquel Náusea, independente da ordem de leitura. Considerando que “os modelos de contexto explicam em detalhe os processos de recontextualização e o modo como os participantes conseguem lidarativamente com essas mudanças” e “integram as propriedades sociais e cognitivas dos eventos comunicativos” (VAN DIJK, 2012, p. 108-109), há de se considerar os conhecimentos socioculturalmente e cognitivamente partilhados para a noção de recategorização. É preciso que o coenunciador estabeleça a relação entre o sintagma nominal “os ratos” na fala de Níquel, referindo-se à classe dos mamíferos roedores, e a individualização dessa categoria por meio de um exemplar, o próprio Níquel (imagem), mesmo que fuja do que é previsível quanto categoria: pelo modelo de experiência não se pensa, em um primeiro momento, em ratos azuis. Isso confirma a ideia de que “a recategorização é, por definição, uma alteração nas associações entre representações categoriais parcialmente previsíveis, portanto, em nossa visão pública do mundo” (CAVALCANTE, 2005, p. 132).

Há ainda de se considerar o princípio de cooperação do coenunciador (CAVALCANTE, 2011): o personagem fictício que afirma serem os ratos exímios nadadores é também um rato, porque o modelo de contexto permite a paridade de características entre o ser ficcional e o que o modelo de experiência sócio-histórico cultural admite – os ratos são seres com duas orelhas, com quatro patas, cauda, focinho. Além disso, o conhecimento prévio dos personagens de Fernando Gonsales – autor da tira – permite a cooperação da relação entre “os ratos” e o Níquel, este um ser daquela categoria.

Além da recategorização do OD “os ratos” pela imagem do Níquel, a recategorização também acontece pelo verbal por meio da predicação “exímios nadadores”. Níquel, ao afirmar que “os ratos são exímios nadadores”, atribui uma nova perspectiva para o OD em foco. Essa

recategorização tem por função direcionar a compreensão do coenunciador, seu ponto de vista, configurando-se, portanto, em uma estratégia argumentativa que confere coerência à graça da tira, apresentada no último enquadre: embora Níquel Náusea afirme que os ratos sejam bons nadadores, ele reluta ou esquiva-se em mostrar ao seu interlocutor essa habilidade, alegando a ação negativa do cloro da água sobre seus pelos.



(Fernando Gonsales. *Folha de S. Paulo*, 19/4/2004.)

Ainda, nessa tira, é possível evidenciar IRs não explicitadas, mas recuperáveis pelo conjunto de aspectos que envolvem os enquadres. Essa IR não explicitada no contexto variará de acordo com duas possibilidades de leitura¹³¹.

Uma primeira possibilidade de leitura é considerar como IR não mencionada no contexto o OD “provocação”, no primeiro enquadre, cuja função será a de orientar um ponto de vista. Esse OD pode ser deduzido pela nuance que orienta o questionamento verbal: uma provocação – “Sabia que os ratos são exímios nadadores?”. Essa nuance se dá pelo questionamento verbal do rato acompanhado da imagem de um corpo que denota movimento de interação. Para definir a situação de interlocução do rato, muitos recursos são utilizados, dentre eles, a fisionomia. Segundo Ramos (2009, p. 107), “Nos quadrinhos, parte dos elementos da ação é transmitida pelo rosto e pelo movimento dos seres desenhados”. Exatamente esses recursos ajudam a inferir que o rato está propondo interlocução: a imagem de sua boca denotando movimento, o olhar e a forma desse olhar direcionado para um possível interlocutor, a pata esquerda em posição de movimento. Sobre isso, Vergueiro (2006) comenta:

¹³¹ Essa possibilidade de mais de um caminho de leitura também foi mostrado em Silva (2013) quando analisou o gênero nota jornalística.

Elementos também importantes para a caracterização dos personagens e compreensão da mensagem das histórias em quadrinhos são suas expressões corporais e faciais, que muito influenciam a compreensão de seu estado de espírito. As expressões faciais seguem um código universalmente aceito para evidenciar cada estado de ânimo, possibilitando expressar os mais variados sentimentos, de acordo com a criatividade de cada autor. Por sua vez, os gestos do personagem acompanham as características definidas para ele (VERGEUIRO, 2006, p. 53).

Juntos, o verbal e o imagético, nessa possibilidade de leitura, sugerem que o rato parte de uma premissa, qual seja: seu interlocutor pode ter dúvidas quanto à capacidade aquática dos ratos, daí a necessidade de Níquel tentar provar o quanto os ratos são bons nadadores. Assim, tanto a pergunta do rato e os OD verbais quanto o cenário e os OD imagéticos, no primeiro enquadre, são determinantes para a IR não explicitada “provocação”. Essa coexistência dos modos de forma integrada evoca a função de complementaridade entre o verbal e o imagético. Quanto a isso, um dos grandes pesquisadores sobre histórias em quadrinho no Brasil, Cagnin (1975, p. 30), declara tratando especificamente do hipergênero histórias em quadrinhos:

(...) é fácil compreender a função de complementaridade dos dois sistemas envolvidos nas HQ. O elemento linguístico tem um amplo poder de representação no vasto campo dos conceitos universais, mas o elemento icônico só traz diante de nós o simulacro dos objetos físicos e, no máximo, sugestões de movimento e de sucessão. A imagem, no entanto, está revestida da imensa riqueza da representação do real com características individuais.

O cenário ainda funciona como estratégia argumentativa que colabora para a IR “provocação” com função avaliativa: o fato de o rato estar na borda de uma piscina e questionar seu interlocutor sobre o conhecimento das habilidades aquáticas dos ratos possibilita a inferência de uma possível ação: se o interlocutor do rato duvidar do que ele afirma – “ratos são exímios nadadores” – ele, o rato, está pronto para tirar a prova, uma vez que tem uma piscina próxima a ele e a seu dispor. Daí, a graça da tira: o rato, no último enquadre, reluta ou esquia-se em provar a capacidade aquática dos ratos, porque “o cloro da piscina” – OD verbal – deixa o pelo dele – OD verbal e imagético – horroroso. Nessa primeira proposta de leitura, surge, então, outra IR não mencionada cotextualmente na última cena: “evasão/fuga”, também com função de orientar um ponto de vista.

Considerando ainda essa primeira possibilidade de leitura, na sequência dos enquadres, o OD Níquel Náusea é recategorizado à medida que vai sendo retomado¹³²: de um rato provocador (primeiro enquadre) a um rato evasivo (último enquadre). Ainda é possível verificar que Níquel se recategoriza em um rato vaidoso, haja vista a informação de que o pelo dele fica horroroso quando em contato com o cloro.

Outra possibilidade de leitura, uma segunda possibilidade¹³³, resulta em uma IR diferente de “provocação” no primeiro enquadre. Se não se leva em conta a suposição de que o interlocutor a quem Níquel se dirige duvida da capacidade aquática dos ratos ou esse interlocutor já tem o conhecimento prévio de que os ratos sabem nadar, não há “provocação” na pergunta de Níquel, apenas necessidade interativa, como se o rato quisesse iniciar ou manter uma conversa. Nesse caso, a IR não mencionada cotextualmente no primeiro enquadre seria entendida pelo OD “necessidade de comunicação”, com função aparentemente neutra.

Essa segunda leitura implica não em uma nova IR não explicitada no último enquadre, mas na manutenção por retomada do OD “necessidade de comunicação”¹³⁴. No caso do último enquadre, o rato, ao comentar sobre o efeito do cloro em seus pelos, deseja apenas manter com seu interlocutor a interação iniciada na primeira cena, embora esse rato enquanto OD e retomado sobre processo de anáfora direta continue sofrendo recategorizações à medida que as cenas são postas: inclusive, Níquel não deixa de ser recategorizado como rato vaidoso.

As duas possibilidades de leitura descritas recategorizam o OD Níquel Náusea e propõem desconstrução de expectativas ao leitor da tira, o que gera o efeito cômico da tira. Para a primeira possibilidade de leitura, a revogação da necessidade de provar as habilidades aquáticas dos ratos evidencia a fuga do animal ao teste sobre suas habilidades aquáticas. É como se o princípio de pôr o rato à prova fosse desfeito, sob alegação de uma vaidade: o pelo tornar-se horroroso ao contato com o cloro. Para a segunda hipótese de leitura, o que prevalece é a necessidade de o rato manter a interação com o interlocutor, considerando o entendimento de que o interlocutor já sabia sobre o que o rato falava. Assim, uma e outra possibilidades de leitura condicionam o surgimento de uma ou outra IR não explicitada: no

¹³² No primeiro enquadre Níquel é IR, mas, no segundo e no terceiro enquadres, a imagem de Níquel enquanto OD apresenta-se como anáfora direta recategorizada pelo contexto de cada cena.

¹³³ À título de justificativa para a percentagem apresentada ao longo deste capítulo, considero, para o cálculo desta tira, a segunda opção de leitura, em que não há uma nova IR, mas a retomada de um OD apresentado pelo primeiro enquadre.

¹³⁴ Nesse caso, há o processo de anáfora direta entre o OD apresentado no primeiro enquadre “necessidade de comunicação” e o mesmo OD sendo retomado no último enquadre.

primeiro enquadre ou se tem a IR “provocação” ou “necessidade de comunicação”. Se se considera a primeira leitura, outra IR aparece no terceiro enquadre “evasão/fuga”. Ao contrário, considerando a “necessidade de comunicação” como IR no primeiro enquadre, esse OD não explicitado será retomado (também sem menção cotextual) no último enquadre, por meio de processo anafórico direto.

Essa análise de IRs diferentes a se considerar caminhos de leitura diversos atesta o quanto dinâmico o processo referencial é. Confirma ainda todos os princípios sobre os quais se orienta a noção de referenciação: um processo sociocognitivo discursivo, que leva em conta a interação e as atividades sociocognitivas discursivas de sujeitos inseridos sócio-histórico e culturalmente no mundo. Uma (re)construção referencial dependente de um momento enunciativo e de múltiplos fatores que se integram para possibilitar efeitos de sentido a partir dos usos e dos sujeitos da comunicação. Por isso, os ODs são (re)atualizados, conforme desenvolvimento da interação. Além dessa ratificação dos princípios da perspectiva sociocognitivo-discursiva da referência, a IR estabelecida por leituras diversas coaduna especialmente com dois princípios da abordagem da não menção, a saber: ii) “não apenas os indícios do cotexto são considerados para a configuração dos ODs, mas todos os outros dados do entorno sociocultural e situacional dos enunciadores e coenunciadores” (CAVALCANTE, 2011, p. 125) e iii) o fato de que o OD nem sempre é explicitado por uma expressão referencial no cotexto. A duplicidade de caminhos de leitura corrobora ainda com os pressupostos apresentados na teoria vandijkiana sobre os modelos de contexto, especialmente corrobora a tese de que

não é a situação social que influencia o discurso (ou é influenciada por ele), **mas a maneira como os participantes definem essa situação.** Portanto, os contextos não são um tipo de condição objetiva ou de causa direta, mas antes **construtos (inter)subjetivos concebidos passo a passo e atualizados na interação pelos participantes enquanto membros de grupos e comunidades.** (...) os contextos são construtos dos participantes. (VAN DIJK, 2012, p. 11, grifo meu).

Mostrando ainda o funcionamento da recategorização da IR que conta com o mesmo OD apresentado concomitantemente em ambos os modos, verbal e imagético, e recategorizado pelo OD no modo imagético, o primeiro enquadre da tira 3 mostra o OD verbal “o corsário” sendo recategorizado pelo OD imagético: o cão corsário Vândalo.



Nessa tira, o OD “corsário” apresenta-se por meio do sintagma nominal “o corsário” e pela imagem do cão Vândalo, personagem das tiras de Orlandeli. Nesse texto, o conhecimento sócio-histórico cultural do que seja corsário é fundamental para a construção de sentidos. Historicamente, corsário era um pirata que tinha autorização de um governo para saquear navios de outra nação. Diferentemente de um pirata que saqueava navios por conta própria, sem a tutela de um governo. Abaixo, a imagem do maior corsário da história em 1591, Sir Francis Drake¹³⁵.

FIGURA 15 – Corsário.



Fonte: Wikipédia¹³⁶

¹³⁵ Informações retiradas do sítio <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Cors%C3%A1rio>>. Acesso em 20 mar. 2013.

¹³⁶ Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Cors%C3%A1rio>>. Acesso em 20 mar. 2013.

A expressão “o corsário” foi apresentada no primeiro enquadre por meio do determinante artigo definido que indica, dentre outras coisas, o fato de o enunciador apoderar-se do dispositivo-K, segundo Van Dijk (2012), pressupondo uma base comum de conhecimento entre ele e o coenunciador, considerando o K4: “Assuma que os leitores têm o mesmo conhecimento sociocultural que você” (VAN DIJK, 2012, p. 128). Assim, o enunciador parte do pressuposto de que o coenunciador já sabe o sentido de corsário ou é capaz de recuperá-lo pelo contexto da tira. Se se considera essa última hipótese, o OD imagético será de crucial importância para (re)ativar conhecimentos na memória episódica do leitor ao mesmo tempo em que o recategoriza: Vândalo não é apenas o cão personagem das tiras de Orlandeli cujo dono é Grump; ele é um corsário – visivelmente identificável como tal pela máscara nos olhos e pela capa, vestimentas importantes à caracterização de um corsário. Portanto, a função da IR do OD imagético cão corsário Vândalo é recuperar informação na memória partilhada.

Nessa tira ainda há outra IR evidenciada pelo mesmo OD nos modos verbal e imagético, mas recategorizado pelo modo imagético: “a garrafa de ice coke”, no terceiro enquadre.



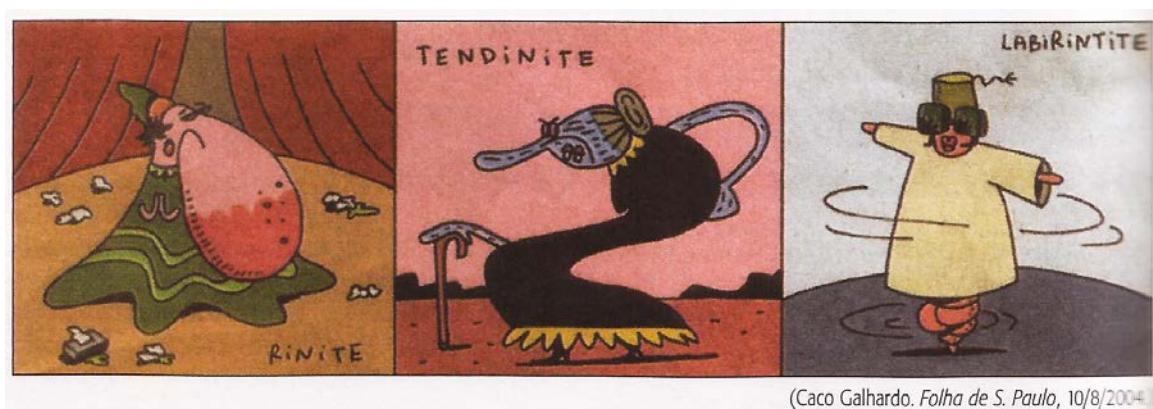
Essa recategorização do OD pelo modo imagético acontece pelo redimensionamento da cor da “garrafa de ice coke”. Pelo conhecimento sócio-histórico e cultural partilhado, a cor da garrafa de ice coke¹³⁷ não se apresenta comumente verde, até porque a garrafa é de vidro incolor (material translúcido) e o líquido que ela porta é preto. Embora exista recategorização, essa não tem função argumentativa ou função de recuperação de informação na memória

¹³⁷ Seria Coca-cola, em Língua Portuguesa.

partilhada como tem, por exemplo, a recategorização do cão Vândalo em cão corsário. Essa IR recategorizada tem função aparentemente neutra, conforme defende Silva (2013) quanto às propostas de funções das IR, porque não é responsável pela direitividade do dizer, ou seja, não há marcas com carga avaliativa.

Tal recategorização descrita sobre o OD “garrafa de ice coke” aparece no terceiro enquadre da tira 3. Outra tira, além desta, em que a IR aparece em enquadres diferentes do primeiro por meio de ODs comuns nos modos verbal e imagético e recategorizados pelo OD no modo imagético é a tira 6, conforme anunciado anteriormente.

A tira 6 chama atenção pela sequência de IRs recategorizadas em todos os enquadres. Há um OD imagético proposto como recategorização para cada inflamação apresentada por um OD no modo verbal.



A proposta do enunciador é de acentuar o tipo de inflamação descrita em cada enquadre; por isso, na primeira cena, o destaque é o nariz¹³⁸, reforçado pelos lenços espalhados pelo chão do que parece um picadeiro ou um palco; na segunda cena, o destaque é a coluna em forma de “s”, o que se refere aos tendões (partes dos músculos que se prendem aos ossos) da coluna¹³⁹; na terceira cena, o foco é o movimento em círculo que se refere ao sentimento de quem sofre labirintite¹⁴⁰: tontura.

A recategorização, nesses enquadres, acontece pelos ODs imagéticos e, a meu ver, apresenta a maioria das funções possíveis descritas por Silva (2013) para as IRs, a saber: i) função de recuperar informação na memória compartilhada, posto que o destaque da imagem

¹³⁸ Rinite é a inflamação da mucosa nasal.

¹³⁹ Tendinite é a inflamação de tendões.

¹⁴⁰ Labirintite é a inflamação do labirinto que se localiza no ouvido e é responsável pelo equilíbrio, postura e orientação corporal.

é conferido à parte a que se remete à inflamação descrita verbalmente, o que colabora para a compreensão da tira com base na relação entre ODs verbal e imagético; ii) despertar a curiosidade e a necessidade de confirmação do referente, pois, no caso, a imagem não prescinde do verbal, sendo compreendida quando o coenunciador é capaz de relacionar os ODs verbais e imagéticos; iii) encapsular informações, já que os tipos de inflamação estão condensados na imagem de cada OD em cada enquadre e iv) orientar um ponto de vista, já que as imagens representativas das inflamações aparecem de forma incomum: com maior proporção.

Essa coexistência de funções para uma mesma IR confirma o que já havia sido aventado por Silva (2013, p. 79): “Chamamos a atenção para a possibilidade de coexistência dos aspectos aqui apontados [funções exercidas pelas IRS], principalmente nos casos em que o texto envolve não apenas recursos linguísticos.”. E isso acontece em grande parte graças ao redimensionamento que os ODs no modo imagético admitem.

Sobre isso, em todas as tiras, houve, pelo menos, mais de uma função para uma mesma IR, conforme mostrei por meio da tira 6. Dessa recorrência, além da função de apresentar um referente, **em 100% das tiras, as IRS tiveram também a função de orientar um ponto de vista**. E, em geral, **das 11 tiras, em 10 (90,90%) delas, a imagem foi responsável por apresentar a função avaliativa da IR**, com exceção da tira 9, em que as imagens apenas apresentaram as IRS (o menino e o avô) de modo aparentemente neutro. Logo, a pertinência da recategorização acontecer pelos ODs no modo imagético.

Outro dado que deve ser levado em consideração por esta análise é a função de recuperação na memória partilhada das IRS. Em 7 textos (63,63%), essa função foi verificada. Concomitante a isso, quando essa função foi verificada em ODs verbais, o uso de determinante por meio de artigo definido foi expressivo: “os ratos” (tira 1); “o corsário” e “a garrafa de ice coke” (tira 3); “50% dos problemas de saúde” (tira 7). Esse dado atesta a capacidade de o artigo definido apresentar ODs como já conhecidos do coenunciador e ao mesmo tempo confirma a necessidade de antecipação da situação e dos coenunciadores, conhecimento que tem de ser mobilizado pelo enunciador por meio do dispositivo-K.

Reapresento a tira 8, para destacar as funções da IR no primeiro enquadre.



(Adão Iturrusgarai. *Folha de S. Paulo*, 17/8/2005.)

Nessa tira, a expressão verbal “Nem tudo são flores numa história infantil” tem várias funções, dentre elas, a de recuperar uma informação na memória partilhada, por meio de um intertexto com o ditado popular “tudo são flores”. Pelo resgate do conhecimento sócio-histórico cultural, essa expressão remete a uma condição/situação/alguma coisa maravilhosa, boa – aspecto positivo; no entanto, a expressão “Nem tudo” contesta essa condição maravilhosa, o que já ancora a cena do último enquadre. Outro resgate da memória partilhada é o conhecimento sobre histórias infantis: em geral, as histórias têm sempre um final feliz, embora apresentem, no decorrer do enredo, algo ou alguém que se contraponha a essa felicidade, ou seja, gere a complicação nas narrativas.

Além da função de recuperação da memória partilhada, a expressão verbal “Nem tudo são flores numa história infantil” encapsula informações que serão narradas no decorrer da tira e, ao mesmo, tempo orienta um posicionamento acerca desse encapsulamento; por isso o tom avaliativo da IR no primeiro enquadre e que se desenvolve no segundo por meio do OD “a bruxa má”, que já se pressupõe conhecida do leitor pelo uso do definido, inclusive pela âncora textual no primeiro enquadre – OD verbal “uma história infantil” (esse processo dar-se-á por meio de anáfora indireta, que será comentada na apresentação dessa categoria). Esse mesmo OD “a bruxa má” que se apresenta verbal e imageticamente se recategoriza na última cena, confirmando o aspecto negativo (a bruxa má tornou-se gerente de banco) e referendando o encapsulamento inicial de “Nem tudo são flores numa história infantil”.

Essa função de encapsular informações por uma IR ocorreu em 36,36% das tiras, ou seja, em 4 delas¹⁴¹, sendo uma a ocorrência de “Super-vó”, analisada anteriormente na tira 9.

¹⁴¹ Tiras 6, 8, 9 e 11.

Um parênteses para comentar sobre uma ocorrência da tira 8 que não se repetiu nas demais tiras do *corpus*: a fala do narrador marcada por uma forma retangular repetida nos enquadres, sempre na mesma posição e com a mesma cor de fundo. Esse recurso é chamado de *legenda* e, segundo Vergueiro (2006), aparece antes da fala dos personagens, no canto superior do quadrinho, representando “a voz onisciente do narrador da história” – descrição compatível com a tira em questão. Para Ramos (2009), não apenas o narrador onisciente usa a legenda; ela também pode ser um recurso do narrador-personagem.

No caso dessa tira, especificamente, o narrador tem papel preponderante para o estabelecimento dos efeitos de sentido almejados. Isso pode ser confirmado, por exemplo, com o apagamento da fala do narrador na tira.



Com esse apagamento, os sentidos não podem ser calculados pelo leitor, sobretudo porque os cenários são diferentes em cada enquadre e os objetos de discurso não se repetem nas três cenas, inclusive a bruxa, pois, no terceiro enquadre, ela é retomada, mas, ao mesmo tempo, recategorizada: de bruxa má das histórias infantis para bruxa gerente de banco. Assim, o fio coesivo para o estabelecimento do sentido nessa tira é, sobretudo, a fala do narrador que desencadeia a construção e a ligação dos cenários bem como destes com os objetos de discurso presentes. Ademais, o leitor precisa estabelecer elos semânticos entre os hiatos (separação dos enquadres). Um desses elos é de ordem espaço-temporal, ou seja, o leitor precisa entender que os enquadres estabelecem tempos e lugares diferentes, sem, contudo, perder a sequencialidade assegurada, grandemente, pelo narrador (uso da legenda), porque, conforme dito, para cada cena há um espaço diferente assim como ODs diversos e ressignificados.

Como a presença do narrador foi algo singular no *corpus*, dado constatado também na pesquisa de Ramos (2007), hipotetizo que dadas as condições físicas da tira, ou seja, seu

tamanho reduzido, há uma ação condensada pelo cenário e, sobretudo, pela fala dos próprios personagens, dispensando, em medida¹⁴², a presença de um narrador.

Ramos (2007) afirma que as narrativas que não preveem continuidade *a posteriori* (como as tiras seriadas) teriam maior ‘contenção’ pelas restrições do formato; é o caso das tiras cômicas, que designo apenas como tira. Em raciocínio análogo, Eisner (2005, p. 137) comenta sobre as condições para uma condensação da narrativa:

Se as histórias podem ser estendidas, elas também podem ser encurtadas. O sucesso de um “encurtamento” consiste na preservação da essência. O tema principal ou o enredo deve ser preservado, e a dramatização paralela é explorada ao extremo. Aqui, o leitor fornece a ação intermediária, seja através de dedução reflexiva ou de experiência de vida.

Feitas as considerações sobre o narrador na tira, volto à análise das funções das IRs.

A função de despertar a curiosidade e confirmar o referente ocorreu com a mesma porcentagem da função de encapsulamento: 36,36%. Um exemplo seria o primeiro enquadre da tira 5, quando Calvin brinca com o ioiô. A brincadeira vai se confirmando ao longo dos enquadres, quando, na última cena, o menino é retomado com o ioiô parado na mão, depois de ter exposito suas habilidades com o brinquedo. **Já a função aparentemente neutra, que implica uma ausência de carga avaliativa, apareceu em 5¹⁴³ dos 11 textos, 45,45%.** Essa função pôde ser observada, em maioria, em ODs no modo verbal, como o exemplo da tira 3, por meio da ocorrência “a garrafa de ice coke” e da tira 6: “rinite”, “tendinite” e “labirintite”. A única ocorrência em que o OD imagético mostrou-se enquanto IR com função aparentemente neutra foi a imagem do menino Teté e a imagem do avô no primeiro enquadre da tira 9. Esses ODs apresentaram tal função em razão de uma não responsabilidade pela condução argumentativa do discurso no momento em que foram introduzidas.

5.1.2 ANÚNCIOS PUBLICITÁRIOS

Diferentemente das tiras que têm como organização uma sequência de enquadres, os anúncios publicitários eleitos para esta pesquisa contam apenas com um enquadre, o que gera funcionamentos diversos aos processos referenciais. Nos anúncios, a análise desses processos

¹⁴² “Em medida”, porque, conforme tira 8, o narrador pode aparecer e, ainda, com função determinante na narrativa de quadrinhos.

¹⁴³ Tiras 3, 4, 6, 9 e 10.

realizou-se considerando: i) individualmente um OD perante o enquadre, co(n)texto de produção textual e ii) a correlação direta entre esse OD e outros ODs dentro do enquadre, conforme exposto no capítulo da metodologia. Apresento o anúncio 1 como exemplo.



(26º Anuário do Clube de Criação de São Paulo, p. 91.)

O OD tronco, que se apresenta sob os modos imagético (tronco serrado) e verbal (“os troncos que você serrou”), é considerado individualmente como uma IR em cada modo de significação. Ou seja, há IR por meio do OD verbal “os troncos que você serrou” e há IR por meio do OD imagético tronco serrado, enquanto esses ODs são tomados individualmente em relação ao todo do co(n)texto. Isso acontece, porque não há como assegurar a ordem de leitura do coenunciador dentro do enquadre: ele pode iniciar a leitura pela imagem ou pelo arranjo verbal. Além desse processo de IR, esses mesmos ODs (“os troncos que você serrou” e tronco serrado) são considerados em correlação direta, por isso classificados como anáforas diretas, visto que ambos retomam-se, e, nesse sentido, independente da ordem de leitura: se primeiro a imagem ou a palavra, um retomará o outro que já foi introduzido no texto.

Retomado o esclarecimento, **a primeira regularidade identificada nas IRs dos anúncios foi a presença desse processo referencial em todos os textos (100%)**, assim como constou também e de maneira totalitária no primeiro enquadre das tiras. Essa constatação, no caso dos anúncios, pode ser explicada pela configuração estrutural do gênero: em um enquadre apenas, os processos referenciais coexistem. Nesse sentido, torna-se coerente pensar

no processo de IR como pertencente a qualquer domínio textual, haja vista sua função precípua de apresentar referentes. Todavia, fundamentar essa proposição é algo que foge ao escopo desta pesquisa que evidencia uma amostra do funcionamento dos processos referenciais em textos verbo-imagéticos.

Outras regularidades dizem respeito a, primeiro, o fato de as IRs aparecerem sob realização de um mesmo OD no modo verbal e no modo imagético em 10 de 11 textos (90,90%)¹⁴⁴, considerando a premissa de que não é possível assegurar a ordem de leitura do coenunciador intraenquadre, e, segundo, **a recategorização dessas IRs a partir de um mesmo OD deu-se pelo modo imagético, ou seja, de 10 textos em que houve ocorrência de um mesmo OD apresentado pelos modos verbal e imagético, em 100% deles a recategorização aconteceu via OD imagético.** Esse último funcionamento das IRs é semelhante ao das tiras e sua explicação, no que se refere aos anúncios, recai, sobretudo, no estilo e composição do gênero que se utiliza comumente de imagens para tornar a mensagem publicitária mais sedutora, rápida e democrática¹⁴⁵. Comparando a imagem à escrita, Vieira (2007) comenta:

Em muitos casos, a linguagem mostra-se impotente, para descrever certas situações se comparada à imagem, que é global e extremamente mais rápida do que a linguagem escrita para transmitir significado (...). Assim, literalmente, uma imagem vale por mil palavras (VIEIRA, 2007, p. 16).

Especificamente sobre a imagem publicitária, Barthes (1990) escreve:

(...) em publicidade, a significação da imagem é, certamente, intencional: são certos atributos do produto que formam a priori os significados da mensagem publicitária, e estes significados devem ser transmitidos tão claramente quanto possível; se a imagem contém signos, teremos certeza que, em publicidade, esses signos são plenos, formados com vistas a uma melhor leitura: a mensagem publicitária é franca, ou pelo menos enfática (BARTHES, 1990, p. 28).

Por tudo isso, a imagem enquanto OD funciona na publicidade de maneira estratégica, recobrindo, sobretudo, a necessidade de o enunciador orientar pontos de vista, colaborando ao cumprimento da função social do gênero: vender. Essa recategorização impingida pelo OD no modo imagético relaciona-se à frequência elevada de IR com função avaliativa, conforme proposta classificatória de Silva (2013).

¹⁴⁴ A exceção é o anúncio 11.

¹⁴⁵ Democrática, porque mesmo os leitores que não são alfabetizados ou que são, mas têm um grau mínimo de letramento conseguem ter acesso à imagem e produzir sentido.

Sobre o anúncio 1, é possível falar que tanto o OD verbal (“os troncos que você serrou”) como o imagético (tronco serrado) trabalham argumentativamente para o propósito de persuadir o coenunciador de que o meio ambiente deve ser preservado. Todavia, a recategorização por meio do OD imagético é potencialmente mais sugestiva. Eis a explicação.

Formalmente, a argumentação da IR por meio do OD verbal “os troncos que você serrou” foi atualizada na forma de uma oração adjetiva restritiva (“que você serrou”) que funciona como um modificador do núcleo do sintagma nominal “troncos”: não se trata de quaisquer troncos, mas daqueles que foram serrados pelo coenunciador a quem se dirige o produtor do anúncio. Já a argumentação da IR recategorizada por meio do OD imagético tronco serrado é altamente sugestiva, porque insinua metonimicamente um tronco serrado com um par de olhos que lembram semblante de tristeza e estão direcionados a quem supostamente serrou os troncos. Nesse sentido, a carga avaliativa confirma-se quando esse OD imagético tronco serrado remete ao OD verbal “eu”, realizado por meio de pronome dêitico pessoal. Isto é: não se trata de qualquer pessoa que viu “os troncos que você serrou”, mas trata-se de um tronco que se apresenta, inclusive, serrado. Assim, prevalece o efeito de sentido mais contundente em relação à recategorização pelo OD imagético: o dizer de quem sofre a ação sobre a qual enuncia (no caso o tronco serrado) tem mais peso do que o dizer de quem fala sobre algo pelo qual não passou. Agora, se se considerar esses ODs em correlação direta (o tronco serrado e “eu”), haverá o processo referencial anafórico direto, já que o referente mantém-se e, no caso dos OD imagéticos, essa recuperação pressupõe notadamente um novo viés ao OD recuperado; por isso a recategorização do OD pelo modo imagético.

Ainda é possível verificar no anúncio 1 outro dêitico pessoal configurando uma IR: o OD verbal “você”. Aliás, **em 9 (81,81%)¹⁴⁶ dos 11 textos analisados, o pronome pessoal (eu e você) com função dêitica foi recorrente**, aparecendo de forma implícita (recuperável pela desinência e concordância verbal) ou explícita. **Desses 9 textos, em todos, o uso do pronome foi proposto como uma forma de interação entre anunciante e leitor.** Esse funcionamento pode ser explicado em função da necessidade de interlocução que o anúncio publicitário requer para sua configuração. Dada a função social dos anúncios prioritariamente ser a venda de uma ideia, um produto ou um serviço, o enunciador deve mobilizar estratégias de aproximação com o coenunciador, uma vez que precisa ganhar a confiança deste para persuadi-lo sobre o produto, serviço ou ideia que pretende vender. Uma dessas estratégias é

¹⁴⁶ Exceção dos anúncios 3 e 8.

sugerir uma conversa com o coenunciador e tal recurso pode ser viabilizado por meio do uso de pronomes pessoais. Assim, além da função de apontamento na situação de comunicação, as IRs por meio de pronomes dêiticos pessoais nos anúncios publicitários apresentou função discursivo-argumentativa. Considere o anúncio 9:



O OD realizado por meio do uso do pronome pessoal do caso oblíquo “nos” que se configura como uma IR claramente marca a aproximação pressuposta pelo enunciador com o leitor do anúncio, de modo a fazer com que este compartilhe do sentimento daquele; seria o “nós” inclusivo (BARROS, 2002).

Utilizando-se do dispositivo-K, o enunciador antecipa situações, prevendo, inclusive, reações dos coenunciadores, como é o caso desse texto: parte-se do conhecimento social de que a morte inviabiliza a presença física de alguém, causando saudades. De posse dessa cognição social e prevendo que o sentimento de saudade é comum a todos que perdem alguém, o enunciador toma a liberdade de incluir o leitor no texto, gerando uma aproximação e, assim, referendando sua tese final: Rachel de Queiroz pode ter morrido, mas não é preciso sentir saudades, porque seus livros, de alguma forma, imortalizam-na.

O uso do “nós” inclusivo foi constatado em 4 anúncios¹⁴⁷, inclusive pelo uso do pronome possessivo que indica a terceira pessoa do discurso no plural. As ocorrências são: i) no anúncio 9 apresentado previamente; ii) no anúncio 2 “Vamos acabar com esta espécie”;

¹⁴⁷ Anúncios 2, 4, 5 e 9.

iii) no anúncio 5 “(...) faça uma escala no nosso site”; iv) no anúncio 4 “nossos voos non-stop”. Esse uso do “nós” inclusivo medeia algum tom de autoritarismo que porventura o anúncio pudesse suscitar, como o anúncio 2, que conclama o coenunciador a agir “Vamos acabar com esta espécie”. Assim, o “nós” inclusivo revela modéstia, ressaltando o trabalho coletivo (o “eu” anunciante e o “você” leitor que se torna “nós”), propiciando participação do leitor e sugerindo maior relação de proximidade do anunciante com o coenunciador a quem se dirige. No caso dos anúncios 4 e 5, venda de serviço, “Esse *nós* tem uma pitadinha de modéstia e de valorização do trabalho em equipe e, ao mesmo tempo, de autoridade do grupo”, conforme explica Barros (2002, p. 27).

Houve também ODs realizados por meio de pronomes diferentes do pessoal, mas que exerceram função dêitica. Essa foi outra regularidade do *corpus*: apareceu em 5 de 11 textos (45,45%), como é o caso do anúncio 10:



O OD composto pelo sintagma nominal “meu nome” apresenta um pronome possessivo (“meu”) que indica o dono do enunciado na situação de comunicação, por isso tem função dêitica. Além disso, a ocorrência de um pronome pessoal implícito (“eu estou”) após o pronome possessivo e o uso de aspas reforçam a identificação do sujeito discursivo que, no caso, é o OD imagético carro Clio Hi-Power.

Quanto ao uso do pronome possessivo com função dêitica, destaco as ocorrências: “*nossos* voos non-stop” e “Consulte *seu* agente de viagens” (anúncio 4); “(...) para voar de graça pela United e *susas* parceiras”; “(...) faça uma escala no *nossa* site” e “Consulte *seu* agente de viagens” (anúncio 5); “(...) *nossa* parceria” (anúncio 6). Com exceção do pronome possessivo “*seu*” em “Consulte *seu* agente de viagens” (anúncios 4 e 5) que se refere ao leitor do anúncio, em todas as passagens descritas, **o pronome possessivo identifica o anunciante da publicidade no cotexto, por isso, analisado como dêitico pessoal.** Essas ocorrências do pronome possessivo como dêiticos pessoais somente reafirmam o sexto princípio referencial da abordagem da não menção cotextual que diz “Não se pode, *a priori*, estabelecer uma relação fixa entre formas de expressão referencial e tipos de campos de onde se origina a informação que elas veiculam” (CAVALCANTE, 2011, p. 49).

Já a expressão “4 semanas sem beber”, referente ao anúncio 10, em um primeiro momento, poderia configurar-se como um dêitico temporal. Todavia, não é. Segundo Cavalcante (2011, p. 99),

os dêiticos de tempo são os que situam o ponto de origem do falante (e seu interlocutor) no momento em que a mensagem é enunciada. Assim, nem toda expressão que indique tempo é necessariamente dêitica: somente se, a fim de o referente temporal ser identificado, for preciso conhecer o tempo em que se encontra o falante.

Portanto, estar sem beber há 4 semanas não requer o conhecimento do tempo de origem do enunciador, no caso, o carro. Quatro semanas independe do momento da produção do anúncio; trata-se de qualquer momento após o tanque de combustível do carro ser abastecido. Agora, se se entende dessa última maneira, trata-se de qualquer momento após o tanque de combustível do carro ser abastecido, é possível considerar a expressão “4 semanas sem beber” como dêitica.

Estendendo a análise do anúncio 10, é possível constatar a presença de um intertexto na expressão verbal “Meu nome é Clio Hi-Power e estou há quatro semanas sem beber.” com as falas introdutórias de ex-viciados em geral, mas especialmente por se tratar da imagem de um carro que afirma estar sem beber, o intertexto é realizado com o discurso de ex-viciados em bebidas alcoólicas que, ao tomarem o turno e se apresentarem em grupos de ajuda como os Alcoólicos Anônimos (AA), utilizam de construção discursiva semelhante. Assim, é possível falar em uma IR intertextual, conforme afirma Silva (2013), já que o discurso figura como primeira aparição e remete a um outro discurso que já circula socialmente.

Embora seja possível essa classificação, ela não é a única. Essa afirmação sustenta-se com base na ressalva de Costa (2007) quanto ao limite entre o que é IR e o que é anáfora, reforçando o oitavo princípio da abordagem que me situo de que nem sempre as fronteiras entre os processos referenciais estão tão delimitadas quanto se pensa. Posição também defendida por Cavalcante (2011) ao afirmar que os limites entre as introduções referenciais e as anáforas indiretas não são tão marcadamente definidos em todas as situações. Por isso, toda a ocorrência verbal do anúncio 10 também pode ser entendida como processamento anafórico indireto, uma vez que houve uma recuperação de um conhecimento intertextual de um discurso que já circula socialmente, dentro de condições contextuais específicas. Nesse sentido, ao invés de um referente ser introduzido pela primeira vez no discurso, ele é retomado discursivamente a partir do resgate de discursos já produzidos, do conhecimento sócio-histórico cultural do leitor. Para esta análise, defenderei ambos os processamentos referenciais para o referente em questão, porque não há como assegurar o conhecimento do coenunciador dentro do escopo desta pesquisa. Assim, quantitativamente, esse processo será contemplado tanto como IR recategorizada intertextualmente quanto como anáfora indireta.

No que concerne a funções das IRs nos anúncios, apresento a análise do anúncio 2.



Trecho verbal: “Lixus tietês typicus. Vamos acabar com esta espécie. Em janeiro e fevereiro é a vez do Rio Tietê ganhar vida nos painéis Eletromídia.

Veja como colaborar para a despoluição dele. Ajude a reviver um dos símbolos de São Paulo. Reviva o Tietê.”.

Indiscutivelmente, a imagem do OD peixe chama a atenção dos leitores, por conta especialmente do tamanho da imagem em relação ao tamanho do enquadre e pela composição desse peixe a partir de materiais recicláveis. Esse OD imagético configura-se como uma IR com múltiplas funções concomitantes: i) despertar a curiosidade e a necessidade de confirmação do referente; ii) encapsular informações e iii) orientar um ponto de vista (SILVA, 2013). Se se entende que o OD imagético peixe difere da versão pública de peixe que o leitor do anúncio tem, cumpre-se a função de despertar a curiosidade e a necessidade de confirmar o referente. Outro entendimento concomitante quanto à função do OD imagético peixe é a capacidade que ele tem de possibilitar o resumo das informações do anúncio que visa, em geral, alertar a população paulista quanto à necessidade de despoluir o rio Tietê e cobrar sua ajuda. Assim, por meio de sua composição com materiais recicláveis, o OD imagético não apenas recupera e resume o conteúdo posto de forma implícita e explícita pelo anúncio como também recategoriza esse conteúdo difuso. E essa recategorização, por fim, admite outra função do OD: orientar um ponto de vista. Essa orientação se dá pela recategorização do peixe por meio de um aspecto negativo de sua composição: o animal é constituído por meio de materiais recicláveis que são encontrados no rio Tietê, lugar impróprio para tais materiais.

Esse funcionamento quanto à **coexistência de funções para uma mesma IR aconteceu em todos os textos do corpus (100%)**. E mais: **a função de orientar um ponto de vista ocorreu em 10 (90,90%)¹⁴⁸ dos 11 textos**. A regularidade quanto a essa função confirma os propósitos sobre os quais o gênero anúncio é criado: seduzir o leitor sobre o que é anunciado por uma dada organização (comercial ou não) e persuadi-lo à ação de comprar. Especialmente no anúncio 11, essa função avaliativa não pôde ser constatada, o que pode ser explicado por meio do propósito do anúncio cuja intenção primeira, conforme arranjo da materialidade textual, não foi a venda de um produto, ideia ou serviço, mas a realização de uma homenagem aos caminhoneiros pelo dia do motorista.

Voltando ao anúncio 2, quero fazer mais um destaque em relação a outra IR desse anúncio. Além do OD imagético peixe, há a IR por meio do OD verbal “*Lixus tietês typicus*”. Essa IR já aparece recategorizada haja vista que a expressão não existe oficialmente para uma

¹⁴⁸ Exceção do anúncio 11.

espécie de peixe assim como a imagem do peixe feita de material reciclável. Assim, o enunciador, munido do dispositivo-K, buscou o conhecimento partilhado sócio-histórico e culturalmente de que expressões latinas designam cientificamente espécies de animais. Nesse sentido, é possível dizer que se trata de uma IR recategorizada intertextualmente, por apresentar relações com outros textos, especificamente com a denominação latina para espécies. A partir desse conhecimento, o enunciador criou uma nova expressão (um neologismo) para designar o peixe do rio Tietê, por isso o uso pensado e sugestivo de cada vocábulo da expressão, como se ela designasse em linhas gerais o “lixo típico do Tietê” que, por analogia, refere-se ao que é típico em rios: peixes, e não lixo.

O uso dessa base de conhecimento comum a partir de um sistema de nomenclatura científica para designação de espécies permite a afirmação de que esse neologismo constitui-se em uma estratégia do enunciador para conseguir a adesão de seu coenunciador: a utilização de um OD que remete de algum modo a uma noção científica (condição intertextual) traz mais credibilidade ao que se propõe, o que justifica também a função avaliativa dessa IR recategorizada.

Quanto a essa estratégia do produtor, Van Dijk (2012) já a previu na teoria dos modelos de contexto, especificamente no pressuposto de que os modelos são amplamente planejados: “existe uma série de estratégias muito difundidas que automatizam parte das representações” (p. 176).

Para concluir a exposição do funcionamento das IRs nos anúncios, apresento algumas considerações sobre a marca/logomarca dos anunciantes.

Evidentemente, em se tratando de anúncio publicitário, uma de suas configurações compostionais é o uso da marca ou assinatura conforme já aventado no capítulo 2. Em apenas um anúncio, o 9, não há uma marca propriamente dita, da maneira como, em geral, aparece nos anúncios: nome do anunciante escrito de maneira personalizada a tal ponto que é possível identificar esse anunciante de imediato; uma logomarca. No anúncio 9, por se tratar de uma homenagem a uma escritora que acabara de falecer no momento da produção do texto¹⁴⁹, não há logomarca. Mesmo não havendo logomarca, esse texto foi enquadrado na categoria anúncio, primeiro, porque cumpriu os critérios eleitos para a coleta do *corpus*,

¹⁴⁹ Essa informação está disponível no livro didático de onde o *corpus* foi retirado: “O anúncio a seguir foi publicado no dia 04/11/2004, ou seja, um dia depois da morte da escritora Rachel de Queiroz, que escreveu os romances ‘O quinze’ e ‘Memorial de Maria Moura’, entre outras obras.” (CEREJA; MAGAHÃES, 2009, p. 108).

conforme já apresentados, segundo, porque, implicitamente, além da homenagem a ideia é vender um produto: livros da escritora Rachel de Queiroz, já que ter esses livros minimiza a ausência da perda física da autora. Semelhante ocorrência acontece com o anúncio 11 que homenageia os caminhoneiros pelo dia do motorista. Todavia, a homenagem é feita por um anunciante que vende automóveis. Assim, implicitamente, o que se almeja além do tributo é a venda de produtos do anunciante a esse público.

Feitas essas observações, **dos 10 textos que apresentaram logomarca, em 100% deles essa configurou-se como uma IR, assegurada a premissa da não linearidade quanto à leitura dos modos verbal e imagético no mesmo enquadre.**

Dos 10 textos em que a logomarca apareceu como IR, em 9 deles (90%)¹⁵⁰ as funções dessas IRs além de apresentarem o referente foram: recuperar a informação na memória supostamente partilhada e encapsular informações. Por exemplo, no texto do anúncio 3,



Trecho verbal: “Pesquisadores encontram na raiz do... possível cura para o Alzheimer. As queimadas não destroem só as florestas.”.

a logomarca apresentada pelo OD verbal “Greenpeace” tem a função não somente de apresentar o anunciante, o referente, mas, sobretudo, de ativar nos leitores o conhecimento prévio do que essa marca representa: defesa das causas ambientais. Ao mesmo tempo, a logomarca encapsula todas as informações condensadas do anúncio: de que as queimadas destroem não apenas as florestas, mas também chances de curas para doenças, como o

¹⁵⁰ Exceção do anúncio 2.

Alzheimer. Isso porque a ideia de ser contrária às queimadas implica diretamente na causa defendida pelo “Greenpeace”: proteção ao meio ambiente; por isso, o resumo cotextual das informações.

O único anúncio do *corpus* cuja logomarca categorizada como uma IR não comunga da função de encapsular informações é o anúncio 2. Nele, essa logo não está diretamente relacionada ao conteúdo do que é publicizado, por isso, não tem a função de resumir o que está posto explícita e implicitamente no contexto. Em outras palavras, a marca “Eletromídia” é uma empresa comercial que vende painéis eletrônicos e, portanto, não tem vínculo necessário com a defesa do meio ambiente, conforme proposta apresentada pelo anunciante de despoluição do rio Tietê. Todas as demais logomarcas, quando classificadas como IRs, tiveram a função de encapsular as informações difusas na materialidade textual ou inferíveis a partir dela, porque apresentaram relação com o que vendiam.

5.1.3 SÍNTSE DO FUNCIONAMENTO DAS IRS

Sobre as IRS, apresento um quadro dos funcionamentos encontrados em cada gênero.

FIGURA 16 – Quadro-síntese do funcionamento das IRS em cada gênero discursivo.

Tira	Anúncio publicitário
<p>1. Aparecimento de IR em todos os textos (100%).</p> <p>a) A IR constou em todos (100%) os primeiros enquadres das tiras.</p> <p>b) O uso de pronomes pessoais dêiticos configurando IRS, no primeiro enquadre, aconteceu em 6 (54,54%) das 11 tiras do <i>corpus</i>.</p> <p>b.1) De 11 tiras, 5 (83,33%) apresentaram o uso dos pronomes pessoais dêiticos cuja função foi prover interação entre os personagens da própria tira.</p> <p>c) De 11 tiras, 7 (63,63%) apresentaram IR em enquadres diferentes do primeiro.</p> <p>c.1) Desses 7 textos, 5 (71,42%) deles apresentaram IR no último enquadre.</p>	<p>1. Aparecimento de IR em todos os textos (100%).</p> <p>2. Considerando a premissa de que não é possível assegurar a ordem de leitura do coenunciador intraenquadre, as IRS apareceram sob realização de um mesmo OD no modo verbal e no modo imagético em 10 de 11 textos (90,90%).</p> <p>a) De 10 textos em que houve ocorrência de um mesmo OD apresentado pelos modos verbal e imagético, em 100% deles a recategorização aconteceu pelo OD imagético.</p> <p>3. Em 9 (81,81%) dos 11 textos analisados, o pronome pessoal (eu e você) com função dêitica foi recorrente, aparecendo de forma implícita (recuperável pela desinência e concordância verbal) ou explícita.</p> <p>a) Em todos os casos (100%), o uso do</p>

<p>2. Aparecimento de um mesmo OD pela palavra e pela imagem e ambos considerados como IRs prevaleceu em 9 (81,81%) das 11 tiras.</p>	<p>pronome foi proposto para interação entre anunciante e leitor, de modo a configurar uma “conversa”.</p>
<p>a) Em 100% das 9 tiras em que o OD comum foi introduzido intraenquadre pela palavra e pela imagem e classificado como IR, a imagem foi responsável por recategorizar o OD verbal, resultando em uma IR recategorizada.</p>	<p>b) As IRs realizadas por meio de pronomes dêiticos pessoais tiveram função discursivo-argumentativa.</p>
<p>b) Desses 9 tiras que apresentaram recategorização pelo modo imagético, 7 (77,77%) delas apresentaram tal recategorização no primeiro enquadre e apenas duas (22,22%) apresentaram esse funcionamento em enquadre diferente do primeiro.</p>	<p>c) Houve também ODs realizados por meio de pronomes diferentes do pessoal, mas que exerceram função dêitica, em 5 de 11 textos (45,45%).</p>
<p>3. Em apenas 4 dos 11 textos (36,36%), houve IRs que não apresentaram ODs comuns nos modos verbal e imagético e que, ao mesmo tempo, fossem IRs.</p>	<p>4. Houve coexistência de funções para uma mesma IR em todos os textos.</p>
<p>4. Houve confirmação de IRs diferentes devido à consideração de percursos de leitura diversos.</p>	<p>a) A função de orientar um ponto de vista ocorreu em 10 (90,90%) dos 11 textos.</p>
<p>5. Em todas as tiras, houve, pelo menos, mais de uma função para uma mesma IR.</p>	<p>5. Dos 10 textos que apresentaram logomarca, em todos (100%) essa logomarca configurou-se como uma IR, assegurada a premissa da não linearidade quanto à leitura dos modos verbal e imagético no mesmo enquadre.</p>
<p>a) Em 100% das tiras, as IRs tiveram também a função de orientar um ponto de vista.</p>	<p>a) Dos 10 textos em que a logomarca apareceu como IR, em 9 deles (90%) as funções dessas IRs além de apresentarem o referente foram: recuperar a informação na memória supostamente partilhada e encapsular informações.</p>
<p>b) Das 11 tiras, em 10 (90,90%) delas, a imagem foi responsável por apresentar a função avaliativa da IR.</p>	
<p>c) Em 7 textos (63,63%), as IRs tiveram por função recuperar a memória partilhada.</p>	
<p>d) A função de encapsular informações por uma IR ocorreu em 36,36% das tiras, ou seja, em 4 textos.</p>	
<p>e) A função de despertar a curiosidade e confirmar o referente ocorreu em 36,36%, ou seja, em 4 textos.</p>	
<p>f) A função aparentemente neutra ocorreu em 5 dos 11 textos, 45,45%.</p>	

Pelo quadro dos funcionamentos das IRs nos gêneros tira e anúncio publicitário, quero destacar especialmente quatro ocorrências.

A primeira delas diz respeito à regularidade desse processo referencial em todos os textos verbo-imagéticos do *corpus*, independente do gênero, o que possibilita a generalização desse funcionamento, a partir dessa pequena amostra, a textos que se compõem dos modos verbal e imagético. Em linhas gerais, as diferenças quanto ao processo de IR referem-se ao modo como se apresentam em um e outro gênero.

Na tira, quanto ao lugar de ocorrência, a preferência da IR deu-se pelo primeiro enquadre, embora esse processo não tenha se limitado a essa cena. A explicação para a aparição privilegiada dos ODs no primeiro enquadre simplesmente obedece à lógica do momento inicial da narrativa, favorecendo essa apresentação. A não limitação ao primeiro enquadre das ocorrências de IR, em grande parte, pode ser explicada pela composição do gênero no que se refere ao estilo: o último enquadre das tiras é responsável pelo humor e, geralmente, ele acontece por meio da aparição de um novo OD sem nenhum tipo de âncora (como a guilhotina na tira 11), o que gera a quebra de expectativa, efeito necessário ao riso.

No anúncio, por tratar-se de um enquadre apenas, essa IR, considerando a não linearidade quanto à leitura dos modos, apresentou uma recorrência quanto à forma como ela apareceu no enquadre: em todos os anúncios que primaram pela configuração estrutural típica do gênero (corpo do texto e a marca/logomarca), a logomarca do anunciante configurou-se como uma IR, o que revela um funcionamento referencial embasado por uma característica composicional do gênero.

A segunda ocorrência que quero focalizar é a forma como a IR estabeleceu-se nos dois gêneros do *corpus*. Em geral, tanto a tira quanto o anúncio apresentaram ODs comuns nos dois modos de significação, sendo o modo imagético responsável pela recategorização desses ODs comuns. No anúncio, em todos os textos em que houve ODs comuns apresentados concomitantemente pelos dois modos de significação, à imagem foi atribuída função recategorizadora. Essa totalidade de funcionamento da recategorização por um OD imagético também foi vislumbrada na tira, preferencialmente, no primeiro enquadre.

Essa predileção da recategorização pela imagem em ambos os gêneros confirma pressupostos de que a imagem, se comparada com o modo verbal, tem condição de mais rapidamente mostrar a desestabilização (sócio-histórica e culturalmente convencionada) de versões públicas de referentes e também de (re)orientar a condução de um ponto de vista, confirmado o sétimo princípio da abordagem da não menção referencial que versa sobre a capacidade de tudo sofrer desestabilização, de tudo poder ser “decategorizado”, configurando

a relação paradoxal entre instabilidade e estabilidade referencial que os ODs sofrem. Não é à toa que há tiras e anúncios publicitários que se compõem apenas desse modo de significação, a imagem, e nem por isso deixam de cumprir com sua função social como gêneros discursivos que funcionam em determinadas esferas de comunicação, atendendo a diversos propósitos comunicativos dos sujeitos sócio-históricos ideológicos que os manipulam.

À guisa de confirmar o poder da imagem em nossas vidas, Silva, G. G. (2008), ao escrever sobre os desafios da multimodalidade na sala de aula, cita Marita Sturken e Lisa Cartwright, que transponho: “Uma única imagem pode servir a múltiplos propósitos, aparecer em uma gama de diferentes situações, significar coisas diferentes para pessoas diferentes. Os papéis das imagens são múltiplos, diversos, e complexos.” (STURKEN & CARTWRIGHT, 2001 apud SILVA, G. G. 2008, p. 7)¹⁵¹. Em linha semelhante, Vieira (2007, p. 29), embasada por Kress, escreve:

A vantagem do texto multimodal é que as imagens, combinadas às cores, são extremamente fortes e facilmente absorvidas, compreendidas e memorizáveis e, por esse motivo, perpetuam-se velozmente na cognição social, alterando, modificando ou transformando ideologias e paradigmas.

A terceira ocorrência que ressalto é sobre o uso de pronomes pessoais com função dêitica nos textos verbo-imagéticos dos dois gêneros, sendo maior sua recorrência no anúncio publicitário.

Na tira, o uso dos pronomes pessoais dêiticos estava relacionado, sobretudo, à identificação do sujeito do discurso, no caso, os personagens. Levando-se em consideração que a tira é uma narrativa, cumpre-se, em princípio, a função esperada para esse tipo de pronome em uma sequência narrativa: referir-se a personagens dentro da própria trama/enredo, quando de sua interlocução.

Já no anúncio, esses pronomes que identificam os interlocutores na situação de comunicação apresentaram variação em relação ao funcionamento da tira em função do objetivo sociointerativo do gênero: vender. A grande ocorrência do pronome dêitico pessoal deveu-se à necessidade de interação com o leitor do anúncio de maneira direta, sugestionando uma “conversa”. Esse funcionamento pode ser explicado em função da necessidade de interlocução que o anúncio publicitário considera para sua configuração, já que o enunciador deve mobilizar estratégias de aproximação com o coenunciador, de modo a ganhar a

¹⁵¹ Tradução feita por SILVA, G. G. (2008, p. 7) do trecho “A single image can serve a multitude of purposes, appear in a range of settings, and mean different things to different people. The roles played by images are multiple, diverse, and complex.” (Sturken & Cartwright, 2001, s/p).

confiança deste para persuadi-lo sobre o produto, serviço ou ideia que pretende vender. Uma dessas estratégias é pressupor uma conversa com o coenunciador e tal recurso pode ser viabilizado por meio do uso de pronomes pessoais. Assim, além da função de apontamento na situação de comunicação, as IRs por meio de pronomes dêiticos pessoais nos anúncios publicitários tiveram função discursivo-argumentativa.

Barros (2002) analisa, sob a luz da semiótica discursiva francesa, a escolha das pessoas no discurso publicitário de grandes bancos, mostrando os efeitos de aproximação ou distanciamento no uso dos pronomes. Para isso, a pesquisadora apresenta dois tipos de discurso: um de aproximação, em que se tem a primeira e segunda pessoas, no tempo do “agora” e no espaço do “aqui”, e outro de distanciamento, em que prevalece a terceira pessoa, no tempo do “então” e no espaço do “lá”. Coincidentemente à análise que ela efetivou, a que apresentei recupera dois dados similares no que concerne ao uso da primeira e segunda pessoas do discurso no sentido de aproximação: primeiro, a não preferência pelo uso da primeira pessoa do singular “eu” – no meu *corpus* houve apenas uma ocorrência da primeira pessoa no anúncio 1, “Eu vi (...)\”, em que o “eu” coincide com o OD imagético tronco serrado, implicando um grau maior de intimidade; e segundo, a preferência declarada pela segunda pessoa do singular “você”, que pressupõe a aproximação por meio do que chamo de “conversa”. Nas palavras de Barros, o uso do “você” aproxima-se da fala, em que pares exercem ação recíproca e dialógica:

O emprego de você para o destinatário produz os efeitos de cumplicidade e comprometimento com o cliente, de interesse por ele, que é, dessa forma, colocado como a finalidade primeira das ações do banco (BARROS, 2002, p. 27).

Embora Barros tenha analisado anúncios publicitários de bancos e eu anúncios publicitários de três categorias distintas – venda de ideias, serviços e produtos, a constatação é semelhante quanto ao uso da primeira e segunda pessoas do discurso: o que se almeja é aproximar-se de uma “conversa”. Além dos efeitos de identificação provocados pelo uso do “nós” inclusivo (especialmente na categoria venda de serviços, por meio de pronome possessivo), o efeito da proposta de aproximação pela simulação de uma conversa ficou evidente pela predileção do uso de “você” – constante em todas as categorias.

A quarta e última ocorrência que destaco relaciona-se às funções das IRs nos textos verbo-imagéticos. Tanto na tira quanto no anúncio houve coexistência de funções para as IRs e, dentre elas, destaca-se, pela frequência no *corpus*, a função avaliativa. Essa função era

esperada no anúncio que se organiza em torno da persuasão, portanto, nesse gênero, o enunciador mune-se de estratégias que visam à condução de um ponto de vista. Como visto, em sua maioria, essa condução deu-se pelo OD no modo imagético, graças ao poder da imagem em reconduzir de forma rápida as versões sócio-históricas e culturais dos referentes. Na tira, a responsabilidade por uma orientação argumentativa também ficou a cargo das IRs realizadas pelos ODs no modo imagético. Nesse caso, o propósito não era a persuasão, como no anúncio, mas, sobretudo, a condução da narrativa para o desfecho inesperado e cômico; em outras palavras, a orientação para a quebra de expectativas com vistas ao riso. Disso, o que se depreende é a confirmação do décimo princípio da abordagem não atrelada à menção referencial: “Todo processo de referenciação exerce uma função argumentativa” (CAVALCANTE, 2011, p. 157).

5.2 ANÁFORA

O processo anafórico contrasta com o processo de IR no que concerne ao critério retomada. Enquanto a IR não pressupõe qualquer tipo de retomada, inclusive por meio de âncoras ou fontes textuais, a anáfora consolida-se como uma retomada de um ou mais referentes (ODs) ou a âncoras textuais, de alguma forma, apresentados. Essa apresentação, conforme discutido, não precisa dar-se somente por meio da aparição explícita de um referente no cotexto, com a função de mantê-lo, nem precisa recuperar de modo completo um referente.

Dentre os processos anafóricos, três se apresentam: a anáfora direta ou correferencial, a anáfora encapsuladora e a anáfora indireta. Cada um desses tipos anafóricos serão contemplados em uma subseção específica.

5.2.1 ANÁFORA DIRETA OU CORREFERENCIAL

A designação de Anáfora Direta (AD) é simplesmente uma alusão ao fato de que o referente é reiterado progressivamente no discurso, apresentando-se, a cada enunciação, recategorizado. O adjetivo “direta” não pode de modo algum ser entendido com algum tipo de ligação direta, etiqueta entre o objeto no mundo e o referente.

As ADs podem recuperar não apenas um único antecedente, dada a condição de que, em geral, há mais de uma âncora no texto e inúmeras outras pistas que contribuem para a construção referencial. Além disso, podem confirmar referentes não explicitados no cotexto ou (re)orientar argumentativamente um referente, recuperando-o sob outro ponto de vista.

5.2.1.1. TIRAS

Em todos os textos das tiras (100%), a AD pôde ser observada. Um funcionamento bastante interessante é o modo como a ocorrência da AD estabeleceu-se: **com exceção de apenas uma tira, a 6, todas as demais (90,90%) apresentaram o processo de AD interenquadres** (a partir do segundo enquadre, porque, no primeiro, a preferência foi pela IR), sendo **os personagens protagonistas da narrativa quadrinística os grandes responsáveis¹⁵² pelo estabelecimento desse tipo de referência, com 75% de ocorrências de um total de 100 processos referenciais de AD no corpus.**

Embora os personagens das tiras apareçam a cada enquadre, configurando uma AD, eles sofrem, a cada cena, mudanças (recategorizações) advindas do contexto da narrativa, que pressupõe sequência linear e cronológica interenquadres. Sobre isso, uma consideração importante a se fazer com base na linguagem específica dos quadrinhos é a noção de hiato. Conforme Ramos (2009), o termo vem de Fresnault-Deruelle e significa descontinuidade necessária da narrativa de quadrinhos. Em outras palavras, hiato é o espaço existente entre um quadrinho e outro. Nesse espaço existente, o leitor deve ser capaz de produzir sentido, por meio de inferências baseadas no contexto da tira. Por isso, afirmo que embora haja retomada interenquadre dos personagens enquanto ODs, essa retomada acontece sob nova condição contextual, porque o hiato, ou seja, o corte da cena, encerra elipticamente informações passíveis de inferência. O hiato também marca a passagem temporal de um tempo indefinido, que pode ser segundos, minutos, horas, dias etc.

Além da compreensão do hiato que colabora para o fenômeno da recategorização, a expressão fisionômica dos ODs retomados contribui para a compreensão da mudança de estado que esses ODs sofrem. Na tira 2, essa expressão é bem marcada por meio da retomada do OD imagético menina Suriá em todos os enquadres, com semblantes que variam de

¹⁵² Apesar de o processo da AD ocorrer com outros ODs, os personagens das tiras aparecem como ODs parte desse processo referencial em todas as tiras que têm o processo anafórico direto.

alegria, pela expectativa da presença de beija-flores, até a decepção quanto à frustração do objetivo pelo qual dependurou água com açúcar.

Na tira 10,



embora pareça que o OD imagético gato Garfield, que se configura como AD no segundo e terceiro enquadres, mantém-se no mesmo estado do início ao fim da tira, haja vista a não mudança fisionômica, não é possível afirmar que esse OD na segunda e terceira cenas seja exatamente o mesmo apresentado na primeira. Nessa ocorrência, as recategorizações sofridas pelo OD gato Garfield no processo referencial de AD são tanto de responsabilidade do contexto da tira, do entorno discursivo, dos conhecimentos sócio-históricos e culturais que subjazem a tira, quanto do conhecimento prévio do leitor sobre os personagens em destaque. Esse amálgama co(n)textual reformula e transforma esse referente: de um gato aparentemente entediado e indiferente à escuta de seu dono John a um gato sarcástico, no último enquadre, que reprova (efeito de sentido possível graças ao OD bandeira branca que sugere trégua a um confronto, paz) o entusiasmo de John em estar bem vestido e querer, a partir disso, conquistar o mundo, ou seja, ter sucesso, principalmente no campo amoroso (inferência possível graças ao fato de ele estar bem vestido, o que não é de seu costume, implicando em conquistas amorosas).

Para se chegar a essa compreensão, o leitor deve dispor necessariamente do conhecimento prévio dos personagens das tiras de Jim Davis. John é um cartunista, dono de Garfield, que se veste muito mal e não se dá bem com as mulheres. Já Garfield é um gato que, dentre outras características, é preguiçoso, sarcástico, egocêntrico, mal humorado, esnobe, manipulador e ama comida, especialmente lasanha. Além desse conhecimento sobre a personalidade dos personagens, deduzir o significado das expressões “deem-me um laço” e

“um fato catita” torna-se imprescindível. No livro didático, essa tira constava em um boxe explicativo que tratava das diferenças entre o português de Brasil e de Portugal e continha a informação sobre a diferença de colocação pronominal, especialmente o pronome oblíquo átono (no Brasil, o uso corrente seria “me deem um laço”). Nesse mesmo boxe, também havia um glossário no qual constava o significado das palavras “catita: legal, bonito, interessante”; “fato: terno, peça de vestuário” e “laço: gravata-borboleta”.

Nos dois exemplos, tanto o OD imagético menina Suriá (tira 2) quanto o OD Garfield (tira 10) são retomados no processo referencial anafórico direto e, ao mesmo tempo, recategorizados a cada enquadre. **Esse funcionamento da recategorização de um OD interenquadre foi regular em todo o processamento referencial anafórico nas tiras. Também o foi o intraenquadre e em ambos, inter e intraenquadre, a preferência da recategorização foi pelo OD no modo imagético.** Essa modificação de estados dos ODs evidencia claramente os princípios que subjazem a abordagem referencial da não menção cotextual, especialmente os princípios¹⁵³: **i)** a referência é essencialmente um processo de atenção e interação (APOTHÉLOZ, 2001; CAVALCANTE, 2011); **ii)** não apenas os indícios do cotexto são considerados, mas “todos os outros dados do entorno sociocultural e situacional dos enunciadores e coenunciadores” (CAVALCANTE, 2011, p. 53); **iv)** a construção da referência é um processo contínuo (res)significado na e pela interação, não havendo dissociação, portanto, entre a referenciação e o processo cognitivo da (re)categorização (CAVALCANTE, 2011, p. 127); **v)** há um acordo tácito de cooperação entre os enunciadores e **ix)** “Todos os atos referenciais envolvem algum tipo de inferência” (CAVALCANTE, 2011, p. 142). Em outras palavras, para compreensão da tira, o leitor deve utilizar-se de seu modelo de contexto construído subjetivamente para negociar os sentidos, por meio da mobilização de conhecimentos sociais, históricos e culturais integrados à materialidade textual e a todos os recursos implicados nela.

É importante mencionar que as ADs não constaram apenas dos ODs imagéticos personagens das tiras interenquadres. **Foi possível perceber entre os enquadres um OD verbal, retomando correferencialmente um OD apresentado previamente no modo imagético,** por exemplo, a expressão “um fato catita”, na tira 10, retoma o OD imagético terno de John, no primeiro enquadre. **Esse funcionamento aconteceu em 50% das**

¹⁵³ Foram preservados os números dos princípios conforme apresentei no capítulo 3.

ocorrências; em 5¹⁵⁴ (50%) dos 10 textos que apresentaram AD. Dentre elas, ressalto algumas formas em que o OD apresentou-se como AD: a) nome próprio na função de aposto – “Vândalo”, retomando a imagem do cão corsário, na tira 3; b) pronome pessoal do caso reto – “ela”, retomando a imagem da bruxa má das histórias infantis, na tira 8; c) nome próprio, retomando o personagem menino Teté, e “dessa cadeira”, retomando a imagem cadeira, ambos na tira 9; d) “meu rei”, retomando a imagem do personagem Rei, e “palhaço”, retomando a imagem do Bobo.

Ainda foi possível observar entre os enquadres um OD verbal, retomando correferencialmente um OD apresentado previamente também no modo verbal. Isso aconteceu em 4 (40%)¹⁵⁵ dos 10 textos que apresentaram AD. As formas em que se apresentaram foram: a) substantivo “beija-flores”, retomando o mesmo nome “beija-for”, na tira 2; b) pronome pessoal do caso reto “ela”, retomando o sintagma nominal definido “a bruxa má”, na tira 8; c) pronome pessoal elidido do caso reto “(eles) estão só na cabeça”, retomando o sintagma nominal com modificador “50% dos problemas de saúde”, na tira 7 e d) substantivo “palhaço”, retomando o nome “Bobo”, e um aposto “Meu Rei, cabra arretado, um bichinho ditador”, retomando o nome “Rei”, na tira 11. Dentre essas ocorrências, quero deter-me na análise da recategorização das ADs na tira 11:



(Ruis. Revista E, nº 9.)

Antes de passar propriamente à análise, segue uma contextualização dessa tira. Ela é de autoria de Ruis e pertence à série “O Diário da Corte”. O Bobo da corte, personagem da série, segundo Ruis, é apaixonado pela rainha, tem como chefe o Rei (um soberano mandão e

¹⁵⁴ Exceção das tiras 1, 2, 4, 5 e 7.

¹⁵⁵ Tiras 2, 7, 8 e 11.

que não faz nada) e, mesmo submisso aos mandos do Rei, gosta de zombar da autoridade¹⁵⁶. Na composição dos personagens, merece destaque o Rei. Ruis conseguiu com maestria representar as características psicológicas do Rei por meio das vestimentas do soberano. A camiseta branca e sem mangas aliada a uma calça justa e de listras verticais traduzem estado de espírito despreocupado e, ao mesmo tempo, folgado, o que evidencia a descrição sobre o Rei: “não faz nada”. Já o fato de o Rei ser mandão se revela na contraposição da vestimenta com o tom imperativo que usa em suas falas. A forma caricata que Ruis se utiliza ajuda a compor o humor da tira, mas, especialmente, colabora para que se entenda que o Rei, por não fazer nada, vive dos prazeres da vida, sendo a gula (marcada imageticamente pela gordura do Rei) um deles.

Na tira 11, o Bobo confirma uma das características postas por Ruis: gosta de zombar da autoridade. Nessa tira, sua zombaria se dá ao improvisar uma cantiga a pedido do rei e, com isso, provocar a ira do soberano, terminando preso à guilhotina. Para conseguir esse enredo, o quadrinista, obviamente, utilizou-se de recursos próprios dos quadrinhos, todavia, a recategorização por meio de ADs foi importantíssima para a composição do efeito de sentido pretendido na narrativa. Por isso, discorro mais sobre esse processo.

O primeiro destaque vai para a AD “palhaço”, utilizada pelo rei para chamar o Bobo. Mesmo sendo correferencial, a anáfora propicia um novo viés ao OD retomado, nesse caso, um viés negativo. Em uma primeira análise, caberia a interpretação de que o uso de “palhaço” para um Bobo da corte não se constituiria como agressão, dada a especificidade da função de bobos da corte: pessoas cujo ofício, nas monarquias, era de alegrar seus soberanos, utilizando-se de palhaçadas, cenas grotescas, roupas bizarras, dentre outros. Entretanto, pelo contexto da tira, “palhaço” deixa de ter essa acepção para ganhar tom pejorativo. O fato de o Rei ter ordenado ao Bobo uma ação e ser por este questionado sobre como fazê-la desencadeia a irritação do soberano, que, pela posição social, desabona réplicas (inferências embasadas por conhecimentos sócio-histórico culturais). Além disso, a posição do Rei na cena bem como seus gestos corporais (mãos na cintura) e faciais (olhos e boca) se somam e se implicam, sobremaneira, nessa conclusão: o tom usado para o vocativo “palhaço” foi um tom de irritação, desabono do Rei para com o Bobo. Mais uma vez, sobressai-se a potencialidade de recategorização do modo imagético, que conta, ainda, com a colaboração do leitor em termos

¹⁵⁶ Informações retiradas do blogue de Ruis, “Diário da Corte”: <<http://whoisruis.wordpress.com/about/>>. Acesso em 02 abr. 2013.

de evocação de imagens sócio-históricas e culturalmente significativas, para a construção dos sentidos.

Sobre essa potencialidade de recategorização pelo imagético, é bom lembrar que ela demanda habilidade do artista, conforme relata Barbieri (1998 apud RAMOS, 2009, p. 115):

Os desenhistas procuram criar expressões estereotipadas, uma herança que viria do teatro. Não seria interessante uma fisionomia que fugisse do convencional por um motivo simples: o leitor (ou a plateia, no caso do teatro) não reconheceria de imediato a emoção vista no personagem e demoraria mais para absorver a informação.

Essa ponderação torna-se interessante à medida que é possível seguramente reafirmar que em textos verbo-imagéticos não somente a palavra tem capacidade para argumentar; a imagem colabora de forma decisiva para o cunho argumentativo que se pretende dar à construção de um personagem, ou sequência narrativa, no caso das tiras. Isso implica dizer que quanto ao funcionamento dos ODs, tanto os verbais quanto os imagéticos e as relações entre eles têm orientação argumentativa, conforme previsto por Cavalcante quando afirma: “Todo processo de referenciação exerce uma função argumentativa” (2011, p. 157).

Quero ainda, por meio dessa tira, dar destaque à recategorização dos ODs no processo de AD no terceiro enquadre.



Os ODs Rei e Bobo são retomados tanto no modo imagético quanto no modo verbal por meio de correferência, portanto, configurando-se em ADs. O Bobo canta para o Rei, todavia, ao invés de agradar o soberano (o que é esperado pela função que o Bobo exerce), o truão desqualifica o Rei, ao cantar-lhe verdades, o que mostra que de bobo o subalterno não tem nada, já que recupera o OD Rei, por exemplo, por meio das expressões “cabra arretado” e

“um bichinho ditador”. Esse descontentamento para com o Rei advém do uso de expressões nomeadoras que, em geral, representam socio-histórica e culturalmente condições negativas. Dizer que alguém é ditador na sociedade atual significa afirmar não apenas que ele concentra a autoridade máxima de um país, mais do que isso, significa uma pessoa autoritária, despótica (HOUAISS, 2009), em linhas gerais, pesa negativamente. “Bichinho”, por estar modificado por “ditador” ganha, também, aspecto negativo: o diminutivo sugere sentido inferior, algo desprestigioso. “Arretado” pode ter duas acepções: uma positiva, quando faz referência a uma pessoa valente, corajosa, o que, definitivamente, não é o caso, e uma acepção negativa que diz respeito a uma pessoa irritada, aborrecida, furiosa – acepção que contempla as intenções do Bobo ao se referir ao Rei. “Cabra” também pode ter cunho positivo ou negativo. Negativamente, refere-se a alguém que comete crimes, conforme explica Houaiss (2009), enquanto regionalismo, “capanga, jagunço”.

Além da recategorização do Rei, o Bobo, por meio da expressão “um escravo dando de cantador”, consegue recategorizar-se. O uso desse sintagma evidencia sua posição perante o Rei: submisso à vontade do soberano. Essa interpretação é possível também pelo uso do que se configura como dêitico social¹⁵⁷: a expressão “Meu Rei” marca os papéis sociais e hierárquicos de cada um dos personagens. O uso desse dêitico, no terceiro enquadre, determina a instalação de um paradoxo que engatilha o humor da cena, já que o uso de “Meu Rei” não condiz com o que é cantado pelo Bobo.

Quanto à autorrecategorização do Bobo, a utilização de “um escravo dando de cantador” é potencialmente forte, porque é exatamente a vontade do soberano que se impõe sobre o Bobo nos três primeiros enquadres. O uso de “cantador” reorienta a própria figura do Bobo, ao remeter à designação de um poeta popular, típico da região nordestina, que improvisa versos e os canta acompanhado de instrumento musical. A assunção pelo Bobo de tal figura popular não é aleatória, evidenciando que o enunciador pensameticamente no contexto de produção da tira, por meio do acionamento do dispositivo-K, operando o seu modelo de contexto e as possibilidades negociadas de sentido entre a tira e o coenunciador.

Em uma análise mais global, a remissão ao nordeste não é feita por acaso. Pelos conhecimentos sócio-históricos culturais dos brasileiros faz todo sentido o Bobo da corte dirigir-se ao Rei por essas recategorizações discursivas. O nordeste é uma região onde se concentrou – e ainda concentra – grande parte de coronéis (grandes latifundiários) que se

¹⁵⁷ Cavalcante (2011, p. 96), embasada em Fillmore, afirma que os dêiticos sociais “representam formas que codificam relacionamentos sociais, mantidos pelos participantes da conversação.”.

acha(va)m no direito de mandar e desmandar em tudo o que lhes rodeia(rodeava), julgando que seu poder está(va) acima de tudo e de todos. Conforme Ferronato (2003, não paginado), “Estabeleceu-se uma relação de dominação pessoal do ‘coronel’ sobre seus dependentes. Quando se perguntava a alguém: ‘Quem é você?’, a resposta era: ‘Sou gente do coronel fulano’. Essas pessoas constituíam a clientela do ‘coronel’”. Dito isso, é possível atestar a homologação de um novo viés aos ODs em processo anafórico direto.

Quanto ao OD imagético Rei, ainda no terceiro enquadre, ele também é retomado por meio de AD recategorizada, quando se mostra atônito diante do que escuta, já que não esperava ouvir música audaciosa a seu respeito e que colocasse em xeque sua superioridade, ainda mais porque quem cantava era hierarquicamente inferior a ele e deveria, ao contrário de desabonar a figura do soberano, enaltecer-lhe as proezas.

Pelas considerações arroladas, cumpre ratificar, então, que **as ADs apresentaram-se sempre recategorizadas, seja por meio de ODs verbais ou imagéticos inter ou intraenquadres**. No caso específico da tira 11, a direção argumentativa viabilizada pelas ADs recategorizadas determinaram, consideravelmente, o efeito cômico, já que, no último enquadre, o OD Bobo reaparece como AD recategorizada, revelando-se não muito esperto, inferência autorizada pelas feições de tristeza do Bobo nesse enquadre final, quando aparece preso à guilhotina, ou revelando-se dissimulado, ao questionar se a causa para ali estar era sua desafinação.



(Ruis. Revista E, nº 9.)

Na verdade, o leitor deve entender que o humor reside no fato de que a causa para o Bobo estar preso à guilhotina era o conteúdo da canção que ele fez para o Rei, insultando-o, e não sua desafinação. Aqui cabe também a ressalva e a confirmação da necessidade de

cooperação do leitor para entender a passagem de tempo e a mudança de lugar da narrativa – elementos que não estão materialmente expressos, mas possíveis de serem recuperados. O responsável por essa recuperação seria o hiato (espaço entre os quadrinhos), mesmo não estando visivelmente colocado, esse recurso tem existência conceitual, porque carrega o sentido elíptico de algumas informações da história, inclusive das passagens de tempo e mudanças de lugar.

Sobre o hiato ser marcado ou não com tracejados, Eisner (2010), o quadrinista norte-americano, informa que “a ausência de requadro expressa espaço ilimitado” (p. 44). Nesse último enquadre que não contém tracejados, o leitor pode participar mais colaborativamente da conclusão da narrativa, imaginando o que não está materialmente posto pela tira, ou seja, não há “cerceamento” para o potencial criativo do coenunciador. Ademais, essa ausência de requadro no último enquadre também expressa duração de tempo ilimitada (EISNER, 2010).

A expressão de espaço ilimitado, entretanto, não se concretiza quando o enquadre sem tracejado se localiza no meio de dois outros enquadres com tracejado, como foi o caso do segundo enquadre da tira analisada. Em casos como esse, os enquadres anterior e posterior são responsáveis pela delimitação espacial. Talvez, esse recurso de utilizar um enquadre sem tracejado no meio de outros com tracejado tenha a intenção de expressar um pouco da “dimensão do clima emocional em que ocorre a ação” (EISNER, 2010, p. 45). Nesse sentido, a ideia é reforçar, no segundo enquadre, o momento de tensão/indecisão que vive o Bobo propiciada pela solicitação do Rei.

Finalizando as considerações sobre as ADs recategorizadas na tira 11, volto à apresentação dos funcionamentos anafóricos correferenciais; agora **considerando os processos que se consumam dentro de um mesmo enquadre, intraenquadre**. Nesse funcionamento, as ADs ocorreram em 6 (60%)¹⁵⁸ dos 10 textos em que constaram esse processo. Um exemplo é a própria tira 11, em que o OD “Meu Rei” é retomado de forma recategorizada por “cabra arretado e um bichinho ditador” além da própria imagem atônita do soberano ao escutar a canção do Bobo. Outros exemplos são: o segundo enquadre da tira 8, em que o OD imagético bruxa na vassoura é correferencial ao OD verbal “a bruxa má”, e a ocorrência da tira 5, que pormenorizo.

¹⁵⁸ Tiras 1, 5, 7, 8, 9 e 11.



(Bill Watterson. *Felino, selvagem, psicopata, homicida*. São Paulo: Best News, 1996. v. 2, p. 52.)

Bill Watterson/Atlantic Syndication/Universal Press

Mesmo intencionando mostrar as recategorizações intraenquadres, quero antes ressaltar, nessa tira, o processo de AD interenquadres pela ocorrência de retomadas recategorizadas do OD imagético Calvin e o ioiô. Calvin, no primeiro enquadre, aparece movimentando um ioiô, dando a impressão de experimentar ou testar suas habilidades com o brinquedo, ideia confirmada pelo segundo enquadre que reapresenta o mesmo OD sob nova configuração: Calvin tem dificuldades para controlar o ioiô. No terceiro enquadre, Calvin apresenta-se feliz por ter dominado o brinquedo, o que é atestado pela fala do menino na última cena, quando diz que tem paciência para aprender apenas habilidades que não se aplicam realmente à vida.

Quanto à AD intraenquadre, ela acontece por meio da fala do personagem no último enquadre. A predicação “aqueles que não têm nenhuma aplicação real na vida” retoma correferencialmente a expressão “as únicas habilidades que eu tenho paciência pra aprender”. Essa anáfora direta é, ao mesmo tempo, recategorizada, já que propõe uma nova dimensão discursiva de tom pejorativo à habilidade da qual trata Calvin: brincar com o ioiô é uma habilidade dispensável à vida, sem utilidade. Essa inferência ocorre graças ao conhecimento sociocultural de um ponto de vista: brincar com o ioiô não implica em nada de prático para a vida, ou seja, há a defesa de uma posição bastante pragmática sobre o que é aplicação real à vida.

Encerrando a apresentação da categoria de ADs por meio de ODs inter e intraenquadres, destaco a coexistência dos dois modos nas tiras, configurando os processos anafóricos diretos. De outra forma, a mesma tira pode ter AD por meio de: a) OD imagéticos que retomam OD imagéticos; b) ODs imagéticos que retomam ODs verbais; c) ODs verbais que retomam ODs imagéticos e d) ODs verbais que retomam ODs verbais.

E sobre os modos, independente de sua realização inter ou intraenquadre, há de se destacar a preferência por **ADs realizadas por ODs nos dois modos, verbal e imagético, com ocorrência em 10 (90,90%)¹⁵⁹ de 11 textos** e **ADs realizadas por ODs no modo imagético, com aparecimento em 10 (90,90%)¹⁶⁰ de 11 textos**. Dessas ocorrências a maioria referiu-se aos personagens das tiras: **nas ADs com ODs verbais e imagéticos foram 42 (87,5%) de 48 ocorrências e nas ADs com ODs imagéticos foram 33 (82,5%) de 40 ocorrências**. Mesmo não sendo preferência, o processamento referencial de **ADs realizado por ODs verbais constou em 7 (63,63%)¹⁶¹ de 11 textos**, com destaque para a tira 7, em que 4 ocorrências apresentaram tal funcionamento, a saber: “psicossomáticos” retoma correferencialmente “50% dos problemas de saúde” e toda a expressão “50% dos problemas de saúde são psicossomáticos” que é retomada por: “isso”, “Eles (elidido)” e “Estão só na cabeça”.



É importante ainda destacar que, além da coexistência dos modos dos ODs, as retomadas anafóricas diretas são recategorizadas, inter ou intraenquadres, e colaboram para a continuidade da narrativa, ao mesmo tempo, que promovem progressão temática, uma vez que ao retomarem ODs ao longo das cenas, o fazem por meio da recategorização.

¹⁵⁹ Exceção da tira 5.

¹⁶⁰ Exceção da tira 6.

¹⁶¹ Exceção das tiras 3, 4, 6 e 10.

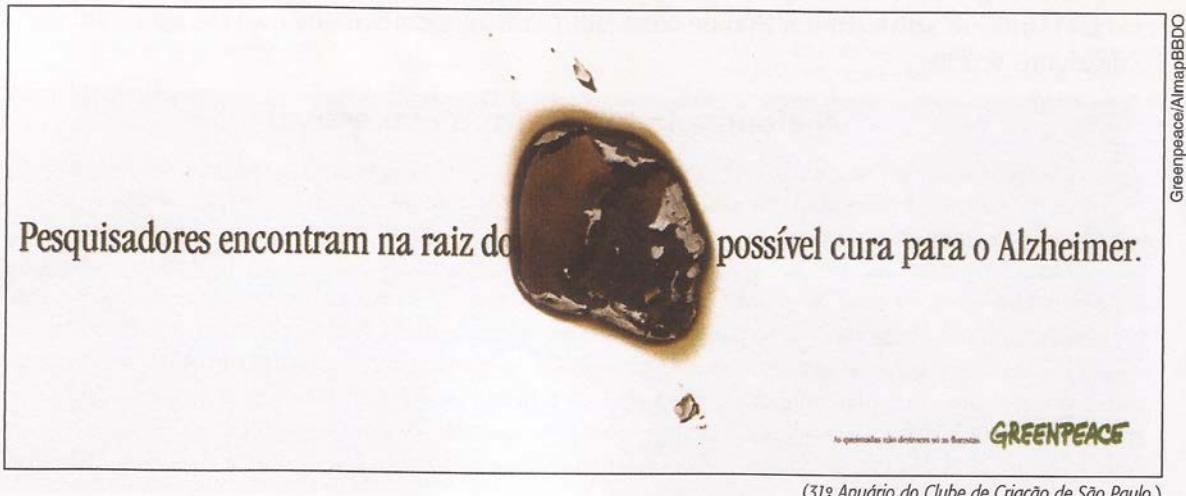
5.2.1.2 ANÚNCIOS PUBLICITÁRIOS

Conforme já dito, no anúncio, por se tratar de apenas um enquadre, as considerações dos processos referenciais dar-se-ão sob duas perspectivas: a primeira será a consideração individual de cada OD perante todo o contexto do anúncio, e a segunda será considerá-los em correlação direta com outros ODs do enquadre. Para as IRs, a primeira perspectiva foi relevante para o levantamento do funcionamento referencial, haja vista a impossibilidade de determinar a ordem de leitura dos modos. Para as ADs, o foco será a perspectiva da relação entre ODs. Assim, por exemplo, no anúncio 1, o OD tronco, representado pelo tronco serrado no modo imagético e “os troncos que você serrou” no modo verbal, foi individualmente considerado IR tanto no modo imagético quanto no modo verbal, embora, em correlação direta, esses ODs participem do grupo das ADs, já que um retoma o outro correferencialmente, independente da ordem de leitura.

As ADs nos anúncios perpassaram todo o *corpus* (100%), em maior ou menor ocorrência. Houve textos, como no anúncio 1, em que esse processo constou de apenas uma ocorrência, enquanto houve outros em que o número foi superior a 6, como no anúncio 5.

Nas ocorrências anafóricas correferenciais, os ODs analisados priorizaram ambos os modos de significação, ou seja, **em todos os textos verbo-imagéticos (100%) constou, pelo menos, uma relação de AD, estando um OD no modo verbal e outro OD no modo imagético,** como pode ser observado no anúncio 3, em que a única relação de agrupamento por AD dá-se pelo OD queimada, realizado imageticamente por meio da mancha escura e retoma(n)do¹⁶² correferencialmente (por) “As queimadas”, OD verbal.

¹⁶² O uso dos parênteses na palavra indica que ela pode ser lida como “retomado” (sofre a ação) ou “retomando” (agente da ação). Essa modalização utilizada deve-se à preocupação quanto à impossibilidade de prever a ordem de leitura dos modos intraenquadres.



(31º Anuário do Clube de Criação de São Paulo.)

Trecho verbal: “Pesquisadores encontram na raiz do... possível cura para o Alzheimer. As queimadas não destroem só as florestas.”.

O OD imagético mancha escura no centro do anúncio, impossibilitando inclusive a leitura da planta cuja raiz poderia ser uma possível cura para o Alzheimer, retoma ou é retomado correferencialmente pelo OD verbal “As queimadas”. Assim, a mancha, que lembra uma gota de resina, recategoriza-se como queimada.

Tal como nas tiras, cada elemento que compõe os anúncios publicitários é pensadometiculosamente, porque ajuda a compor a interação previamente pensada e articulada do enunciador. Embora muitos creditem à palavra o “principal instrumento de trabalho do publicitário” (NASCIMENTO, 2005, p. 32) ou consideram que “o outdoor e o anúncio ocupam lugar de destaque, por se basearem na palavra escrita, que exerce a função de direcionar o sentido da imagem” (CARVALHO, 1996, p. 15), parto da premissa já anunciada de que em textos verbo-imagéticos não existe supremacia em relação aos modos que os compõem. Tanto a palavra quanto a imagem são significativamente importantes para a composição cotextual e a consecução dos objetivos interacionais. Corroboro com Ferrara (2001, p. 15) a defesa de que:

a variedade sínica que compõe o não-verbal mescla todos os códigos, de modo que o próprio verbal pode compor o não verbal, mas não tem sobre ele qualquer força hegemônica e centralizante; ao contrário, a palavra nele se distribui, porém, não o determina.

Isso justifica a ocorrência preferencial, em todo o *corpus*, das ADs manifestadas pela relação entre ODs nos modos verbal e imagético. Nesse sentido, no anúncio 3, não basta apenas atentar-se a um ou outro modo: à imagem ou à palavra, é preciso entendê-los de

forma associada, pois eles relacionam-se complementarmente. A única imagem que aparece no anúncio chama atenção, devido inclusive à posição central que ocupa no texto e à cor escura de destaque conferida a ela sobre um fundo branco¹⁶³, mas isso não é suficiente para sua compreensão. É preciso relacionar esse OD imagético com outros elementos da materialidade textual, especialmente e de forma direta, recuperando ou sendo recuperado pelo OD “As queimadas”.

Partindo do entendimento de que a mancha escura e “as queimadas” são retomadas correferencialmente, ressalto ainda que a recategorização mais uma vez é evidenciada pelo OD imagético. A mancha é uma gota de resina que se apresenta como um tipo de queimada; assim, ao recuperar ou ser recuperada, a mancha escura propõe uma versão do enunciador, orientando um ponto de vista sobre as várias possibilidades que o OD “as queimadas” suscita imageticamente. Prova dessa recategorização tão evidenciada pelo modo imagético é que se a mancha escura for retirada desse contexto, perde-se o valor ideológico, a apreciação valorativa representada e veiculada no e pelo anúncio.

Essa preferência recategorizadora pelo OD imagético, como foi mostrado na tira, foi também regular e totalitária nos anúncios (100%), em que imagem e palavra retomaram correferencialmente um mesmo OD. Essa recategorização, por marcar uma orientação do produtor do anúncio quanto aos efeitos de sentido pretendidos reafirma não somente a função potencial da imagem, como modo de significação que atinge os leitores mais rápida e democraticamente, mas também evidencia função semelhante à das IRs: um processo referencial com função notadamente voltada à avaliação.

Outro exemplo em que o OD imagético, em processo de AD, chama a atenção pela carga avaliativa que vislumbra ocorre com o anúncio 5:

¹⁶³ Consultando sobre o significado das cores na publicidade, o branco desse anúncio é muito sugestivo, porque cria uma impressão de vazio, especialmente, se colocado em relação aos objetos de discurso verbais que tratam da destruição das florestas pelas queimadas. O resultado dessas queimadas, como sabido, é um vazio de espécies que habitam a floresta, bem como um vazio em relação às possíveis utilizações de compostos medicinais para curas de doenças.

Nem todo mundo que voa
precisa dormir
em posição desconfortável.

Fallon PMA

Voe United: poltronas que se transformam em camas totalmente horizontais com 2 metros de comprimento na United First® dos novos e espaçosos Boeings 777. Até 12 centímetros a mais de espaço entre poltronas na Economy Plus®. Mas o conforto não para aí: transporte gratuito de casa até o aeroporto para passageiros da United First e United Business®. Conexões para a maioria das cidades americanas. Mais de 1800 voos diários para os 5 continentes. Mais de 700 destinos em 120 países, através de nossos parceiros da Star Alliance™. E você ainda acumula milhas para voar de graça pela United e suas parceiras, inscrevendo-se no mileage Plus®. Faça uma escala no nosso site, ligue 0800-162323 ou consulte seu agente de viagens.

www.united.com.br

WE ARE UNITED
A STAR ALLIANCE MEMBER

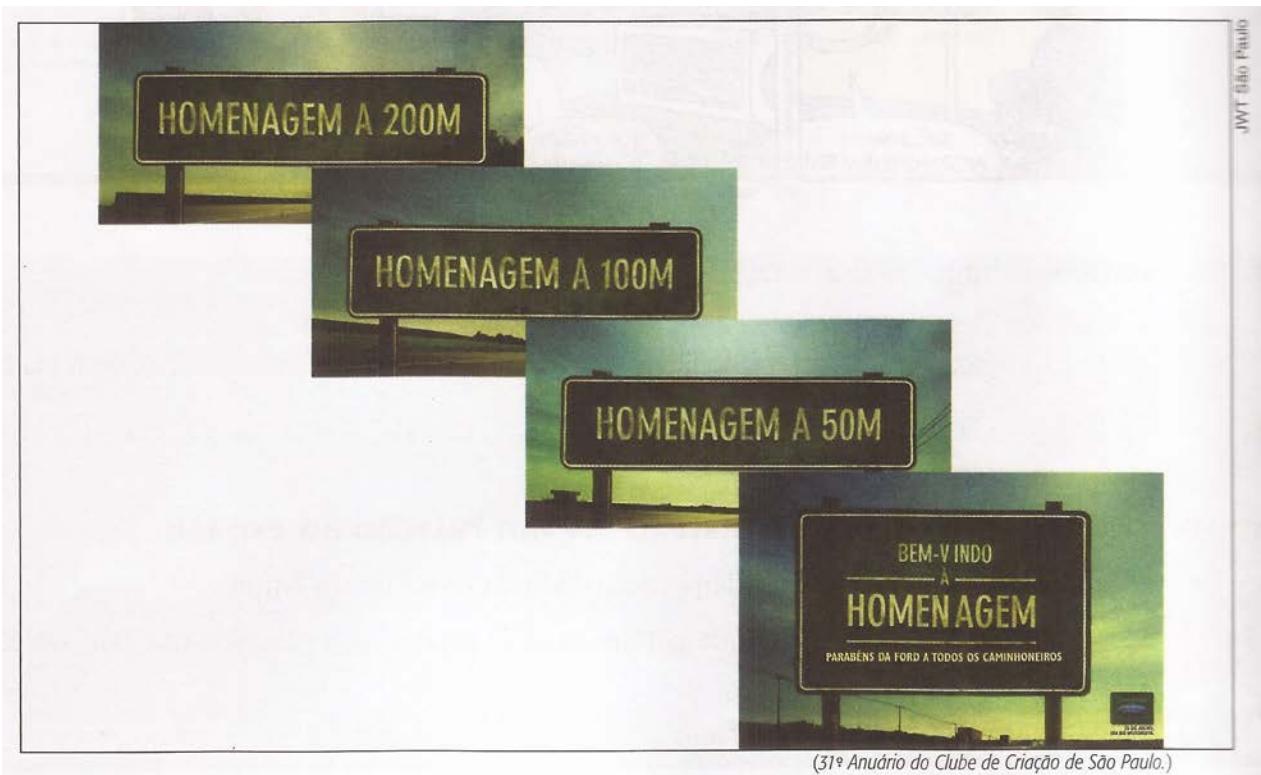
(2º Anuário do Clube de Criação de São Paulo, p. 89.)

Trecho verbal: “Nem todo mundo que voa precisa dormir em posição desconfortável. Voe United: poltronas que se transformam em camas totalmente horizontais com 2 metros de comprimento na United First dos novos e espaçosos Boeings 777. Até 12 centímetros a mais de espaço entre as poltronas na Economy Plus. Mas o conforto não para aí: transporte gratuito de casa até o aeroporto para passageiros da United First e United Business. Conexões para a maioria das cidades americanas. Mais de 1800 voos diários para os 5 continentes. Mais de 700 destinos em 120 países, através de nossos parceiros da Star Alliance. E você ainda acumula milhas para voar de graça pela United e suas parceiras, inscrevendo-se no mileage Plus. Faça uma escala no nosso site, ligue 0800-162323 ou consulte seu agente de viagens. WWW.united.com.br . We are United. A star alliance member.”.

O OD imagético morcego dormindo recupera ou é recuperado correferencialmente pela expressão verbal “dormir em posição desconfortável”. Mesmo apresentando o modificador “desconfortável” na expressão verbal, a carga sugestiva que tem o uso do OD imagético nesse anúncio é indiscutível, haja vista que a escolha do morcego não é aleatória, uma vez que contrasta e muito com os hábitos de outros mamíferos quanto à ação de dormir: os morcegos dormem dependurados, de cabeça para baixo. Ao invés do morcego, o

coenunciador poderia ter escolhido qualquer outro animal, mas sua escolha é estratégica: um mamífero como os seres humanos, cuja posição confortável de sono é de cabeça para baixo, o que representa paradoxalmente aos humanos o ápice do desconforto.

Ainda sobre a realização das ADs, foi dito que em todos os textos houve ocorrência desse processamento referencial por meio de um OD imagético e verbal, mas não somente. **Em 7 (63,63%)¹⁶⁴ dos 11 textos, houve relações de ADs entre ODs apenas no modo verbal, e, em 2 (18,18%)¹⁶⁵ dos 11 textos, houve relações entre ODs apenas no modo imagético. O único anúncio (9,09%) em que houve a ocorrência concomitante dos modos realizados nas três categorias – ODs apenas imagéticos; ODs apenas verbais e ODs verbais e imagéticos – foi o texto 11.**



(31º Anuário do Clube de Criação de São Paulo.)

Trecho verbal: “Homenagem a (200, 100, 50) m. Bem-vindo à Homenagem. Parabéns da Ford a todos os caminhoneiros. Ford. 25 de julho. Dia do motorista.”.

¹⁶⁴ Exceção dos anúncios 1, 3, 7 e 9.

¹⁶⁵ Anúncios 7 e 9.

Nesse texto, as relações de ADs se dão: a) somente por meio de ODs imagéticos – as placas¹⁶⁶ ordenadas sequencialmente na diagonal; b) somente por meio de ODs verbais – “Homenagem” retomada quatro vezes; “metros” retomado 2 vezes; “Ford” (logomarca) retoma(n)do (por) “a Ford” e “motorista” retoma(n)do (por) “os caminhoneiros”; c) por meio de ODs verbais e imagéticos – “Homenagem”, retomando a placa.

Além da consideração dos modos no processo de ADs nos anúncios, comento, em seguida, sobre os dêiticos e o funcionamento das logomarcas.

Tendo em vista que na análise da categoria IR os dêiticos pessoais foram considerados IRs, porque o critério para análise deles nos anúncios priorizava sua relação individual perante todo o co(n)texto do anúncio, na categoria ADs, todos esses pronomes serão considerados em correlação direta a outros ODs do enquadre. Portanto, todos os dêiticos pessoais, realizados por pronomes pessoais ou possessivos com função dêitica, também podem ser entendidos como ADs, porque identificam e recuperam ODs tanto explicitamente marcados no cotexto quanto recuperáveis a partir dele. No anúncio 9, o “nos” de “Rachel de Queiroz nos deixou saudade” pressupõe a retomada tanto do anunciante produtor do texto quanto do leitor. Esses ODs embora não estejam materialmente expressos no cotexto, o que já é previsto pela abordagem da não menção referencial, podem ser pressupostos, dado o conhecimento e funcionamento do gênero anúncio publicitário: seu estilo, composição temática e configuração estrutural. Assim, eles são entendidos como pertencentes também ao processo anafórico direto, ao recuperarem ODs previstos contextualmente. Portanto, em **9 (81,81%)¹⁶⁷ dos 11 textos analisados, o dêitico pessoal em correlação direta a outros ODs no cotexto foi considerado como pertencente à categoria das ADs, uma vez que recuperou outro OD pressuposto pelo contexto enunciativo.**

Quanto às logomarcas, nos anúncios, seu funcionamento será semelhante ao dos dêiticos pessoais: se consideradas individualmente serão IRs, como constaram em 10¹⁶⁸ dos 11 textos; se consideradas correlacionadas diretamente a outros ODs no cotexto, serão ADs. **Nessa última consideração, as logomarcas como ADs constaram em 8 (80%)¹⁶⁹ dos 10**

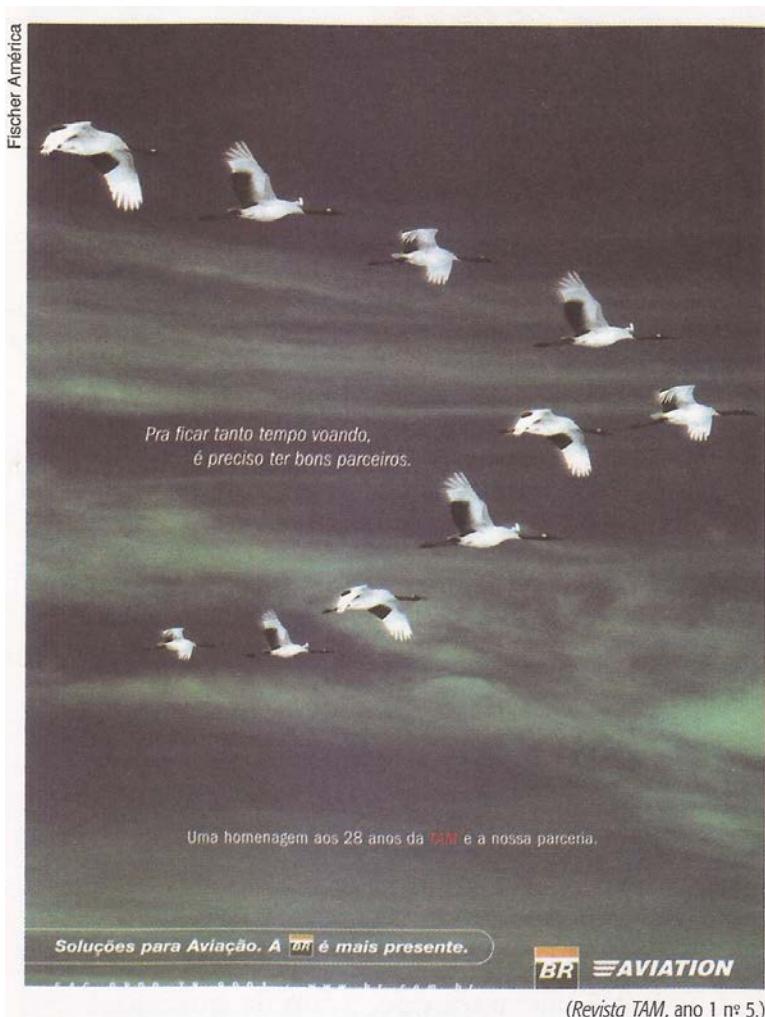
¹⁶⁶ O OD placa é entendido como imagem e classificado distintamente do OD verbal que contém: “Homenagem a (200, 100 e 50) m”. Esse entendimento deve-se ao fato de que uma placa não necessariamente precisa conter o modo verbal ou qualquer tipo de inscrição. A placa existe a par do que nela é registrado.

¹⁶⁷ Exceção dos anúncios 3 e 8.

¹⁶⁸ Exceção do anúncio 9.

¹⁶⁹ Exceção dos anúncios 1 e 3.

textos em que apareceram, com retomada por meio do mesmo lexema da logo, como visto no anúncio 6.



(Revista TAM, ano 1 nº 5.)

Trecho verbal: “Para ficar tanto tempo voando, é preciso ter bons parceiros. Uma homenagem aos 28 anos da TAM e a nossa parceria. Soluções para Aviação. A BR é mais presente. BR Aviation.”.

A logomarca “BR Aviation” (é) retoma(da) (por) a expressão “A BR”, em “A BR é mais presente”. Aproveito o anúncio para ressaltar duas outras relações anafóricas diretas: a primeira entre a imagem dos gansos voando e toda a ocorrência verbal “Pra ficar tanto tempo voando, é preciso ter bons parceiros.” (relação de AD entre ODs nos dois modos de significação), e a segunda entre duas expressões verbais: “bons parceiros” e “nossa parceria”.

Desses 8 textos em que as logomarcas funcionaram como ADs, em apenas 1 deles (12,50%), anúncio 10, a logomarca, enquanto OD verbal¹⁷⁰, privilegiou para sua retomada um OD imagético: o carro Clio Hi-Power.

O que é comum ainda quanto ao uso das logomarcas como ODs classificados em ADs é que em todas as recuperações houve recategorização potencializada pelo contexto do enquadre. Por exemplo, no anúncio 6, “BR” não é só a marca do combustível produzido no Brasil, mas a marca que trabalha em parceria com uma empresa de aviação: a Tam; a marca que oferece boa parceria, que apresenta “Soluções para a aviação”, que “é mais presente”.

5.2.1.3 SÍNTESE DO FUNCIONAMENTO DAS ADs

Considerando as relações de ADs, apresento um quadro dos funcionamentos encontrados em cada gênero.

FIGURA 17 – Quadro-síntese do funcionamento das ADs em cada gênero discursivo.

Tira	Anúncio publicitário
<p>1. Aparecimento de ADs em todos (100%) os textos.</p> <p>a) Em 90,90% dos textos, houve o processo de AD interenquadres (a partir do segundo enquadre, porque, no primeiro, a preferência foi pela IR), sendo os personagens protagonistas da narrativa quadrinística os grandes responsáveis pelo estabelecimento desse tipo de referência.</p> <p>a.1) Do total de 100 processos de AD independente dos modos de realização dos ODs, 75 (75%) referiram-se aos personagens da tira.</p> <p>b) Em 7 (63,63%) de 11 textos, ocorreu AD apenas entre ODs verbais.</p> <p>c) Em 10 (90,90%) de 11 textos, ocorreu AD entre ODs verbais e imagéticos.</p> <p>c.1) De 48 ocorrências de AD entre ODs verbais e imagéticos, 42 (87,5%) referiram-</p>	<p>1. Aparecimento de ADs em todos (100%) os textos.</p> <p>a) Em todos os textos (100%) constou, pelo menos, uma relação de AD, estando um OD no modo verbal e outro OD no modo imagético.</p> <p>b) Em 7 (63,63%) dos 11 textos, houve relações de ADs entre ODs apenas no modo verbal.</p> <p>c) Em 2 (18,18%) dos 11 textos, houve relações entre ODs apenas no modo imagético.</p> <p>d) Em um único anúncio (9,09%), houve a ocorrência concomitante dos modos realizados nas três categorias – ODs apenas imagéticos; ODs apenas verbais e ODs verbais e imagéticos.</p> <p>2. A preferência recategorizadora pelo OD imagético foi também regular e totalitária (100%) nos anúncios em que imagem e palavra retomaram correferencialmente um mesmo OD.</p>

¹⁷⁰ É importante lembrar que as logomarcas são constituídas pela marca ou assinatura dos anunciantes, o que pressupõe o uso do modo verbal, por isso, são consideradas como ODs verbais.

<p>se aos personagens.</p> <p>d) Em 10 (90,90%) de 11 textos, ocorreu AD apenas entre ODs imagéticos.</p> <p>d.1) De 40 ocorrências de AD entre ODs imagéticos, 33 (82,5%) referiram-se aos personagens.</p> <p>2. Houve recategorização de um OD inter e intraenquadre em todo o processamento referencial anafórico nas tiras, preferencialmente realizado pelo OD imagético.</p> <p>a) Em 50% das ocorrências, ou seja, em 5 dos 10 textos que apresentaram AD, houve entre os enquadres um OD verbal, retomando correferencialmente um OD apresentado previamente no modo imagético.</p> <p>b) Em 4 (40%) dos 10 textos que apresentaram AD, houve entre os enquadres um OD verbal, retomando correferencialmente um OD apresentado previamente no modo verbal.</p> <p>c) Em 6 (60%) dos 10 textos que apresentaram AD, houve processos anafóricos diretos que se consumaram dentro de um mesmo enquadre, intraenquadre.</p>	<p>3. Em 9 (81,81%) dos 11 textos analisados, houve ADs por meio do dêitico pessoal em correlação direta a outros ODs no cotexto.</p> <p>4. A logomarca como AD ocorreu em 8 (80%) dos 10 textos em que apareceu.</p> <p>a) Em todos os textos, a retomada ocorreu por meio de OD verbal, com o mesmo lexema nuclear da logomarca.</p> <p>b) Desses 8 textos em que as logomarcas funcionaram como ADs, em apenas 1 deles (12,50%), a logomarca também retomou ou foi retomada por um OD imagético.</p> <p>c) Houve recategorização potencializada pelo contexto do enquadre em todas as logomarcas funcionando como ADs.</p>
--	--

Conforme descrição dos funcionamentos das ADs, um ponto de destaque é a ocorrência desse processo referencial em todos os textos verbo-imagéticos do *corpus*, em ambos os gêneros. Enquanto na tira, esse fenômeno centrou-se especialmente na retomada interenquadres dos personagens protagonistas da narrativa quadrinística, com preferência pela retomada por meio de ODs verbais e imagéticos e apenas imagéticos, no anúncio, o foco esteve voltado para a relação entre a imagem (em geral, a principal imagem do anúncio, a de posição central e determinante) e um correferente verbal.

A explicação para a recuperação correferencial do personagem protagonista na tira deve-se, em grande medida, à sequência predominante no gênero, a narrativa. Para se contar uma história, o personagem, um dos elementos da narrativa, torna-se imprescindível à manutenção temática e ao desenrolar da trama, já que vive o enredo. Assim, sua retomada ao longo dos enquadres, seja por meio de OD verbal ou imagético, permite ao leitor das tiras uma sequencialidade do enredo. Isso corrobora o que Ramos (2009, p. 107) escreve: “A ação da narrativa, não só a dos quadrinhos, é conduzida por intermédio dos personagens. Eles

funcionam como bússolas na trama: são a referência para orientar o leitor sobre o rumo da história.” e ainda “a figura do personagem também pode funcionar como âncora para a indicação do tempo transcorrido na história” (p. 129).

No anúncio, a preferência pela correferencialidade entre uma imagem e uma ocorrência verbal advém predominantemente da configuração multimodal do gênero. Segundo resenha de Zaidan (2009) do livro de Celso Figueiredo, professor em Comunicação e Semiótica,

O anúncio é, basicamente, formado por um título (frase curta e de impacto que chama a atenção do leitor para a peça, sem esgotá-la), imagem (que deve propor uma ideia ao observador), texto (que, mantendo-se sempre interessante para continuar prendendo a atenção do leitor, deve fornecer o máximo possível de informações pertinentes sobre o produto) e assinatura (composta pela logomarca ou logotipo do anunciante, identificando-o, geralmente acompanhado por um slogan, que, sinteticamente, posiciona a empresa) (ZAI DAN, 2009, p. 1-2).

Portanto, imagem e palavra no anúncio se articulam de tal modo que participam dos mesmos processos anafóricos, dentre eles, a correferencialidade.

Outro apontamento que quero destacar quanto aos processos observados é o fato de a recategorização permear as ADs, conforme previsto pela abordagem referencial em que me situo. Mesmo sendo correferenciais, os ODs nos textos verbo-imagéticos do *corpus* corresponderam ao quarto princípio elencado no capítulo 3: a ação dos interlocutores na interação tem a capacidade de alterar ou transformar o objeto de discurso progressivamente à medida que a ele os interlocutores se referem (CAVALCANTE, 2011). Por isso, a construção da referência é um processo contínuo (res)significado na e pela interação, não havendo dissociação, portanto, entre a referenciação e o processo cognitivo da (re)categorização (idem, p. 127). “Categorizar é sempre recategorizar” (CIULLA e SILVA, 2008, p. 30). Ademais, essa transformação dos referentes que se opera sobre processos correferenciais anafóricos contribui para a progressão referencial.

A predileção por relações de ADs entre ODs nos modos verbal e imagético é outro dado que chama atenção, assim como ocorreu nas IRS. Essa constatação reforça quão articulados são os modos de significação nos textos verbo-imagéticos, confirmando a premissa de complementaridade que os sustenta. Além disso, a recategorização realizada principalmente por meio de ODs imagéticos em ambos os gêneros, como o foi nas IRS,

ratifica a posição da imagem como um modo que participa substancial e decisivamente nas interações humanas, conforme propõe Vieira (2007):

À parte da circulação dos gêneros textuais, a imagem impõe domínio próprio devido a sua relevância no mundo contemporâneo e, de certa forma, torna-se invasora da vida das pessoas, pois, mesmo quando não as queremos, as imagens invadem todos os espaços de nossa vida de modo rápido e dominador. O que quero dizer é que podemos ler ou não os textos escritos, mas é mais difícil escaparmos da sedução dos textos imagéticos, manifestada pelo tamanho da imagem, pelo movimento, pela cor e pela beleza. Um fato ou outro sempre atrairá nosso olhar e nos aprisionará (VIEIRA, 2007, p. 29).

5.2.2 ANÁFORA ENCAPSULADORA

É válida a lembrança de que a Anáfora Encapsuladora (AE) é um tipo peculiar da AD, conforme propõe Cavalcante (2011). A AE tem por função sumarizar o conteúdo precedente, por isso, é parte do processamento anafórico, uma vez que retoma informações e conteúdos já apresentados ou inferíveis pelo entorno discursivo. O argumento para ser um subtipo da AD sustenta-se porque ao retomar informações, ela propõe, de alguma forma, a manutenção referencial com recategorização, mas não a inauguração de um novo referente.

5.2.2.1 TIRAS

De 11 textos, 5¹⁷¹ (45,45%) apresentaram AE. Destas, o que mais chama a atenção é o fato de **todas retomarem e sumarizarem conteúdos apresentados pelos enquadres anteriores ao que aparecem: em 3 tiras (60%)¹⁷² a AE aparece no último enquadre; na tira 3 (20%) , a AE aparece no último e no segundo enquadres e na tira 9 (20%), a AE aparece no penúltimo enquadre.** A justificativa dessa regularidade deve-se à própria natureza da AE, que sumariza conteúdos disponíveis, no caso da tira, interenquadres. Desse funcionamento, apresento a ocorrência dos modos dos ODs retomados e encapsulados.

A AE no *corpus* configura-se por meio de OD verbal, retomando OD imagético em 2 (40%)¹⁷³ dos 5 textos. Reapresento a tira 2 para explicação:

¹⁷¹ Tiras 2, 3, 5, 9 e 10.

¹⁷² Tiras 2, 5 e 10.

¹⁷³ Tiras 2 e 5.



Nessa tira, o OD verbal “a turma da pesada”, no último enquadre, recupera e ao mesmo tempo summariza todos os animais que apareceram previamente interenquadres, para tomarem água com açúcar: abelhas, gato, gavião, urso e morcego. Além de resumir, essa AE apresenta uma avaliação em relação aos ODs apresentados anteriormente por meio do uso do modificador “da pesada”. O uso dessa expressão pelo OD beija-flor, no contexto da tira, sugere uma avaliação depreciativa quanto ao aparecimento dos demais animais para beberem a água destinada a ele. Dessa forma, pelo contexto, o modificador “da pesada” não se refere ao peso dos animais, já que muitos deles não podem ser assim classificados, como as abelhas, o gato e o morcego. O uso do modificador na AE denuncia a reprovação de seu enunciador quanto à atitude desrespeitosa dos animais que desfrutaram indevidamente da água açucarada do bebedouro.

Já a AE, figurando por meio de OD verbal retomando ODs nos dois modos, verbal e imagético, ocorreu também em 2 (40%)¹⁷⁴ dos 5 textos. Retomo a visualização de um texto, o da tira 3:

¹⁷⁴ Tiras 3 e 10.



Nessa tira, no terceiro enquadre, o OD verbal “o terror” retoma e encapsula informações co(n)textuais do primeiro e do segundo enquadres. Esse referente summariza a fala de Vândalo quanto à proposição de que alguém precisa deter “as forças capitalistas da indústria globalizada”. Essa ideia, representada por um OD, não é a única a ser encapsulada. De algum modo, a imagem de Vândalo representando um corsário, sua expressão corporal e a inferência contextual de que está pronto para o combate assim como as pistas cotextuais: “sombras”, “inimigo”, “sem mostrar sinais de compaixão”, “detê-los”, também são encapsuladas pela expressão “o terror”. Junto ao encapsulamento, o que se vê é um direcionamento argumentativo de cunho negativo. “O terror” pressupõe sócio-histórico e culturalmente algo ruim que causa pavor, medo. Por meio da recuperação contextual, é possível inferir que Vândalo lutará contra “as forças capitalistas da indústria globalizada”, tentando detê-las, como enunciado na segunda cena, inclusive porque sua vestimenta, que retoma o corsário, tanto quanto sua posição corporal ajudam a criar essa inferência autorizada.

Por fim, duas (40%) foram as ocorrências no *corpus* de AE viabilizadas por meio de OD verbal, retomando outro OD verbal: i) na tira 3, retomada anteriormente, quando o pronome pessoal do caso oblíquo “los” retoma encapsulando as ocorrências “inimigo” e “as forças capitalistas da indústria globalizada” e ii) na tira 9, por meio da expressão “a coisa”, no segundo enquadre, que retoma o conteúdo do primeiro, encapsulando-o e recategorizando-o por meio da predicação que a segue “a coisa é diferente!”.



“A coisa” retoma a ideia acerca da situação de que o menino Teté coloca no primeiro enquadre: sempre que há algum pedido para fazer alguma coisa, a preguiça domina. A recategorização não acontece por meio do substantivo da expressão nominal: coisa, porque se trata de um hiperônimo aparentemente neutro. Nesse caso, a recategorização ocorre por meio da negativa, pelo personagem do avô, de que a preguiça não o domina quando é solicitado a fazer algo. Isso é evidenciado pela predicação “é diferente”, que contraria a ideia do primeiro enquadre, e pela expressão que segue a predicação “disposição é algo que não me falta”.

De acordo com os exemplos analisados, outro funcionamento pôde ser constatado: **em todas (100%) as ocorrências de AEs, o OD responsável por summarizar o conteúdo antecedente apresentou-se sob modo verbal**. Associado a esse dado, outra regularidade quanto ao funcionamento das AEs foi que **em 5 (83,33%)¹⁷⁵ de 6 ocorrências, houve o uso do artigo definido no sintagma nominal**, a saber: “a turma da pesada” (tira 2); “as únicas habilidades que eu tenho paciência pra aprender” (tira 5); “o terror” (tira 3); “para conquistar o mundo¹⁷⁶” (tira 10) e “a coisa”. Esse uso do artigo definido na expressão que summariza conteúdos precedentes apenas reforça a perspectiva da desestabilização proposta pela abordagem da não menção referencial, pois o que é encapsulado já está posto (por mais difuso que esteja) no co(n)texto, haja vista a ideia de que

¹⁷⁵ Com exceção do pronome pessoal “los”, na tira 3.

¹⁷⁶ Como se trata de uma oração subordinada completiva nominal reduzida de infinitivo, é possível ter a expressão definida “a conquista do mundo”.

o uso do definido pressupõe a retomada de conteúdo já conhecido, já disponível. Logo, não há a inauguração de um novo referente, mas uma recategorização ocorrida de forma peculiar: por meio de sumarização.

Concomitantemente a essa preferência pelo artigo definido nas AEs do *corpus*, segue também **a preferência pela orientação de um ponto de vista, função percebida em 4 (66,66%)¹⁷⁷ das 6 ocorrências de AE**, já que, ao sumarizar o conteúdo precedente, a AE conseguiu projetar uma avaliação em relação ao que foi resumido. **Essa projeção avaliativa, nessas ocorrências, deu-se pela presença nuclear de nomes nas expressões verbais, o que colabora com a (re)orientação de um ponto de vista.**

5.2.2.2 ANÚNCIOS PUBLICITÁRIOS

Com base no critério adotado de que nos textos verbo-imagéticos com apenas um enquadre os ODs anafóricos correlacionaram-se diretamente a outros ODs no co(n)texto ou inferíveis por ele, **as AEs apareceram em 5 (45,45%)¹⁷⁸ dos 11 textos**, assim como contabilizado nos anúncios.

Desse montante, há variações quanto à utilização dos modos presentes no processo de AE. Uma ressalva: considero que não somente os ODs nos dois modos são retomados e encapsulados, mas outros elementos do contexto discursivo: memória partilhada dos interlocutores, pressupostos, subtendidos. Todo esse conjunto de elementos, de uma forma ou de outra, é acionado pela presença e relação dos ODs postos materialmente nos textos verbo-imagéticos por ambos os modos de significação; por isso a consideração, para efeito de ocorrência e análise, dos ODs e sua realização nos modos.

Dos 5 textos que apresentaram AEs, em 3 (60%)¹⁷⁹ os ODs verbais retomaram e encapsularam ODs nos modos verbal e imagético, o que implica a condensação de todo o enquadre. Exemplifico essa regularidade pela visualização do anúncio 8.

¹⁷⁷ Com exceção de “los”, na tira 3, e de “a coisa”, na tira 9.

¹⁷⁸ Anúncios 5, 6, 7, 8 e 11.

¹⁷⁹ Anúncios 6, 7 e 8.



(Claudia, nº 500.)

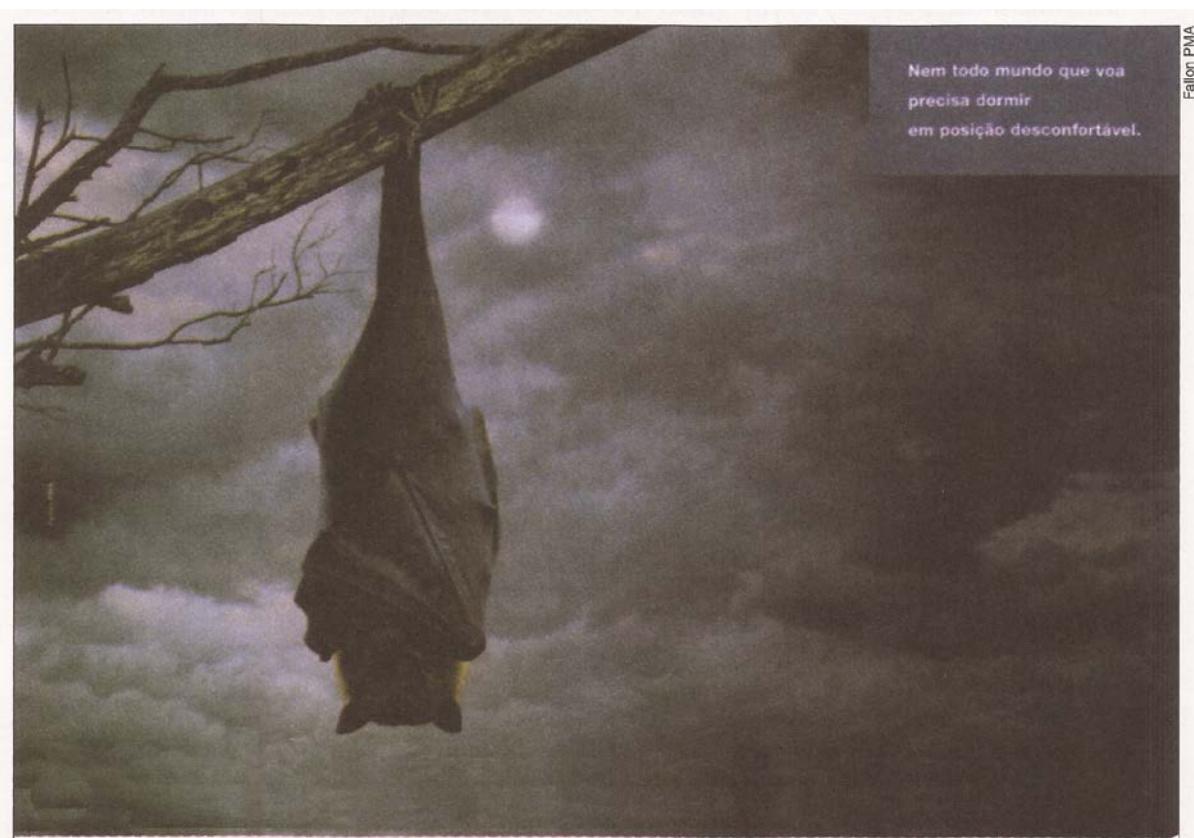
Trecho verbal: “Quando as mulheres chegaram aos escritórios de design, a vida melhorou também para as donas de casa. Mudar facilita a vida. Bettanin 2003.”.

Nesse anúncio, são observados ODs verbais, acessados pela expressão “Quando as mulheres chegaram aos escritórios de *design*, a vida melhorou também para as donas de casa.”, e ODs imagéticos, acessados pela cena que se compõe de duas mulheres interagindo, usando vestimentas que remetem a um tempo remoto; uma delas segurando um balde e um esfregão, e a outra, postada na janela na parte externa da casa.

Com base na observação do cenário exposto pelo anúncio e do resgate do conhecimento sócio-histórico cultural, é possível afirmar que há um contrassenso marcado pela discrepancia entre as vestimentas das mulheres, o modo como estão arrumados seus cabelos, as cortinas do ambiente, a vila que se projeta ao fundo do cenário, elementos que remetem a uma época antiga, e a modernidade marcada pelo esfregão e balde de plástico com dispositivo para torcer o esfregão. Além desse

contrassenso, a cognição social permite a inferência de que o trabalho doméstico é difícil e cansativo, realizado geralmente por mulheres e que estas só conseguiram amenizar suas tarefas domésticas quando ascenderam ao cargo de *design*. Tanto a constatação da discrepância realizada pelos ODs imagéticos no cenário quanto o conhecimento pressuposto estão condensados pela expressão verbal na parte inferior do anúncio: “Mudar facilita a vida”. Essa sumarização de todo o enquadre viabiliza uma orientação argumentativa positiva da marca Bettanin, fabricante do produto: essa marca ajuda as mulheres nos trabalhos domésticos.

Quanto à apresentação da AE por meio de um OD verbal que condensou ODs também no modo verbal, apenas o anúncio 5 (20%) apresentou-se dessa maneira.



Nem todo mundo que voa
precisa dormir
em posição desconfortável.

Fallon PMA

Voe United: poltronas que se transformam em camas totalmente horizontais com 2 metros de comprimento na United First® dos novos e espaçosos Boeing 777. Até 12 centímetros a mais de espaço entre poltronas na Economy Plus®. Mas o conforto não para aí: transporte gratuito de casa até o aeroporto para passageiros da United First e United Business®. Conexões para a maioria das cidades americanas. Mais de 1800 voos diários para os 5 continentes. Mais de 700 destinos em 120 países, através de nossos parceiros da Star Alliance™. E você ainda acumula milhas para voar de graça pela United e suas parceiras, inscrevendo-se no mileage Plus®. Faça uma escala no nosso site, ligue 0800-162323 ou consulte seu agente de viagens.

WE ARE UNITED

A STAR ALLIANCE MEMBER

www.united.com.br

(2º Anuário do Clube de Criação de São Paulo, p. 89)

Trecho verbal: “Nem todo mundo que voa precisa dormir em posição desconfortável. Voe United: poltronas que se transformam em camas totalmente horizontais com 2 metros de comprimento na United First dos novos e espaçosos Boings 777. Até 12 centímetros a mais de espaço entre as poltronas na Economy Plus. Mas o conforto não para aí: transporte gratuito de casa até o aeroporto para passageiros da United First e United Business. Conexões para a maioria das cidades americanas. Mais de 1800 voos diários para os 5 continentes. Mais de 700 destinos em 120 países, através de nossos parceiros da Star Alliance. E você ainda acumula milhas para voar de graça pela United e suas parceiras, inscrevendo-se no mileage Plus. Faça uma escala no nosso site, ligue 0800-162323 ou consulte seu agente de viagens. www.united.com.br. We are United. A star alliance member.”.

O OD “o conforto” encapsula trechos anteriores e posteriores à sua realização, quais sejam: a) trecho encapsulado anteriormente -“Voe United: poltronas que se transformam em camas totalmente horizontais com 2 metros de comprimento na United First dos novos e espaçosos Boings 777. Até 12 centímetros a mais de espaço entre as poltronas Economy Plus.” e b) trecho encapsulado posteriormente -“transporte gratuito de casa até o aeroporto para passageiros da United First e United Business. Conexões para a maioria das cidades americanas. Mais de 1800 voos diários para os 5 continentes. Mais de 700 destinos em 120 países, através de nossos parceiros da Star Alliance.”.

Essa AE também orienta argumentativamente os trechos condensados, haja vista o cunho positivo que o substantivo “conforto” admite. Ademais, esse substantivo é determinado pelo uso do artigo definido que, nesse caso, retoma referentes já explicitados cotextualmente e possibilita a ocorrência de referentes a serem pormenorizados na sequência do texto.

No anúncio 11, a última placa do enquadre com a inscrição verbal “Bem-vindo à Homenagem. Parabéns da Ford a todos os caminhoneiros”, mostrada abaixo,



(31º Anuário do Clube de Criação de São Paulo.)

Trecho verbal: “Bem-vindo à Homenagem.
Parabéns da Ford a todos os caminhoneiros.
Ford. 25 de julho. Dia do motorista.”.

sumariza todas as placas anteriores e os dizeres que elas contêm, ou seja, a AE é realizada concomitantemente pelos dois modos: verbal e imagético, condensando os conteúdos veiculados. Essa ocorrência foi também singular no *corpus*: **um OD em ambos os modos encapsulando conteúdos precedentes também em ambos os modos ocorreu apenas no anúncio 11 (20%)**.

Essa AE é bastante peculiar, porque é responsável pela quebra de expectativas proposta no anúncio. O enunciador mobilizou o dispositivo-K ao acionar o conhecimento supostamente partilhado pelo leitor sobre o conteúdo das placas de sinalização rodoviária que comumente contêm um substantivo com o nome de uma cidade e sua distância, a partir do ponto em que se encontra um motorista. Todavia, “Homenagem” não é uma cidade, mas representa uma forma do anunciante, a Ford, homenagear os caminhoneiros. Assim, a função dessa AE é notadamente argumentativa, pois não apenas resume os ODs escolhidos e mobilizados, como a placa propriamente dita (OD imagético), os ODs verbais “Homenagem a 200, 100 e 50m”, mas também todo aparato sociocognitivo da compreensão desses ODs em conjunto, reconfigurando-os discursivamente. Quebra-se a expectativa de “Homenagem” ser uma cidade, como era esperado pelo conhecimento sócio-histórico cultural, para constituir-se como um agradecimento aos caminhoneiros que trafegam pelas rodovias, mostrando o reconhecimento da marca Ford (fabricante de caminhões) a eles, incitando-os, ao mesmo tempo, a continuar comprando os veículos dessa empresa.

Dito de outra forma, essa reconfiguração dos ODs nos modos imagético (por meio da placa e do cenário que acompanha a placa) e verbal (inscrição “Bem-vindo à Homenagem. Parabéns da Ford a todos os caminhoneiros”), apresenta função avaliativa, porque o enunciador redireciona o entendimento discursivo, recategorizando-o para o que lhe interessa: homenagear os motoristas e não indicar a distância de uma possível cidade chamada “Homenagem”.

A função de orientação de um ponto de vista pela summarização nas AEs foi recorrente em todos os anúncios (100%), viabilizada por ODs que priorizaram um nome enquanto núcleo sintagmático ao invés, por exemplo, de um pronome¹⁸⁰. Dentro dessa condição, outra regularidade foi o uso predominante de determinantes

¹⁸⁰ Apenas o anúncio 7 apresentou na AE um pronome demonstrativo como núcleo da expressão.

ou modificadores nas AEs: apareceu em 4 (80%)¹⁸¹ dos 5 textos. As ocorrências foram: “o conforto” (anúncio 5); “Uma homenagem aos 28 anos da Tam e a nossa parceria” (anúncio 6); “o que está perdendo” (anúncio 7); “a Homenagem” – (anúncio 11). Essas realizações que apresentaram determinantes e ou modificadores também colaboraram para a instauração de um posicionamento. Sobre isso, retomo Silva, W. B. (2008) que, ao analisar a relação entre referênciação e argumentação em textos argumentativos, constatou que a grande responsabilidade pela direitividade do dizer nas retomadas anafóricas

não se relaciona ao tipo de anáfora que se escolhe para a remissão tampouco ao nome nuclear do anaforizante, embora não se negue a contribuição dessas categorias. O diferencial está posto nos determinantes/modificadores que não só permitem a retomada, mas introduzem avaliações, especialmente, por intermédio das descrições definidas (...) Assim, pudemos concluir que a relação referênciação e argumentação é estreita, em função, principalmente, dos termos que acompanham o nome-núcleo (...) Esses termos têm função ímpar para a referênciação, uma vez que determinam o modo como o referente é reapresentado no discurso. Essa reapresentação é marcada por impressões pessoais, e é, por isso, que a argumentação está intimamente imbricada nas expressões anafóricas que apresentam algum tipo de determinante (SILVA, W. B. 2008, p. 138).

Resguardadas as diferenças em relação ao contexto da pesquisa de Silva, W. B. (2008), seu estudo ajuda a entender o funcionamento dos determinantes ou modificadores como estratégicos para a construção da argumentatividade, o que também é mostrado pelos textos do *corpus* desta pesquisa.

5.2.2.3 SÍNTESE DO FUNCIONAMENTO DAS AEs

Apresento o quadro com o funcionamento das AEs.

FIGURA 18 – Quadro-síntese do funcionamento das AEs em cada gênero discursivo.

Tira	Anúncio publicitário
1. De 11 textos, 5 (45,45%) apresentaram AE. a) Em todas as ocorrências de AEs (100%), o OD responsável por sumarizar o conteúdo antecedente apresentou-se sob modo verbal.	1. De 11 textos, 5 (45,45%) apresentaram AE. 2. De todas as ocorrências de AEs, 80% delas foram configuradas por ODs no modo verbal. a) Em 3 textos (60%), as AEs apresentaram

¹⁸¹ Exceção do anúncio 8.

<p>a.1) A AE configurou-se por meio de OD verbal retomando OD imagético em 2 (40%) dos 5 textos.</p> <p>a.2) A AE por meio de OD verbal retomando ODs nos dois modos, verbal e imagético, ocorreu também em 2 (40%) dos 5 textos.</p> <p>a.3) Houve 2 ocorrências (40%) de AE viabilizada por meio de OD verbal retomando OD verbal.</p> <p>b) Em 83,33% de todas as ocorrências de AE, houve uso do artigo definido no sintagma nominal.</p> <p>2. Todas (100%) retomaram e sumarizaram conteúdos apresentados pelos enquadres anteriores àquele em que apareceram.</p> <p>a) Em 3 tiras (60%), a AE ocorreu no último enquadre; em 1 tira (20%), a AE apareceu no último e no segundo enquadres e, em 1 tira (20%), a AE apareceu no penúltimo enquadre.</p> <p>3. Em 66,66% dos casos de AE, houve preferência pela orientação de um ponto de vista, por meio de um nome nuclear da expressão verbal.</p> <p>4. Houve apenas uma ocorrência de AE constituída por um pronome.</p>	<p>ODs verbais que retomaram e encapsularam ODs nos modos verbal e imagético.</p> <p>b) Em 1 texto (20%), a AE foi realizada por meio de um OD verbal que condensou todo trecho verbal.</p> <p>c) Em 1 texto (20%), a AE foi realizada por meio de um OD em ambos os modos (imagético e verbal), encapsulando conteúdos precedentes também em ambos os modos.</p> <p>3. Em todas as AEs (100%), a sumarização ocorreu conjugada à orientação de um ponto de vista.</p> <p>4. Em apenas um texto (20%), a AE não apresentou determinante e ou modificador.</p> <p>5. Houve apenas uma ocorrência de AE formada por um pronome.</p>
--	--

Dessa categoria referencial, a ressalva é que ela, diferentemente das categorias de IR e AD, não acontece em todos os textos. Isso se deve especialmente à sua função discursiva, ou seja, sumarizar o conteúdo precedente, fazendo-a diferir das anáforas diretas, por exemplo. Uma observação quanto a esse funcionamento diz respeito à função sociocognitivo-discursiva do gênero. Enquanto a tira tem por objetivo entreter por meio do humor, o anúncio objetiva persuadir o leitor sobre o que é anunciado. Tanto em um como em outro gênero, a função de sumarizar não é requerida como indispensável ao funcionamento desses textos, como seria, por exemplo, em um texto dissertativo (CORDEIRO E TOSCANO, 2009) ou em um artigo de opinião ou reportagem (LUNARDI E FREITAS, 2012).

Outro dado que chama a atenção é a ocorrência de AEs preferencialmente compostas por um nome núcleo com determinantes e ou modificadores. No caso da tira, a

primazia foi o uso do artigo definido, o que não causa estranheza dada a condição de a AE retomar e sumarizar conteúdo precedente, ou seja, conteúdo que já foi disponibilizado ao leitor. Assim, a tradição de o uso do artigo definido fazer menção a referentes já conhecidos do leitor sustenta-se nessa regularidade, inclusive, facilitado pela sequencialidade da tira que pressupõe ordem cronológica e temporal dos fatos narrados. No caso do anúncio, embora a preferência não tenha sido pelo uso do artigo definido, o que por si só sustenta a contraposição com a sequencialidade da tira, as ocorrências apresentaram, em maioria, uso de determinantes ou modificadores de outras categorias gramaticais, reforçando a ideia de que essas categorias contribuem com a recategorização dos ODs, impingindo-lhes carga argumentativa.

Em ambos os gêneros, a preferência pelo uso de um nome para compor o núcleo sintagmático é altamente sugestivo para a função que grande parcela dos usos da AE no *corpus* demonstrou: a orientação de um ponto de vista.

Portanto, sumarizar e recategorizar o conteúdo disponibilizado interenquadres (na tira) ou intraenquadre (no anúncio) requer, nos dois casos, a preferência pela realização de um nome capaz de junto com seu determinante e ou modificador exibir um condicionamento argumentativo ao que foi resumido, propondo, ao mesmo tempo, manutenção referencial.

5.2.3 ANÁFORA INDIRETA

A Anáfora Indireta (AI) dentro da abordagem da não menção referencial é capaz de ser identificada não apenas pelas relações cotextuais por meio das âncoras ou fontes textuais, mas por outras dimensões: cognitivas, sociais, históricas, culturais, discursivas. Disso, o que sobressai é “o mecanismo inferencial envolvido no processo” (CAVALCANTE, 2011, p. 63) e não a origem da âncora (conceitual, ou, mais ou menos, inferencial, ou se marcada por um traço semântico ou outro) ou a forma (sintagma nominal definido; pronome pessoal etc.) na qual ela se realiza: “as anáforas indiretas em geral não estão subordinadas ao condicionamento formal das expressões nominais definidas, elas podem se manifestar também por outros sintagmas nominais e pronominais” (CAVALCANTE, 2011, p. 66).

5.2.3.1 TIRAS

A AI nas tiras apareceu em 10 (90,90%)¹⁸² de 11 textos. Desses, em apenas duas tiras, 6 e 9 (20%), a AI ocorreu apenas interenquadres. Já o aparecimento concomitante inter e intraenquadres foi constante em 8 (80%) das 10 tiras. A consideração do processamento referencial apenas intraenquadre não ocorreu.

Em relação ao modo em que o processo referencial foi materializado em ODs, houve três tipos de ocorrências: **primeiro, dos 10 textos que apresentaram AI, em todos (100%) sobressaiu a relação anafórica indireta entre ODs verbais; segundo, em 8 (80%) textos, a relação se deu entre ODs verbais e imagéticos; terceiro, em 1 texto (10%), houve relações apenas entre ODs imagéticos.**

Levando em consideração que a forma (nome nuclear da expressão sintagmática bem como determinantes e modificadores) como se apresentam os ODs verbais nas AIs não é relevante, porque o que importa é o processamento inferencial da relação referencial, essa descrição não foi contemplada nesta categoria.

Retomo a visualização da tira 10 para uma análise da AI.



Nessa tira, ocorre AI inter e intraenquadres e entre ODs verbais e imagéticos. As expressões “um laço” e “um fato catita” são AI, porque uma leva à inferência da outra, considerando que “laço” é, conforme português de Portugal, uma gravata-borboleta e “fato” um terno. Assim “fato”, no segundo enquadre, é inferencialmente possível por meio não somente da aparição da âncora “laço”, como OD verbal, mas também por meio de ODs imagéticos: John arrumando-se defronte o espelho, especialmente ajustando suas

¹⁸² Exceção da tira 5.

vestimentas. Daí, a partir do conhecimento pressuposto pelo enunciador da tira sobre alguém se arrumando defronte o espelho e checando, inclusive, suas vestimentas, o OD “fato” é inferível, porque “laço” foi usado no primeiro enquadre e ambos os nomes são caracterizados como peças de vestuário.

Outra ocorrência de AI nessa tira é a relação inferencial possibilitada pela expressão “para conquistar o mundo”, OD verbal, e “bandeira branca”, OD verbal e imagético. Munindo-se do conhecimento sócio-histórico cultural de que em meio a uma batalha a bandeira branca simboliza trégua, paz, Garfield lembra John que para conquistar o mundo, conforme seu desejo, é importante que ele se munha de outros artifícios, como a bandeira branca, no caso de seu intento não dar certo. Com isso, Garfield, antecipada e sarcasticamente, prevê o insucesso de John para conquistar o mundo (as mulheres) e de antemão lhe oferece o artifício para sua rendição, a bandeira branca. Daí o humor da tira, porque ao levantar para John a bandeira branca, Garfield já condena a “luta” de John.

Outro destaque que trago para a análise é a tira 8, que reapresento.



(Adão Iturrusgarai. Folha de S. Paulo, 17/8/2005.)

Nessa narrativa quadrinística, no primeiro enquadre, há uma AI por meio da associação inferencial entre “flores” e “uma história infantil”. Essa anáfora é possível graças ao conhecimento cultural de que, em geral, as histórias infantis terminam com finais felizes. Assim, “flores” ganha uma dimensão associada à felicidade, à harmonia. A expressão “Nem tudo são flores numa história infantil” e o conhecimento ativado por meio dessa expressão constituem âncoras para a aparição da “bruxa má”, no segundo enquadre, portanto, uma relação de AI intra e interenquadres, entre ODs verbais e imagéticos. Já as ocorrências por meio dos ODs imagéticos lua, estrelas e vassoura, no

segundo enquadre, permitem o acionamento do OD espaço – lugar onde a bruxa má encontra-se voando, permitindo a dedução de que algo ruim irá acontecer.

Outra ocorrência de AI aparece no terceiro enquadre relacionando os ODs verbais postos na expressão “Sua conta estourou! Seu nome está no Serasa!”, “gerente” e os ODs imagéticos: bruxa vestida socialmente, atendendo um telefone. Todos esses ODs em correlação constituem processamento anafórico indireto, permitindo a inferência de que a bruxa ocupa a função de gerente de banco, relação bastante sugestiva ideologicamente, já que a bruxa má, nas histórias infantis, representa o lado negativo, ruim das histórias, assim como a bruxa má ocupando a função de gerente de banco e relacionada à vida “real” representa o lado perverso do sistema financeiro que atormenta as pessoas que dele precisam.

Para finalizar a apresentação do processamento anafórico indireto, lembro a relação de AI, na tira 6, que acontece apenas interenquadres. Essa relação é possível a considerar que em todos os enquadres há referência a uma inflamação, por meio do morfema sufixal “ite”. Portanto, “rinite”, no primeiro enquadre, atua como âncora textual para as ocorrências “tendinite” e “labirintite”, constituindo relações de AI.

5.2.3.2 ANÚNCIOS PUBLICITÁRIOS

Nos anúncios, as AIs constaram em todos os textos (100%). Desses, 9 textos (81,81%)¹⁸³ apresentaram essa relação referencial entre ODs verbais e imagéticos e 11 textos (100%) apresentaram AI apenas entre ODs verbais. Esses dados resultam do critério já mencionado, nos anúncios, da análise de ODs em correlação.

Assim como na tira, justifico a não descrição da forma (nome ou pronome e determinantes ou modificadores) das expressões verbais que se configuram como AIs, porque o que vale para o processamento anafórico indireto é sua capacidade inferencial, mobilizada por meio de fontes cotextuais e ou por meio de conhecimentos que não são mencionados cotextualmente, mas passíveis de serem inferidos.

Para expor as relações de AI no *corpus*, apresento, respectivamente, as análises do anúncio 3 e do anúncio 4, retomando sua visualização.

¹⁸³ Exceção dos textos 9 e 10.



(31º Anuário do Clube de Criação de São Paulo.)

Trecho verbal: “Pesquisadores encontram na raiz do... possível cura para o Alzheimer. As queimadas não destroem só as florestas.”.

No anúncio 3, há anáforas realizadas por ODs verbais que podem ser agrupadas pelo princípio relacional de vocábulos inscritos no mesmo campo lexical: “pesquisadores”, “possível cura” e “Alzheimer”. “Possível cura” e “Alzheimer” estão imbricados pelo conhecimento de que este último OD trata-se de uma doença que ainda não tem cura, daí a modalização do determinante nuclear da expressão “possível cura”. Essas ocorrências relacionam-se a “Pesquisadores”, porque a “possível cura” está relacionada a pesquisas sobre a doença.

No mesmo anúncio, é possível pensar em outro agrupamento com as AIs “na raiz do \emptyset ” e “as florestas”, já que raiz pressupõe planta, organismo vegetal, que, por sua vez, remete a floresta, conjunto de organismos vegetais. Por conseguinte, esses dois ODs verbais ligam-se também por meio do processamento anafórico indireto ao OD imagético mancha escura de queimada, já que essa mancha impede a visualização do nome do tipo de planta cuja raiz poderia curar o Alzheimer.

Também, a logomarca “Greenpeace”, nesse anúncio, funciona como AI de seu conteúdo na medida em que esse conteúdo alerta sobre a necessidade de preservação das florestas para a descoberta de cura a doenças até o momento incuráveis, e “Greenpeace” se refere a uma organização que objetiva cuidar do meio ambiente, portanto, cuidar das florestas.

Ainda sobre as logomarcas, observo que quando a logomarca foi considerada como IR, primeira categoria apresentada nesta análise, o critério, para assim ser classificada, foi sua relação quanto OD com todo o contexto do anúncio, já que não se pode assegurar a ordem de leitura dos modos em texto verbo-imagético com apenas um enquadre. No entanto, quando o critério foi a consideração dos ODs em correlação dentro do enquadre, as logomarcas apresentaram funcionamento de AIs, em sua maioria. **De 10 textos que apresentaram logomarca, em 90% deles, ou seja, em 9 textos¹⁸⁴, essa logomarca configurou-se em correlação a outros ODs como uma AI¹⁸⁵.** A justificativa para o único anúncio em que a logomarca não pôde ser considerada como AI já foi apresentada na primeira categoria de análise: a marca “Eletromídia” é uma empresa comercial que vende painéis eletrônicos e, portanto, não tem vínculo necessário com a defesa do meio ambiente, conforme proposta de despoluição do rio Tietê apresentada pelo anunciante. As demais logomarcas apresentaram-se de alguma forma correlacionadas inferencialmente a algum OD da materialidade, porque mantiveram relação estreita com o conteúdo do anúncio.

Quanto ao anúncio 4,

¹⁸⁴ Exceção do anúncio 2.

¹⁸⁵ Como já apresentado, a logomarca em correlação a outros ODs no cotexto não somente configurou-se como AI. Ela já foi classificada como AD, a depender dos movimentos estabelecidos com cada um dos ODs em estudo.

SÓ PRA LEMBRAR QUE AGORA NOSSOS
VOS NON-STOP DE IDA E VOLTA
PARA O MÉXICO SÃO NOTURNOS.

A ÚNICA COM VOS NOTURNOS DE IDA E VOLTA PARA O MÉXICO

AeroMexico TEAM

A companhia aérea mais pontual do mundo.

Consulte seu agente de viagens ou ligue para Aeroméxico - fone 11 3253-3888 www.aeromexico.com • e-mail: promocao@aeromexico.com.br

(IstoÉ, nº 1771.)

Trecho verbal: “Só pra lembrar que agora nossos voos non-stop de ida e volta para o México são noturnos”. A única com voos noturnos de ida e volta para o México. Agora os voos da Aeroméxico para o México vão e voltam de noite. Isso significa que você não precisa mais perder um dia de trabalho viajando. Voe Aeroméxico e tenha bons sonhos. Aeroméxico. A companhia aérea mais pontual do mundo. Consulte seu agente de viagens ou ligue para a Aeroméxico – fone 11-32533888 www.aeromexico.com email: promoção@aeromexico.com.br.”.

muitas são as relações de AI, a começar pela imagem de parte de uma poltrona em que aparece as pernas de uma mulher calçada com pantufas de coelho e, a imagem que apresenta a logomarca da empresa associada à cauda de um avião e à lua.

Essas imagens participam de um agrupamento de AIs, ativado por meio de âncoras textuais, a saber: “nossos voos non-stop”; “noturnos”; “voos noturnos”; “vão e voltam de noite”; “perder um dia de trabalho viajando”; “bons sonhos”. Todas essas expressões mantêm relação com as imagens, por meio do acionamento de conhecimentos sócio-históricos culturais que o enunciador julga que os leitores tenham e que serão capazes de relacioná-los para a produção de sentidos. Portanto, o dispositivo-K atua como estratégia do enunciador, sendo fundamental para uma produção exitosa de seu objetivo, propiciando o preenchimento das inferências pelos coenunciadores.

Outro destaque que quero apontar é a imagem das pantufas de coelho. Partindo de um dos pressupostos que norteia a teoria de modelos de contexto de Van Dijk (2012), os contextos, com frequência, são amplamente planejados. Nesse sentido, o uso desse OD sob a forma de coelho não foi aleatória e pode ser relacionado com a expressão verbal “a companhia aérea mais pontual do mundo”, constituindo uma AI. Para tanto, é preciso relacionar o conhecimento de que coelhos são animais velozes para conseguir compreender o movimento anafórico indireto, isto é, associar que, tal como o coelho, a companhia aérea Aeroméxico prima pela rapidez e, por essa razão aliada ao fato de os voos serem noturnos e não terem paradas, o passageiro não precisa perder um dia de trabalho viajando. Mas não só: é preciso saber que companhias aéreas atrasam seus voos e que ser mais pontual implica em maior prestígio entre os clientes.

Por fim, um último grupo de AIs é viabilizado por meio das ocorrências “companhia aérea”, “os voos da Aeroméxico” e “seu agente de viagens” que não predispõem manutenção referencial, mas imbricam-se inferencialmente, uma vez que “companhia aérea” implica em “voos” de avião que, por sua vez, podem ser viabilizados por meio de “agente de viagens”.

Essas análises sobre AIs revelam que ODs distintos e de ambos os modos, verbal e imagético, conseguem relacionar-se inferencialmente, ativando pontes de cognição comuns. Para que tais pontes sejam ativadas, é preciso que o enunciador estabeleça e partilhe com o coenunciador conhecimentos textuais, discursivos, sociais, históricos e culturais, permitindo que este consiga estabelecer elos relativizados socio-historicamente, dentro de um contexto subjetivo. Dessa feita é que “as situações comunicativas, assim construídas como modelos de contextos, atuam como interface entre o discurso e o mundo” (VAN DIJK, 2012, p. 143).

5.2.3.3 SÍNTESE DO FUNCIONAMENTO DAS AIs

FIGURA 19 – Quadro-síntese do funcionamento das AIs em cada gênero discursivo.

Tira	Anúncio publicitário
<p>1. As AIs nas tiras ocorreram em 10 (90,90%) de 11 textos.</p> <p>a) Em apenas duas tiras, 6 e 9 (20%), a AI ocorreu apenas interenquadres.</p> <p>b) Houve aparecimento concomitante, inter e intraenquadres, em 8 (80%) das 10 tiras.</p> <p>c) Não houve AI apenas intraenquadre.</p> <p>d) Dos 10 textos que apresentaram AI, em todos (100%) apareceram AI entre ODs verbais.</p> <p>e) Em 8 textos (80%), a relação de AI foi estabelecida entre ODs verbais e imagéticos.</p> <p>f) Em 1 texto (10%), houve AI apenas entre ODs imagéticos.</p>	<p>1. Nos anúncios, as AIs constaram em todos os textos (100%).</p> <p>a) Em 9 textos (81,81%), houve AIs entre ODs verbais e ODs imagéticos.</p> <p>b) Em todos os 11 textos (100%), houve AI entre ODs verbais.</p> <p>2. De 10 textos que apresentaram logomarca, em 90% deles, ou seja, em 9 textos, essa logomarca configurou-se em correlação a outros ODs como AI.</p>

Com base no quadro, destaco que a AI é constante nos dois gêneros do *corpus*, ocorrência explicável, em parte, pela necessidade de processamentos inferenciais, dada a coexistência dos modos de significação em textos relativamente curtos, considerando que a extensão do anúncio é o próprio enquadre, e a da tira é a somatória, em média, da sequência de três enquadres. Assim, muitas relações não podem ser explicitadas materialmente em função não apenas da extensão do texto, que, conforme Ramos (2007), cria padrões reconhecíveis e, por conseguinte expectativas nos leitores, mas, sobretudo, devido à função sociocognitivo-discursiva que cada um assume na esfera de comunicação. Em outras palavras, se tudo tivesse que ser dito ou desenhado tanto no anúncio quanto na tira, perder-se-ia o estilo dos gêneros, no tocante aos implícitos inferíveis pelo contexto discursivo. Inclusive, Ramos (2007) afirma ser a inferência uma característica do gênero tira. Logo, a configuração estilística de cada gênero discursivo, com base na função sociocomunicativa que exerce na esfera em que circula, solicita esse tipo de processo referencial configurado inferencialmente por âncoras co(n)textuais. Ademais,

O segundo destaque é quanto à predileção por AIs realizadas por ODs verbais. Essas relações foram possíveis, porque em todos os textos o verbal funcionou como âncora para o agrupamento anafórico indireto. Essa questão remete novamente ao tamanho físico reduzido dos gêneros¹⁸⁶, o que promove, a seu turno, a ativação de inferências pelo uso de ODs verbais, que “teoricamente” ocupam menos espaço do que uma imagem. Todavia, essa é apenas uma hipótese para esse funcionamento que merece ser checada *a posteriori*. Mesmo assim, o total de ocorrências de ODs verbais participando de AIs não invalida o número alto de relações de AIs envolvendo ODs imagéticos, média de 80,90%, conforme descrito no quadro, o que, ao contrário, soma e referenda a premissa da complementaridade entre os modos de significação, chamando a atenção para a interdependência que comungam.

O terceiro e último destaque refere-se ao fato de que, nos anúncios, as logomarcas, quando analisadas em correlação a outros ODs, são processadas por meio de relações inferenciais com os conteúdos de cada anúncio publicitário. É como se a logomarca, por meio desse funcionamento, referendasse o conteúdo veiculado em cada texto verbo-imagético.

¹⁸⁶ Nas tiras, o formato interfere no processo de produção e recepção do gênero (RAMOS, 2011).

Conclusão

Esta pesquisa teve por objetivo geral explicar o funcionamento referencial de objetos de discurso (ODs) em textos verbo-imagéticos. Para tanto, embasei-me teoricamente nos postulados da Linguística Textual de base sociocognitivo-discursiva, especialmente na referênciação (MONDADA; DUBOIS, 2003), por meio da abordagem referencial da não menção cotextual (CAVALCANTE, 2011). Para isso, elenquei os princípios que tal abordagem sustenta e tracei um esquema de categorias quanto aos processos referenciais que ela prevê. A partir dessas categorias e sustentada pela teoria de modelos de contexto de Van Dijk (2012), observei o funcionamento de ODs em textos verbo-imagéticos, relacionando esse funcionamento aos princípios da abordagem referencial que elegi.

A partir do *corpus* deste estudo, apresento, em linhas gerais, os resultados mais relevantes dessa empreitada, priorizando a generalização de funcionamentos nos textos verbo-imagéticos, independentemente da quantidade de enquadres dos textos e, por conseguinte, do gênero discursivo. Aliada à apresentação de oito considerações generalizantes dos movimentos referenciais, retomo os princípios da abordagem referencial da não menção cotextual, à medida que eles se associam aos funcionamentos descritos.

O primeiro deles diz respeito à possibilidade consumada de estender categorias de análises referenciais do texto verbal ao texto verbo-imagético, já que foram contempladas todas as categorias referenciais no funcionamento dos ODs de todos os textos que compõem o *corpus*. A evidência dessa condição evidenciada permite a generalização do processo referencial estendido a todos os textos que comungam de imagem e palavra, independentemente de seu limite físico, os enquadres. Em outras palavras, é possível analisar os processos de introdução referencial, anáfora direta, anáfora encapsuladora e anáfora indireta em textos verbo-imagéticos. Por conseguinte, essa possibilidade resgata todos os princípios que sustentam a abordagem referencial da não menção cotextual, uma vez que os referentes são entendidos como ODs negociados na interação por sujeitos dotados de atitude responsiva ativa perante o contexto sócio-histórico e cultural que os circunda e neles se imbrica.

O segundo resultado refere-se à preferência totalitária dos textos verbo-imagéticos pelas categorias introdução referencial e anáfora direta, seguida da anáfora indireta (95,45%). Isso sustenta os dois grandes processos referenciais no que tange aos seus movimentos

prioritários: ou se tem um referente introduzido pela primeira vez no texto ou se tem uma relação de retomada ou evocação a esse referente, preferencialmente, mantendo a continuidade referencial, que é o caso da anáfora direta. Esse dado confirma o esquema de categorias da abordagem referencial da não menção cotextual e resgata, ao mesmo tempo e especialmente, o princípio de que a referência é essencialmente um processo de atenção e interação; atenção, porque a cadeia referencial vai se formando na cognição dos sujeitos da comunicação de tal modo que o discurso produzido torna-se coerente, e interação, porque essa cadeia referencial só pode se constituir por meio da ação entre os enunciadores, ou seja, na interação.

Quanto ao terceiro resultado, o destaque são os modos pelos quais os ODs aparecem nas categorias. Em todas elas, independentemente dos limites físicos do texto (um ou mais enquadres), os processamentos referenciais foram realizados prioritariamente por ODs no modo verbal e no modo imagético. Essa preferência pela concomitância entre os dois modos foi regida, em ordem, pelas categorias: anáfora direta, com a média de 95,45% das ocorrências; introdução referencial, com a média de 86,35%, e anáfora indireta, com 80,90%. Essa constatação salienta a premissa da complementaridade dos modos de significação no texto verbo-imagético. Ao se escolher a produção de um texto que conjuga mais de um modo, a opção pela (re)construção referencial dos ODs de maneira equilibrada entre esses modos demonstra que, de fato, não há um que seja preferencial e nem superior a outro, do ponto de vista da capacidade interativa. Portanto, esse dado destitui argumentos que insistem em evidenciar um ou outro modo como mais importante na configuração de um gênero, como o fazem, por exemplo, alguns teóricos da comunicação que insistem na ideia de que a palavra é o principal instrumento da publicidade (NASCIMENTO, 2005) ou que a palavra direciona o sentido da imagem (CARVALHO, 1996). Essa evidência da conjugação dos modos operando em conjunto nas categorias referenciais atesta particularmente o princípio de que o fundamental para a referenciação é a acessibilidade, isto é, o que interessa é como os ODs se apresentam junto aos elementos que compõem a situação de interação, independentemente da modalidade sob a qual ocorram.

A quarta ocorrência que chama a atenção no processamento referencial dos textos verbo-imagéticos é o fenômeno da recategorização que perpassa todas as categorias, independentemente do texto ter um ou mais enquadres. Essa condição de instabilidade referencial traz à baila o princípio de que não há nada que não sofra desestabilização. Em consequência, confirma a dinamicidade do processo referencial que só pode ser consumado

em interação, por meio de versões públicas do mundo que vão sendo negociadas, à medida que o discurso se desenvolve – “a referência é um processo contínuo (re)significado na e pela interação, não havendo dissociação, portanto, entre a referenciação e o processo cognitivo da (re)categorização” (CAVALCANTE, 2011, p. 127). Essa quarta ocorrência assegura também a condição subjetiva e, ao mesmo tempo social que perfaz a noção de contexto, conforme proposta da teoria de modelo vandijkianiana. A constituição dos movimentos referenciais dependerá de um conjunto de aspectos que vão além dos ODs postos no cotexto, já que é preciso ativar um amálgama de conhecimentos, sociais, históricos, culturais, discursivos, ideológicos, que permitirão instaurar a referenciação – “Os processos referenciais não precisam, necessariamente, estar associados à menção de expressões referenciais para serem introduzidos no universo de discurso criado a partir do texto” (CAVALCANTE, 2011, p. 119). Ademais, o fenômeno da recategorização liga-se ao teor argumentativo do texto, já que “[essas expressões] podem explicitar o posicionamento do locutor ou a forma como este estabelece o posicionamento de outros enunciadores presentes no texto” (SILVA e CUSTÓDIO FILHO, 2013, p. 63), o que coaduna com a sexta generalização a ser apresentada.

A explicitação da quarta ocorrência predispõe a quinta: a inferência é intrínseca à referenciação, mesmo que os ODs estejam sob realização de uma mesma expressão referencial, como pode ser observado nas anáforas diretas, cujo movimento propõe a manutenção referencial. A demanda de ordem inferencial aconteceu em todos os processos anafóricos, justamente porque, em todos eles, os referentes iam se recategorizando, conforme o co(n)texto discursivo, marcados explicitamente ou não. Isso confere destaque aos princípios: i) todo processo referencial é “indireto”, já que pressupõe o amálgama de conhecimentos que está além da relação cotextualmente explícita dos ODs, e ii) é preciso haver cooperação do coenunciador para o que foi considerado pelo enunciador para haver produção de sentido e compreensão.

A sexta generalização refere-se aos movimentos dos ODs nos textos verbo-imagéticos, os quais referendam o princípio de que “[...] todo processo de referenciação exerce uma função argumentativa” (CAVALCANTE, 2011, p. 157). Nas análises do *corpus*, a orientação argumentativa dos processos referenciais foi marcada, respectivamente, pelas anáforas diretas, com 100% das ocorrências; pelas introduções referenciais, com a média de 95,45%, e pelas anáforas encapsuladoras, com 83,33%. Outro dado atrelado a esse é a

condição de grande parcela desses movimentos recategorizadores acontecerem marcadamente por ODs no modo imagético, com exceção da anáfora encapsuladora, cuja orientação argumentativa foi evidenciada, sobretudo, por meio da expressão verbal composta por nome nuclear com determinantes e ou modificadores.

Além da orientação argumentativa dos processos referenciais, a sétima constatação concernente a todos os textos verbo-imagéticos do *corpus* é o fato de um OD, dentro de uma mesma categoria referencial, assumir mais de uma função. Esse movimento corrobora o princípio de que os processos referenciais desempenham vários papéis simultaneamente (CIULLA; SILVA, 2008). Assim, a função de uma anáfora encapsuladora, por exemplo, não é só manter a continuidade referencial pelo resumo de conteúdo precedente, mas conduzir argumentativamente o coenunciador para o que deseja discursivamente o enunciador. Ou seja, não é preciso que nas introduções referenciais apenas seja apresentado o referente, é possível que ele indique um ponto de vista, recupere a memória partilhada, encapsule informações, por exemplo.

Por fim, a oitava generalização de movimentos dos ODs, independentemente de sua limitação física por enquadre, é a possibilidade de um mesmo OD, assim como apresentou mais de uma função, poder ser observado em mais de uma categoria referencial. Essa observação também atesta os papéis simultâneos dos processos referenciais, reforça a ideia da acessibilidade referencial no momento da interação, bem como a característica da instabilidade e estabilidade referencial. Um OD que se configura como introdução referencial pode ser, ao mesmo tempo, uma anáfora indireta, conforme previu Costa (2007) e foi aferido pelas análises do *corpus*.

Diante das generalizações apresentadas quanto ao funcionamento discursivo, a hipótese de as categorias referenciais do texto verbal serem estendidas ao texto verbo-imagético foi confirmada, mesmo se tratando de dois modos distintos, conjugados na materialidade textual. Além disso, os princípios da abordagem referencial da não menção cotextual pensados para textos verbais também puderam ser verificados em sua totalidade nos textos verbo-imagéticos. Em síntese, o que mudou foi a maneira dos ODs se comportarem em uma e outra categoria a depender das características composticionais, estilísticas e estruturais do gênero discursivo, conforme mostrado pela análise de cada categoria, no capítulo 5. Todavia, isso não foi impedimento para a observação de movimentos referenciais comuns aos

textos verbo-imagéticos, independentemente do gênero discursivo e dos enquadres, como apresentei nessa conclusão.

Quanto à teoria de modelo de contexto de Van Dijk, ela permitiu sustentar as análises referenciais dos ODs, no que tange à noção de contexto, uma vez que se fundamenta, assim como a referenciação, nos mesmos pressupostos de base sociocognitivo-discursiva, considerando especialmente a demanda subjetiva tanto por parte do enunciador quanto do coenunciador para a produção de sentidos. O destaque dessa teoria para este estudo advém especialmente da utilização pelo enunciador do dispositivo-K, um dispositivo cognitivo de inferência que calcula, durante a interação, o que os coenunciadores já sabem, permitindo a organização prévia da comunicação. Atrelado a isso, há uma concepção de base sócio-histórica cultural quanto à representação pelo enunciador da identidade dos coenunciadores, o que coaduna com a perspectiva bakhtiniana que considera os sujeitos sócio-histórico, ideológico e culturalmente constituídos como produtores de textos com atitudes responsivas ativas dentro de esferas de atividades humanas com objetivos e necessidades específicas.

Portanto, foi possível o estabelecimento de um *devir* ao estudo do texto, a partir de novas posturas para o gesto referencial. O resultado do trabalho revela a possibilidade de considerar em textos multimodais, especificamente em textos verbo-imagéticos, análises referenciais de ODs, lideradas pelas categorias utilizadas em textos verbais. Isso comprova que a referenciação, enquanto construto da LT, mantém coerência com os princípios teóricos que a fundamentam, a par dos modos de significação utilizados pelos ODs. O que interessa à referenciação é a trama das relações referenciais entre ODs de modo a estabelecer coerência a um texto somente na e pela interação. Por sua vez, os movimentos dos ODs, nos modos verbal e imagético, atestam a necessidade, já mencionada, de revisitar a noção de texto, contemplando uma definição teórica que escape da supremacia do verbal, para a consideração dessa noção a partir da confluência e coexistência dos vários modos de significação, da multimodalidade.

Nesse sentido, é pertinente que essa proposta de análise dos movimentos referenciais de ODs seja estendida não somente a outros gêneros discursivos em que figuram textos verbo-imagéticos, a fim de comparação desses movimentos, mas também a textos com outros modos de significação, de modo que a Linguística Textual possa reconfigurar suas análises textual-discursivas, considerando textos em que modos distintos de significação se imbricam. Um

passo foi dado, todavia muitos outros serão precisos para que se dimensione a complexa rede de produção de sentidos que envolve o texto.

Referências

ADAM, Jean-Michel. **A Linguística Textual:** introdução à análise textual dos discursos. Trad. de Maria das Graças Soares Rodrigues; Luis Passeggi; João Gomes da Silva Neto; Eulália Vera Lúcia Fraga Leurquin. São Paulo: Cortez, 2008.

ALMEIDA, Júlia. Texto e textualidade em diálogos intersemióticos. **Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Linguagens em diálogo**, Niterói, n. 42, 2011. Disponível em: <<http://www.uff.br/cadernosdeletrasuff/42/artigo4.pdf>>. Acesso em 12 nov. 2013.

ANTOS, Gerd; WIESER, Hans Peter. Os textos como formas constitutivas do saber. Sobre algumas hipóteses para uma fundamentação da linguística de texto à base de uma teoria evolucionária. Trad. de Hans Peter Wieser. **Rev. Est. Ling.**, Belo Horizonte, v.13, n.1, p. 93-127, jan./jun. 2005.

APOTHÉLOZ, Denis. Référer sans expression référentielle: gestion de la référence et opérations de reformulation dans des séquences métalinguistiques produites dans une tâche de rédaction conversationnelle. In: NÉMETH, Enikö (Ed.). **Pragmatics in 2000: selected papers from the 7th International Pragmatics Conference**, vol. 2. Antwerp: International Pragmatics Association, 2001, pp. 30-38. Disponível em: <<http://hal.archives-ouvertes.fr/docs/00/87/01/79/PDF/IPrA.pdf>>. Acesso em 20 jan. 2014.

_____.; REICHLER-BÉGUELIN, Marie-José. Construction de la référence et stratégies de designation. In: BERRONDER, A.; REICHLER-BEGUELIN, M. J.(Eds.). **Du sintagme nominal aux objects-de-discours**. Neuchâtel: Université de Nauchâtel, 1995. Disponível em: <http://www2.unine.ch/files/content/sites/linguistique.francaise/files/shared/documents/DA_Construction.pdf>. Acesso em 20 fev. 2014.

ARAÚJO, Inês Lacerda. **Do signo ao discurso:** introdução à filosofia da linguagem. São Paulo: Parábola, 2004.

ARMENGAUD, Françoise. **A pragmática**. Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

AUSTIN, John Langshaw. **Quando dizer é fazer:** palavras e ação. Trad. de Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/93897424/J-L-Austin-QuandoDizer-eh-Fazer-LivroCompleto-otz3#download>>. Acesso em 20 fev. 2013.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Trad. de Paulo Bezerra. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p. 261-306.

_____.; VOLOCHÍNOV, Valentin Nikolaevich. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 3^a. ed. Trad. de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 3.ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. Interação em anúncios publicitários. In: PRETI, Dino (Org.). **Interação na fala e na escrita**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2002, p.17-44. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/6835644/Dino-Preti-INTERACAO-NA-FALA-ENA-ESCRITA>>. Acesso em 23 jan. 2014.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. Contribuições de Bakhtin às teorias do discurso. In: BRAIT, BETH (Org.). **Bakhtin, dialogismo e construção de sentido**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2005, p.25-36.

BARTHES, Roland. A retórica da imagem. In: _____. **O óbvio e o obtuso**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BEAUGRANDE, Robert-Alain. Linguística textual: para novas margens? **Rev. Est. Ling.**, Belo Horizonte, v.10, n.1, p.43-60, jan./jun. 2002. Disponível em: <<http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/download/2331/2280>>. Acesso em 15 fev. 2013.

_____; DRESSLER, Wolfgang Ulrich. **Introduction to text linguistics**. London/New York, Longman, 1981.

BECHARA, Evanildo. A grafia de abreviatura e o emprego de ‘onde’. **O Dia**, Rio de Janeiro, 12 fev. 2012. Disponível em: <http://www.academia.org.br/abl_e4w/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?from_info_index=26&info_id=12967&sid=901>. Acesso em 20 fev. 2014.

BENTES, Anna Christina; RAMOS, Paulo; ALVES FILHO, Francisco. Enfrentando desafios no campo dos estudos do texto. In: BENTES, Anna Christina e LEITE, Marli Quadros (Orgs.). **Linguística de Texto e Análise da Conversação: panorama das pesquisas no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2010.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de Linguística Geral**. Trad. de Maria da Glória Novak e Luiza Neri. São Paulo: Ed. Nacional, Ed. Da Universidade Federal de São Paulo, 1976. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/70144663/Problemas-de-linguistica-geral#download>>. Acesso em 14 mar. 2012.

_____. O aparelho formal da enunciação. In: **Problemas de Linguística Geral II**. Trad. de Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri. Campinas: Pontes Editores, 2005. Disponível em: <http://pt.scribd.com/document_downloads/direct/93302499?extension=pdf&ft=1361301832<=1361305442&uahk=gaUPdpbgyBsLKCZxKB/MnOnLN8>. Acesso em 14mar. 2012.

BERNÁRDEZ, Enrique. **Introducción a la Lingüística del Texto**. Madrid: Espasa-Calpe S.A., 1982.

BLÜHDORN, Hardarik. Apresentação. In: WISER, Hans Peter; KOCH, Ingodore G. Villaça. **Linguística Textual: perspectivas alemães**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

_____; ANDRADE, Maria Lúcia da C. Vitória de Oliveira. Tendências recentes da Linguística Textual na Alemanha e no Brasil. In: WISER, Hans Peter; KOCH, Ingodore G. Villaça. **Linguística Textual: perspectivas alemãs**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BORGES NETO, José. **De que trata a pragmática?** Texto da conferência pronunciada no I Workshop Internacional de Pragmática. Curitiba, UFPR, 28 ago. 2012. Disponível em:

<http://people.ufpr.br/~borges/publicacoes/para_download/De%20que%20trata%20a%20Pra%20gm%20E1tica_2.pdf>. Acesso em 20 fev. 2013.

BOTELHO, Joacy Machado. Alguns problemas do léxico empregado nos campos do Marketing e da Administração. In: XXV CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIA DA COMUNICAÇÃO, Salvador, BA. **Anais...** Salvador, 2002. Errata de 2001. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2002/Congresso2002_Anais/errata_2001_2.pdf>. Acesso em 15 dez. 2013.

BRANDÃO, Antônio Jackson de Souza. **Linguística:** Idade Média. 2006-2011. Disponível em: <http://www.jackbran.pro.br/linguistica/idade_media.html>. Acesso em 25 nov. 2012.

BRADLEY, Jana. Methodological issues and practices in qualitative research. **Library Quarterly**, v. 63, n. 4, p. 431-449, Oct. 1993. Disponível em: <<http://www.jstor.org/discover/10.2307/4308865?uid=3737664&uid=2&uid=4&sid=21101904872561>>. Acesso em 04 jan. 2013.

BRITO, Maria Angélica Paiva; CAVALCANTE, Mônica Magalhães. A psicanálise, a referência e a influência saussuriana. In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães; LIMA, Silvana Maria Calixto de (Orgs.). **Referenciação:** teoria e prática. São Paulo: Cortez, 2013.

BRONCKART, Jean-Paul. **Atividade de linguagem, discurso e desenvolvimento humano.** Org. de Anna Rachel Machado e Maria de Lourdes Meirelles Matencio. Trad. de Anna Rachel Machado e Maria de Lourdes Meirelles Matencio et al. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2006.

BUNZEN, Clécio dos Santos. **Livro didático de Língua Portuguesa:** um gênero do discurso. 2005. 168f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas/SP, 2005.

_____.; ROJO, Roxane. Livro didático de língua portuguesa como gênero do discurso: autoria e estilo. In: VAL, Maria da Graça Costa; MARCUSCHI, Beth (Orgs.). **Livros didáticos de língua portuguesa:** letramento e cidadania. Belo Horizonte: CEALE/Autêntica, 2005.

CAGNIN, Antônio Luís. **Os quadrinhos.** São Paulo: Ática, 1975.

CARDOSO, Sílvia Helena Barbi. **A questão da referência:** das teorias clássicas à dispersão de discursos. Campinas/SP: Autores Associados, 2003.

CARVALHO, Nelly de. **Publicidade:** a linguagem da sedução. São Paulo: Ática, 1996.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães. **Expressões indiciais em contextos de uso:** por uma caracterização dos dêiticos discursivos. 2000. 204f. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2000.

_____. Expressões referenciais: uma proposta classificatória. **Cad.Est.Ling.**, Campinas, n. 44, p. 105-118, jan./jun. 2003.

_____. **Processos de referenciação:** uma revisão classificatória. Comunicação apresentada no XIX ENANPOLL. Alagoas: UFAL, 2004.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães. Anáfora e dêixis: quando as retas se encontram. In: KOCH, Ingodore. G. V.; MORATO, Edwiges; BENTES, Anna Christina (Orgs.). **Referenciação e discurso.** São Paulo: Contexto, 2005.

_____. **Referenciação:** sobre coisas ditas e não ditas. Fortaleza: Edições UFC, 2011.

_____. **Os sentidos do texto.** São Paulo: Contexto, 2012.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães; BRITO, Mariza Angélica Paiva. A psicanálise, a referenciação e a influência saussuriana. In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães; LIMA, Silvana Maria Calixto de (Orgs.). **Referenciação:** teoria e prática. São Paulo: Cortez, 2013.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães; COSTA, Maria Helenice Araújo; JAGUARIBE, Vicêncio Freitas; CUSTÓDIO FILHO, Valdinar (Orgs.). **Texto e discurso sob múltiplos olhares:** referenciação e outros domínios discursivos. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães; CUSTÓDIO FILHO, Valdinar. Revisitando o estatuto do texto. **Revista do Gelne**, Piauí, v. 12, n. 2, p. 56-71, 2010.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães; LIMA, Silvana Maria Calixto de (Orgs.). **Referenciação:** teoria e prática. São Paulo: Cortez, 2013.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães; RODRIGUES, Bernadete Biasi; CIULLA, Alena (Orgs.). **Referenciação.** São Paulo: Contexto, 2003.

CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochard. **Português:** linguagens, 9º ano. 5. ed. reform. São Paulo: Atual, 2009.

CHAROLLES, Michel. Introdução aos problemas da coerência dos textos. In: GALVES, C.; ORLANDI, E. P.; OTONI, P. (Orgs.). **O texto:** leitura e escrita. 2ª ed. Campinas: SP, 2002.

CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n.3, p. 549-566, set./dez. 2004.

CIULLA e SILVA, Alena. **Os processos de referência e suas funções discursivas:** o universo literário dos contos. Fortaleza, 2008. 207f. Tese (Doutorado em Linguística) - Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

COPE, Bill; KALANTZIS, Mary. Designs for social futures. In: COPE, B.; KALANTZIS, M. (Eds.). **Multiliteracies:** Literacy Learning and the design of social futures. New York: Routledge, 2006.

CORDEIRO, Maria Audirene de Souza; TOSCANO, Maria Eulália Sobral. A contribuição da anáfora encapsuladora para a organização da informação em dissertações. **Linha D'Água,**

Brasil, n. 22, p. 13-38, dez. 2009. Disponível em:
<<http://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/view/37323>>. Acesso em 18 Abr. 2014.

COSTA, Cláudio Ferreira. **Filosofia Analítica**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1991.

COSTA, Giselda dos Santos. Textos spimes: criando novas trilhas no percurso da Linguística Textual. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 47, n. 1, p. 102-111, jan./mar. 2012.

COSTA, Maria Helenice Araújo. **Acessibilidade de referentes**: um convite à reflexão. 2007. 214f. Tese (Doutorado em Linguística) - Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

CUSTÓDIO FILHO, Valdinar. **Múltiplos fatores, distintas interações**: esmiuçando o caráter heterogêneo da referenciação. 2011. 329f. Tese (Doutorado em Linguística) - Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

_____. Reflexões sobre a recategorização referencial sem menção anafórica. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, v. 12, n. 3, p. 839-858, set./dez. 2012. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1518-76322012000300009&script=sci_arttext>. Acesso em 20 nov. 2013.

ECO, Umberto. **Semiótica e filosofia da linguagem**. Trad. de Mariarosaria Fabris e José Luiz Fiorin. São Paulo: Ática, 1991.

EISNER, Will. **Narrativas gráficas de Will Eisner**. Trad. de Leandro Luigi Del Manto. São Paulo: Devir, 2005.

_____. **Quadrinhos e arte sequencial**: princípios e práticas do lendário cartunista. Trad. de Luís Carlos Borges e Alexandre Boide. 4^a. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

FAÏTA, Daniel. A noção de “Gênero Discursivo” em Bakhtin: uma mudança de paradigma. In: BRAIT, Beth (Org.). **Bakhtin, dialogismo e construção de sentido**. Campinas; SP: Editora da Unicamp, 1997.

FÁVERO, Leonor Lopes; KOCH, Ingodore. G. V. **Linguística textual**: uma introdução. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

FERRARA, Lucrécia D’Aléssio. **Leitura sem palavras**. São Paulo: Ática, 2001. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/43796567/Lucrecia-D%C2%A4Alessio-Ferrara-Leitura-sem-palavras-pdf-rev>>. Acesso em 15 ago. 2011.

FERRONATO, Caroline Franciele. Coronelismo no Nordeste. **Portal Zé Moleza**. 10 set. 2003. Disponível em: <<http://www.zemoleza.com.br/carreiras/12927-coronelismo-no-nordeste.html>>. Acesso em 23 abr. 2013.

FRANCIS, Gill. Rotulação do discurso: um aspecto da coesão lexical de grupos nominais. In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães; RODRIGUES, Bernadete Biasi; CIULLA, Alena (Orgs.). **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003.

FUCHS, Angela Maria Silva; FRANÇA, Maira Nani; PINHEIRO, Maria Salete de Freitas. **Guia para normalização de publicações técnico-científicas**. Uberlândia: EDUFU, 2013.

GONZALES, Lucilene. **Linguagem publicitária**: análise e produção. São Paulo: Arte e Ciência, 2003.

GRAÇA, Adriana Silva. O atomismo lógico e a função referencial da linguagem. **Intelecto**, n. 5, fev. 2001. Disponível em: <<http://www.reocities.com/revistaintelecto/atomismo.html>>. Acesso em 31 nov. 2012.

HALL, Stuart. The work of representation. In: _____ (Org.). **Representation**: cultural representations and signifying practices. London: Sage publications, 1997.

HEINE, Lícia Maria Bahia. Uma quarta fase da Linguística Textual? In: 1º COLÓQUIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS E LITERÁRIOS E 4º COLÓQUIO DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS E LITERÁRIOS. **Anais...** Maringá/PR: Universidade Estadual de Maringá/UEM, 2010. Disponível em: <<http://www.cielli.com.br/downloads/528.pdf>>. Acesso em 20 jan. 2013.

_____. A Linguística Textual e suas reflexões hodiernas. In: 2ª JORNADA INTERNACIONAL DE ESTUDOS DO DISCURSO (JIED) E 1º ENCONTRO INTERNACIONAL DA IMAGEM EM DISCURSO (EID), 2012, Maringá, PR. **Anais...** Maringá/PR: Universidade Estadual de Maringá/UEM, 2012.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa 3.0**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2009. CD-ROM.

JOLY, Martine. **Introdução à análise da imagem**. Trad. de Maria Appenzeller. 12ª. ed. Campinas: São Paulo: Papirus, 1996.

KOCH, Ingêdore Villaça Grunfield. Linguística textual: retrospecto e perspectivas. **Alfa**, São Paulo, vol. 41, p. 67-78, 1997.

_____. **Desvendando os segredos do texto**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003a.

_____. A construção de objetos-de-discurso. **Revista Latinoamericana de Estudos do discurso – ALED**, vol. 2, n.1, p. 7-20, 2003b. Disponível em: <<http://aledportal.com/revistas/2/>>. Acesso em 15 dez. 2012.

_____. **Introdução à linguística textual**: trajetória e grandes temas. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____. **O texto e a construção dos sentidos**. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2005a.

_____. Referenciação e orientação argumentativa. In: KOCH, I. V.; MORATO, Edwiges; BENTES, Anna Christina (Orgs.). **Referenciação e discurso**. São Paulo: Contexto, 2005b.

KOCH, Ingedore Villaça Grunfield; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Texto e coerência**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **A coerência textual**. São Paulo: Contexto, 2001.

_____; CUNHA-LIMA, Maria Luiza. Do cognitivismo ao sociocognitivismo. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina. (Orgs.). **Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos**. 2. ed. vol. 3. São Paulo: Cortez, 2005.

KOCH, Ingedore Villaça Grunfield; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e compreender os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. **Ler e escrever: estratégias de produção textual**. São Paulo: Contexto, 2009.

KRESS, Gunther. **Writing the future: English and the Making of a Culture of Innovation**. New York: Routledge, 1995.

_____. Multimodality. In: COPE, B.; KALANTZIS, M. (Eds). **Multiliteracies – Literacy Learning and the design of social futures**. New York: Routledge, 2006.

_____.; VAN LEEUWEN, Theo. **Multimodal discourse: the modes and media of contemporary communication**. London: Arnold Publishers, 2001.

_____. **Reading images: the grammar of visual design**. 2. ed. London/New York: Routledge, 2006

LEITE, Ricardo Lopes. **Metaforização textual: a construção discursiva do sentido metafórico no texto**. 2007. 212f. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Fortaleza/CE, 2007a.

_____. Da recategorização metafórica à metaforização textual. In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães et al. (Orgs.). **Texto e discurso sob múltiplos olhares: referenciação e outros domínios discursivos**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007b.

LIMA, Silvana Maria Calixto de. **(Re)categorização metafórica e humor: trabalhando a construção dos sentidos**. 2003. 170f. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Fortaleza/CE, 2003.

_____. Recategorização metafórica e humor: uma proposta classificatória. In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães et al. (Orgs.). **Texto e discurso sob múltiplos olhares: referenciação e outros domínios discursivos**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

_____. **Entre os domínios da metáfora e da metonímia: um estudo de processos de recategorização**. 2009. 204f. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Fortaleza/CE, 2009.

LUNARDI, Giovana Reis; FREITAS, Ernani Cesar de. O encapsulamento anafórico como recurso argumentativo em reportagem jornalística e artigo de opinião. **Visão Global**, Joaçaba, Edição Especial, p. 49-72, 2012.

MACHADO, Ida Lúcia. Análise do discurso e texto paródico: um encontro marcado. In: LARA, Gláucia M. P. (Org.). **Língua(gem), texto, discurso: entre a reflexão e a prática**. Vol.1. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: FALE-UFMG/Lucerna, 2006.

MAINIGUENEAU, Dominique. A unidade da linguística. **Calidoscópio**, vol. 6, n. 3, p. 160-163, set/dez, 2008. Disponível em:
<http://saga.faccat.br/p907/c_arquivo.php?chave=24&baixar=true>. Acesso em 18 fev. 2013.

MARCONDES, Danilo. Desfazendo mitos sobre a pragmática. **ALCEU**, v.1, n.1, p. 38 -46, jul/dez, 2000. Disponível em:
<<http://www.ifcs.ufrj.br/~cehc/Artigos/danilo%20marcondes/pragmatica.pdf>>. Acesso em 18 fev. 2013.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Atos de referenciação na interação face a face. **Cad. Est. Ling.**, Campinas, vol. 41, p. 37-54, jul./dez. 2001. Disponível em:
<<http://www.iel.unicamp.br/revista/index.php/cel/article/view/1772>>. Acesso em 15 jul. 2012.

_____. A questão do suporte dos gêneros textuais. **DLCV**, v. 1, n. 1 e 2, p. 9-40, João Pessoa, out. 2003.

_____. Anáfora indireta: o barco textual e suas âncoras. In: KOCH, I. V.; MORATO, Edwiges; BENTES, Anna Christina (Orgs.). **Referenciação e discurso**. São Paulo: Contexto, 2005.

_____. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

_____. **Linguística de texto: o que é e como se faz?** São Paulo: Parábola Editorial, [1946 (2012)].

MATURANA, Humberto. **Cognição, ciência e vida cotidiana**. Org. e trad. de Cristina Magro e Víctor Paredes. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2001. Disponível em:
<<http://projetosntenoite.pbworks.com/w/file/fetch/57862773/Humberto%20Maturana%20-%20Cogni%C3%A7%C3%A3o,%20Ci%C3%A3ncia%20e%20Vida%20Cotidiana.pdf>>. Acesso em 07 nov. 2013.

McCLOUD, Scott. **Desvendando os quadrinhos**. Trad. de Helcio de Carvalho e Marisa do Nascimento Paro. São Paulo: Makron Books, 1995.

MONDADA, Lorenza. Construction des objets de discours et catégorisation: une approche des processus de référenciation. Trad. de Mônica Magalhães Cavalcante. **Rev. de Letras**, vol. 1/2, n. 24, jan./dez. 2002.

_____. A referência como trabalho interativo: a construção da visibilidade do detalhe anatômico durante uma operação cirúrgica. In: KOCH, Ingodore Villaça; MORATO, Edwiges Maria; BENTES, Anna Christina. (Orgs.). **Referenciação e discurso**. São Paulo: Contexto, 2005.

_____.; DUBOIS, Daniele. Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães; RODRIGUES, Bernadete Biasi; CIULLA, Alena (Orgs.). **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003.

MORATO; Edwiges Maria; BENTES, Anna Christina; TUBERO, Ana Lúcia; MACEDO, Heloísa de Oliveira; MIRA, Caio César Costa Ribeiro; CAZELATO, Sandra de Oliveira; MARTINS, Erik Fernando Miletta. Processos implícitos, contextuais e multimodais na construção referencial em conversações entre afásicos e não afásicos: relato de pesquisa. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, v. 12, n. 3, p. 711-742, set./dez. 2012. Disponível em: <<http://linguagem.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/1203/00.htm>>. Acesso em 31 ago. 2013.

MORATO; Edwiges Maria; BENTES, Anna Christina. *Frames* em jogo na construção discursiva e interativa da referência. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, vol. 55, n.1, p.125-138, jan./jun. 2013. Disponível em: <<http://www.iel.unicamp.br/revista/index.php/cel/article/view/4119/3435>>. Acesso em 31 ago. 2013.

MORRIS, Charles. **Fundamentos da teoria dos signos**. Trad. de António Fidalgo. São Paulo: EDUSP, 1976. Disponível em: <<http://www.labcom.ubi.pt/~fidalgo/semiotica/morris-charles-fundamentos-teoria-signos.pdf>>. Acesso em 10 fev. 2013.

MOURA, Heronides. Pragmática: uma entrevista com Heronides Moura. **ReVEL**, vol. 5, n. 8, 2007.

MUSSALIM, Fernanda.; BENTES, Anna Christina (Orgs.). **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**. 4. ed. Vol. 1. São Paulo: Cortez, 2004.

NASCIMENTO, Rosana Carmem Pinto do. **A contribuição da Linguística Textual e da Teoria da Relevância para o processo de inferenciação em textos publicitários**. 153 f. 2005. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Centro de Letras e Artes, Belém, 2005.

NICOLAU, Marcos. As tiras de jornal como gênero jornalístico. **Revista Eletrônica Temática**, ano III, n. 1, fev. 2007. Disponível em: <<http://www.insite.pro.br/2007/05.pdf>>. Acesso em 25 fev. 2013.

_____. As tiras e outros gêneros jornalísticos: uma análise comparativa. **Revista Eletrônica Temática**, ano VI, n. 2, fev. 2010. Disponível em: <http://www.insite.pro.br/2010/Fevereiro/tirinhas_genero_jornalistico_nicolau.pdf>. Acesso em 20 out. 2013.

NORMAND, Claudine. Saussure-Benveniste. **Revista Letras**, Santa Maria, n. 33, p. 13-21, jul/dez. 2006. Disponível em: <http://w3.ufsm.br/revistaletras/artigos_r33/revista33_2.pdf>. Acesso em 18 fev. 2013.

OLIVEIRA, Luciano Amaral. **Manual de semântica**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

OLIVIERI, Antônio Carlos. Estoicismo: Indiferença, renúncia e apatia estoica. **UOL Educação**, p. 3, Pedagogia e Comunicação, 2006. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/disciplinas/filosofia/estocismo-indiferencia-renuncia-e-apatia-estocica.htm>>. Acesso em 25 nov. 2012.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Michel Pêcheux e a Escola Brasileira de Análise do Discurso. **Anais do I SEAD** – Seminário de estudos em Análise do Discurso. Conferência. 2003. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/analisedodiscocurso/anaisdosead/1SEAD/Conferencias/EniOrlandi.pdf>>. Acesso em 31 ago. 2013.

OTTONI, Paulo. John Langshaw Austin e a visão performativa da linguagem. **D.E.L.T.A.**, n. 18, vol. 1, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/delta/v18n1/a05v18n1.pdf>>. Acesso em 20 fev. 2013.

PAVEAU, M.; SARFATI, G. E. **As grandes teorias da Linguística**: da gramática comparada à pragmática. Trad. de M. R. Gregolin et al. São Carlos: Claraluz, 2006.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação**: a nova retórica. Trad. de Maria Ermantina Galvão. 2ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PINHEIRO, Clemilton Lopes. Processos referenciais em textos multimodais: aplicação ao ensino. **Anais do SIELP**, vol. 2, n. 1. Uberlândia: EDUFU, 2012.

POSSENTI, Sírio. Pragmática na Análise do Discurso. **Cad.Est.Ling.**, Campinas, n. 30, p.71-83, jan./jun. 1996. Disponível em: <<http://www.cedae.iel.unicamp.br/revista/index.php/cel/article/download/1687/1270>>. Acesso em 25 fev. 2013.

_____. Teoria do discurso: um caso de múltiplas rupturas. In: BENTES, Anna Christina; MUSSALIM, Fernanda (Orgs.). **Introdução à linguística**: fundamentos epistemológicos. V. 3. São Paulo: Cortez, 2004.

PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO. **Guia de livros didáticos**: PNLD 2011 - Língua Portuguesa. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. O Austin do qual a Linguística não tomou conhecimento e a linguística com a qual Austin sonhou. **Cad.Est.Ling.**, Campinas, n. 30, p. 105-115, jan./jun., 1996. Disponível em: <<http://www.iel.unicamp.br/revista/index.php/cel/article/viewFile/1691/1275>>. Acesso em 20 fev. 2013.

- _____. Os caminhos da Pragmática no Brasil. **D.E.L.T.A.**, vol. 15, n. ESPECIAL, 1999.
- _____. Por uma pragmática voltada à prática linguística. In: ZANDWAIS, Ana (Org.). **Relações entre pragmática e enunciação**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2002.
- _____. **Nova Pragmática**: fases e feições de um fazer. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.
- RAMOS, Paulo. **Tiras cômicas e piadas**: duas leituras, um efeito de humor. 2007. 424 f. Tese (Doutorado em Filologia em Língua Portuguesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8142/tde-04092007-141941/pt-br.php>>. Acesso em 28 nov. 2012.
- RAMOS, Paulo. **A leitura dos quadrinhos**. São Paulo: Contexto, 2009a.
- _____. Revendo o Formato da tira cômica. Trabalho apresentado no NP de Produção Editorial do IX Encontro dos Grupos/Núcleos de Pesquisa em Comunicação. In: **XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, Curitiba, PR, 2009b. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/R4-1864-1.pdf>>. Acesso em 20 dez. 2013.
- _____. **Faces do humor**: uma aproximação entre piadas e tiras. Campinas, SP: Zarabatana Books, 2011.
- _____. Estratégias de referênciação em textos multimodais. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, v. 12, n. 3, p. 743-763, set./dez. 2012.
- ROBINS, R. H. **Pequena história da linguística**. Trad. de Luiz Martins Monteiro. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 2004.
- ROJO, Roxane. O texto no ensino-aprendizagem de línguas hoje: desafios da contemporaneidade. In: TRAVAGLIA, Luiz Carlos; FINOTTI, Luisa Helena Borges; MESQUITA, Elisete Maria Carvalho de (Orgs.). **Gêneros de texto**: caracterização e ensino. Uberlândia: EDUFU, 2008.
- _____. **Letramentos múltiplos, escola e inclusão social**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.
- SALOMÃO, Maria Margarida Martins. A questão da construção do sentido e a revisão da agenda dos estudos da linguagem. **Veredas**: revista de estudos linguísticos, Juiz de Fora, v. 3, n. 1, p. 61-79, 1999. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/revistaveredas/files/2009/12/artigo35.pdf>>. Acesso em 31 ago. 2013.
- SANT'ANNA, Armando. **Propaganda**: teoria, técnica e prática. 7. ed. rev. São Paulo: Pioneira, 1998.
- SANTAELLA, Lucia. **Matrizes da linguagem e pensamento**: sonora, visual, verbal. 3^a ed. São Paulo: Iluminuras: FAPESP, 2005.

_____.; NÖTH, Winifried. **Imagen**: cognição, semiótica e mídia. São Paulo: Iluminuras, 2008.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. Trad. de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 24. ed. São Paulo: Cultrix, 2002.

SCHWARZ, M. **Indirekte Anaphern in Texten**. Tübingen: Niemeyer, 2000.

SEARLE, John Rogers. **Os actos de fala**. Coimbra: Almedina, 1987.

_____. Filosofia da Linguagem: uma entrevista com John Searle. Trad. de Gabriel de Ávila Othero. **ReVEL**, vol. 5, n. 8, 2007. Disponível em:
http://www.revel.inf.br/files/entrevistas/revel_8_entrevista_john_searle.pdf. Acesso em 20 fev. 2013.

SEVERO, Cristine Gorski. Sobre o lugar do pensamento na teoria chomskiana: um mistério? **Entretextos**, Londrina, n. 6, p. 106-112, jan./dez. 2006. Disponível em:
http://www.academia.edu/944278/SOBRE_O_LUGAR_DO_PENSAMENTO_NA_TEORIA_CHOMSKIANA UM MISTERIO. Acesso em 20 fev. 2013.

SILVA, Franklin Oliveira. **Processos de referenciação no gênero notícia**. 2004. 103f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Fortaleza/CE, 2004.

_____. **Formas e funções das introduções referenciais**. 2013. 126f. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Fortaleza/CE, 2013.

_____.; CUSTÓDIO FILHO, Valdinar. O caráter não linear da recategorização referencial. In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães; LIMA, Silvana Maria Calisto de. (Orgs.). **Referenciação**: teoria e prática. São Paulo: Cortez, 2013.

SILVA, Gisele Gama da. Multimodalidade na sala de aula: um desafio. **Revista Digital: Pesquisas em Discurso Pedagógico**, n. 2, p. 1-15, 2008. Disponível em:
<http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/12655/12655.PDFXXvm>. Acesso em 20 fev. 2014.

SILVA, Walleska Bernardino. **A relação entre referenciação e argumentação**. 2008. 193f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de Letras e Linguística, Uberlândia, 2008.

SOUSA e SILVA, Maria Cecília Pérez de; KOCH, Ingodore Grunfield Villaça. **Linguística aplicada ao português**: sintaxe. 8. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

SOUZA, Ester Maria de Figueiredo; VIANA, Layane Dias Cavalcante. Livro didático como gênero do discurso complexo. **Anais do SILEL**, vol. 2, n. 2. Uberlândia: EDUFU, 2011. Disponível em: <http://www.ileel.ufu.br/anaisdosilel/pt/arquivos/silel2011/1991.pdf>. Acesso em 20 abr. 2013.

STUMPF, Elisa Marchioro. Saussure e Benveniste: ultrapassagem ou rompimento? In: ENCONTRO DO CÍRCULO DE ESTUDOS LINGUÍSTICOS DO SUL, 8, 2008, Porto Alegre, RS. **Anais do CELSUL**. Pelotas: Educat, 2008. Disponível em <http://celsul.org.br/Encontros/08/saussure_e_benveniste.pdf>. Acesso em 13 mar. 2012.

TODOROV, Tzvetan. Prefácio à edição francesa. In: BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Trad. de Paulo Bezerra. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes , 2003.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Gramática e interação:** uma proposta para o ensino de gramática. 13. □d. São Paulo: Cortez, 2009.

VAN DIJK, Teun Adrianus. **Ideology and discourse:** a multidisciplinary introduction. English version of an internet course for the Universitat Oberta de Catalunya (UOC). July 2000. Disponível em: <<http://www.discourses.org/OldBooks/Teun%20A%20van%20Dijk%20-Ideology%20and%20Discourse.pdf>>. Acesso em 20 nov. 2013.

VAN DIJK, Teun Adrianus. **Discurso e contexto:** uma abordagem sociocognitiva. Trad. de Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2012.

_____; KINTSCH, Walter. **Strategies in Discourse Comprehension**. New York: Academic Press, 1983.

VERGUEIRO, Waldomiro. A linguagem dos quadrinhos: uma “alfabetização” necessária. In: RAMA, Ângela; VERGUEIRO, Waldomiro (Orgs.). **Como usar as histórias em quadrinhos na sala de aula**. 3ª. □d. São Paulo: Contexto, 2006.

VIEIRA, Josenia Antunes. Novas perspectivas para o texto: uma visão multissemiótica. In: VIEIRA, Josenia Antunes □d al. **Reflexões sobre a língua portuguesa:** uma abordagem multimodal. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

WEEDWOOD, Bárbara. **História concisa da linguística**. Trad. de Marcos Bagno. 5ª. □d. São Paulo: Parábola, 2006.

WIESER, Hans Peter; KOCH, Ingodore Grunfield Villaça. (Orgs.). **Linguística textual:** perspectivas alemãs. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Investigações filosóficas**. Trad. de José Carlos Bruni. São Paulo: Nova Cultura, 1999.

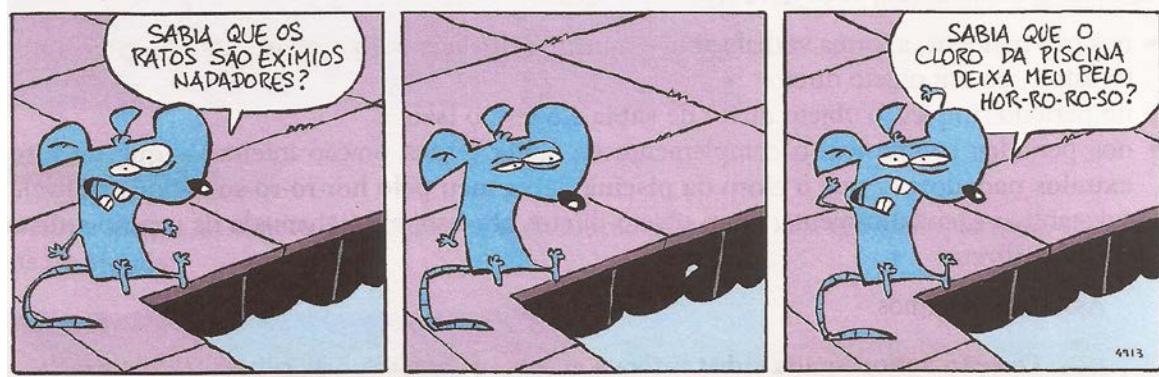
ZAIDAN, Tiago Eloy. Redação publicitária: a arte da concisão e da sedução. **Revista Interin**, Curitiba, v. 8, n. 2, jul./dez.2009. Disponível em: <<http://interin.utp.br/index.php/vol11/article/view/73/63>>. Acesso em 16 abr. 2014.

ZAMPONI, Graziela. **Processos de referenciação:** anáforas associativas e nominalizações. 2003. 256f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, 2003.

ANEXOS

A. Tiras

Tira 1



(Fernando Gonsales. Folha de S. Paulo, 19/4/2004.)

Fonte: Cereja e Magalhães (2009, p.23).

Tira 2



Fonte: Cereja e Magalhães (2009, p.31).

Tira 3



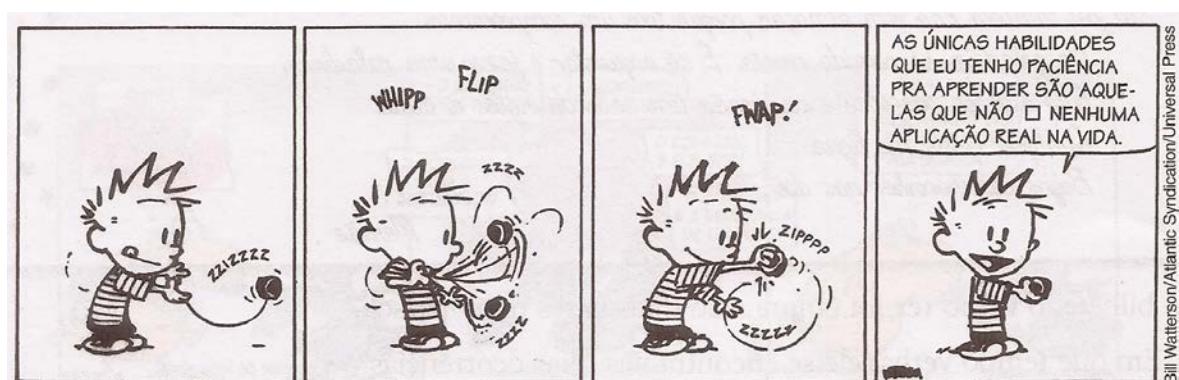
Fonte: Cereja e Magalhães (2009, p.63).

Tira 4



Fonte: Cereja e Magalhães (2009, p.119).

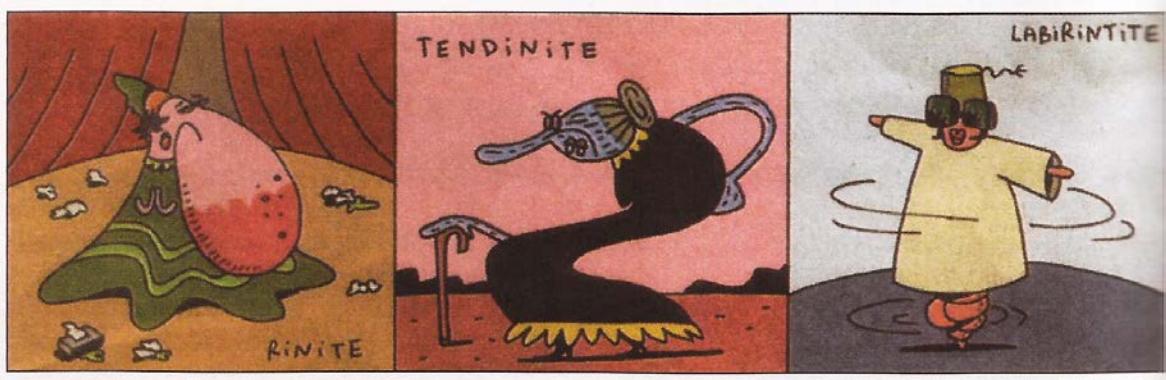
Tira 5



(Bill Watterson. *Felino, selvagem, psicopata, homicida*. São Paulo: Best News, 1996. v. 2, p. 52.)

Fonte: Cereja e Magalhães (2009, p.126).

Tira 6



(Caco Galhardo. *Folha de S. Paulo*, 10/8/2004.)

Fonte: Cereja e Magalhães (2009, p.148).

Tira 7



(*Folha de S. Paulo*, 28/11/2007.)

Fonte: Cereja e Magalhães (2009, p.183).

Tira 8



(Adão Iturrusgarai. *Folha de S. Paulo*, 17/8/2005.)

Fonte: Cereja e Magalhães (2009, p.188).

Tira 9



(Adolar. *Folha de S. Paulo*, 15/4/2005.)

Fonte: Cereja e Magalhães (2009, p.233).

Tira 10



(Jim Davis. *Garfield está de parabéns*. Portugal: Meriberica/Liber, 1997. p. 53.)

Fonte: Cereja e Magalhães (2009, p.245).

Tira 11



(Ruis. *Revista E*, nº 9.)

Fonte: Cereja e Magalhães (2009, p.246).

B. Anúncios publicitários

Anúncio 1



(26º Anuário do Clube de Criação de São Paulo, p. 91.)

Fonte: Cereja e Magalhães (2009, p.60).

Anúncio 2

Lixus tietês typicus. **Vamos acabar com esta espécie.**

Em janeiro e fevereiro é a vez do Rio Tietê ganhar vida nos painéis Eletromídia. Veja como colaborar para a despoluição dele. Ajude a reviver um dos símbolos de São Paulo.

Reviva o Tietê

Eletromídia www.eletromidia.com.br

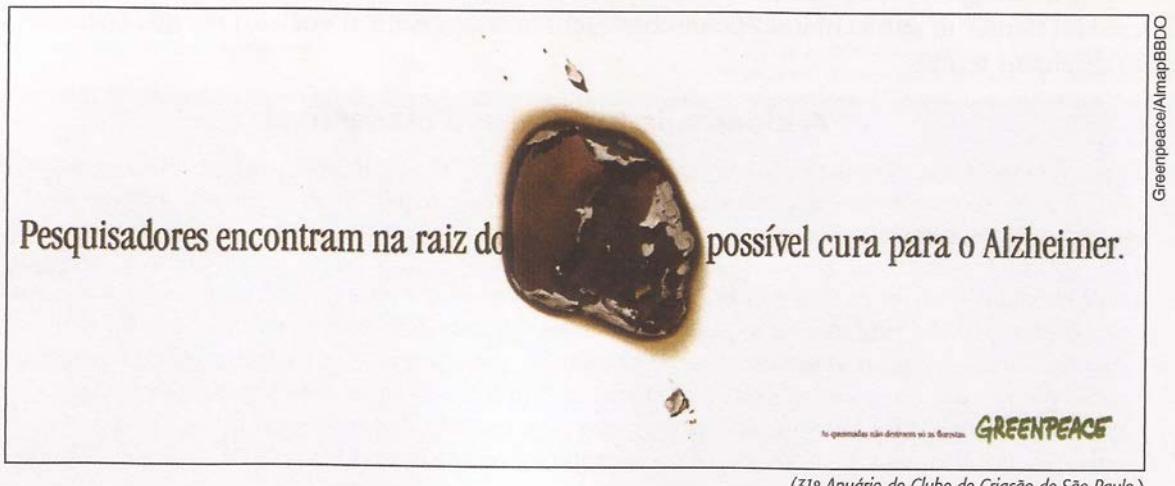
(O Estado de S. Paulo, 4/12/2003.)

Reprodução

Fonte: Cereja e Magalhães (2009, p.155).

Trecho verbal: “Lixus tietês typicus. Vamos acabar com esta espécie. Em janeiro e fevereiro é a vez do Rio Tietê ganhar vida nos painéis Eletromídia. Veja como colaborar para a despoluição dele. Ajude a reviver um dos símbolos de São Paulo. Reviva o Tietê.”.

Anúncio 3

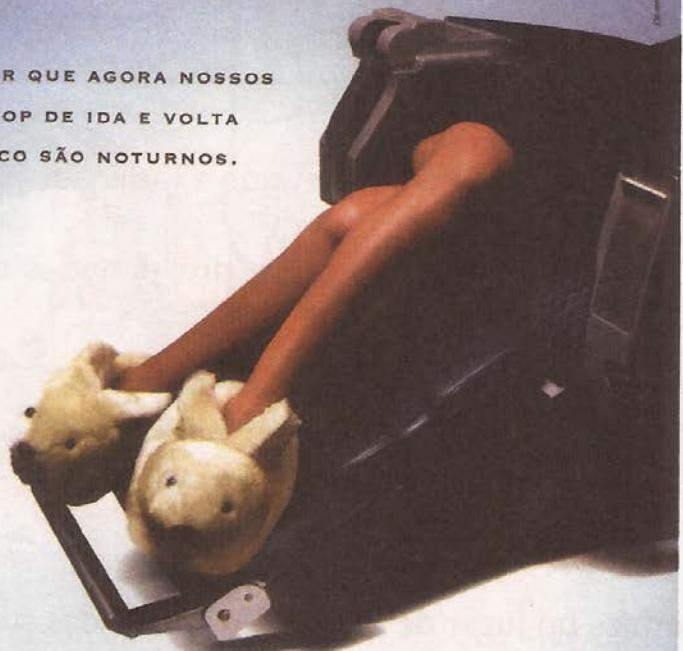


Fonte: Cereja e Magalhães (2009, p.212).

Trecho verbal: “Pesquisadores encontram na raiz do... possível cura para o Alzheimer. As queimadas não destroem só as florestas.”

Anúncio 4

SÓ PRA LEMBRAR QUE AGORA NOSSOS
 VOOS NON-STOP DE IDA E VOLTA
 PARA O MÉXICO SÃO NOTURNOS.



A DUNÍCIA COM VOOS NOTURNOS DE IDA E VOLTA PARA O MÉXICO

Agora os voos da Aeroméxico para o México vão e voltam de noite. Isso significa que você não precisa mais perder um dia de trabalho viajando. Voe Aeroméxico e tenha bons sonhos.

AEROMEXICO
 A companhia aérea mais pontual do mundo.

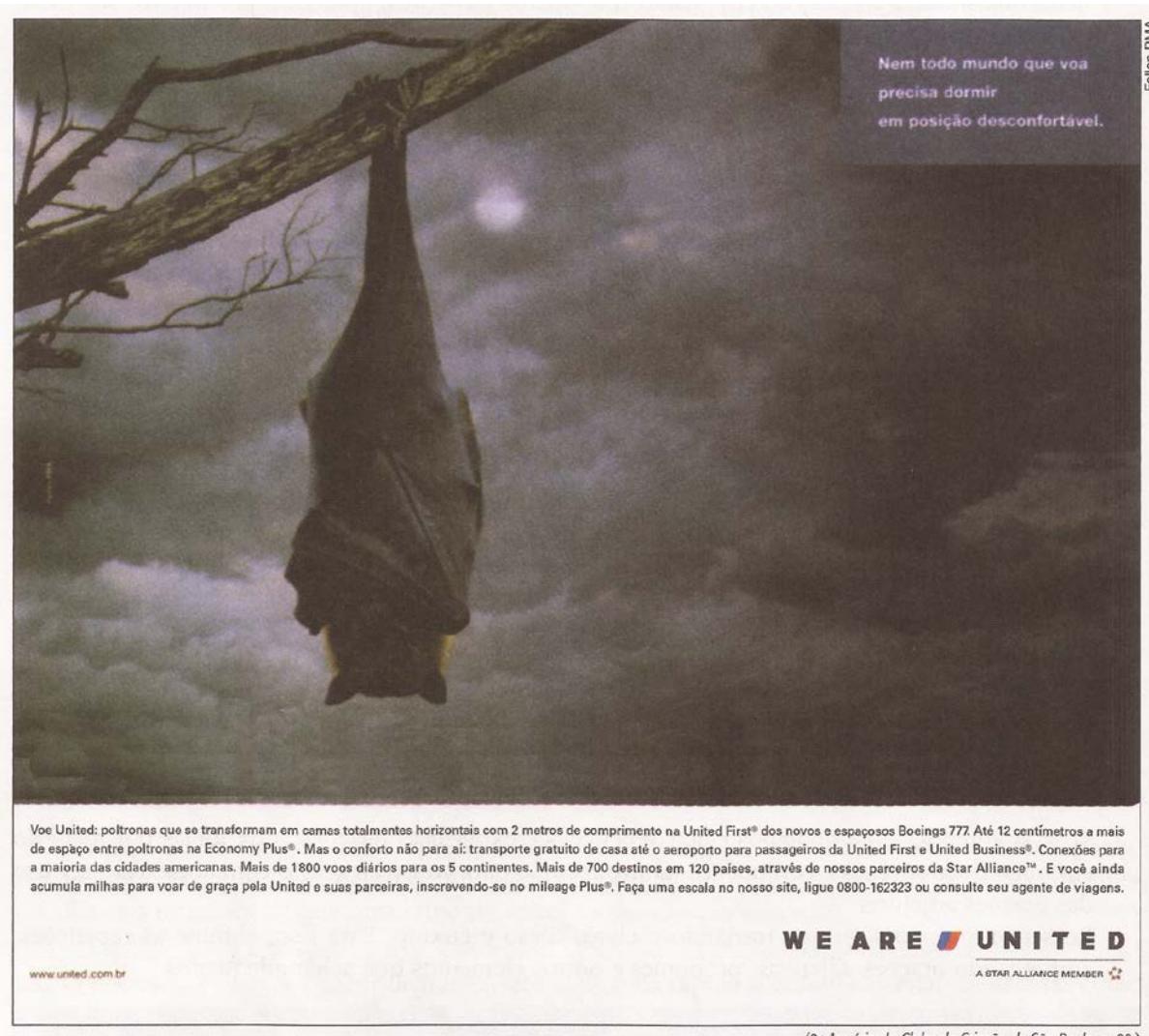
Consulte seu agente de viagens ou ligue para Aeroméxico - fone 11 3253-3888 www.aeromexico.com • e-mail: promocao@aeromexico.com.br

(IstoÉ, nº 1771.)

Fonte: Cereja e Magalhães (2009, p.29).

Trecho verbal: “Só pra lembrar que agora nossos voos non-stop de ida e volta para o México são noturnos”. A única com voos noturnos de ida e volta para o México. Agora os voos da Aeroméxico para o México vão e voltam de noite. Isso significa que você não precisa mais perder um dia de trabalho viajando. Voe Aeroméxico e tenha bons sonhos. Aeroméxico. A companhia aérea mais pontual do mundo. Consulte seu agente de viagens ou ligue para a Aeroméxico – fone 11-32533888 www.aeromexico.com email: promocao@aeromexico.com.br.”.

Anúncio 5



Voe United: poltronas que se transformam em camas totalmente horizontais com 2 metros de comprimento na United First® dos novos e espaçosos Boeings 777. Até 12 centímetros a mais de espaço entre poltronas na Economy Plus®. Mas o conforto não para aí: transporte gratuito de casa até o aeroporto para passageiros da United First e United Business®. Conexões para a maioria das cidades americanas. Mais de 1800 voos diários para os 5 continentes. Mais de 700 destinos em 120 países, através de nossos parceiros da Star Alliance™. E você ainda acumula milhas para voar de graça pela United e suas parceiras, inscrevendo-se no mileage Plus®. Faça uma escala no nosso site, ligue 0800-162323 ou consulte seu agente de viagens.

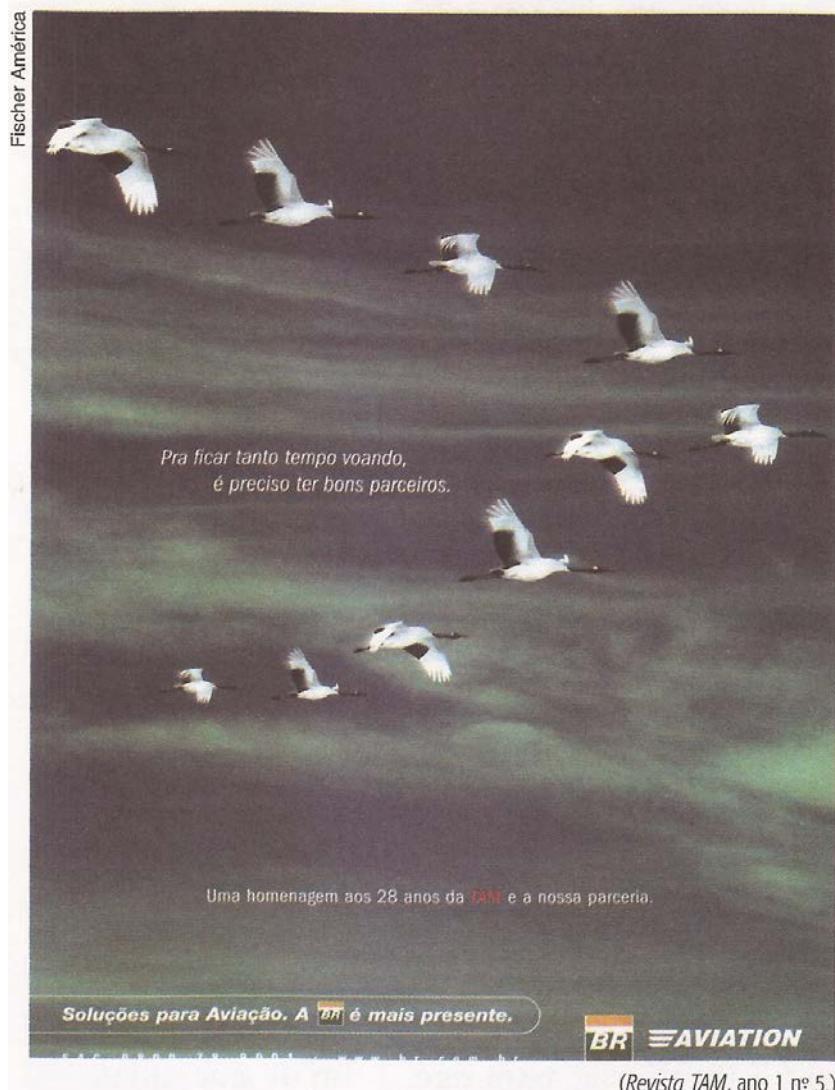
www.united.com.br

(2º Anuário do Clube de Criação de São Paulo, p. 89)

Fonte: Cereja e Magalhães (2009, p.68).

Trecho verbal: “Nem todo mundo que voa precisa dormir em posição desconfortável. Voe United: poltronas que se transformam em camas totalmente horizontais com 2 metros de comprimento na United First dos novos e espaçosos Boeings 777. Até 12 centímetros a mais de espaço entre as poltronas na Economy Plus. Mas o conforto não para aí: transporte gratuito de casa até o aeroporto para passageiros da United First e United Business. Conexões para a maioria das cidades americanas. Mais de 1800 voos diários para os 5 continentes. Mais de 700 destinos em 120 países, através de nossos parceiros da Star Aliance. E você ainda acumula milhas para voar de graça pela United e suas parceiras, inscrevendo-se no mileage Plus. Faça uma escala no nosso site, ligue 0800-162323 ou consulte seu agente de viagens. www.united.com.br. We are United. A star alliance member.”.

Anúncio 6



(Revista TAM, ano 1 nº 5.)

Fonte: Cereja e Magalhães (2009, p.90).

Trecho verbal: “Para ficar tanto tempo voando, é preciso ter bons parceiros. Uma homenagem aos 28 anos da TAM e a nossa parceria. Soluções para Aviação. A BR é mais presente. BR Aviation.”.

Anúncio 7



Reprodução

(Revista Gula, nº 96.)

Fonte: Cereja e Magalhães (2009, p.62).

Anúncio 8



(*Claudia*, nº 500.)

Fonte: Cereja e Magalhães (2009, p.85).

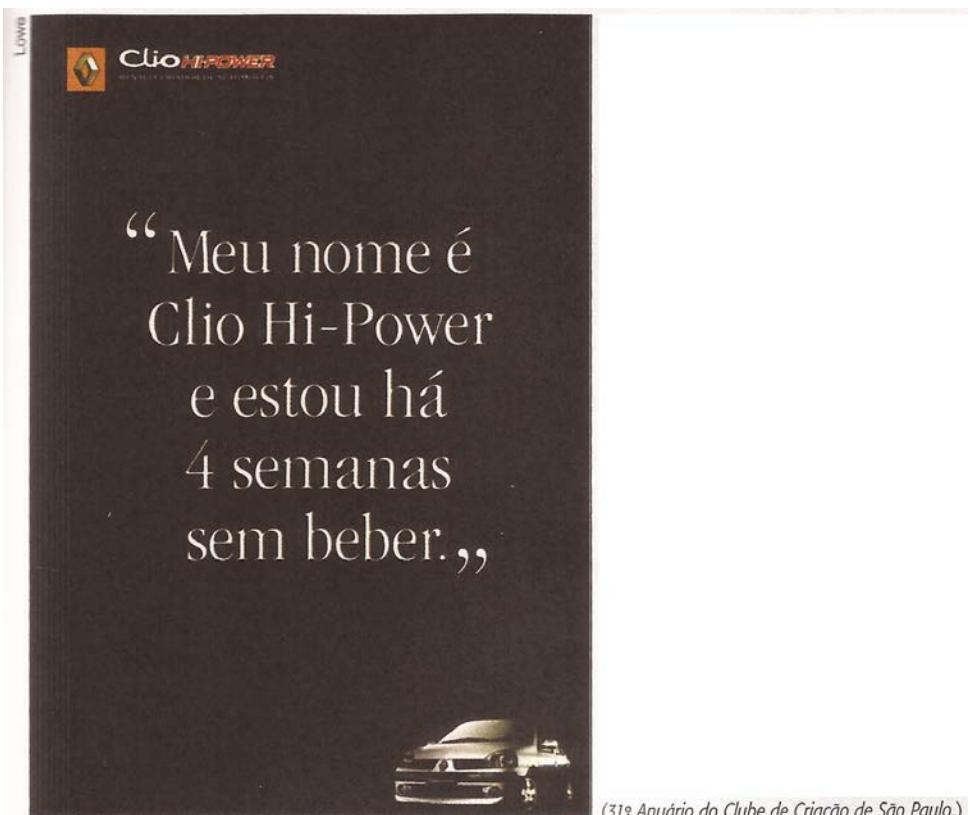
Trecho verbal: “Quando as mulheres chegaram aos escritórios de design, a vida melhorou também para as donas de casa. Mudar facilita a vida. Bettanin 2003.”.

Anúncio 9



Fonte: Cereja e Magalhães (2009, p.108).

Anúncio 10



Fonte: Cereja e Magalhães (2009, p.187).

Anúncio 11



(31º Anuário do Clube de Criação de São Paulo.)

Fonte: Cereja e Magalhães (2009, p.231).

Trecho verbal: “Homenagem a (200, 100, 50) m. Bem-vindo à Homenagem. Parabéns da Ford a todos os caminhoneiros. Ford. 25 de julho. Dia do motorista.”.